

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
INTERNACIONAIS**

**JÚLIO CÉSAR GIACOMIN SPIDO**

**AS DECISÕES ESTRATÉGICAS QUE LEVARAM À GUERRA DO VIETNÃ:  
OS EUA E A INDOCHINA (1943-1963)**

**Porto Alegre**

**2023**

**JÚLIO CÉSAR GIACOMIN SPIDO**

**AS DECISÕES ESTRATÉGICAS QUE LEVARAM À GUERRA DO VIETNÃ:  
OS EUA E A INDOCHINA (1943-1963)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

**Porto Alegre**

**2023**

CIP - Catalogação na Publicação

Spido, Júlio César Giacomin  
As Decisões Estratégicas que Levaram à Guerra do  
Vietnã: os EUA e a Indochina (1943-1963) / Júlio César  
Giacomin Spido. -- 2023.  
260 f.  
Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Guerra do Vietnã. 2. Decisões Estratégicas. 3.  
Indochina. 4. Contenção. 5. Neutralismo. I. Martins,  
José Miguel Quedi, orient. II. Título.

**JÚLIO CÉSAR GIACOMIN SPIDO**

**AS DECISÕES ESTRATÉGICAS QUE LEVARAM À GUERRA DO VIETNÃ:  
OS EUA E A INDOCHINA (1943-1963)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 31 de maio de 2023

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins – Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Edson José Neves Júnior  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à República Federativa do Brasil e em particular à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade de acesso à formação pública, gratuita e de qualidade. Faz-se o agradecimento na humilde expectativa de poder ter retribuído parte desse investimento.

Agradeço ao meu orientador e amigo Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins pelos anos de mentoria e parceria. A ele devo não somente a orientação deste trabalho, mas a maneira como enxergo as Relações Internacionais, o Brasil, bem como o exemplo de dedicação e cidadania; repertórios pelos quais tenho profundo carinho e gratidão.

Agradeço também ao pessoal do Escritório, especialmente ao João Gabriel Burmann da Costa, Rafael Firme e Maria de Fátima Martins por todo o trabalho de apoio, sempre com constância e cuidado.

Também agradeço a minha família. Sem o apoio, especialmente nos dias mais difíceis de finalização, este esforço certamente não teria sido possível.

Por fim, agradeço ao amigo Rafael Palandi, pela tradução e adaptação dos mapas usados no trabalho. Bem como aos amigos Luiz Henrique Nonenmacher e Lauren Laux; Eduardo Secchi; e Leonardo Giacomini pelo acolhimento e companheirismo durante as viagens a Porto Alegre.

## RESUMO

O presente trabalho procura analisar as principais decisões estratégicas que levaram ao envolvimento estadunidense na Guerra do Vietnã (1965-1975). Diferente de uma narrativa linear, a análise a partir das decisões estratégicas procura elencar momentos chave da política internacional, nos quais havia mais de um curso de ação disponível e, portanto, mais de um resultado possível. Do período analisado, aproximadamente do final da Segunda Guerra Mundial ao Golpe de Estado no Vietnã do Sul (1943-1963), puderam-se divisar oito grandes decisões estratégicas, divididas em três períodos: (1) primeira fase (1943-1956): a formação da diplomacia triangular e dos objetivos ilimitados dos EUA; (2) segunda fase (1959-1960): a resposta indochinesa à contenção estadunidense; (3) terceira fase (1961-1963): o comprometimento estadunidense com a Guerra do Vietnã. A hipótese do trabalho é a de que o envolvimento estadunidense na Guerra do Vietnã foi progressivamente sendo engendrado ao longo dos vinte anos que decorreram da Segunda Guerra Mundial ao seu início. Tomadas em seu conjunto, as decisões estratégicas revelam o papel da China comunista na grande estratégia estadunidense. E, em relação a esse papel, o dilema estadunidense entre as estratégias da contenção da China ou de neutralização da Indochina. De maneira mais específica, tem-se que os EUA falharam em perceber o valor de neutralizar a Indochina como uma alternativa que podia ter servido a seus interesses. Ademais, a escolha pela estratégia da contenção foi o que ultimamente levou à Guerra do Vietnã. Isso demonstrou, no início da década de 1960, um descompasso entre objetivos e meios. Entende-se que foi durante o governo Kennedy que os objetivos ilimitados de contenção, e possivelmente reversão, da China foram misturados ao conceito de Guerra Limitada, que forneceu a base intelectual da intervenção em massa. Adicionalmente, o trabalho procura explorar a importância da Região como um nível de análise e formulação de política externa. Neste sentido, procura-se demonstrar que a estratégia para o Vietnã dizia respeito a toda Indochina; e que os EUA frequentemente falharam em reconhecer o grau de interdependência política entre os países da região.

**Palavras-chave:** Guerra do Vietnã; Decisões Estratégicas; Política Externa Estadunidense; Indochina; Contenção; Neutralismo.

## ABSTRACT

This thesis seeks to analyze the main strategic decisions that led to the US involvement in the Vietnam War (1965-1975). Unlike a linear narrative, the analysis based on strategic decisions seeks to point out key moments in international politics, in which there was more than one course of action available and, therefore, more than one possible result. In the analyzed period, approximately from the end of the Second World War to the Coup d'état in South Vietnam (1943-1963), eight major strategic decisions could be observed, divided into three periods: (1) first phase (1943-1956): the formation of US triangular diplomacy and unlimited goals; (2) second phase (1959-1960): the Indochinese response to US containment; (3) third phase (1961-1963): the US commitment to the Vietnam War. The thesis's hypothesis is that the US involvement in the Vietnam War was progressively engendered over the twenty years that elapsed from World War II to its beginning. Taken as a whole, the strategic decisions reveal the role played by Communist China in US grand strategy. And, in relation to this role, the US dilemma between the strategies of containing China and neutralizing Indochina. More specifically, the US failed to perceive the value of neutralizing Indochina as an alternative that could have served its interests. Furthermore, the choice of the strategy of containment is what ultimately led to the Vietnam War. This demonstrated, in the early 1960s, a mismatch between objectives and means. It is understood that it was during the Kennedy administration that unlimited goals of containment, and possibly reversal, of China were blended into the concept of Limited Warfare, which provided the intellectual basis for mass intervention. Additionally, the work seeks to explore the importance of the Region as a level of analysis and formulation of foreign policy. In this sense, we try to demonstrate that the strategy for Vietnam concerned all of Indochina; and that the US has often failed to recognize the degree of political interdependence among countries in the region.

**Keywords:** Vietnam War; Strategic Decisions; US Foreign Policy; Indochina; Containment; Neutralism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Indochina.....	43
Figura 2 – Mapa das Ofensivas do Guomindang em Yunnan (1951).....	68
Figura 3 – Mapa de Saigon (1955).....	99
Figura 4 – Mapa da Trilha de Ho Chi Minh (1965).....	119
Figura 5 – Mapa da Disputa pela Planície dos Jarros no Laos (1961).....	146
Figura 6 – Mapa da Linha de Cessar Fogo no Laos (1961).....	154

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

II GM	Segunda Guerra Mundial
BRIAM	<i>British Advisory Mission to South Vietnam</i> (Missão Britânica de Aconselhamento ao Vietnã do Sul)
BS 111	<i>Battalion Spéciale</i> 111 (Batalhão Especial 111)
CAT	<i>Civil Air Transport</i> [Empresa Aérea da CIA]
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> (Agência Central de Inteligência)
CIDG	<i>Civilian Irregular Defense Groups</i> (Grupos Cíveis de Defesa Irregular)
COIN	<i>Counter Insurgency</i> (Contra-insurgência)
CORDS	<i>Civil Operations and Revolutionary Development Support</i> (Suporte a Operações Cíveis e Desenvolvimento Revolucionário)
COSVN	<i>Central Office for South Vietnam</i> (Escritório Central para o Vietnã do Sul)
EPL	Exército Popular de Libertação [China]
EUA	Estados Unidos da América
EVN	Exército do Vietnã do Norte
EVS	Exército do Vietnã do Sul
FAEO	Força Aérea do Extremo Oriente
FLN	Frente de Libertação Nacional [Vietnã]
JCS	<i>Joint Chiefs of Staff</i> (Junta de Chefes de Estado-Maior)
MAAG	<i>Military Assistance Advisory Group</i> (Grupo de Aconselhamento de Assistência Militar)
MACV	<i>Military Assistance Command, Vietnam</i> (Comando de Assistência Militar, Vietnã)
NSAM	<i>National Security Action Memorandum</i> (Memorando de Ação de Segurança Nacional)
NSC	<i>National Security Council</i> (Conselho de Segurança Nacional)
ONU	Organização das Nações Unidas
OSO	<i>Office of Special Operations</i> (Escritório de Operações Especiais)
OSS	<i>Office of Strategic Services</i> (Escritório de Serviços Estratégicos)
OTASE	Organização do Tratado do Sudeste Asiático
PEO	<i>Programs Evaluation Office</i> (Escritório de Avaliação de Programas)
RDV	República Democrática do Vietnã

RI	Relações Internacionais
ROAD	<i>Reorganization Objective Army Divisions</i>
RPC	República Popular da China
SGCI	<i>Special Group Counter Insurgency</i> (Grupo Especial de Contra-insurgência)
SHORAN	<i>SHOrt RANge Navigation</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i> (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
USIA	<i>United States Information Agency</i> (Agência de Informação dos Estados Unidos)
ZDM	Zona Desmilitarizada

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	MODELOS EXPLICATIVOS DA TOMADA DE DECISÃO.....	18
1.1.1	<b>Modelo I (Escolha Racional).....</b>	<b>19</b>
1.1.2	<b>Modelo II (Comportamento Organizacional).....</b>	<b>22</b>
1.1.3	<b>Modelo III (Política Burocrática).....</b>	<b>25</b>
1.1.4	<b>A Abordagem Adotada dos Modelos de Allison.....</b>	<b>31</b>
1.2	GUERRA DO VIETNÃ E DECISÃO ESTRATÉGICA: BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	34
1.3	METODOLOGIA.....	37
1.4	BREVE DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	40
<b>2</b>	<b>1943-1956 – PRIMEIRA FASE: DIPLOMACIA TRIANGULAR E OBJETIVOS ILIMITADOS.....</b>	<b>42</b>
2.1	DECISÃO Nº 01: 1945 – A DECISÃO ALIADA DE RESTAURAR O IMPÉRIO FRANCÊS.....	42
2.1.1	<b>Problema: A Política Externa do Pós-Guerra.....</b>	<b>43</b>
2.1.1.1	Alternativa A: Regionalismo (Cosmovisão Roosevelt).....	44
2.1.1.2	Alternativa B: Contenção da URSS (Cosmovisão Truman).....	45
2.1.1.3	Racha na Burocracia dos EUA.....	46
2.1.2	<b>Decisão: As Conferências Aliadas.....</b>	<b>48</b>
2.1.2.1	A Recolonização.....	49
2.1.3	<b>Resultado: O Sequestro Pela Europa.....</b>	<b>51</b>
2.2	DECISÃO Nº 02: 1950 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE CONTER A CHINA.....	53
2.2.1	<b>Ambiente Estratégico da China: As Três Frentes.....</b>	<b>54</b>
2.2.2	<b>O Fim da Guerra Civil e o Vietnã.....</b>	<b>55</b>
2.2.3	<b>Problema: O Lugar da China Comunista.....</b>	<b>56</b>
2.2.3.1	Alternativa A: Titoização da China.....	57
2.2.3.2	Alternativa B: Reversão (O Lobby da China).....	58

2.2.4	<b>Decisão: A Guerra da Coreia.....</b>	<b>60</b>
2.2.4.1	A Guerra da Coreia Enquanto Guerra Contra a China.....	62
2.2.4.2	O Exército Perdido da Birmânia.....	65
2.2.5	<b>Resultado: A Indochina e a Guerra da Coreia.....</b>	<b>69</b>
2.3	DECISÃO Nº 03: 1954 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE NÃO INTERVIR EM DIEN BIEN PHU.....	72
2.3.1	<b>Problema: O Pedido de Ajuda Francês.....</b>	<b>73</b>
2.3.1.1	Alternativa A: Intervenção Unilateral.....	74
2.3.1.2	Alternativa B: Não-Intervenção.....	79
2.3.1.3	Alternativa C: Intervenção Conjunta.....	82
2.3.2	<b>Decisão: A Recusa da Intervenção Unilateral.....</b>	<b>84</b>
2.3.3	<b>Resultado: Os Acordos de Genebra.....</b>	<b>85</b>
2.4	DECISÃO Nº 04: 1955 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE SUBSTITUIR A FRANÇA NO VIETNÃ.....	87
2.4.1	<b>Problema: A Disputa do Vietnã do Sul.....</b>	<b>88</b>
2.4.1.1	Alternativa A: Criação do Estado Cliente.....	89
2.4.1.2	Alternativa B: Neutralização do Vietnã.....	90
2.4.2	<b>Decisão: A “Troca da Guarda” no Vietnã.....</b>	<b>92</b>
2.4.2.1	(a) O Êxodo Sulista.....	92
2.4.2.2	(b) Tentativa de Golpe do General Hinh.....	94
2.4.2.3	(c) A “Crise dos Sectos” e a Batalha de Saigon de 1955.....	96
2.4.2.4	(d) A Consolidação de Diem.....	103
2.4.3	<b>Resultado: Vietnã do Sul Estado Cliente.....</b>	<b>104</b>
3	<b>1959-1960 – SEGUNDA FASE: A RESPOSTA INDOCHINESA À CONTENÇÃO.....</b>	<b>106</b>
3.1	DECISÃO Nº 05: 1959 – A DECISÃO NORTE-VIETNAMITA DE ABRIR A TRILHA DE HO CHI MINH.....	106
3.1.1	<b>Problema: A Revolução Nacional Incompleta.....</b>	<b>107</b>
3.1.1.1	Alternativa A: Busca Por Um Novo Acordo.....	107
3.1.1.2	Alternativa B: Retomada da Luta Armada.....	108

3.1.1.3	A Disputa Interna no Lao Dong.....	110
<b>3.1.2</b>	<b>Decisão: A Abertura da Trilha de Ho Chi Minh.....</b>	<b>115</b>
3.1.2.1	O Grupo 559 e a Infiltração.....	117
<b>3.1.3</b>	<b>Resultado: A Estrutura Logística da Guerra.....</b>	<b>120</b>
3.2	DECISÃO Nº 06: 1961 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE ACEITAR A NEUTRALIDADE DO LAOS.....	122
<b>3.2.1</b>	<b>Antecedentes: A Primeira Crise de 1959.....</b>	<b>123</b>
<b>3.2.2</b>	<b>A Segunda Crise de 1960, o Neutralismo e a Guerra Civil Laosiana.....</b>	<b>127</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Problema: A Revolta Neutralista.....</b>	<b>129</b>
3.2.3.1	Alternativa A: Manutenção da Guerra Secreta.....	131
3.2.3.2	Alternativa B: Intervenção Militar.....	132
3.2.3.3	Alternativa C: Neutralização do Laos.....	136
<b>3.2.4</b>	<b>Decisão: Guerra Civil Laosiana e Novos Acordos de Genebra.....</b>	<b>138</b>
3.2.4.1	(a) Do Golpe à Batalha de Vientiane.....	139
3.2.4.2	(b) A Batalha pela Planície dos Jarros e o Ápice da Crise.....	144
3.2.4.3	(c) A Batalha de Nam Tha (Dien Bien Phu <i>Reddux</i> ) e os Novos Acordos de Genebra.....	154
<b>3.2.5</b>	<b>Resultado: O Neutralismo pela Metade.....</b>	<b>159</b>
<b>4</b>	<b>1961-1963 – TERCEIRA FASE: O COMPROMETIMENTO ESTADUNIDENSE COM O VIETNÃ.....</b>	<b>164</b>
4.1	DECISÃO Nº 07: 1961 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE TRAVAR UMA “GUERRA LIMITADA” NO VIETNÃ.....	164
<b>4.1.1</b>	<b>Guerra Convencional ou Insurgência?.....</b>	<b>165</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Guerra Limitada e o Governo Kennedy.....</b>	<b>167</b>
<b>4.1.3</b>	<b>Modernização e Contrainsurgência.....</b>	<b>171</b>
<b>4.1.4</b>	<b>O Vietnã Toma o Lugar do Laos.....</b>	<b>175</b>
4.1.4.1	(a) O Relatório Lansdale.....	176
4.1.4.2	(b) O Envolvimento de Taylor.....	178
4.1.4.3	(c) A Insurgência e o Diagnóstico do MAAG.....	179
<b>4.1.5</b>	<b>Problema: O Perfil de Força.....</b>	<b>181</b>
4.1.5.1	Alternativa A: A Teoria da Guerra Limitada.....	182

4.1.5.2	Alternativa B: A Doutrina da Contrainsurgência.....	184
4.1.5.2.1	<i>A CIA e a COIN</i> .....	185
4.1.5.2.2	<i>O Exército Resiste à COIN</i> .....	187
<b>4.1.6</b>	<b>Decisão: A Missão Taylor-Rostow</b> .....	<b>189</b>
4.1.6.1	A Missão Taylor-Rostow.....	191
4.1.6.2	Criação do MACV.....	194
4.1.6.3	Boinas Verdes e COIN.....	196
4.1.6.4	Aeromobilidade e COIN – Sucedâneo Imperfeito.....	197
<b>4.1.7</b>	<b>Resultado: A Guerra pela Metade</b> .....	<b>202</b>
4.2	DECISÃO Nº 08: 1963 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE LIQUIDAR DIEM.....	209
<b>4.2.1</b>	<b>Problema: A Questão do Neutralismo</b> .....	<b>213</b>
4.2.1.1	Alternativa A: Golpe de Estado no Sul.....	214
4.2.1.2	Alternativa B: Acomodação com Nhu e Diem.....	217
4.2.1.3	Alternativa C: Neutralização do Vietnã.....	219
4.2.1.3.1	<i>Os EUA e a Neutralização</i> .....	221
4.2.1.3.2	<i>O Canal Oriental – Polônia</i> .....	222
4.2.1.3.3	<i>O Canal Ocidental – França</i> .....	224
<b>4.2.2</b>	<b>Decisão: O Golpe em Diem</b> .....	<b>227</b>
4.2.2.1	Reafirmação da Escolha: A Sucessão de Golpes.....	232
<b>4.2.3</b>	<b>Resultado: Aceleração da Intervenção Massiva</b> .....	<b>234</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>238</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>242</b>
	<b>APÊNDICE A – QUADROS-RESUMO DAS DECISÕES ESTRATÉGICAS.</b> .....	<b>253</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Guerra do Vietnã (1965-1975), ou Segunda Guerra da Indochina, para além da tragédia humana e profundo tensionamento do tecido social nos Estados Unidos, resultou no final da Primeira Guerra Fria. Enquanto, no começo da década de 1960, os Estados Unidos (EUA) tinham vantagem nuclear sobre a União Soviética (URSS), ao final de 1972, institucionalizavam, de maneira praticamente simultânea, a Destruição Mútua Assegurada e a nova era da *détente* com a URSS através da assinatura do Tratado ABM de Moscou; iniciavam a Diplomacia Triangular com a China Comunista; e encerravam seu traumático envolvimento na Indochina.

Muito pode ser debatido em torno de como a Guerra do Vietnã poderia ter sido ganha pelos estadunidenses. Embora essas questões sejam inteiramente pertinentes tanto ao debate acadêmico quanto às suas aplicações analíticas, o escopo deste trabalho limita-se ao início do envolvimento dos estadunidenses na região, no período que vai da Segunda Guerra Mundial aos primeiros passos para o envolvimento massivo dos EUA em 1965. Essa decisão analítica pode ser justificada pelo próprio debate em torno da guerra.

A conflagração é frequentemente tratada enquanto um “atoleiro” da política externa estadunidense. Isso é, foi percebida já a seu tempo como um erro de decisão do qual era difícil desvencilhar-se. Isso pode ser ilustrado com o período pós-Ofensiva do Tet no início de 1968, o ponto de virada da guerra. A opinião pública e a vontade política dos EUA estavam resolutas de que deveriam sair do conflito.

Na disputada eleição presidencial do mesmo ano, ambos candidatos – o democrata Hubert Humphrey e o republicano Richard Nixon – prometeram terminar com a disputa. Contudo, mesmo com um consenso bipartidário, o envolvimento estadunidense durou ainda mais quatro anos; ou seja, até que as tropas foram retiradas nas primeiras semanas de 1973. Essa dificuldade de desescalada do Vietnã revelou uma dificuldade enorme dos EUA em ajustar suas pretensões no campo de batalha aos objetivos políticos e estratégicos, tanto no Sudeste Asiático quanto no resto do mundo. Por isso, importa investigar o envolvimento estadunidense e os motivos que levaram a ele.

Desta forma, é razoável afirmar que as principais decisões acerca da Guerra do Vietnã possivelmente não foram tomadas em seu decurso, mas ao longo do envolvimento e comprometimento de forças estadunidenses desde o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Como procura-se demonstrar ao longo do trabalho, vários temas

perpassam esse período. A busca pelo equilíbrio e delimitação de áreas de influência, contenção ou reversão da URSS; o papel da China – entre a Diplomacia Triangular e uma segunda política de contenção em torno da ilha de Taiwan; o dilema doutrinário das Forças Armadas estadunidenses – entre a Guerra Nuclear Total, as Guerras Limitadas e a Contrainsurgência; e as políticas de desenvolvimento para o Terceiro Mundo. Esses são exemplos dos dilemas e, portanto, decisões tomadas pelos EUA nestes cerca de vinte anos e que resultaram na tragédia da Indochina. Assim, pode-se expor o problema de pesquisa da seguinte forma: quais foram as decisões estratégicas que levaram à Guerra do Vietnã?

Neste sentido, o tema é delimitado em termos analíticos e cronológicos: o foco da pesquisa recai sobre as decisões dos beligerantes – EUA e Vietnã – ao longo do período de 1943-1963. Esse recorte diz respeito à janela temporal que vai do primeiro envolvimento estadunidense com a política internacional na Indochina à última grande decisão tomada dois anos antes início do envolvimento massivo dos EUA na Guerra do Vietnã em 1965, tradicionalmente tido como marco do início da conflagração. Os objetivos de pesquisa são:

- a) identificar os momentos de grandes decisões;
- b) elencar o dilema decisório e as alternativas disponíveis para cada decisão;
- c) analisar o processo de cada decisão tomada; e
- d) explicar os resultados e decorrências de cada decisão.

A hipótese do trabalho é a de que o envolvimento estadunidense na Guerra do Vietnã foi progressivamente sendo engendrado ao longo dos vinte anos que decorreram da Segunda Guerra Mundial ao seu início. Tomadas em seu conjunto, as decisões estratégicas revelam o papel da China comunista na grande estratégia estadunidense. E, em relação a esse papel, o dilema estadunidense entre as estratégias da contenção da China ou de neutralização da Indochina.

De maneira mais específica, tem-se que os EUA falharam em perceber o valor de neutralizar a Indochina como uma alternativa que podia ter servido a seus interesses. Ademais, a escolha pela estratégia da contenção foi o que ultimamente levou à Guerra do Vietnã. Isso demonstrou, no início da década de 1960, um descompasso entre objetivos e meios. Entende-se que foi durante o governo Kennedy que os objetivos ilimitados de contenção e possivelmente reversão da China –que representariam uma vitória total, portanto um objetivo ilimitado, legado do governo Eisenhower –, foram misturados ao conceito de Guerra Limitada. Esse conceito representava uma série de críticas a doutrina da Retaliação Massiva do governo Eisenhower que, se tomadas separadamente, revelam ontologias e prescrições dramaticamente distintas. Entretanto, aplicado ao Vietnã, o conceito de Guerra

Limitada deu a base intelectual da intervenção em massa. Além disso, ao alinhar-se de forma incoerente com objetivos ilimitados de contenção da China, transformou o envolvimento na Indochina em um desastre de política externa.

Adicionalmente, o trabalho procura revelar a importância da Região como um nível de análise e formulação de política externa. Neste sentido, procura-se demonstrar que a estratégia para o Vietnã dizia respeito a toda Indochina; e que os EUA frequentemente falharam em reconhecer o grau de interdependência política entre os países da região.

Em função do enfoque adotado, o presente esforço, colocado sob a tipologia de trabalhos de Relações Internacionais (RI) segundo Stephen Van Evera<sup>1</sup> (1997, p. 89-95), corresponde a algo entre um trabalho histórico-explicativo ou histórico-avaliativo. O primeiro diz respeito ao trabalho que busca explicar eventos segundo concepções teóricas – sejam elas à acadêmicas ou de senso comum. O segundo, por sua vez, trata da avaliação de políticas públicas do passado. Por extensão, isso inclui a análise do processo decisório dos atores envolvidos e alguma dose de juízo acerca da validade de suas proposições. Contudo, estes tipos de trabalho trazem a tona um debate acerca do papel da investigação histórica em RI:

As dissertações dos tipos 5 [histórico-explicativo] e 6 [histórico-avaliativo] são raras e pouco admiradas na Ciência Política [leia-se Relações Internacionais]. Isso reflete um viés generalizado no campo que favorece a criação e teste de teorias em detrimento da aplicação da teoria. No entanto, esse viés é equivocados. Se as teorias nunca são aplicadas, para que servem? As teorias só têm valor se forem eventualmente postas em prática para explicar, avaliar ou prescrever<sup>2</sup> (VAN EVERA, 1997, p. 92-93, tradução nossa).

Van Evera avalia que as incursões acadêmicas sobre a história, sob uma lente analítica das RI, permanece numa espécie de limbo entre campos de estudo. Por um lado, é demasiado descritiva para os estudos voltados a modelos teóricos como a Ciência Política – como, sugere o autor, é o caso da maior parte dos Departamentos de RI dos EUA. Por outro lado, escapa da objetividade histórica ao incorporar a avaliação de decisões governamentais, políticas

---

<sup>1</sup> **Tipologia de Trabalhos de RI** – Segundo Van Evera (1997, p. 89-95), os trabalhos produzidos no campo das RI podem ser divididos em sete tipos. São eles: (1) Proposição de Teoria; (2) Teste de Teoria; (3) Revisão de Literatura; (4) Avaliação ou Proposição Normativa – isto é, de Políticas Públicas; (5) Histórico-Explicativo; (6) Histórico-Avaliativo; e (7) Preditiva.

<sup>2</sup> **No Original** – “Dissertations of types 5 [histórico-explicativo] and 6 [histórico-avaliativo] are rare and little admired in political science [leia-se Relações Internacionais]. This reflects a general bias in the field favoring the creation and testing of theory over the application of theory. However, this bias is misguided. If theories are never applied then what are they for? Theories have value only if they are eventually put to work to explain, assess, or prescribe” (VAN EVERA, 1997, p. 92-93).

públicas e cosmovisões, característica das teorias sociais. Para escapar deste limbo, o autor, então, conclui:

[...] sem trabalhos histórico-explicativos nunca se explica a história; e sem trabalhos histórico-avaliativos, aprendemos pouco com o passado sobre a resolução de problemas presentes e futuros. Portanto, algum campo deve aceitar essas tarefas. Eu indico a Ciência Política [leia-se Relações Internacionais]<sup>3</sup> (VAN EVERA, 1997, p. 93, tradução nossa).

Desta forma, o trabalho procura explicar o envolvimento dos EUA num dos maiores episódios da Guerra Fria, bem como avaliar a estratégia estadunidense do período. Para dar consecução a esse esforço, emprega-se a ideia das “decisões estratégicas”. Essa abordagem já é consagrada em, pelo menos, duas obras acerca da Segunda Guerra Mundial (II GM). Tratam-se dos livros *As grandes decisões estratégicas: Segunda Guerra Mundial*, organizado pela Diretoria de História Militar do Exército estadunidense (EUA, 2004); e *Dez decisões que mudaram o Mundo: 1940-1941*, de Ian Kershaw (2008).

Nas duas obras, a narrativa histórica da II GM se dá através do reconhecimento e descrição de “grandes decisões estratégicas”. Isso é, no lugar de uma narrativa linear dos fatos, trata de elencar pontos de inflexão da política e estratégia dos países envolvidos. É a partir desses pontos que se permite não apenas examinar com detalhes o processo de decisão, mas também avaliá-lo ao contrastá-lo com as alternativas não seguidas. Seriam, portanto, para Van Evera, trabalhos históricos tanto explicativos quanto avaliativos.

Dessas obras históricas do Exército dos EUA e de Kershaw, toma-se inspiração para a estrutura do trabalho. As ferramentas de análise, contudo, podem ser encontradas no campo específico das RI. Nesse sentido, este trabalho também toma de empréstimo a teorização acerca dos modelos de tomada de decisão de Graham Allison, que será analisado com mais vagar em uma seção própria, que faz as vezes de marco teórico.

---

3 **No Original** – “[...] without explanatory historical work history is never explained; and without evaluative historical work we learn little from the past about present and future problem-solving. Hence some field should accept these tasks. I nominate political science” (VAN EVERA, 1997, p. 93).

## 1.1 MODELOS EXPLICATIVOS DA TOMADA DE DECISÃO

Esta seção tem como objetivo expor o ferramental teórico da análise de tomada de decisão. Talvez a obra mais pioneira deste campo pode ser atribuída a Richard Snyder com *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*, publicada originalmente em 1954 e reeditada em 1962 com novos coautores (SNYDER; BRUCK; SAPIN, 2002). Nela, teve-se uma das primeiras aproximações da análise de política externa. Indo na contramão das teorias de política internacional que se formavam de maneira concomitante – e que viam o Estado enquanto “bolas de bilhar” ou “caixas-pretas”, isto é, que perseguiam interesses nacionais de maneira independente de seu contexto doméstico – procurou-se argumentar que “[...] a análise da política internacional deveria centrar-se, em parte, no comportamento daqueles cuja ação é a ação do Estado, nomeadamente, os tomadores de decisão<sup>4</sup>” (SNYDER; BRUCK; SAPIN, 2002, p. 141).

Contudo, para os propósitos deste trabalho, utiliza-se da obra de Graham Allison, *Essence of Decision*<sup>5</sup>. Diferentemente de Snyder, o autor procura inventariar e descrever mais de um modelo de análise da tomada de decisão – incluindo tanto as teorias de política internacional, quanto a análise centrada nos atores domésticos individuais. Com isso, Allison tem um duplo objetivo de pesquisa. O primeiro é o de explicar a Crise dos Mísseis Cubana de 1962. O segundo, e o que aqui interessa mais, é o de sistematizar o estudo da tomada de decisão em três modelos. São eles:

- a) Escolha Racional;
- b) Comportamento Organizacional; e
- c) Política Burocrática.

No livro, cada modelo é analisado em um capítulo próprio seguido, respectivamente, de um dos três capítulos de explicação da Crise dos Mísseis de 1962 – três recortes dos

---

4 **No Original** – “[...] the analysis of international politics should be centered, in part, on the behavior of those whose action is the action of the state, namely, the decision-makers” (SNYDER; BRUCK; SAPIN, 2002, p. 141).

5 **Versões da Obra de Allison** – Em relação aos modelos de tomada de decisão, a obra de Allison se desenvolveu em sucessivos trabalhos, reaproveitando o texto e as ideias. A primeira versão da obra é um Relatório do Think Thank RAND intitulado *Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis*, de 1968; O mesmo documento foi digerido para uma versão mais curta, em forma de artigo, publicada com o mesmo título na *American Political Science Review*, em 1969. A forma final dos modelos foi publicada em 1971, agora em forma de livro e com o título *Essence of Decision*. Entretanto, em 1999, o livro ganhou uma nova edição, incorporando o coautor Philip Zelikow, com reformulações de vários trechos e incorporação de novos dados da Crise dos Mísseis Cubana. Na maior parte da análise deste trabalho utilizou-se esta última versão do livro. Entretanto, mesmo usando a versão atualizada da obra, que inclui Zelikow como coautor, o texto faz referência aos modelos aludindo exclusivamente a Allison devido ao esforço de elaboração original.

acontecimentos a luz de cada modelo. A ideia subjacente da obra não é a de oferecer uma explicação unificada dos acontecimentos, mas de sobrepor três análises, todas válidas em termos de metodologia e apreciação dos fatos. Desse modo, demonstra-se suas diferenças, pontos fracos e fortes – e, não menos importante, sua complementariedade.

A obra de Allison foi uma das primeiras no campo de relações internacionais a realizar uma união de política decisória e escolha de teoria. Para Nicolas Guilhot (2015, p. 18-20), o teórico foi pioneiro em fazer uma aproximação do campo de RI com a filosofia da ciência de Thomas Kuhn. A ideia de identificar “paradigmas” nos estudos da tomada de decisão sistematizava o campo dentro de um esforço de crítica da hiperracionalização do realismo clássico das RI. Isso sem romper, entretanto, nem com a tradição acadêmica e com a ideia de cientificidade.

Contudo, neste trabalho, a mobilização de Allison tem a ver menos com seu pioneirismo do que com sua sistematização. Pode-se dizer que ela ainda é um esforço suficientemente abrangente das maneiras de análise da tomada de decisão. Assim, a seguir, apresenta-se cada um desses três modelos. Antes disso, cabe ressaltar que o presente trabalho não tem como objetivo testar ou desenvolver os modelos de Allison. O propósito de apresentá-los segue a ideia de tomá-los enquanto chaves de leitura da história, e compor uma metodologia de trabalho e análise coerente. Dessa forma, mesmo que procure-se incorporar críticas ao trabalho de Allison na medida do possível, a assunção dos seus modelos serve ao propósito analítico de um trabalho histórico. Como o objetivo do trabalho é a descrição e explicação dos eventos, os modelos de Allison tem uma instrumentalidade analítica. Assim, trata-se de fornecer os indícios metodológicos (e.g. quais fontes, atores ou perspectivas deve-se procurar ou atentar).

### **1.1.1 Modelo I (Escolha Racional)**

O primeiro modelo apresentado por Allison é o da “Escolha Racional”. Para o autor, é o “Modelo clássico” – assim chamado pois é a reação natural e geralmente implícita de analistas, e até mesmo do senso comum, para questionamentos acerca das ações e comportamentos de Estados e governos. No meio acadêmico, correspondia ao *mainstream* da análise de política externa de sua época, e que sobrevive em grande parte até hoje. O modelo de Allison procura, na verdade, amalgamar uma série de escolas e campos de estudo – dos

teóricos realistas de política internacional aos estrategistas da teoria dos jogos – numa categoria de análise comum (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 15-16).

O que todos têm em comum, segundo Allison, é a identificação de fenômenos como ações de agentes com propósito – ou seja, explicam acontecimentos na política internacional através do comportamento de Estados. A ideia de comportamento ou ação com propósito é algo que permeia todas as disciplinas sociais. O comportamento humano, no geral, é orientado por objetivos e intenções; em outras palavras, propósito. O conceito de racionalidade, por sua vez, é aquele que confere à ideia de propósito um grau de consistência. Consistência entre objetivos e ações, de modo a conferir à determinada situação a possibilidade de um cálculo objetivo acerca das alternativas e suas consequências (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 16-17).

A unidade de análise deste modelo é o Estado enquanto um ator monolítico; isso é, o processo de decisão não diz respeito ao processo burocrático e político interno, mas a uma resposta unificada ao ambiente internacional. É, de certa forma, uma antropomorfização do Estado, sendo que existe apenas um interesse, um cálculo acerca dos resultados e uma decisão tomada (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 24).

Este Estado unitário, para Allison, desencadeia ações a partir do surgimento de um problema no Sistema Internacional, seja ele uma ameaça ou oportunidade. A partir desse problema, a escolha racional depende de quatro grandes conceitos. São eles:

- a) **Objetivos ou metas** – tratam-se dos interesses dos Estados. Na teoria de RI, normalmente aparecem enquanto “segurança nacional” ou “interesses nacionais”. No processo decisório, eles traduzem-se em funções de recompensa – também chamadas de funções de utilidade ou preferência. Essa função de recompensa, embora apareça apenas de forma implícita, serve de mecanismo de classificação das consequências esperadas, de acordo com os objetivos;
- b) **Alternativas** – cursos de ação disponíveis ao decisor para atingir seus objetivos;
- c) **Consequências** – a cada alternativa vislumbrada está anexada uma consequência esperada (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 18, 24);
- d) **Escolhas** – agregando todos os conceitos, “a escolha racional consiste simplesmente em selecionar aquela alternativa cujas consequências têm a

classificação mais alta na função de recompensa do tomador de decisão<sup>6</sup>” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 18).

Esta premissa básica leva a dois possíveis resultados:

- a) o aumento do custo de uma determinada alternativa faz sua escolha ser menos provável;
- b) e seu contrário, a diminuição do custo de uma determinada alternativa faz a sua escolha ser mais provável.

Embora aparentemente simplistas por serem intuitivas, essas proposições perfazem toda explicação de fenômenos da política internacional (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 25).

Para Allison, tanto a maior vantagem quanto a maior limitação do Modelo da escolha racional reside em sua capacidade de síntese. Por um lado, apresenta grande poder explicativo, aplicável a todos Estados e com relativo desconhecimento das minúcias dos acontecimentos. Por outro, esse potencial explicativo é também uma potência para o autoengano. O analista, ao apoiar-se no conceito de racionalidade pode perder de vista percepções do problema, interesses, alternativas e relações custo-benefício que não seguem a racionalidade estrita (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 19).

A síntese de Allison, ao reunir mais de um campo de conhecimento incluindo seu núcleo duro racional, não surpreendentemente, lhe rendeu uma série de críticas (FREEDMAN, 1976; BENDOR; HAMMOND, 1992). Entretanto, várias delas têm tração. O Modelo I acomoda, numa mesma categoria, por exemplo, historiadores da diplomacia, teóricos das RI, estrategistas da teoria dos jogos e soviétólogos. Nenhuma dessas tradições intelectuais teria o modelo de Allison como uma autodescrição suficiente da sua escola de pensamento. Dessa forma, o autor pega uma premissa comum, mas que serve a propósitos díspares, e a eleva a um conceito metodológico pretensamente central. Portanto, o Modelo I seria universal para todos aqueles que não lidam com elementos característicos dos Modelos II e III. Nas palavras de Lawrence Freedman (1976, p. 435-436), seria, portanto, uma “categoria residual para todos os analistas que não se debruçam sobre a política burocrática em seus quadros explicativos”<sup>7</sup>.

Jonathan Bendor e Thomas Hammond (1992, p. 319) seguem uma linha parecida ao argumentar que a apresentação do Modelo I sugere que Allison construiu o modelo apenas para demoli-lo logo em seguida com os modelos II e III – pelos quais tem mais afeição. Os

<sup>6</sup> **No Original** – “Rational choice consists simply of selecting that alternative whose consequences rank highest in the decision maker’s payoff function” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 18).

<sup>7</sup> **No Original** – “Model I is thus a residual category for all analysts who do not dwell on bureaucratic politics in their explanatory frameworks” (FREEDMAN, 1976, p. 436).

autores avaliam que, independentemente do seu valor real, o Modelo I não foi testado de forma convincente.

Ainda assim, para as finalidades desta pesquisa, o Modelo I cumpre seu propósito. Embora Allison tenha realizado um amalgama arbitrário de diversas disciplinas e campos de estudo, livre das nuances de teorias e interpretações que guardam grandes diferenças entre si, julga-se que ele teve sucesso em destilar pelo menos uma característica comum, a Unidade na análise – a ontologia – e a lógica implícita nela. Ademais, as nuances não ganham destaque na análise, pois, apesar de Allison enxergar limitações no Modelo I, considera-o longe de dispensável.

### 1.1.2 Modelo II (Comportamento Organizacional)

O segundo modelo de Allison diz respeito ao comportamento organizacional. Isso pode ser resumido na assertiva que as ações do estado são tratadas “menos como escolhas deliberadas e mais como resultados de grandes organizações que funcionam de acordo com normas de comportamento padrão<sup>8</sup>” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 143)

Enquanto o Modelo I tende a antropomorfizar governos e Estados, atribuindo um caráter unitário às organizações complexas, o Modelo II tem como sujeitos organizações que, por consequência, tem propósitos e comportamentos explicados pelo viés organizacional. Ou seja, comum a um grupo e não a um indivíduo em específico (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 144).

O ponto de partida deste modelo é reconhecer que Estados não são atores unitários. Assim, consistem, na medida em que devem responder a um amplo espectro de questões e problemas, em diversas grandes organizações. Cada organização responde a um conjunto específico de responsabilidades. Contudo, dificilmente um problema – especialmente no campo da política internacional – se delimita à área de responsabilidade de uma única organização. Assim, as opções de uma decisão normalmente advêm dos *inputs* independentes de diversas organizações, coordenadas por líderes do governo (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 143).

A unidade de análise recai sobre a organização devido a três fatores:

---

8 **No Original** – “[...] less as deliberate choices and more as outputs of large organizations functioning to standard patterns of behavior” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 143).

- a) os próprios acontecimentos internacionais são ações organizacionais, decisões dos líderes desencadeiam processos nas organizações;
- b) as capacidades organizacionais (e.g. recursos materiais e humanos) conformam a extensão das escolhas disponíveis aos tomadores de decisão (embora esses possam ignorá-las a seu próprio risco);
- c) organizações estruturam o problema de acordo com *outputs*. São eles que levantam o problema, proveem informação e rascunham as opções disponíveis (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 164-165).

Para o analista, a principal matéria-prima de pesquisa segundo o Modelo II são os processos e rotinas administrativas. Isso se deve ao fato de que a decisão e implementação da ação governamental são realizadas de acordo com rotinas estabelecidas. Aqui, Allison realiza uma espécie de hierarquia tipológica das rotinas. Rotinas são tarefas e ações tomadas no nível individual. Um conjunto de rotinas sequenciais estabelece um Procedimento operacional padrão (POP). Os “programas” são aglomerados complexos de POPs, mas que dizem respeito ao todo da organização. Aglutinados, os programas compõem o “repertório” de uma organização (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 178-179; 143-144; 169-170).

As organizações, através da eficiência dos procedimentos, criam capacidades, nas quais antes não havia, para lidar com problemas complexos. Entretanto, apesar de parecer um subproduto da escolha racional, a criação de procedimentos cria uma lógica própria. Neste ponto, Allison utiliza a teoria organizacional – especialmente das obras de James March e Herbert Simon – para distinguir dois tipos de lógica: a da consequência e a da adequação. A lógica consequencial é aquela que elenca escolhas a partir de suas consequências e das preferências. Ou seja, é aquela que diz respeito ao Modelo I. Já a lógica da adequação é aquela que reconhece a situação de acordo com uma situação familiar – recorrente – e liga esse diagnóstico a um conjunto de regras predeterminadas. Essa heterogeneidade entre tipos de lógica está no centro da diferença entre os Modelos I e II (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 146-148).

Allison aponta que a eficiência não é o único impulso para a lógica de adequação. Também existe o fator da Cultura Organizacional. Como o nome indica, trata-se do conjunto de valores que membros da organização partilham e que são passados aos seus sucessores. Essa cultura está ligada a um conceito de identidade, que “é uma concepção do ser organizada em regras, para o acoplamento de ações a situações” (MARCH, 2009, p. 53). Essa identidade e cultura são definidas e cristalizadas através da ação da organização. Em suma, a cultura organizacional reforça a lógica da adequação através de três fatores:

- a) modelos para definição de identidades, classificação de situações e aplicação de regras;
- b) pistas e deixas acerca do gerenciamento da identidade, através de vocabulários, rótulos, cenários, vestuários, etc; e
- c) experiências nas quais as regras são exercitadas e conseqüentemente reforçadas, adaptadas ou substituídas (MARCH, 2009, p. 61-63; ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 155).

Cabe notar que, para os autores, a cultura organizacional é um subproduto de algo necessário. A organização seria análoga a um conjunto de tecnologias, ainda que sociais, que constroem capacidades que em outras circunstâncias seriam impossíveis (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 146). Entretanto, ao constituírem-se em organismos próprios, justamente pela racionalidade envolvida com o processo de burocratização, criam-se procedimentos padrão na sua operação que, por sua vez, criam lógicas paralelas à de uma tomada de decisão puramente racional.

Uma operacionalização das suposições centrais do Modelo II de Allison pode ser esquematizadas da seguinte maneira:

- a) Capacidades organizacionais conformam ação;
- b) Prioridades organizacionais governam a implementação; e
- c) Papel do líder.

**(a) Capacidades organizacionais conformam ação** – As capacidades existentes conformam a decisão governamental à medida que oferecem soluções “baratas” – em termos de informação, procedimentos, pessoal e materiais disponíveis. Essas soluções podem ser potências de capacidades que de outra forma seriam inexistente, bem como podem servir de restrição à criatividade de líderes e burocratas. Em última análise, não existe uma qualidade trágica nas rotinas organizacionais, mas uma qualidade estruturante que não é necessariamente boa ou má. Isso se dá pois opera por uma lógica diferente da racionalidade consequencial estrita. A inovação na solução de problemas é, nesse sentido, possível, mas vem com alto custo humano de formulação de novos procedimentos, instituições, cadeias de comando e controle etc. Ademais, são suscetíveis a sofrer resistência da cultura organizacional já em vigor (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 176-177).

**(b) Prioridades organizacionais governam a implementação** – Quando, diante de metas e objetivos conflitantes, as organizações estabelecem a implementação de acordo com suas próprias prioridades. Ou seja, diante de um curso de ação estabelecido pelo governo, as organizações tendem a elencar passos de implementação ou direcionamento de recursos de

acordo com a cultura e procedimentos existentes dentro dela – especialmente de acordo com os repertórios já estabelecidos (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 177-178).

**(c) Papel do líder** – Assim, mesmo que o decisor – neste caso, o presidente – tenha ascendência hierárquica, não tem controle absoluto sobre o processo de decisão. Ele atua, na verdade, enquanto árbitro das diversas agências. O líder deve, então, estar consciente do repertório e cultura organizacionais, visto que eles não somente enquadram o problema e a decisão em si, mas também podem oferecer limites à implementação de decisões da mesma forma que as possibilitam. Quando cômicos das capacidades e cultura organizacionais, é possível que o líder realize uma mudança direcionada na organização através de mudanças de pessoal, informação, incentivos e orçamento. Entretanto, enquanto possa ter resultados de longo prazo, a cultura organizacional tem uma tendência a estabilidade e faz das mudanças de curto prazo acontecimentos incomuns (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 143, 159, 181-182).

Em suma, seja por conta de seu caráter operativo ou pela criação de uma cultura organizacional, a burocracia envolvida na formulação de política externa opera sob uma lógica que não é a de maximização racional. Trata-se, antes, da conformação a um conjunto de padrões definidos e adquiridos por uma trajetória pregressa particular a cada organização. Assim, enquanto a análise baseada puramente na teoria de RI – ou seja, numa pretensa universalidade do comportamento decisório – possa dar indícios acerca da lógica da decisão, ela deve ser cotejada também com a tradição particular de cada Estado e, dentro desse, das organizações envolvidas na decisão em tela.

### **1.1.3 Modelo III (Política Burocrática)**

O terceiro modelo de Allison, também em contraste com o modelo da escolha racional, não enxerga um ator monolítico, mas diversos atores. Esses atores não se preocupam com um único problema estratégico, mas também com diversas questões e interesses domésticos. De maneira diferente do Modelo II, a análise “desce” um nível para conformar os indivíduos envolvidos no processo decisório. Esses indivíduos, pertencentes ou não às organizações, elencam alternativas de acordo com conceitos e percepções variadas da situação internacional (ALLISON; ZELIKOW, 1972, p. 43).

A ação governamental, desta feita, não se confunde com a intenção – ou seja, não advém da lógica consequencialista do interesse nacional nem da lógica de adequação das

organizações. No Modelo III, ela é o resultado do jogo ou disputa política dos “jogadores”. Diferentes percepções e prioridades sobre o problema frequentemente produzem um resultado subótimo para a maioria dos jogadores envolvidos, o que se dá porque a acomodação de interesses diversos não leva a escolha de uma alternativa em sua essência (ALLISON, 1969, p. 711; ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 306).

Cumpra notar que este é o modelo mais perto da contribuição original de Allison. Nesse sentido, constituiu uma espécie de “escola” teórica do modelo da Política burocrática. Outro autor importante para este campo foi Morton Halperin, com seu livro *Bureaucratic Politics and Foreign Policy*, lançado originalmente em 1974 (HALPERIN; CLAPP, 2006). Em 1972, Allison e Halperin juntaram esforços para publicar um artigo que fazia as vezes de junção dos Modelos II e III num único modelo, que faria frente ao da escolha racional. Esse movimento de incorporação dos Modelos II e III num único não é isento de dificuldades, o que o deixou vulnerável a críticas.

Nesta direção, Bendor e Hammond (1992, p. 304) se mostram contrários ao amálgama suscitado por Allison e Halperin. O argumento vai no sentido de que lógica dos modelos II e III são suficientemente diferentes – e, na verdade, ainda não suficientemente delimitadas – para que sejam mantidas de forma separada. Os autores continuam a ideia de Cornford (1974, p. 241), que sustenta que essa delimitação formal é difícil de ser realizada. O Modelo II advém da abordagem sociológica das organizações, enquanto o Modelo III advém da abordagem psicológica dos tomadores de decisão e de seu meio. Um amálgama entre os dois modelos tenderia, para o autor, a apagar as influências organizacionais da análise. Nesse sentido, conquanto utilize das contribuições da aliança Allison e Halperin, continua útil realizar uma distinção dos modelos II e III.

Mesmo se tratado como um modelo separado, com um argumento central claro, o terceiro modelo recebe muitas críticas por ser demasiadamente complexo e, portanto, parece ter pouca capacidade de se sustentar enquanto modelo explicativo universal. É uma crítica pertinente, já que o próprio Allison a reconhece, na primeira versão da obra, ao constatar que, embora o modelo se baseie numa literatura ampla, ela é mais discursiva e descritiva do que explicitamente teórica. Assim, o paradigma do Modelo III é, segundo seu criador e em contraste com os demais modelos, uma formalização experimental (ALLISON, 1971, p. 147; BENDOR; HAMMOND, 1992, p. 313-314).

Na segunda edição da obra, o modelo fica ainda mais complexo. Na tentativa de cobrir todas as variações do modelo, um sem número de variáveis podem ser adicionadas, desde idiosincrasias de cada membro, mudança de ambiente, habilidade de negociação a

compatibilidade de personalidades etc. Tratando-se de jogos políticos, a análise pode ser ainda mais sofisticada – e complexa – com a incorporação de outros conceitos da Ciência Política. Por exemplo, pode-se incorporar o conceito de “jogos de dois níveis” – ou seja, a ideia de que os jogadores negociam resultados tanto na arena doméstica quanto na internacional (PUTNAM, 2010, p. 169-170). Outro exemplo seria a noção de “jogos ocultos” – a ideia de que o jogador está envolvido simultaneamente numa rede de jogos, na qual escolhas aparentemente subótimas, na verdade, representam uma incompletude na informação do observador (TSEBELIS, 1998, p. 22).

Em suma, é logicamente válida a crítica de que os modelos de Allison estão longe de serem isométricos. Assim, enquanto o Modelo I é muito raso, o Modelo III é demasiadamente complexo (BENDOR; HAMMOND, 1992, p. 318). Contudo, é plausível que a potência analítica da tipologia de Allison esteja exatamente nessa disparidade entre a especificidade dos modelos. Pode-se dizer que o próprio autor reconhece essa questão ao defender a economicidade ou elegância das teorias do Modelo I e seu alcance explicativo razoável na presença de poucas evidências ou familiaridade com o tema (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 387, 19). Por contraste, a defesa do Modelo III enquanto ferramenta analítica mais precisa cobra seu preço no nível de atenção e recursos dispendidos na análise da minúcia, das personalidades e da efemeridade das posições e barganhas. Allison compara o analista do Modelo III com um “artista”, o que vem a casar com a intenção remetida no prefácio do livro – a de que a obra procura fazer uma ponte entre “artistas” e “cientistas”. Ou seja, os acadêmicos preocupados com as nuances e com o particular e os que buscam a generalização (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 387, 312-313; xi). Dessa forma, julga-se que supercomplexificar o Modelo III pode ser infrutífero e, eventualmente, contraproducente.

Com estas ressalvas, cumpre reconhecer alguns conceitos elementares que permitem identificar o padrão de inferência dominante do modelo. De modo a manter-se fiel aos propósitos do trabalho, a partir dele, é possível que se adquira um padrão de inferência e reconhecimento de evidências que possibilitem a análise histórica. Para isso, julga-se possível destilar o Modelo III em quatro passos:

- a) o jogo em si (O Canal de ação);
- b) os seus jogadores;
- c) suas respectivas posições; e
- d) a barganha que se dá entre eles.

**(a) Canal de ação** – Conceito organiza o jogo político. Ele “é um meio regularizado de desencadear ações governamentais sobre um tipo específico de questão<sup>9</sup>” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 300, tradução nossa). Eles “estruturaram o jogo pré-selecionando os principais jogadores, determinando seus pontos habituais de entrada no jogo e distribuindo vantagens e desvantagens específicas para cada jogo<sup>10</sup>” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 301, tradução nossa). Os canais de ação lembram as rotinas e procedimentos organizacionais, visto que fazem as vezes de resposta institucional a problemas. Entretanto, em vez de organizarem a ação, estruturam o jogo político.

**(b) Jogadores** – Aqui, a explicação de Allison gira em torno da pergunta: “quem joga?” Essa resposta depende dos já mencionados canais de ação, que selecionam os jogadores de acordo com o problema posto. Existem, entretanto, vários tipos de jogadores.

Num governo, existem os membros que Allison e Halperin denominam “seniores”, o que inclui, por exemplo, o chefe do executivo, seu círculo de assessores, grandes figuras políticas, chefes de ministérios e organizações de segurança nacional. Abaixo dessa hierarquia estão os jogadores “juniores”, como membros do congresso, a imprensa, grupos de interesse na sociedade civil e também membros dentro da burocracia nacional. Enquanto jogadores seniores têm maior impacto em jogos de decisão, os juniores normalmente têm uma capacidade de influenciar fortemente na sua implementação (ALLISON; HALPERIN, 1972, p. 47).

Outra tipologia dos jogadores é dada pelo seu “estilo de jogo”. Esse depende da sua trajetória e interesses funcionais. Allison atenta para a diferença entre funcionários de carreira, servidores de “entrada lateral” – como funcionários em funções gratificadas – e membros do governo. Enquanto possam ocupar cargos equivalentes na hierarquia, esses diferentes jogadores têm estilos diferentes na maneira de fazer política. Enquanto burocratas de carreira têm uma observação mais estrita aos programas e cultura organizacional, bem como uma abordagem mais conservadora no que diz respeito ao prestígio pessoal, membros indicados pelo governo tem uma tendência a inovação – não necessariamente numa forma positiva – e agem de acordo com a consciência de que suas carreiras no governo tem data de término (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 310-311).

**(c) Posições** – Os resultantes políticos em si dependem largamente das preferências pessoais de cada jogador. As percepções e os interesses de cada participante do jogo político

9 **No Original** – “An action-channel is a regularized means of taking governmental action on a specific kind of issue” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 300).

10 **No Original** – “Action-channels structure the game by preselecting the major players, determining their usual points of entrance into the game, and distributing particular advantages and disadvantages for each game” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 301).

advém tanto de suas características pessoais quanto da posição que ele ocupa. Allison e Halperin concebem que os interesses podem ser enquadrados em uma de quatro categorias: nacional, doméstico, organizacional e pessoal (ALLISON; HALPERIN, 1972, p. 48).

A posição assumida é fortemente influenciada pelo cargo que se ocupa. Isso tem implicações “horizontais” e “verticais”; isto é, tanto no que diz respeito à funcionalidade do cargo quanto na posição hierárquica dentro da burocracia. Horizontalmente, as demandas do cargo condicionam percepções, prioridades e posicionamentos. Ou seja, de forma hipotética, um mesmo indivíduo, num mesmo recorte temporal e num mesmo governo, teria opiniões divergentes e até mesmo conflitantes se ocupasse cargos diferentes – e.g. Ministro da Defesa ou Ministro das Relações Exteriores. Por sua vez, verticalmente, isto é, a posição na hierarquia, também influencia as interações políticas da decisão. Allison resume que para os de baixo, a questão é a manutenção de opções. Já ao se lidar com os pares, a questão é inspirar o comprometimento com a coalizão. E, com os de cima, trata-se de inspirar a confiança de escolher a opção em jogo (ALLISON, 1969, p. 711; ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 307-308).

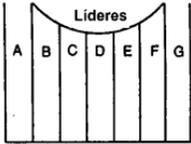
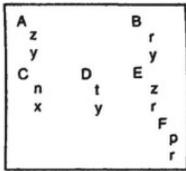
**(d) Barganha** – Com canais de ação, jogadores e seus interesses definidos, resta saber o resultado do jogo político para determinada decisão. A forma como esses jogadores interagem, contudo, tem uma dinâmica própria. Allison e Halperin resumem da seguinte forma:

A probabilidade de sucesso de cada jogador depende de, pelo menos, três elementos: vantagens de barganha, habilidade e vontade de usar estas vantagens de barganha e as percepções de outros jogadores sobre os dois primeiros ingredientes. As vantagens de barganha decorrem do controle de implementação, controle sobre as informações que permitem definir o problema e identificar as opções disponíveis, poder de persuasão sobre outros jogadores (incluindo jogadores fora da burocracia) e capacidade de afetar os objetivos de outros jogadores em outros jogos, inclusive os jogos políticos domésticos<sup>11</sup> (ALLISON; HALPERIN, 1972, p. 50, tradução nossa).

---

<sup>11</sup> **No Original** – “Each player's probability of success depends upon at least three elements: bargaining advantages, skill and will in using bargaining advantages, and other players' perceptions of the first two ingredients. Bargaining advantages stem from control of implementation, control over information that enables one to define the problem and identify the available options, persuasiveness with other players (including players outside the bureaucracy) and the ability to affect other players' objectives in other games, including domestic political games” (ALLISON; HALPERIN, 1972, p. 50).

**Quadro 1 – Resumo Modelos de Allison**

O paradigma	Modelo I	Modelo II	Modelo III
	<p>Governo nacional</p>  <p>Estado nacional Estado genérico Estado identificado Estado personificado</p>	<p>Governo nacional</p>  <p>O que realmente acontece Faixa de escolha Estrutura de situação Inovação</p>	<p>Governo Nacional</p>  <p>Jogadores em posições (A-F) Metas, interesses, apostas e posicionamentos (n-z) Poder Canais de ação</p>
<b>Unidade básica da análise</b>	Ação governamental como escolha	Ação governamental como <i>output</i> organizacional	Ação governamental como resultado político
<b>Conceitos organizantes</b>	<p>Ator nacional unificado O problema Ação como escolha racional Metas e objetivos Opções Consequências Escolha</p>	<p>Atores organizacionais Problemas fatorados e potência fracionada Missões organizacionais Objetivos operacionais, capacidades especiais e cultura Ação como <i>output</i> organizacional Objetivos – conformidade Atenção sequencial aos objetivos Procedimentos operacionais padrão Programas e repertórios Prevenção de incertezas Busca direcionada a problemas Aprendizagem organizacional e mudança Coordenação central e controle Decisões de líderes governamentais</p>	<p>Jogadores em posições Fatores moldam as percepções, preferências e posições dos jogadores Prioridades e percepções paroquiais Metas e interesses Apostas e posições Prazos e faces das questões Poder Qual é o jogo? Canais de ação Regras do jogo Ação como resultado político</p>
<b>Padrão de inferência dominante</b>	Ação = meios de maximização de valor em direção aos fins do Estado	<p>Ação (no curto prazo) = <i>output</i> próximo ao <i>output</i> existente Ação (no longo prazo) = <i>output</i> condicionado pela visão da organização sobre tarefas, capacidades, programas, repertórios e rotinas</p>	Ação governamental = resultante de barganha
<b>Proposições gerais</b>	<p>Custos percebidos aumentados = ação menos provável Custos percebidos reduzidos = ação mais provável</p>	<p>Capacidades organizadas existentes influenciam a escolha governamental Prioridades organizacionais moldam a implementação organizacional Capacidades especiais e crenças culturais Metas conflitantes abordadas sequencialmente Implementação reflete rotinas previamente estabelecidas, POPs, programas e repertórios Líderes negligenciam a viabilidade administrativa por sua conta e risco Flexibilidade limitada e mudança incremental Planejamento de longo prazo Imperialismo Mudança direcionada</p>	<p>Resultados políticos Ação e intenção Problemas e soluções Onde você se posiciona depende de onde você se senta Chefes e índios [Hierarquia] O princípio 51-49 Relações internacionais e intranacionais Desconfiança, falta de comunicação, reticência e estilos de jogo</p>

Fonte: Traduzido de Allison e Zelikow (1999, p. 391). Partes em cinza representam ideias omitidas neste trabalho.

### 1.1.4 A Abordagem Adotada dos Modelos de Allison

A ideia do emprego conjunto dos modelos já possui cidadania estabelecida pelo próprio Allison. Ao menos na época da segunda edição da obra em 1999, segundo o autor, o estado da arte em RI é o da utilização de diversos modelos, múltiplos e sobrepostos, mesmo que compitam entre si. E, embora essa ideia possa ser metodologicamente “desconfortável” para os analistas, ela é um fator inescapável do campo. Esse desconforto, entretanto, pode ser contornado ao perceber-se os modelos não como concorrentes mas sim como complementares (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 401, 392). Isso pode parecer estranho depois de todas as objeções apresentadas às fusões dos modelos II e III. Contudo, cabe notar que não se trata de uma incongruência – afinal, tratar os modelos como pertencentes a ontologias e metodologias distintas não impede a utilização conjunta deles. A conclusão de Allison é a de que os modelos diferentes são diferentes ferramentas, que iluminam aspectos distintos – todos potencialmente verdadeiros – de um mesmo problema de tomada de decisão. Segundo o autor: “Os melhores analistas de política externa conseguem entrelaçar linhas de cada um dos três modelos conceituais em suas explicações. [...] Ao integrar fatores identificados sob cada lente, as explicações podem ser significativamente fortalecidas<sup>12</sup>” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 392, tradução nossa).

Cabe notar que Allison e Zelikow, ao revisitarem o *Essence of Decision* em 1999, quase três décadas após sua concepção, terminaram o livro com uma explícita crítica a Waltz, na época já o mais influente pensador realista de RI. Em particular, eles criticam a noção de que uma teoria da Política Internacional seja algo separado de uma teoria de Política Externa. Para os autores, partindo da própria analogia de Waltz, é como ter uma teoria de mercados sem reconhecer uma teoria da firma que a condiciona (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 404-405).

Entretanto, como apêndice da crítica, Allison e Zelikow realizam um esforço imaginativo de como seria uma possível réplica de Waltz. Esse provavelmente citaria passagens do seu *Theory of International Politics* (1979, p. 122-123) em que recomenda que se façam teorias de política externa; bem como provavelmente citaria partes do *Homem, o*

12 **No Original** – “The best analysts of foreign policy manage to weave strands from each of the three conceptual models into their explanations. [...] By integrating factors identified under each lens, explanations can be significantly strengthened” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 392).

*Estado e a Guerra* (2004, p. x-xi), na ideia de que nenhuma imagem por si só é suficiente para explicar um fenômeno. Essa é a única menção – em nota de rodapé – à obra mais antiga de Waltz, na qual está contida a ideia de imagens das RI. Allison e Zelikow tomam a separação da política internacional em imagens como “declarações precisas<sup>13</sup>”, mas reforçam que são passagens menores comparadas ao esforço contínuo de Waltz em diferenciar a teoria da Política Internacional do campo da Política Externa (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 407, n. 18). Evidentemente, não pretende-se, no escopo deste trabalho, debater aos méritos e limitações de Waltz em perceber a estrutura do Sistema Internacional enquanto constituinte de uma explicação autônoma dos fenômenos internacionais. A ideia, portanto, e a de propor que essa aproximação de Allison e das imagens de Waltz pode ser aprofundada.

Neste sentido, os modelos de Allison podem ser tomados, em grande medida, como espelhos dos níveis de análise – denominados imagens – de Waltz (2004, p. x-xi). São eles:

- a) Primeira Imagem – o indivíduo, em sua psicologia e natureza;
- b) Segunda Imagem – o Estado; e
- c) Terceira Imagem – o Sistema Internacional.

A forma como as imagens estão organizadas em Waltz serve para demonstrar a ordem crescente de complexidade do objeto de análise – embora não necessariamente a dificuldade da análise em si. A ordem dos modelos de Allison faz as vezes de um caminho inverso, em que a complexidade da análise – a quantidade de dados e conhecimento específico sobre eventos e personagens históricos – é crescente. Assim, o Modelo I de Allison tem um alto grau de correspondência com a Terceira Imagem de Waltz – ao menos em relação ao objeto de análise. Na sequência, o Modelo II tem um grau de correspondência com a Segunda Imagem, visto que lida com os meandros organizacionais no nível do Estado. Por fim, o Modelo III pode ser ligado à Primeira Imagem, visto que é o paradigma que reconhece o papel do indivíduo como sujeito da política internacional, ainda que agindo através da tomada de decisão governamental.

Assim, os modelos de Allison não quebram com a tradição analítica de RI, mas indicam outros caminhos para dar cabo da explicação de fenômenos. Nesse mesmo sentido, uma analogia utilizada por Allison e Zelikow é a de que os modelos fazem as vezes de “mecanismos de busca” em relação aos dados disponíveis, capazes de descobrir nexos causais e resultados. A ideia é a de que os modelos são uma forma de navegar entre os dados e fontes disponíveis sobre um determinado assunto, ressaltando-se certas bibliografias, conceitos, depoimentos, personalidades, documentos etc. Dessa forma, os três mecanismos de busca são

---

13 No Original – “accurate statements” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 407, n. 18).

esquemáticos no Quadro 2 através de perguntas-guia (ou Receita de Bolo) para navegar as evidências disponíveis (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 392).

Quadro 2 – Perguntas Tipo “Receita de Bolo” para os Modelos de Allison

Modelo I (Escolha racional)	Modelo II (Comportamento organizacional)	Modelo III (Política Burocrática)
<p>(1) Quais são as circunstâncias objetivas (ou percebidas) que o Estado concebe enquanto ameaças e oportunidades?</p> <p>(2) Quais são os objetivos do Estado (e.g. sobrevivência, maximização do poder etc.)?</p> <p>(3) Quais são as opções objetivas (ou percebidas) para abordar essa questão?</p> <p>(4) Quais são os custos e benefícios estratégicos objetivos (ou percebidos) de cada opção?</p> <p>(5) Qual é a melhor escolha para o Estado dadas essas condições<sup>14</sup>?</p>	<p>(1) De que organização (e componentes organizacionais) consiste o governo?</p> <p>(2) Quais capacidades e restrições os POPs existentes dessas organizações criam na produção de <i>informações</i> sobre condições, ameaças e oportunidades internacionais?</p> <p>(3) Quais capacidades e restrições os POPs existentes dessas organizações criam ao gerar o menu de opções para ação?</p> <p>(4) Quais recursos e restrições os POPs existentes dessas organizações estabelecem para implementar o que for escolhido<sup>15</sup>?</p>	<p>(1) <i>Quem</i> joga? Ou seja, quais pontos de vista e valores contam para moldar a escolha e a ação?</p> <p>(2) Quais <i>fatores</i> moldam as (a) percepções de cada <i>jogador</i>; (b) seu curso de ação preferido; e, assim, (c) a posição deste sobre o assunto?</p> <p>(3) Que <i>fatores</i> explicam o <i>impacto de cada jogador</i> na escolha e ação?</p> <p>(4) Qual é o <i>canal de ação</i>, ou seja, o processo estabelecido para agregar percepções, preferências e posturas concorrentes dos jogadores na tomada de decisão e na ação<sup>16</sup>?</p>

Fonte: Adaptação para o formato quadro do texto em Allison e Zelikow (1999, p. 389-390). O Receita de Bolo no título alude ao termo *cookbook* utilizado pelos autores.

Depois de expor a abordagem conjunta dos modelos, cabe lembrar que este trabalho não tem como pretensão reeditar o esforço de Allison – isso é, o de tomar três perspectivas

14 **No Original** – “1. What are the objective (or perceived) circumstances that the state conceives as threats and opportunities [...]”; 2. What are the state’s goals (e.g. survival, maximization of power, etc.)?; 3. What are the objective (or perceived) options for addressing this issue?; 4. What are the objective (or perceived) strategic costs and benefits of each option?; 5. What is the state’s best choice given these conditions [...]?” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 389-390).

15 **No Original** – “1. Of what organization (and organizational components) does the government consist [...]”; 2. What capabilities and constraints do these organizations’ existing SOPs create in producing *information* about international conditions, threats, and opportunities?; 3. What capabilities and constraints do these organizations’ existing SOPs create in generating the menu of *options* for action?; 4. What capabilities and constraints do these organizations’ existing SOPs establish for *implementing* whatever is chosen?” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 390).

16 **No Original** – “1. *Who* Plays? That is, whose views and values count in shaping the choice and action?; 2. What *factors* shape each *player’s* (a) perceptions; (b) preferred course of action; and thus (c) the player’s stand on the issue?; 3. What *factors* account for each *player’s* *impact* on the choice and action?; 4. What is the “*action channel*”, that is, the established process for aggregating competing perceptions, preferences, and stands of players in making decisions and taking action?” (ALLISON; ZELIKOW, 1999, p. 390).

“puras” acerca de um evento. Ao passo que a construção de modelos era o objetivo principal do autor, aqui se dá o oposto. Para Allison, não foi necessário chegar a uma conclusão acerca da Crise Cubana. Ou seja, avaliar os méritos do objeto de análise histórica em si. Neste trabalho, os modelos servem apenas como ferramentas que justificam e explicam o método seguido e suas conclusões. Assim, cumpre valer-se do arcabouço de Allison para analisar as decisões acerca do Vietnã, mesclando modelos conforme o caso mas sempre com a perspectiva de chegar-se a uma conclusão.

## 1.2 GUERRA DO VIETNÃ E DECISÃO ESTRATÉGICA: BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Exposta a perspectiva teórica do trabalho, volta-se ao tema central das decisões que levaram à Guerra do Vietnã. Desde já, cumpre ressaltar que nenhum trabalho procura sistematizar as decisões estratégicas à maneira do Departamento de História dos Exército dos EUA (2004) ou de Ian Kershaw (2008). Entretanto, isso não quer dizer que o envolvimento estadunidense na Indochina não tenha sido analisado através da tomada de decisão.

De certa forma, o próprio desenvolvimento da obra de Allison e da escola da Política Burocrática confunde-se com o trauma da Guerra do Vietnã, o cinismo decorrente dele e a busca de uma explicação que desse conta da falha na tomada de decisão. Muitos dos acadêmicos dispostos a fornecer respostas haviam, na verdade, sido partícipes da burocracia dos governos Johnson ou Nixon. E, com o fim dos mandatos, voltavam às universidades e aos institutos de pesquisa tanto com desilusões sobre a formulação de políticas quanto com a experiência de campo necessária para engendrar novas perspectivas teóricas (FREEDMAN, 1976, p. 434). Entre eles, estava o já citado Morton Halperin, que trabalhou no Conselho de Segurança Nacional de Nixon antes de publicar seu livro e assinar um artigo em colaboração com Allison. Nesse último, os autores argumentam que existe uma lacuna entre a literatura acadêmica e a experiência dos participantes no governo que deve ser sanada especialmente ao que tange ao modelo da política burocrática (ALLISON; HALPERIN, 1972, p. 44).

Outro autor com passagem pela burocracia foi Seymour Dietzman, que relatou suas experiências enquanto membro do Grupo Especial de Contra Insurgência do Pentágono. A obra de Dietzman, *The Best-Laid Schemes: A Tale of Social Research and Bureaucracy*, publicada em 1976, relata a tentativa mal-sucedida de incorporar as Ciências Sociais no

Departamento de Defesa e, conseqüentemente, os choques entre culturas organizacionais e processos organizacionais da burocracia e academia (DEITCHMAN, 2014).

Numa pequena digressão, é interessante notar que Halperin e Deitchman foram responsáveis pelas duas maiores obras de compilação da teoria da Guerra Limitada estadunidense (HALPERIN, 1963; DEITCHMAN, 1964). E, depois de sua passagem pelo governo nos anos 1960, contribuíram com duas obras também clássicas que procuram investigar o verdadeiro funcionamento da burocracia. Essas duas carreiras comportam uma espécie de microcosmo da experiência estadunidense no Vietnã: do otimismo da contenção através da Guerra Limitada ao reconhecimento da insensatez.

Quanto aos modelos de Allison, muitas obras tratam da história reconhecendo-os de forma explícita ou implícita. Cabe, portanto, realizar uma demonstração através de um exemplo para cada tipo de modelo. A seguir, procura-se demonstrar exemplos de abordagens “puras” para cada modelo. Em seguida, faz-se uma breve revisão bibliográfica envolvendo perspectivas mistas da abordagem de Allison.

E.g. Modelo I – Um exemplo próximo do ideal do Modelo I é o livro de Michael Lind, *Vietnam, The Necessary War* (1999). Para o autor, a guerra foi “necessária” para a defesa da credibilidade dos EUA enquanto Grande Potência. Da mesma forma, em 1968 seu custo exorbitante ensejou os planos de retirada para preservar os interesses estadunidenses em outras frentes da Guerra Fria. Nota-se, na análise de Lind, tanto a noção do Estado como monólito quanto da predominância da escolha racional atrelada ao interesse nacional (LIND, 1999, p. xv).

E.g. Modelo II – Quanto ao Modelo II, um trabalho que se encaixa quase que perfeitamente em seus moldes é o livro *The Army and Vietnam*, de Andrew Krepinevich (1986). A parte inicial da obra se dá em torno do dilema doutrinário do exército estadunidense. As alternativas eram o preparo convencional para uma guerra limitada ou a preparação de forças de contrainsurgência (COIN). Krepineich explora como o entusiasmo de Kennedy na COIN foi respondido com vagar pelo Exército. Em vez de adequar-se à maneira do presidente, a organização procurou ajustar o problema à sua cultura e aos programas já existentes – isto é, preparar-se para uma guerra convencional na Europa. A análise lida não somente com a ideia de capacidades e cultura organizacionais, mas também diz respeito à flexibilidade limitada e mudança incremental das organizações (KREPINEVICH JR., 1986, p. 30-31, 33, 36-37).

E.g. Modelo III – O modelo da Política Burocrática pode ser exemplificado pela narrativa de William Colby durante a decisão dos EUA pelo golpe de Estado no Vietnã do Sul

em 1963. Colby era da Divisão de Extremo Oriente da CIA, o que o qualifica enquanto “jogador” da tomada de decisão. Num momento particular de suas memórias, ele narra a dinâmica política de uma reunião do Conselho de Segurança Nacional. Ao deparar-se com a decisão de promover um golpe no Vietnã do Sul, membros seniores da burocracia – incluindo o Secretário de Defesa, o Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior e o diretor da CIA – apesar de serem contra o golpe, não manifestaram suas reticências ao Chefe de Estado, pois sabiam que ele estava resolutivo diante do tema, e, portanto, buscaram evitar um desgaste nas relações pessoais e profissionais com o presidente (COLBY, 1989, p. 138).

No campo das abordagens mistas, uma obra que tem grande inspiração em Allison é o livro de Leslie Gelb e Richard Betts, *The Irony of Vietnam: The System Worked*. Nele, defende-se que a entrada dos EUA no Vietnã foi perfeitamente racional. No título da obra, os autores argumentam que o “sistema funcionou”. Mesclando o que poder-se-ia categorizar como elementos dos modelos I e II, a ideia é a de que os mecanismos burocráticos foram seguidos à risca. Isto é, de acordo com o objetivo nacional imposto de contenção e eventual regressão do comunismo na Ásia (GELB; BETTS, 2016, p. 24-25, 224-225).

Gareth Porter, em *Perils of Dominance*, por sua vez, mescla fatores estruturais do Sistema Internacional com o Modelo III de Allison. Seu argumento é de que o fator determinante para a entrada dos estadunidenses na Guerra foi um brutal desequilíbrio estratégico entre EUA e URSS nas décadas de 1950 e 1960. Esse descompasso possibilitou que certas posições institucionais predominassem sobre outras. Porter defende que os presidentes Kennedy e Lyndon Johnson, especialmente o primeiro, foram suplantados pelos setores de segurança nacional no jogo político pela decisão de intervenção. Para Porter, o “sistema” não funcionou, visto que houve, em grande medida, uma quebra de institucionalidade (PORTER, 2005, p. 270-271).

Outra obra que chega perto da sistematização da tomada de decisão é o livro *A Marcha da Insensatez*, de Barbara Tuchman. Nela, a autora define insensatez enquanto uma ação tomada contra o autointeresse. Para isso, tem três características essenciais:

- a) foi percebida a seu tempo;
- b) contava com alternativas; e
- c) sua solução não era personalista, mas uma ação razoável para qualquer burocracia.

A definição de insensatez tem, portanto, uma ligação estreita com a tomada de decisão, com o levantamento de alternativas e uma noção de limiar. Entretanto, a sistematização – por enumeração ou mesmo reconhecimento – desses momentos-chave acaba não acontecendo. A

narrativa de Tuchman é mais linear. Seu argumento central vai na direção de afirmar que burocracia fez sua parte. Nunca faltaram inteligência sobre a situação ou opções de política externa esposadas por membros do governo. O envolvimento estadunidense foi, sobretudo, uma decisão política, tanto no que diz respeito à visão dos EUA da Guerra Fria, ou seja, da competição internacional, quanto em interesses domésticos, eleitorais e paroquiais. Em especial, Tuchman percebe o papel da China na política estadunidense e defende que a política de *détente* poderia ter sido implementada nas décadas antes de 1972 (TUCHMAN, 2017, p. 11, 13, 305, 320).

### 1.3 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este trabalho se organiza em torno de oito decisões estratégicas que, como se procura demonstrar, levaram à Guerra do Vietnã. De um modo geral, incorpora-se a estrutura da narrativa histórica do Departamento de História do Exército dos EUA e de Kershaw com elementos da análise mais formal dos modelos de Graham Allison.

Como toda abordagem metodológica, a análise das decisões estratégicas contém uma lógica que engendra o método (caminho).

A seguir, o ponto de vista *lógico* é relativamente fácil de elucidar. Ele está contido no encadeamento de cinco passos propostos para a problematização de cada decisão. São eles:

- a) contexto;
- b) problema;
- c) alternativas;
- d) decisão; e
- e) resultado.

Sumariamente, parte-se do contexto político estratégico que coloca em tela o dilema; entendido, aqui, como problema em torno do qual se deu a decisão. A sistematização desse problema (dilema) conduziu a formulação de alternativas que, então, são tipificadas analiticamente de modo que, resguardados os elementos que tem em comum, possam caracterizar respostas claramente distintas. É graças a isso que é possível sopesar a decisão tomada, recuperando a carga positiva e negativa de condicionantes vislumbrados na construção das alternativas. Por fim, o resultado procura expressar, em retrospecto, o grau de

êxito da decisão tomada. Os novos condicionantes por elas suscitados e, sempre que possível, as lições que podem ser extraídas para a além do processo em tela.

Em suma, a lógica aplicada a cada decisão consiste em reconhecer, no estrutural e no particular, os pontos de inflexão da história, debruçar-se seus mecanismos e, por fim, aferir seus impactos. A seguir, o *método* (caminho) contido em cada uma das cinco etapas é descrito com mais vagar.

**(1) Contexto** – Trata-se da descrição dos elementos e fenômenos históricos que suscitam a necessidade da decisão. Portanto, diz respeito aos prerequisites que permitem identificá-la como tal. O ponto de partida para a construção do contexto é a terceira imagem das RI – o Sistema Internacional. Ela serve como critério de relevância para seleção e delimitação do rol de decisões analisadas. O passo seguinte trata da segunda imagem – a organização e funcionamento do Estado –, no que diz respeito às suas organizações componentes, sua cultura organizacional e, no caso das Forças Armadas, da doutrina de emprego de força, bem como a formulação dos interesses domésticos e internacionais. Por fim, procura-se abordar terceira imagem – o indivíduo –, ressaltando-se os agentes relevantes para a solução do problema e seus interesses – estratégicos, organizacionais ou particulares. É a partir das imagens das RI que se engendra a problemática a ser endereçada por determinado tomador de decisão.

**(2) Problema** – Este passo tem como objetivo elucidar a percepção da realidade dada pelo contexto. Isso se faz através da descrição do dilema resultante dos cursos de ação realmente disponíveis e aventados à época dos tomadores de decisão, bem como de seus resultados esperados. Como visto em Allison, esse é um problema que, na perspectiva da racionalidade econômica, suscita a ação com propósito.

**(3) Alternativas** – Este passo consiste na enumeração e caracterização, em separado, de cada alternativa que compõe o dilema. A construção das alternativas aproxima-se do uso de tipos ideais ou puros conforme concepção de Max Weber. De forma concisa, os tipos ideais são recortes da realidade que constroem “concepções logicamente controladas e não-ambíguas” (GERTH; MILLS, 1982, p. 78). Eles permitem que se faça construções analíticas para observação de realidades complexas, conquanto ciente de que essas construções só representam parte da realidade observada. Afinal, “as realidades históricas, que quase sempre surgem em formas mistas, se movimentam entre esses tipos puros” (WEBER, 1982, p. 281).

Há de se reconhecer que há uma margem de arbítrio na formulação das alternativas. Entretanto, não há um descompromisso com a realidade descrita no contexto. Isto é, embora os tomadores de decisão não necessariamente encararam as alternativas – tipos ideais – do

modo exato como estão descritas neste passo metodológico, elas consistem em uma representação legítima do dilema que enfrentaram. E, mais importante, contém as premissas lógicas indispensáveis para a avaliação da Decisão e do Resultado.

Cumprir notar que é essa a categorização que justifica a utilização do contrafactual. Do “e” e do “se” que servem para criar um critério de mensuração do que ocorreu, a partir daquilo que poderia ter acontecido. Este “poderia ter acontecido” é, essencialmente, a utilização de algo que não é real mas que serve para construir os parâmetros que permitem, por aproximação ou distanciamento, interpretar a realidade.

No que diz respeito à construção do tipo ideal em si, os elementos que o compõe são seus condicionantes, o(s) tipo(s) de tomador de decisão – seja o Estado, organização(s) ou indivíduo(s) –, seus objetivos e resultados esperados. Essa é a etapa na qual misturam-se os já referidos modelos interpretativos de Allison. Cabe notar que a distinção entre alternativas também engendra formulações com abordagens diferentes. Assim, o tipo de ator, a lógica interna da alternativa e os resultados almejados recebem pesos diferentes de acordo com a decisão em tela.

**(4) Decisão** – O passo da decisão aproxima-se do empirismo histórico mais estrito. Ou seja, parte-se dos tipos ideais para voltar-se à narrativa histórica. Nele, elucida-se a decisão pela descrição do curso das ações tomadas, sendo ele reflexo parcial ou total de uma ou mais alternativas. Neste sentido, explora-se e descreve-se as mediações feitas ou impostas (e.g. por restrições de tempo ou recursos) entre os tomadores de decisão para que ação resultante fosse empreendida.

**(5) Resultado** – Neste passo, procura-se aferir as principais consequências da decisão de fato tomada. É especialmente neste ponto que procura-se realizar uma avaliação da política externa em tela, julgando sua adequação ao desafio suscitado pelo problema, em relação às alternativas disponíveis. Em sua descrição, leva-se em conta a efetividade da decisão e, principalmente, suas decorrências para as diferentes imagens de RI, bem como a ligação disso com eventos passados e futuros. Em outras palavras, trata-se de um retorno as imagens de Waltz, fazendo as vezes de um espelho da contextualização, não em conteúdo mas em ordem de encadeamento. Dessa forma, o resultado obtido com a decisão acerca de um problema frequentemente gera uma retroalimentação; ou seja, constitui-se enquanto parte de um contexto subsequente. Esse gera uma nova problemática e, conseqüentemente uma nova decisão.

Cabe acrescentar que apesar das oito decisões serem sistematizadas de maneira uniforme, cada esforço de análise demanda pesos diferentes para cada passo. Isso se dá por, pelo menos, três ordens de razão. São elas:

- a) pela ontologia do problema – as decisões versam sobre temáticas diferentes (e.g. Grande Estratégia – dilema contenção ou engajamento; Doutrina Militar – dilema guerra limitada convencional ou contrainsurgência; e Sociologia do Desenvolvimento – dilema Modernização Conservadora ou democracia liberal);
- b) pela sobreposição de elementos das alternativas; ou seja, pela presença simultânea tanto de elementos (atores, cosmovisões, motivações) comuns às alternativas quanto de elementos que são discretos a alternativas específicas;
- c) pela sincronia ou assincronia entre a identificação do problema, a formulação das alternativas e a tomada de decisão. Dependendo do caso em tela, a lógica do processo decisório pode não coincidir integralmente com os eventos. Ou seja, os tipos ideais podem ser atravessados pelos acontecimentos na medida em que são atualizados, descartados, ganham ou perdem tração na disputa política etc.

#### 1.4 BREVE DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

O conteúdo do trabalho é desenvolvido ao longo de três capítulos. No total, são analisadas oito decisões estratégicas, divididas cronologicamente em períodos que também servem como guias temáticos.

O primeiro capítulo trata do início do envolvimento estadunidense. Nele, parte-se da primeira interação dos EUA com a Indochina na Segunda Guerra Mundial e termina-se com a consolidação do governo Diem no Vietnã depois da derrota francesa na I Guerra da Indochina. O tema do capítulo é o destino do Vietnã em relação aos objetivos globais dos EUA e, em especial, ao papel que a contenção da China tomou na decisão de política externa estadunidense para a região. Nele são analisadas quatro decisões. São elas: (1) A decisão aliada de conceder o Vietnã à recolonização francesa; (2) A decisão dos EUA de travar a Guerra da Coreia – e integrar o Vietnã nessa estratégia; (3) A decisão estadunidense de não

intervir na Batalha de Dien Bien Phu; e (4) A decisão dos EUA de substituir os franceses no Vietnã.

O segundo capítulo trata da reação do Vietnã e do Laos à estratégia de Eisenhower no final da década de 1950 e início de 1960, o que coincidiu com a transição do governo nos EUA. O tema do capítulo é a falência da abordagem de Eisenhower e o diagnóstico da necessidade de uma nova estratégia por parte dos estadunidenses, agora sob o governo Kennedy. Nele, duas decisões são analisadas, sendo elas: (5) A decisão do Vietnã do Norte em retomar a reunificação pela luta armada; e (6) A decisão estadunidense de neutralizar a Crise do Laos.

O terceiro capítulo, por sua vez, trata da estratégia do governo Kennedy para o Vietnã. O principal tema é o início do comprometimento dos EUA com a intervenção militar, bem como sua interface com o Perfil de Força do Exército, o processo de modernização nacional e as opções diplomáticas. Nele são analisadas as últimas duas decisões. São elas: (7) A decisão de travar a Guerra Limitada no Vietnã; e (8) A decisão de liquidar Diem.

Por fim, na conclusão, são sumarizados os principais achados da pesquisa. É nela que se procura sintetizar os grandes temas e lições que perpassam todas as decisões analisadas.

## **2 1943-1956 – PRIMEIRA FASE: DIPLOMACIA TRIANGULAR E OBJETIVOS ILIMITADOS**

Neste capítulo, busca-se investigar as primeiras grandes decisões estratégicas que envolvem os EUA e o Vietnã. Para isso, começa-se no fim da Segunda Guerra Mundial (II GM) e termina-se em 1956 com o a falência dos Acordos de Genebra que terminaram a Primeira Guerra da Indochina e solidificaram os EUA enquanto principal patrocinador do Vietnã do Sul.

Embora possa não parecer, este primeiro período teve uma importância vital em determinar o envolvimento dos EUA. São características elementais sua recusa por uma resolução negociada da conflagração, a aceção das potências socialistas como um bloco monolítico bem como a centralidade da China na política de segurança. Em suma, este capítulo procura descrever o processo pelo qual os EUA definiram os objetivos de política externa que perseguiram durante todo seu envolvimento no Vietnã.

### **2.1 DECISÃO Nº 01: 1945 – A DECISÃO ALIADA DE RESTAURAR O IMPÉRIO FRANCÊS**

O primeiro episódio significativo do envolvimento dos EUA na Indochina remonta à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Até então, embora a Indochina em geral – e o Vietnã em específico – tivesse uma milenar história – ora de resistência, ora de integração ao império tributário chinês –, seu passado imediato dizia respeito a sua colonização pelos franceses – que encerraram a conquista ainda em 1884 (VISENTINI, 2008, p. 23). Na II GM, entretanto, a situação da Indochina mudou drasticamente com a rendição francesa na Europa em 1940. A partir daí, em virtude da aliança do Eixo, a principal colônia francesa foi cedida ao Japão. Dessa virada política, adveio não somente a perda do controle pela França, mas também uma intensificação do movimento de libertação nacional, desta feita com apoio ocidental – material e profissional.

**Figura 1 – Mapa da Indochina**



Fonte: Turley (2009, p. xxxiv), adaptação e tradução por Rafael Palandi.

### **2.1.1 Problema: A Política Externa do Pós-Guerra**

Nos anos finais da II GM, o destino da Indochina ainda não havia sido traçado. Internamente, havia se constituído uma formidável frente política que se encaminhava para uma independência plena. Mas, no plano internacional, havia de se considerar não somente as

aspirações europeias de recolonização do Sudeste Asiático, como também o ambiente securitário do pós-guerra que se aproximava. Assim, a decisão a ser tomada pelos aliados – particularmente pelos estadunidenses – em relação ao destino da Indochina girava em torno de duas cosmovisões representadas pelos – mas não exclusivas a – presidentes dos EUA Franklin Roosevelt (1933-1945) e Harry Truman (1945-1953). Eram, respectivamente, a opção pelo regionalismo; e a contenção da URSS. Esse debate foi de grande importância nas últimas conferências da II GM, nas quais se acordaram as divisões territoriais e organização política do pós-guerra entre os aliados.

#### 2.1.1.1 Alternativa A: Regionalismo (Cosmovisão Roosevelt)

A posição de Roosevelt normalmente é tida como idealista por seu anticolonialismo característico. Embora certamente fizesse parte da ética do estadunidense, também estava alinhada a uma cosmovisão para o mundo do pós-guerra. A ideia implícita era a da divisão do mundo em áreas de influência. Aqui, a competição militar aguda que havia caracterizado os Estados europeus daria lugar à divisão do trabalho de segurança internacional em grandes áreas de responsabilidade.

O grande conceito guarda-chuva desta cosmovisão é a ideia dos Quatro Policiais. Essa ideia era de que a segurança internacional era um bem comum – de utilidade pública –, mas que dizia respeito aos países “poderosos” – isto é, às grandes potências. Os Quatro Policiais se reuniriam conselhos regionais e teriam uma menor propensão a se intrometerem em questões que não dissessem respeito a seus interesses ou em teatros nos quais não pudessem se desdobrar com facilidade (GARCIA, 2012, p. 30-32, 34). No caso dos EUA:

[...] ciente de que a opinião pública dos norte-americanos poderia ver com restrições o envolvimento dos Estados Unidos em um número excessivo de ações de imposição de paz ao redor do globo, Roosevelt concebeu um agrupamento restrito de potências que, unidas, dividiriam a responsabilidade pela segurança em suas respectivas regiões (GARCIA, 2012, p. 31).

Embora os conselhos regionais não tenham se concretizado, o que restou dessa iniciativa pode ser encontrado na composição do Conselho de Segurança da Organização das

Nações Unidas (ONU). Diferente da Assembleia Geral, todo o edifício de manutenção da paz do Sistema ONU repousa na chancela de todos os países-membros aos policiais no Conselho – rebatizados de membros permanentes (com a adição da França – e quase do Brasil) (GARCIA, 2012, p. 32).

Em última análise, o regionalismo de Roosevelt fazia as vezes de uma síntese entre o realismo da *realpolitik* europeia e o universalismo liberal dos wilsonianos. Assim, propunha-se uma ideia de governança mundial, mas que era moldada nas capacidades de projeção de força dos Estados. Por isso, seu marco geral era a divisão do mundo em áreas de influência, respeitando, implicitamente, a capacidade militar operacional de cada potência.

O principal problema percebido pelos aliados durante a II GM certamente foi o de qual seria arquitetura para a Europa do pós-guerra. Quanto a isso, havia centralidade da Alemanha. Para Roosevelt figuravam duas escolas: a dos liberais, revisionistas de Versalhes; e a dos partidários da solução advogada por Theodore Roosevelt e Georges Clemenceau ao final da Primeira Guerra Mundial, a de enfraquecer deliberadamente a Alemanha para garantir uma balança europeia pretensamente mais estável. Roosevelt era mais próximo da segunda. Mas tratava-se de uma posição mais qualificada. Advinha também de uma tradição de alinhamento dos interesses estadunidenses e russos – que também tinha raízes na tradição geopolítica advogada pelos republicanos progressistas (e.g. Teddy Roosevelt) ainda do início do século (HARPER, 1994, p. 91-92). Dessa forma, a URSS carregaria o fardo de assegurar a estabilidade da Europa. Assim, pode-se resumir que a posição de Roosevelt era de um “internacionalismo parcial, com o objetivo de providenciar a retirada da Europa da política mundial, evitando o envolvimento direto dos EUA<sup>17</sup>” (HARPER, 1994, p. 03, tradução nossa).

#### 2.1.1.2 Alternativa B: Contenção da URSS (Cosmovisão Truman)

Em contraste direto com a cosmovisão de Roosevelt, mas dentro do mesmo Partido Democrata, estava seu vice-presidente Harry Truman e vários membros do primeiro escalão do governo. Após a morte de Roosevelt, ascendia nos EUA o delineamento da Guerra Fria e da contenção da URSS. Truman tinha desde cedo sido um partidário da contenção da Rússia. Ainda quando senador, antes mesmo dos EUA entrar na guerra, declarou: “Se nós vemos que

---

<sup>17</sup> **No Original** – “[...] partial internationalism, aiming to arrange the retirement of Europe from world politics while avoiding direct U.S. entanglement” (HARPER, 1994, p. 3)

a Alemanha está ganhando, nós devemos ajuda a Rússia; e se a Rússia estiver ganhando, nós deveríamos ajudar a Alemanha, e desse modo nós deixamos eles se matarem o máximo possível [...]”<sup>18</sup> (TRUMAN *apud* WHITMAN, 1972, p. 46, tradução nossa).

Um exemplo relevante são os planos práticos para a Europa das duas administrações democratas. No governo Roosevelt, a abordagem para a Europa era a do Plano Morgenthau – batizado com o nome do Secretário do Tesouro, Henry Morgenthau Jr. –, que previa a desindustrialização da Alemanha e desmembramento de seu território em Estados menores. No governo Truman, isso deu espaço para o, de fato implementado no pós-guerra, Plano Marshall – então Secretário de Estado –, que dizia respeito a ajuda financeira e material para reconstrução e estabilização da Europa destruída e restauração de sua integridade territorial (no caso das colônias). Ou seja, para todos os efeitos, eram o oposto um do outro (HARPER, 1994, p. 104-106).

Tratava-se de uma disputa de cosmovisões acerca do Sistema Internacional. Entretanto, as duas visões coexistiam na mesma composição política – em especial, a balança de poder na Europa importa, pois, como se verá a seguir, ela figurou fortemente nas decisões tomadas acerca da Indochina ao final da II GM.

### 2.1.1.3 Racha na Burocracia dos EUA

Como frequentemente acontece na política, existiam posições diametralmente opostas dentro do próprio governo democrata. A cosmovisão de Roosevelt não era dominante no Departamento de Estado. O órgão estava rachado entre os “regionalistas” e o “globalistas”. Embora concordassem no que diz respeito ao estabelecimento da ONU, os grupos divergiam no seu desenho. O regionalismo subscrevia a ideia dos Quatro Policiais, enquanto o globalismo tinha uma visão mais universalista – ou wilsoniana –, prescrevendo uma organização mais horizontal que lembrava a defunta Liga das Nações (GARCIA, 2012, p. 33).

O segundo grupo ocupava várias posições no departamento mas era representado pelo Secretário de Estado Cordell Hull. Este último, apesar de ocupar a chefia da pasta, era uma indicação meramente política:

---

<sup>18</sup> **No Original** – “If we see that Germany is winning the war, we ought to help Russia; and if that Russia is winning, we ought to help Germany, and in that way let them kill as many as possible [...]” (TRUMAN *apud* WHITMAN, 1972, p. 46).

Quando solicitado a explicar a presença de Cordell Hull em seu governo, Roosevelt disse que seu secretário de Estado era “o único membro do gabinete que me traz uma força política que não possuo por direito próprio”. Em outras palavras, Hull representava algo distinto de Roosevelt: a vertente sulista, evangélica, de livre comércio e purista do internacionalismo wilsoniano, que continuava a ter um importante eleitorado no país e no Congresso<sup>19</sup> (HARPER, 1994, p. 49, tradução nossa).

Os regionalistas eram mais os próximos do presidente. Entre eles estavam Harry Hopkins, que era um dos mais importantes conselheiros do presidente, embora não tivesse cargo oficial, o Secretário do Tesouro Henry Morgenthau Jr. e o Sub-Secretário de Estado Sumner Welles, que tinha mais trânsito com o presidente do que o próprio titular da pasta. A disputa interna era tão intensa que Hull, em 1943, conseguiu fazer Welles renunciar, em um escândalo moral vazado a imprensa (HARPER, 1994, p. 91; GARCIA, 2012, p. 33).

No que diz respeito à política externa para as regiões, existia uma outra clivagem no Departamento de Estado. De um lado, estavam os diplomatas do Escritório do Extremo Oriente<sup>20</sup> – em sua maioria, anticolonialistas convictos. Mais do que uma posição moral, viam as tentativas de recolonização como propensas ao fracasso e portanto a instabilidade política. Assim, mesmo que não houvesse uma equivalência direta com o regionalismo de Roosevelt, os asianistas do Departamento de Estado ao menos tinham em mente uma Ásia autogovernada com diminuta influência europeia (TUCHMAN, 2017, p. 317-318; PRADOS, 2009, p.19).

Outros estadunidenses que compartilhavam da visão dos diplomatas alocados na Ásia eram os membros do Office of Strategic Services (OSS) – órgão de inteligência antecessor da CIA e responsável pela organização de grupos de resistência e subversão nos territórios ocupados pelo Eixo – na Indochina. Como tinham contato com o Vietminh, inclusive com Ho Chi Minh e Vo Nguyen Giap, nutriram simpatia pelos revolucionários e pela independência da Indochina. Uma opinião dominante era que os líderes do Vietminh eram nacionalistas em primeiro lugar e comunistas apenas em segundo (TUCHMAN, 2017, p. 312; HASTINGS, 2021, p. 38-40).

---

19 **No Original** – “When asked to explain the presence of Cordell Hull in his government, Roosevelt said that his secretary of state was ‘the only member of the cabinet who brings me any political strength that I don’t have in my own right’ Hull, in other words, represented something distinct from Roosevelt: the southern, evangelical, free-trade, and purist strain of Wilsonian internationalism that continued to have an important constituency in the country and in Congress” (HARPER, 1994, p. 49).

20 **Asianistas do Departamento de Estado** – Entre eles estavam John Carter Vincent – Assistente do Secretário de Estado para Assuntos do Extremo Oriente –, Abbot Low Moffat – Chefe da Divisão do Sudeste Asiático – e Charles Yost – Funcionário do Departamento de Estado na Tailândia – (TUCHMAN, 2017, p. 317-318; PRADOS, 2009, p. 19).

De outro lado, estavam os diplomatas do Escritório Europeu. Estes tinham a tendência a acomodar os interesses franceses. No geral, os europeístas tinham apreço pelo prestígio do continente na condução da diplomacia mundial e procuravam restaurar essa relevância. E, com a cada vez mais popular contenção a URSS, a restauração colonial também adquiria tanto um aspecto moral quanto prático. A Indochina era vista, sinceramente, como uma parte inalienável da soberania francesa bem como uma peça de troca indispensável para o fortalecimento da Europa não soviética (TUCHMAN, 2017, p. 317-318; PRADOS, 2009, p. 19).

### 2.1.2 Decisão: As Conferências Aliadas

Durante a Conferência do Cairo, entre 22 e 26 de novembro de 1943, Roosevelt propôs a ideia de um fideicomisso – ou consórcio – sobre a Indochina. Esse seria uma espécie de consórcio administrativo entre os estadunidenses, os ingleses e, especialmente, a China Nacionalista. Na reunião, Jiang Jieshi<sup>21</sup> recusou a oferta explícita de assumir os encargos de segurança na Indochina: “Perguntei a Chiang Kai-shek se ele desejava a Indochina”, disse Roosevelt ao General Stilwell, ‘e ele me respondeu imediatamente: ‘Não, em hipótese alguma!’ Assim mesmo: Em hipótese alguma!’ (TUCHMAN, 2017, p. 307). Da mesma forma, os ingleses não se alinhavam com a ideia na medida em que queriam preservar seu próprio império colonial (TUCHMAN, 2017, p. 306-307).

Em Teerã – de 28 de novembro a 01 de dezembro de 1943 –, poucos dias após a reunião no Cairo, Roosevelt esposou novamente sua proposta, agora na presença dos soviéticos. Stalin defendeu a posição dos americanos, embora os soviéticos pouco pudessem fazer quanto ao colonialismo europeu na Ásia (PRADOS, 2009, p. 14).

Na próxima reunião, em Dumbarton Oaks (Washington D.C.) – de 21 de agosto a 07 de outubro de 1944 –, os EUA mantiveram a proposta do fideicomisso. Contudo, agora haviam suavizado o discurso, mantendo de fora qualquer menção a independência da Indochina. Roosevelt tentava, sem sucesso, fazer concessões para circumventar a oposição dos britânicos e na incapacidade chinesa (TUCHMAN, 2017, p. 308).

---

21 **Transliteração do Chinês** – Neste trabalho, procura-se utilizar, para nomes e palavras chinesas, a transliteração oficial *Pinyin*, no lugar da antigamente mais utilizada *Wade-Giles*. O nome *Jiang Jieshi* é equivalente ao mais popular, mas desatualizado, *Chiang Kai-shek*.

Em Yalta – de 04 a 11 de fevereiro de 1945 –, os aliados corriam para ajustar assuntos no pós-guerra, e, dessa forma, o assunto da Indochina foi adiado para a Conferência de São Francisco, que ocorreria em abril. Nesse meio tempo, Roosevelt havia mais uma vez revisto a ideia do seu fideicomisso. Agora, numa nova tentativa de mediação, a proposta continha a França como concessionária, embora se mantivesse o objetivo da independência da Indochina como cláusula obrigatória (TUCHMAN, 2017, p. 309).

Entretanto, Roosevelt não chegou a afirmar sua posição em São Francisco. Morreu em 15 de abril de 1945. A ideia do fim do colonialismo na Ásia morreu junto com o líder estadunidense. Dez dias depois de seu falecimento, na esperada Conferência de São Francisco – de 25 de abril a 26 de junho de 1945 –, o Secretário de Estado Edward Stettinius Jr. afirmou aos franceses que os EUA respeitavam sua soberania sobre a Indochina. Isso veio em resposta a Charles de Gaulle, que, agora liderando a França libertada, havia aumentado a pressão sobre os EUA: “Se vocês são contra nós na Indochina...’ isso causaria terrível desilusão na França, o que poderia arrastá-la para a órbita soviética. ‘Nós não queremos acabar comunistas... assim, espero que vocês não nos empurrem para eles” (TUCHMAN, 2017, p. 309).

Numa das últimas grandes conferências da II GM, em Potsdam – de 17 de julho a 02 de agosto de 1945 – a promessa americana consolidou-se em apoio militar. Durante as reuniões, ficou acordada a ocupação da Indochina pelos aliados contra os japoneses. Ela se daria pela divisão do território a partir do Paralelo 16. Acima dele, a rendição dos japoneses ficaria a cargo nacionalistas chineses de Jiang Jieshi. Abaixo do paralelo, a ocupação caberia aos ingleses, que claramente não compartilhavam da causa anticolonial. Os franceses prometeram ao Estado-maior conjunto aliado um Corpo de Exército inteiro (cerca 62 mil homens, comandados pelo General Jacques-Phillipe Leclerc). Embora oficialmente se mantivesse indefinida a área de atuação, tratava-se de uma missão de reconquista (TUCHMAN, 2017, p. 312-313).

#### 2.1.2.1 A Recolonização

Enquanto desenrolavam-se as negociações nas conferências internacionais, na Indochina, o governo mudava rapidamente de mãos. Em março de 1945, os japoneses – que até então, desde 1940, haviam atuado em conjunto com a administração Vichy – expulsaram os franceses do governo. A maior parte das tropas da ocupação foram feitas prisioneiras

fugiram em direção a China. Uma menor parte acabou por integrar células do Vietminh. Os japoneses, a partir daí, criaram um governo colaboracionista sob o Imperador Bao Dai, embora ainda controlassem a economia e o uso da força (VISENTINI, 2008, p. 35).

Após as bombas nucleares no Japão, os comandantes nipônicos não sabiam se continuavam lutando contra a resistência ou aguardavam a rendição que certamente já estava a caminho. O que se seguiu, para o Vietminh, foi a Revolução de Agosto. A reclusão dos japoneses nos quartéis a partir do dia 16 intensificou a insurgência geral que vinha ocorrendo por todo país desde o dia 12. Isso culminou na proclamação da República Democrática do Vietnã (RDV) no dia 30, inclusive com a abdicação do sempre flexível Bao Dai (Viasentini, 2008, p. 37).

Entretanto, a independência não duraria um mês. Em setembro, os nacionalistas chineses ocuparam o Norte, enquanto os ingleses tomaram conta do Sul para desarmar os japoneses, conforme acordado em Potsdam. As tropas de Jiang Jieshi não tinham nenhum receio de cooperar com a RDV. Durante quase meio ano, Ho Chi Minh pôde aproveitar dos chineses para aquisição de armas e outros mantimentos que fortaleceriam o Vietminh na luta contra os franceses (PRADOS, 2009, p. 17).

No Sul, tomou-se outro rumo. Sob responsabilidade de Lorde Mountbatten, os ingleses no Sudeste da Ásia tinham uma longa lista de tarefas a serem desempenhadas, principalmente no que dizia respeito à restauração de seu próprio império – na Índia, Burma e Malásia. Assim, a tarefa de ocupar o Sul da Indochina restou a apenas uma divisão britânica (composta na sua maior parte de soldados indianos), sob comando do General Gracey. Na verdade, inicialmente, ele contava com apenas dois milhares de tropas, desdobrados por C-47 americanos. Enquanto o resto de sua divisão – e o corpo expedicionário francês – não chegava por navio, não hesitou em rearmar cerca de quatro mil japoneses para aturem como forças de ocupação. Nos meses seguintes, os franceses foram desembarcando de navios americanos – e portando equipamento estadunidense – numa Indochina já sob renovada repressão do Vietminh. Em 09 de outubro, Gracey passou o controle de fato ao General Leclerc, reestabelecendo a soberania francesa sobre a colônia (PRADOS, 2009, p. 17-19; TUCHMAN, 2017, p. 314-316)

Os oficiais do Escritório de Serviços Estratégicos<sup>22</sup> (*Office of Strategic Services* – OSS), à época os únicos estadunidenses na Indochina, na sua maioria ficaram confusos com a volta dos europeus. O tempo com o Vietminh havia deixado sua marca a favor da descolonização (TUCHMAN, 2017, p. 316). O tratamento dado pelos ingleses no Sul também não ajudou. O General Gracey impediu o comandante americano da célula de Saigon, Tenente Coronel. Dewey, fazer a mediação entre as forças aliadas e o Vietminh. No relatório para Washington, Dewey aconselhou uma retirada estadunidense da Indochina (PRADOS, 2009, p. 18).

Já em Hanoi, dois membros do OSS haviam presenciado oficialmente a declaração de independência da RDV, emprestando um verniz de prestígio internacional, ainda que não reconhecimento. No discurso de Ho, foram citadas frases da Declaração de Independência estadunidense de 1776, numa mistura de admiração e um apelo político ser repassado a Washington (PRADOS, 2009, p. 17, TUCHMAN, 2017, p. 314). Um ano mais tarde, Ho tentaria uma última vez fazer contato diretamente com Truman. Escreveu-lhe várias cartas ao longo de cinco meses, mas nunca recebeu resposta (PRADOS, 2009, p. 21). Terminava assim, por omissão americana, a curta aliança entre os EUA e o Vietminh.

### **2.1.3 Resultado: O Sequestro Pela Europa**

Esse processo, iniciado nos momentos finais da II GM, deu origem à Guerra Fria. Tomada dessa forma, a chantagem francesa – exemplificada no discurso de De Gaulle – foi uma espécie de antecipação do discurso da Cortina de Ferro de 1946. A Europa, fragilizada, tentava recuperar suas posses coloniais no exterior e atrair os EUA para os esforços de reconstrução e defesa. Para isso, utilizava-se do anticomunismo americano, avançando no discurso de uma iminente tentativa de conquista mundial por Moscou. Nas palavras de Dean Acheson, “os franceses nos chantagearam” (TUCHMAN, 2017, p. 334). Entretanto, Acheson, em parte, havia se deixado chantagear ao aceitar a tese de que as colônias eram um pilar

---

22 **OSS** – Tratava-se da agência de inteligência dos EUA durante a II GM – mais especificamente de sua criação em 1942 até sua extinção em 1945. Foi, em grande parte, a antecessora da CIA, criada somente no pós-guerra (1947). Contudo, também era responsável por atividades de subversão e guerra irregular – atividade depois atribuída às Forças Especiais do Exército. Entre essas atividades estava a de infiltração no território do Eixo e criação de movimentos de resistência. Na Indochina, em particular, o principal aliado estadunidense era o Vietminh e seus dirigentes comunistas. Sobre este último assunto, ver Bartholomew-Fies (2006).

indispensável da França, bem como da justificativa posterior do perigo da dominação soviética no Sudeste Asiático (HARPER, 1994, p. 290).

Isto era feito mesmo quando Stalin estava plenamente satisfeito com a área de influência. Cumpre ressaltar que a URSS, respondia positivamente ao discurso de Roosevelt. Em 1943 e 1944, a URSS procurava sinalizar moderação: reconheceu a Igreja Ortodoxa; reatou relações diplomáticas com o Vaticano; extinguiu a Internacional Comunista, rebatizou o Exército Vermelho como Exército Soviético; e criou o hino da União Soviética para substituir o da Internacional. Tudo isso servia para ser reconhecida, começando pela Conferência de Teerã, como Estado e não como revolução (VISENTINI, 2020, p. 134).

Não se tratava apenas de uma resposta simbólica. Na Europa, mesmo após a morte de Roosevelt, a URSS continuava agindo como se esperasse a divisão do mundo em áreas de influência. Na Alemanha, Stalin procurou expatriar indústrias e ativos como reparação de guerra, desnazificar a política e preparar o país para a reunificação. Em oposição, os aliados criaram o Estado da Alemanha Ocidental e procuraram refazer o país – via Plano Marshall – como instrumento de balanceamento. A criação da Alemanha Oriental aconteceu de forma reativa e só teve reconhecimento diplomático dos soviéticos em 1953 (VISENTINI, 2020, p. 187).

Desta forma, a política externa de Roosevelt era sequestrada pelos europeus. Na sua cosmovisão original, a França seguiria importante para a balança europeia, com responsabilidades – em conjunto com russos e ingleses – na Alemanha desmembrada (HARPER, 1994, p. 115). Agora, no governo Truman, o fortalecimento dos franceses na Europa ganhava ares de urgência. Embora mais por conta da política das potências europeias do que por provocação russa.

No meio da formação da Guerra Fria, a Indochina servia como uma simples peça de troca. Ironicamente, relegar a Ásia a um papel secundário em relação a Europa teria consequências graves na sucessiva espiral do envolvimento americano, visto que “esta era então *rationale* fundamental dos Quatro Policiais: dividir o ônus militar que poderia recair sobre os Estados Unidos em diferentes teatros de operação” (GARCIA, 2012, p. 31). Ou seja, justamente por ser considerada desimportante, a Indochina não figurou como uma área de conflito para os EUA. Isso começaria a mudar apenas com a Revolução Chinesa de 1949.

Como resultado imediato, os EUA se viram apoiando a potência colonial francesa na nova lógica da guerra fria. Da mesma forma que, em 1945, a razão tinha sido evitar que os soviéticos tomassem a França, agora dever-se-ia impedir a influência de Moscou sobre o Sudeste Asiático. Washington preferia esquecer que foram os EUA que deram apoio ao

Vietminh e, como visto, que Ho Chi Minh havia reconhecido isso sempre que possível. Em um relatório de 1948, o Departamento de Estado afirmava que “não tem evidência de ligação direta entre Ho e Moscou, mas presume que existe<sup>23</sup>” (EUA, 1969a, p. A-5, tradução nossa). Mais tarde, no mesmo ano, outro relatório reafirmou: “se existe uma conspiração dirigida por Moscou no Sudeste da Ásia, até agora a Indochina é uma anomalia<sup>24</sup>” (EUA, 1969a, p. A-6, tradução nossa).

Em suma, os EUA reconheciam a inexistência de um alinhamento direto – no imediato pós-guerra – entre comunistas vietnamitas e russos. Contudo, agiam como se ele fosse um fato consumado, rejeitando qualquer outro arranjo político que pudesse ser de seu interesse. Tratava-se mais de uma justificativa para a decisão tomada do que um novo esforço diplomático e militar. De 1945 a 1949, os EUA prestaram relativamente pouca atenção à Indochina e pouco apoio à recolonização francesa. Da mesma forma, o Vietminh combateu quase sem ajuda externa; o que mudou esse cenário foi o fim da Guerra Civil Chinesa com a vitória comunista.

## 2.2 DECISÃO Nº 02: 1950 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE CONTER A CHINA

Em outubro de 1949, os comunistas lograram uma vitória sobre os nacionalistas na última fase da Guerra Civil Chinesa (1945-1949). No continente, terminava a guerra civil que se instalara havia mais de trinta anos, ou que dava fim ao “século da humilhação”. Uma das primeiras ações do governo revolucionário foi a visita de Mao a Moscou. A missão tinha como objetivo assinar um tratado de assistência mútua para garantir a segurança chinesa contra a presença ocidental na Ásia.

O documento foi assinado meses depois. Com ele, nem Mao nem Stalin saíram satisfeitos. Os chineses, para garantir a segurança e a reconstrução no pós-guerra, concederam os diversos territórios que os russos haviam arrancado de Jiang Jieshi durante a Guerra Civil Chinesa. Os soviéticos controlavam a extração de minérios e ferrovias na Manchúria e no Xinjiang, forçaram a independência da Mongólia Exterior, bem como conseguiram o porto de Dalian e uso do da base naval de Lushun até 1952. Contudo, embora Stalin tivesse retido os

---

23 **No Original** – “[...] has no evidence of direct link between Ho and Moscow but assumes it exists” (EUA, 1969a, p. A-5)

24 **No Original** – “If there is a Moscow-directed conspiracy in Southeast Asia, Indochina is an anomaly so far” (EUA, 1969a, p. A-6).

privilégios soviéticos, sabia que os perderia gradativamente. Assim, desenhava-se a competição entre China e URSS, e colocava-se em marcha a Guerra da Coreia (KISSINGER, 2011, p. 127).

Era o começo do que Kissinger chama de Diplomacia Triangular. Isso é, EUA, URSS e China “ora se aliando, ora atuando uns contra os outros” (KISSINGER, 2011, p. 123). Na esteira da Revolução Chinesa, no período intermediário entre a derrota dos nacionalistas e o início da Guerra da Coreia, os EUA se encontravam num dilema entre perseguir a diplomacia triangular e aliar-se com a China ou buscar a contenção dos dois gigantes socialistas simultaneamente.

Neste meio tempo, o exílio do Guomindang em Taiwan deixava a Guerra Civil chinesa inconclusa nas ilhas do entorno da China. Embora se constituísse enquanto governo autônomo, Taiwan compartilhava com a China Continental a ideia de pertencerem a uma única entidade política, embora tivessem divergências quanto a qual governo a representava. Os nacionalistas, à época, nutriam a ideia de reconquista da China Continental, e, embora hoje isso pareça um delírio, nos anos 1950, com o apoio dos EUA, ainda que insensato, parecia muito mais perto de uma opção viável (KISSINGER, 2011, p. 159-160).

### **2.2.1 Ambiente Estratégico da China: As Três Frentes**

Na China pós-revolucionária, formou-se um consenso acerca do ambiente estratégico chinês. Era o que Zhou Enlai chamou de “três frentes” nas quais a China estava vulnerável a um ataque estadunidense. Eram elas: Coreia, Taiwan e Indochina. Tratava-se de fazer uma defesa avançada não apenas das esferas tradicionais de antiga suserania aos chineses mas das plataformas de invasão estrangeira da história recente. No caso da Coreia, tratava-se da I (1894-1895) e II (1931-1945) Guerras Sino-Japonesas. Ambas se deram sobre a Península Coreana e a Manchúria. A Indochina, por sua vez, havia figurado como ponto de partida para a Guerra Sino-Francesa (1884-1885), bem como serviu de ameaça japonesa ao flanco Sul dos chineses durante a II GM (CHEN, 1994, p. 25; ZHAI, 2000, p. 20).

Taiwan – ou a Ilha de Formosa – era a mais recente das frentes. No início de 1950, as tropas do Exército Popular de Libertação (EPL) haviam se concentrado na província de Fujian para realizar um assalto anfíbio em Taiwan. Acabar com os nacionalistas e retomar as ilhas costeiras era a continuação lógica da Guerra Civil e percebida como máxima prioridade no

planejamento militar. O assalto deveria acontecer entre julho e agosto de 1950, envolvendo todo o Terceiro Exército Chinês. Como ver-se-á adiante, esse assalto nunca se concretizou por conta da irrupção da Guerra da Coreia (HUEBNER, 1987, p. 268).

Quanto a esta última, a situação militar também se desenrolava. Desde junho de 1949 – quando as tropas americanas deixaram a Península –, o líder norte-coreano Kim Il-sung procurava apoio internacional para uma retomada do Sul pela força. As chacinas de movimentos sociais promovidas pelo presidente sul-coreano Syngman Rhee inviabilizaram a unificação pacífica. Os norte-coreanos, por sua vez, entusiasmados com a vitória da revolução chinesa, queriam acelerar a reunificação pelas armas. Essa resolução de Kim em invadir o Sul não tinha Mao como um grande adepto, uma vez que o líder chinês tinha como prioridade a reconstrução do país após mais de vinte anos de guerra. E, se fosse desencadear alguma ação militar, seria na direção de concluir a Guerra Civil via conquista de Taiwan. Só depois, poder-se-ia aventar uma guerra convencional em larga escala na Península Coreana (KISSINGER, 2011, p. 132-133; EASTON, 2019, p. 21).

### **2.2.2 O Fim da Guerra Civil e o Vietnã**

Na Indochina, até 1949, o Vietminh havia lutado com quase nenhuma assistência externa. O contato com os chineses veio apenas com a conclusão da Guerra Civil. Uma exceção foi o exílio do Primeiro Regimento da Força Popular do Sul do Guangdong – cerca de mil homens –, em 1946. Ameaçada por dois exércitos inteiros dos nacionalistas, a presença comunista no Sul da China se encontrou ameaçada o suficiente para tomar a decisão de fugir para o Vietnã. Lá, ficaram em exílio até 1949, quando voltaram para dar apoio às últimas ofensivas de Mao. Enquanto estiveram no Vietnã, treinaram quadros de inteligência e oficiais, e acabaram integrando o Exército do Vietminh, mas foram mantidos pelos vietnamitas e não o contrário (ZHAI, 2000, p. 11-12).

Quando concluída a Guerra Civil no continente, o partido comunista da Indochina enviou seu representante, Hoang Van Hoan, a Beijing. Liu Shaoqi também apontou um representante chinês para a Indochina, mas antes mesmo desse partir para o Sul, Ho Chi Minh – em janeiro de 1950 – chegou à China sem aviso, depois de caminhar por dezessete dias. Mao encontrava-se em viagem Moscou. Ho, recebido por Liu, declarou que procurava uma declaração de comprometimento chinês com o conflito na Indochina, bem como gostaria de

negociar diretamente com Mao e Stalin. Assim, foi arranjado seu traslado para Moscou no começo de fevereiro (CHEN, 1994, p. 103-105).

Numa reunião que teria desmentido as impressões do Departamento de Estado estadunidense – aquela que via a URSS como promotora ativa e militante de todas revoluções socialistas –, Stalin concordou em reconhecer a RDV, mas evitou comprometer-se em apoiar a luta indochinesa materialmente, passando a responsabilidade para Mao. De volta a Beijing, os chineses declararam seu apoio à revolução vietnamita. E, entre abril e maio de 1950, já haviam montado um grupo de conselheiros militares (CHEN, 1994, p. 103-105).

Entretanto, mesmo que a China estivesse comprometida com a libertação de Taiwan, bem como houvesse prometido apoio a revolução vietnamita e reunificação coreana, ainda não havia entrado em confronto direto com os EUA na Ásia. Certamente, todas as frentes eram de aliados ou clientes estadunidenses, mas é difícil sustentar que a Coreia ou a Indochina representavam interesses fundamentais de Washington na região. Sendo assim, pode-se dizer que, até então, todos os caminhos estavam abertos para uma conciliação entre a Revolução Chinesa e os EUA.

### **2.2.3 Problema: O Lugar da China Comunista**

Em suma, o dilema estadunidense se dava em torno de qual abordagem tomar em relação a China comunista. Nesse sentido, havia uma polarização aguda entre:

- a) Titoização da China; ou seja, mesmo reconhecendo o comunismo como sistema político, era necessário transformar o país em um aliado antissoviético; e
- b) Reversão, ou no mínimo a contenção, da Guerra Civil Chinesa; isso é, denunciar o governo comunista e tentar reverter o resultado da conflagração nas três frentes identificadas pelos chineses.

Este dilema tinha um forte componente de política doméstica. O que fazer com a China era certamente uma questão que dizia respeito a segurança e aos interesses nacionais. Contudo, dentro dos EUA, a opinião pública e, principalmente, a política partidária promovia uma intensa campanha anticomunista e da Perda da China. Ou seja, mesmo os defensores mais fortes da primeira opinião estavam sujeitos as pressões internas pelo enfrentamento do comunismo.

Como se verá a seguir, o advento da Guerra da Coreia – moldada principalmente pelos soviéticos – encerrou o debate a favor dos estadunidenses hostis à China. Stalin, nessa perspectiva, teria condicionado fortemente a decisão dos EUA. Isso teve relevantes impactos na guerra francesa da Indochina, bem como desdobramentos para a região que excederiam em muito o período da Guerra da Coreia.

### 2.2.3.1 Alternativa A: Titoização da China

A primeira alternativa era a da “titoização” da China; ou seja, da neutralização da China comunista. Tratava-se de perceber as diferentes revoluções não enquanto um bloco monolítico, mas com diferentes interesses, muitas vezes – e, no caso da Rússia e China, predominantemente – contraditórios. Não se tratava de algo novo, afinal, o próprio nome da alternativa fazia alusão ao caso da Iugoslávia de Josip Tito na Europa, que, já na época, havia rompido com a URSS e perseguia uma política externa independente, que tendia para o Ocidente (KISSINGER, 2011, p. 123-124; TUCHMAN, 2017, p. 320, 326; FRIEDRICH, 2011, p. 202-203).

Na própria China, tratava-se uma alternativa que remontava à II GM. No teatro do Pacífico, existia a opinião de que os comunistas, e não o Guomindang, deveriam ser os principais aliados dos EUA. Essa opinião era disseminada extensivamente pelo General Joseph Stillwell, responsável pela frente China/Birmânia. Outros membros do governo Roosevelt também eram a favor, como o Chefe de Estado-Maior do Exército, George Marshall, e o Secretário de Defesa, Stimson. Um desembarque anfíbio na China continental contaria com apoio de Mao e consolidar a influência estadunidense no país. Entretanto, a estratégia que prevaleceu foi a do bombardeio estratégico, na qual era preciso conquistar apenas as ilhas capazes de dar guarida aos bombardeiros B-29 *Superfortress* que atacariam o Japão. Assim, ofensiva terrestre na China, bem como a aproximação com os comunistas, deu lugar não somente aos bombardeios de Tóquio como também à ocupação soviética da Manchúria (MARTINS, 2013, p. 106-107).

Nos anos seguintes, com a retomada da guerra civil entre nacionalistas e comunistas, os EUA fizeram uma nova tentativa de reconciliação. Ela ficou conhecida como a Missão Marshall, realizada pelo homônimo ex-general. A ideia era a de realizar um governo de coalizão entre os dois lados da guerra civil. Marshall, que logo depois da missão assumiria o

Departamento de Estado, visava negar a dominação da Manchúria aos soviéticos e, assim, fortalecer a posição dos EUA na contenção da URSS na Europa (LEVINE, 1979, p. 50-52).

Em 1949, com a vitória comunista na guerra civil, renovou-se o argumento. Ela ficou clara na abordagem do Secretário de Estado Dean Acheson. Em agosto de 1949, o Departamento de Estado divulgou um livro branco acerca do resultado da guerra civil. Nele, apesar de reafirmar-se o governo nacionalista como legítimo, reconhecia-se que os EUA não poderiam ter mudado os rumos da conflagração. Em outras palavras, acusava o governo nacionalista de incompetência ao afirmar que a vitória comunista teria sido resultado exclusivamente da balança de forças internas. Em 12 de janeiro de 1950, Acheson deixou a posição mais clara em três pontos:

- a) a derrota do Guomindang na guerra civil advinha de sua incompetência;
- b) o que ameaçava a China era o “imperialismo soviético”; e
- c) dever-se-ia aproximar da China comunista, seguindo o critério do interesse nacional (KISSINGER, 2011, p. 128-131).

Esta perspectiva de evitar intromissão em assuntos de política doméstica em benefício do interesse nacional também teria implicações na questão de Taiwan. O discurso de Acheson deixava claro que, no caso de uma invasão da ilha, uma intervenção militar dos EUA ou mesmo apoio material em favor dos nacionalistas seria contraproducente. Essa visão já era documentada por Washington em dezembro de 1949, no NSC-48/2, e foi esposada, de forma bastante explícita, pelo presidente Truman num discurso de 05 de janeiro de 1950, realizado uma semana antes do de Acheson (KISSINGER, 2011, p. 129, 138).

Caso este caminho tivesse prevalecido, é legítimo inferir que, na Indochina, os EUA não teriam perseguido um apoio massivo à guerra colonial dos franceses, muito menos se envolvido diretamente ao longo das décadas seguintes. Mais do que isso, teria significado uma antecipação em vinte anos do sistema de alianças que adveio justamente do fim da Guerra do Vietnã. Ou seja, poderia ter significado uma China aliada ou neutra em relação aos EUA, sem as provações de ambos numa guerra prolongada.

#### 2.2.3.2 Alternativa B: Reversão (O Lobby da China)

A segunda alternativa era a reversão da Guerra Civil Chinesa em favor dos nacionalistas. Seus defensores eram chamados coletivamente de Lobby da China].

Essencialmente, esse era um grupo disperso de pessoas cujo interesse era derrubar o comunismo na China, tendo como características centrais da sua agenda o anticomunismo e o apoio ao Guomindang. Apesar de nunca ter tido um centro de decisão – como um líder ou instituição específicos –, convencionou-se chamá-lo de lobby pelo grau de pressão que exerceu sobre a política dos EUA, especialmente na década de 1950. Sob seu guarda-chuva, se encontrava políticos conservadores, empresários, lideranças religiosas (especialmente missionários protestantes que trabalharam na China) e partes da mídia, que normalmente tinham contato com nacionalistas (BLACKWELL, 2010, p. 43-36).

A título de exemplo, tinha-se Henry Luce, dono das revistas *Time* e *Life*. Filho de missionários presbiterianos, ele havia nascido na China conflagrada da Rebelião Boxer (1899-1901). Essas experiências moldaram a visão de Luce para uma mistura de anticomunismo e messianismo quanto ao papel dos EUA na China, qual seja, a de moldá-la à imagem desses. Essa espécie de continuação do “destino manifesto” estadunidense rendeu a figuração de Jiang Jieshi como capa das revistas de Luce um recorde de dez vezes (HUNT, 1999, p. 322-323; BLACKWELL, 2010, p. 323).

O Lobby da China foi uma expressão política contemporânea e complementar ao macartismo. Ambos tinham expressão comum na feroz oposição ao New Deal e aventavam o liberalismo como expressão do fundamentalismo religioso, sendo o macartismo o ápice do fervor moralista e perseguição anticomunista nos EUA. Figurava nos comitês do Congresso estadunidense – por meio dos quais ganhou o nome do Senador Joseph McCarthy –, mas também na onda de investigações e perseguições perpetradas pelo FBI sobre funcionários públicos pretensamente subversivos. Em agosto de 1950, portanto antes da Guerra da Coreia, o Senador McCarthy proferiu um discurso em que acusava membros do Departamento de Estado e do governo Truman de serem simpatizantes ou agentes comunistas. A política externa de Acheson para a China seria, portanto, uma conspiração pró-comunista, mesmo quando, na verdade, apenas visava preservar todos os recursos necessários para a política de contenção da URSS na Europa. O discurso rendeu, no Senado, uma comissão de investigação acerca dos motivos da perda da China. A partir de então, aumentou exponencialmente a pressão política e midiática sobre o governo Truman (BLACKWELL, 2010, p. 48).

O Lobby da China voltou a endereçar a política estadunidense quando, já durante a Guerra da Coreia, o General MacArthur foi demitido por defender um ataque direto ao território chinês. A demissão, em 1951, foi objeto de mais uma comissão no Senado. Nela, MacArthur apontou a Missão Marshall como um dos maiores fracassos da história diplomática dos EUA e a acusou de ser a causa direta da perda da China para os comunistas,

bem como da Guerra da Coreia. MacArthur tentava se cacifar para as eleições presidenciais do ano seguinte; entretanto, não conseguiu passar das primárias republicanas, quando outro célebre general da II GM, Dwight Eisenhower – mais moderado – venceu o pleito (BLACKWELL, 2010, p. 48).

A esta altura, o Lobby da China havia pressionado o governo Truman a adotar uma posição de combate a suposta conspiração comunista. O intuito era evitar a massacrante campanha de difamação e perseguição institucional na mídia e no Congresso. Entretanto, o auge do lobby pesou também na composição do novo governo. Eisenhower, embora tenha contribuído para a supressão do macartismo, tinha vários partidários extremados do anticomunismo. A título de exemplo, tem-se seu vice-presidente Richard Nixon, executor do macartismo no Senado, e os irmãos John Foster (Departamento de Estado) e Allen (Diretor da CIA) Dulles (TUCHMAN, 2017, p. 328-331; PRADOS, 2009, p. 24-25). A contenção da China, solidificada pela Guerra da Coreia, seria a tônica da política externa asiática dos EUA pelos próximos vinte anos, quando Kissinger a desmontou, concomitantemente à paz no Vietnã.

#### **2.2.4 Decisão: A Guerra da Coreia**

Como se viu, a política de aproximação com a China encontrou vários adversários em Washington. Entretanto, cabe lembrar que, no decorrer de 1950, a Guerra Civil Chinesa estava sob a possibilidade de ser encerrada com uma invasão de Taiwan. Após uma hipotética vitória comunista na ilha, é legítimo conjecturar que a posição a favor da conciliação saísse fortalecida. Nesse caso, o lobby chinês perderia a sua razão de ser, nominalmente, a China do Guomindang. Entretanto, a Guerra da Coreia frustrou a iniciativa do EPL ao abrir a perspectiva da presença estadunidense na península coreana – uma recorrente avenida de abordagem ao *hinterland* chinês.

Contudo, talvez a pavimentação final para o caminho da Guerra da Coreia não tenha sido decorrente de uma decisão estadunidense nem chinesa, mas soviética. Agindo através do *proxy* nortecoreano – que, de seu turno, agia em função de seus próprios interesses, deu licença a Kim Jong-il para invadir a Coreia do Sul.

Com a Guerra da Coreia, a URSS praticamente encerrou o debate sobre a neutralização da China dentro dos EUA. Evidentemente, os soviéticos pretendiam alcançar o

que Acheson almejava evitar: uma relação de dependência da China com a URSS. Isso se dava com o objetivo de manter as vantagens que Stalin havia assegurado com o tratado de assistência mútua através da evidência da necessidade – para os chineses – do guarda-chuva nuclear soviético sobre seu território (KISSINGER, 2011, p. 125; HEINZIG, 2015, p. 352-355).

Em 1949, a posição de Stalin durante as negociações com a China em Moscou era contra a invasão da Coreia do Sul. A mudança de opinião veio com a conquista da bomba nuclear soviética e com o resultado das negociações, insatisfatórios no que dizia respeito as conquistas territoriais soviéticas sobre a China, que não durariam. Foi assim que veio o sinal positivo para a Coreia. Utilizar-se-ia os EUA contra a China, numa rivalidade ainda incipiente, para fazer-se a aproximação, forçada, entre Beijing e Moscou (KISSINGER, 2011, p. 132-133, 135; FRIEDRICH, 2011, p. 203-204).

Quanto à invasão, Stalin tinha noção dos resultados hipotéticos e julgou que sairia ganhando de qualquer forma. Caso a Coreia conseguisse lograr uma vitória rápida, sem ajuda substancial dos chineses, a URSS ganharia um substituto para o Porto de Dalian. Se os EUA intervissem, aumentaria a percepção de ameaça da China e, conseqüentemente, sua dependência dos soviéticos. E, caso os chineses entrassem em combate contra os estadunidenses, isso também aconteceria. Em todos esses cenários, o benefício soviético seria alcançado através da responsabilidade e esforço chinês de sustentar os coreanos (KISSINGER, 2011, p. 135; FRIEDRICH, 2011, p. 204).

Stalin também facilitou a entrada dos EUA na guerra ao garantir a formação de uma coalizão no Conselho de Segurança ONU. Em 27 de junho, ficava pronta a resolução do Conselho que apela as armas em apoio à Coreia do Sul. Bastava a URSS vetar a resolução, mas preferiu abster-se (FRIEDRICH, 2011, p. 207). Em suma, Moscou tomou todas as provisões possíveis para evitar que a diplomacia triangular pendesse para uma aliança EUA-China. Certamente, isso não eliminava a margem o poder de decisão dos EUA, mas, dado a correlação de forças da política doméstica americana, o jogo político de Stalin de fato a constrangeu consideravelmente.

### 2.2.4.1 A Guerra da Coreia Enquanto Guerra Contra a China

Com a resolução do Conselho de Segurança, os EUA ajudaram a fortalecer a percepção de ameaça chinesa ao enviar a Sétima Frota – a responsável pelo Oceano Pacífico – ao Estreito de Taiwan. Kissinger argumenta que a manobra de Truman visava neutralizar a frente do estreito para que, da mesma forma que o EPL havia abortado sua ofensiva, o Guomindang não realizasse uma invasão do continente. Mesmo que este fosse o verdadeiro objetivo de Truman – e não uma ameaça velada –, obteve-se o resultado oposto. A China percebeu a presença da frota como o fechamento de um cerco sobre as três frentes, “[...] não apenas intervindo, mas ligando a Guerra da Coreia à Guerra Civil Chinesa” (KISSINGER, 2011, p. 138). Como se verá adiante, também foi o caso da Indochina.

Foi essa opção que guiou MacArthur a violar o mandato da ONU – de reestabelecer o *status quo ante* – e ultrapassar a Zona Desmilitarizada – no paralelo 38 – em direção ao Rio Yalu – que marca a fronteira com a China. A Coreia havia sido plataforma para a invasão japonesa da Manchúria nos anos 1930, fato que desencadeou a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1931-1945). Ademais, ainda era um dos polos industriais mais importantes para a China. Evidentemente, dada a experiência recente, o objetivo chinês era lidar com uma questão existencial.

Enquanto Truman buscava um acordo de paz que reestabelecesse a Zona Desmilitarizada, MacArthur deu repetidas entrevistas na qual culpava o comando aliado de restringir a perseguição das unidades do EPL e o bombardeio de bases chinesas na Manchúria. Em seguida, correspondeu-se com o congressista Joseph Martin sobre a proposta de enviar as tropas nacionalistas de Jiang Jieshi para a Coreia. Quando Martin leu uma das cartas de MacArthur no congresso – em 05 de abril de 1951 –, Truman finalmente exonerou o General do cargo seis dias depois (11/04) (SANDLER, 2009, p. 185-186).

Em 1954, alguns anos depois de sua demissão, MacArthur concedeu algumas entrevistas, publicadas postumamente em 1964 pelo New York Times. Nelas, detalhou seu plano para acabar com a Guerra da Coreia, utilizando-se das armas nucleares, dos nacionalistas chineses e da ideia do “cinturão de cobalto”:

De todas as campanhas da minha vida, 20 grandes para ser exato, a que eu estava mais confiante foi aquela que me foi privada de travar. Eu poderia ter vencido a guerra na Coreia em, no máximo, 10 dias, com consideravelmente menos baixas do

que as sofridas durante o chamado período de trégua, e isso teria alterado o curso da história. [...] O poder aéreo do inimigo teria sido eliminado primeiro. Eu teria lançado entre 30 e 50 bombas atômicas em suas bases aéreas e outros depósitos espalhados pelo pescoço da Manchúria, do outro lado do rio Yalu, de Antung (ponta noroeste da Coreia) até os arredores de Hunchun (logo ao norte da ponta nordeste de Coreia, perto da fronteira da U.R.S.S.). [...] Com a destruição do poder aéreo do inimigo, eu teria convocado 500.000 soldados de Jiang Jieshi, engordados com duas divisões de fuzileiros navais dos Estados Unidos. Estes teriam sido organizados em duas forças anfíbias. Uma, totalizando quatro quintos de minha força e liderada por uma das divisões de fuzileiros navais, teria desembarcado em Antung e seguido para o leste ao longo da estrada paralela ao Yalu. A outra força, liderada pela outra divisão dos fuzileiros navais, teria desembarcado simultaneamente em Unggi ou Najin, pego a mesma estrada, e avançado rapidamente para o oeste. As forças poderiam ter sido reunidas em dois dias, formando uma barreira de combatentes e poder de fogo do outro lado da fronteira norte da Coreia. [...] Era meu plano, enquanto nossas forças anfíbias se moviam em direção ao sul, espalhar atrás de nós – do Mar do Japão ao Mar Amarelo – um cinturão de cobalto radioativo. Ele poderia ter sido espalhado de vagões, carroças, caminhões e aviões. [...] Por pelo menos 60 anos não poderia ter havido invasão terrestre da Coreia pelo norte.<sup>25</sup> (MACARTHUR, 1964, p. 16, tradução nossa).

A franqueza de MacArthur quanto a seus objetivos nos leva a pelo menos duas conclusões. A primeira é a de que a Guerra da Coreia era, ao menos para seu primeiro comandante, uma guerra ilimitada contra a China. O general de fato achava que a conflagração na península era uma oportunidade de reverter a Guerra Civil Chinesa: “Estava em nosso poder destruir o exército vermelho chinês e o poderio militar da China. E provavelmente para sempre. Meu plano era moleza. Foi-me negado o direito de realizá-lo por

---

25 **No Original** – “Of all the campaigns of my life, 20 major ones to be exact, the one I felt most sure of was the one I was deprived of waging. I could have won the war in Korea in a maximum of 10 days, with considerably fewer casualties than were suffered during the so-called truce period, and it would have altered the course of history. [...] The enemy's air (power) would first have been taken out. I would have dropped between 30 and 50 atomic bombs on his air bases and other depots strung across the neck of Manchuria from just across the Yalu River from Antung (northwestern tip of Korea) to the neighborhood of Hunchun (just north of the northeastern tip of Korea near the border of the U.S.S.R.).[...] With the destruction of the enemy's air power I would then have called upon 500,000 of Chiang Kai-shek's troops, sweetened by two United States Marine divisions. These would have been formed into two amphibious forces. One, totaling four-fifths of my strength and led by one of the Marine divisions, would have landed at Antung and proceeded eastward along the road that parallels the Yalu. The other force, led by the other Marine division, would have landed simultaneously at Unggi or Najin, hit the same river road, and charged very quickly westward. Forces could have joined in two days, forming a wall of manpower and firepower across the northern border of Korea. One, totaling four-fifths of my strength and led by one of the Marine divisions, would have landed at Antung and proceeded eastward along the road that parallels the Yalu. The other force, led by the other Marine division, would have landed simultaneously at Unggi or Najin, hit the same river road, and charged very quickly westward. Forces could have joined in two days, forming a wall of manpower and firepower across the northern border of Korea. [...] It was my plan as our amphibious forces moved south to spread behind us—from the Sea of Japan to the Yellow Sea—a belt of radioactive cobalt. It could have been spread from wagons, carts, trucks and planes. [...] For at least 60 years there could have been no land invasion of Korea from the north” (MACARTHUR, 1964, p. 16).

um grupo de isolacionistas e pelos chefes da junta politicamente orientados<sup>26</sup>” (MACARTHUR, 1964, p. 16, tradução nossa).

Aqui é importante fazer um desvio para notar que MacArthur compartilhava da opinião de que o comunismo na Ásia não era monolítico. Justamente por isso duvidava que a URSS retaliasse nuclearmente um ataque americano:

Rússia? Fico rindo quando me lembro dos temores do grupo Truman - Acheson - Marshall - Bradley - Estado-Maior de que a Rússia comprometeria seus exércitos em uma guerra em nome da China [...]. Ela não teria lutado pela China. Ela já está infeliz e insegura com o colosso que encorajou<sup>27</sup> (MACARTHUR, 1964, p. 16, tradução nossa).

Neste sentido, a percepção do comunismo na Ásia como uma força política unificada pode ter ajudado a fortalecer a dissuasão nuclear chinesa durante a Guerra da Coreia. Em matérias de política externa, a China podia contar em alguma medida com o guarda-chuva nuclear soviético. Entretanto, quando isso incidiu sobre assuntos internos – a guerra civil inconclusa –, ou seja, sobre as Crises dos Estreitos, a proteção soviética deixou a desejar – em particular, na Segunda Crise de 1958. Esse fato foi o que desencadeou o Grande Salto Adiante. Esse tinha como um de seus objetivos centrais construir um programa nuclear próprio, sendo palco, também, do racha sino-soviético (MARTINS, 2013, p. 107).

A segunda conclusão da postura de MacArthur é a de que as “Três Frentes” da China eram tomadas como interconectadas também na estratégia dos EUA. Embora ausente do relato do general, a Indochina figurava claramente tanto na estratégia chinesa quanto na estadunidense.

---

26 **No Original** – “It was in our power to destroy the Red Chinese army and Chinese military power. And probably for all time. My plan was a cinch. I was refused the right to carry it out by a group of isolationists and the politically minded joint chiefs” (MACARTHUR, 1964, p. 16).

27 **No Original** – “Russia? It makes me laugh when I recall the fears of the Truman - Acheson - Marshall - Bradley - general staff group that Russia would commit its armies to a war in China's behalf [...]. She would not have fought for China. She is already unhappy and uncertain over the colossus she has encouraged” (MACARTHUR, 1964, p. 16).

#### 2.2.4.2 O Exército Perdido da Birmânia

Cabe notar que ameaça da Frente Sul não dizia respeito exclusivamente aos franceses na Indochina. A integração dos teatros contra Beijing, em relação às forças nacionalistas chinesas, ganha dimensão quando se leva em consideração o Exército Perdido do Guomintang na Birmânia. Liderado pelo General Li Mi, tratava-se de um exército nacionalista que se exilou na fronteira Sul da China depois da Guerra Civil e lá continuou por décadas. Tratava-se do Exército de Libertação de Yunnan, que literalmente abriu uma terceira frente da Guerra Civil chinesa.

Quando da iminência da vitória comunista em 1949, a província de Yunnan (extremo Sul da China) ainda contava com três exércitos nacionalistas. Um deles, o do governador Lu Han – que previamente havia ocupado o Norte da Indochina – era, na verdade, uma espécie de exército particular do governante, o último de uma linhagem de senhores da guerra. Os outros dois eram do Kuomintang, o 26º e o oitavo. Esse último, liderado pelo Tenente General Li Mi, era o único que permanecia fiel a Jiang Jieshi. O 26º Exército e o Exército Provincial estavam numa disputa encoberta de quem conseguiria desertar para o lado comunista, que se mostrava muito próximo de se tornar o novo senhor da China Continental (GIBSON; CHEN, 2011, p. 02-04).

O governador Lu Han conseguiu realizar um golpe, prendendo as lideranças e segurando as tropas do Guomintang para esperar a chegada dos comunistas. Antes que isso acontecesse, os dois exércitos remanescentes conseguiram fugir para a fronteira com a Indochina francesa. Lá, esperavam poder reagrupar-se e eventualmente voltar para Yunnan. Entretanto, quando adentraram a colônia, as tropas nacionalistas foram desarmadas pelos franceses. Com isso, o restante do Exército voltou para a Birmânia – atual Myanmar –, onde instalaram-se nas terras parcamente governadas do Norte (GIBSON; CHEN, 2011, p. 04-11).

Dos trinta mil membros do Exército Nacionalista em Yunnan no final de 1949, 3.900 conseguiram adentrar na Indochina francesa – sendo desarmados e eventualmente repatriados para Taiwan –, e meros 1.500 soldados chegaram a Birmânia. Dentro das fronteiras birmanesas, seus números haviam subido para 1.800 em março de 1950 e continuaram aumentando devido ao recrutamento local. Muitos soldados chineses haviam se instalado na região após a II GM. Ademais, a região estava repleta de minorias étnicas que eram simultaneamente anticomunistas e antigovernistas da Birmânia, portanto facilmente recrutáveis. Entre essas, estavam a etnia Wa – convertida ao cristianismo evangélico e

fortemente anticomunista – e uma variedade de etnias dedicadas às caravanas de contrabando e banditismo – coletivamente referidos como *Mapang* pelos chineses (GIBSON; CHEN, 2011, p. 01, 11, 13, 71).

A presença do exército secreto na Birmânia causou, desde o início, um enorme entrave diplomático. O país abrigava os nacionalistas completamente contra sua vontade, visto que não tinha capacidade de controlar as provinciais do Norte de seu território. Além de terem apenas recentemente ter obtido a independência dos ingleses (1948), os birmaneses tinham agora que lidar com a possibilidade de uma invasão do EPL que objetivasse dar conta dos nacionalistas exilados. Nesse sentido, a questão havia sido habilmente controlada pelos franceses. Ainda antes da Guerra da Coreia, eles tomaram cuidado para não confrontar diretamente os comunistas chineses e, por isso, negaram asilo na Indochina aos nacionalistas – desarmando-os e se certificando que fossem devidamente repatriados a Taiwan.

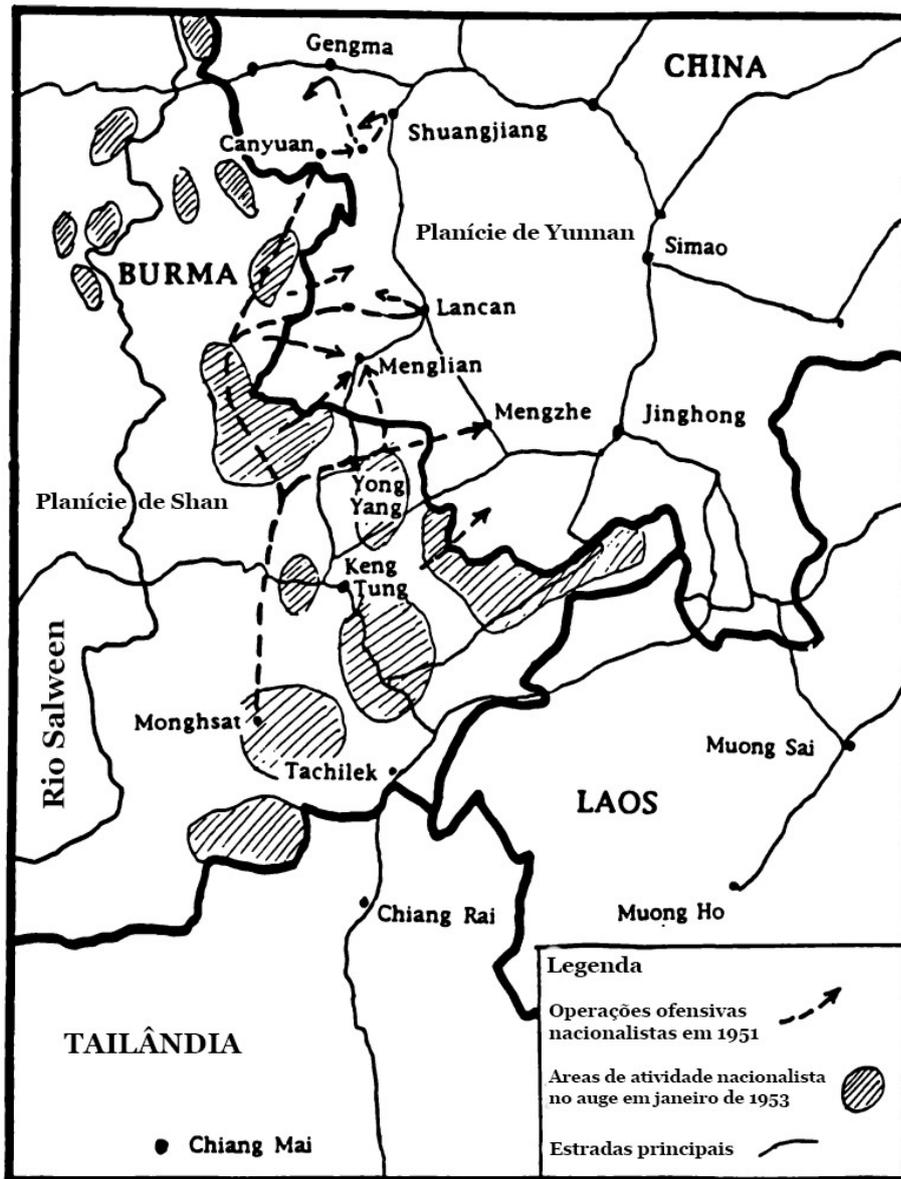
A exceção do neutralismo na região era a Tailândia. Essa, como não tinha fronteira com a China, insuflou os nacionalistas do Guomindang na Birmânia e os introduziu ao comércio de ópio para fomentar a compra de armas e equipamentos. Não era uma questão nova, visto que a Tailândia tinha sido o único país a permanecer independente durante o período colonial na Ásia e continuou sua política de balanceamento da mesma forma que tinha se aliado com os japoneses contra a China na II GM. Não surpreendentemente, o General Li Mi se refugiou em Bangkok, procurando estabelecer uma rede de contatos para montar seu exército e, possivelmente, sua ofensiva sobre Yunnan. Membros da CIA foram sondados por Li Mi na capital tailandesa e na colônia britânica de Hong Kong, mas ainda não puderam dar respostas claras do governo estadunidense (GIBSON; CHEN, 2011, p. 34-35, 38).

O começo da Guerra da Coreia, e principalmente a intervenção chinesa nela, mudaram drasticamente a posição dos EUA. Na esteira da conflagração na península coreana, Truman montou uma missão de avaliação da política de segurança estadunidense na Ásia. A Missão era composta pelo Major-General dos Fuzileiros Navais, Graves Erskine, e pelo membro da Administração de Cooperação Econômica, Glenn Craig. Em meio a visitas dos diversos países da região, Erskine se reuniu com Li Mi em Bangkok no 08 de setembro de 1950. Nessa reunião, discutiram os requisitos operacionais para a invasão de Yunnan. Erskine queria a abertura de um segundo teatro na guerra contra a China na Coreia para fixar pelo menos parte das Forças comunistas no Sul. Li Mi por sua vez, precisava de armas e suprimentos para dar cabo da campanha. O resultado foi a organização da Operação *Paper*, aprovada por Truman

provavelmente em dezembro de 1950 (GIBSON; CHEN, 2011, p. 58-59; GARVER, 1997, p. 149).

Em fevereiro de 1951, os EUA deram início a uma ponte aérea de suprimentos para os nacionalistas chineses na Birmânia. Em maio, Li Mi invadiu a província chinesa de Yunnan com cerca de dez mil tropas, avançando aproximadamente 95 quilômetros em direção ao aeroporto de Menglian. Esse, caso fosse tomado, serviria de cabeça de ponte para inserir suprimentos estadunidenses e tropas de Taiwan. Contudo, apesar de algumas vitórias contra as milícias e forças constabulares locais, os nacionalistas foram rechaçados com a chegada dos regulares do EPL e recuaram de volta para a Birmânia no final de junho de 1951. Ao longo dos próximos meses e até mesmo de 1952, várias incursões médias – entre três e oito mil tropas – foram feitas em Yunnan, sem contar com a mesma efetividade inicial (Figura 2) (GARVER, 1997, p. 149-150, 154).

Figura 2 – Mapa das Ofensivas do Guomindang em Yunnan (1951)



Fonte: Garver (1997, p. 151), adaptação e tradução por Rafael Palandi.

A ofensiva de Yunnan foi um fracasso completo. Por um lado, não teve nenhum efeito sobre a disposição do efetivo comunista na Coreia. Contudo, teve graves repercussões diplomáticas. A presença do Exército nacionalista no Norte da recém-independizada Birmânia se dava contra a vontade dessa e reforçava o seu descontrole sobre seus próprios territórios mais frágeis, bem como convidava a intervenção do EPL chinês. A diplomacia birmanesa apelou aos EUA para que encerrassem a campanha, mas os estadunidenses mantiveram um jogo duplo. Isso acabou resultando ultimamente na aproximação da Birmânia com a China, que, nas décadas seguintes, realizariam operações conjuntas para desalojar os grupos armados das províncias birmanesas do Norte (GARVER, 1997, p. 152, 161).

Os chineses procuravam manter a neutralidade dos vizinhos. Por exemplo, não tinham dado suporte ao Partido Comunista Birmanês (GARVER, 1997, p. 149), mas se mostraram perfeitamente capazes de ter relações com países não-alinhados. Mais a frente, os EUA poderiam ter aprendido dessa experiência que a contenção ou reversão aplicadas a China traziam consigo a questão da desestabilização dos governos regionais. Não é difícil imaginar o porquê. Os países do Sudeste Asiático, eram largamente baseados na tradição e religião. A modernização forçada, especialmente aquela dirigida contra o maior vizinho, não seria capaz de sustentar as sociedades tradicionais. A modernização, portanto, podia descambar na formação de partidos comunistas e grupos revolucionários, que, por sua vez, podiam ser sustentados desde a fronteira chinesa, com relativo pouco esforço comparado ao equivalente estadunidense.

Cabe notar que a iniciativa da frente Sul foi uma decisão exclusiva do governo Truman. É interessante notar que a ofensiva em Yunnan foi desencadeada depois que MacArthur já havia sido deposto. Ou seja, o governo Truman, apenas um mês depois de ter demitido o comandante das forças da ONU por sua tentativa de levar a Guerra da Coreia para a Manchúria, deu início justamente a uma invasão da China, desta feita pelo seu flanco Sul. Dessa perspectiva, encarar a política de Truman apenas como uma restauração da Coreia ao seu *status quo ante* é equivocada. Em termos bastante concretos, Truman foi o presidente que mais próximo chegou de uma política de reversão da Guerra Civil Chinesa.

### **2.2.5 Resultado: A Indochina e a Guerra da Coreia**

Na Indochina, o acirramento da relação China-EUA teve resultados imediatos. A tomada da Ilha de Hainan pelos comunistas – entre fevereiro e maio de 1950 – desencadeou o primeiro pacote de ajuda estadunidense. Em Paris, no dia 08 de maio, uma semana após o fim da batalha, Acheson anunciou o apoio no montante de dez milhões de dólares ao esforço de guerra francês (TUCHMAN, 2017, p. 323; CHEN, 1994, p. 115).

Em 27 de junho, começava a intervenção da ONU na Coreia. A partir de então, a ajuda material aos franceses na Indochina aumentou dramaticamente. No mesmo dia da aprovação da resolução do Conselho de Segurança e da ordem de posicionamento da Sétima Frota no Estreito de Taiwan, Truman também ordenou o aumento do apoio material aos franceses. Cabe notar, portanto, que o início da intervenção estadunidense se deu simultaneamente sobre

as três frentes. Três dias depois – o mesmo dos primeiros combates envolvendo os estadunidenses na Coreia –, oito C-47s chegaram a Saigon com material bélico americano. Até o final do mês seguinte – 31 de julho –, material o suficiente para equipar doze batalhões de infantaria estava a caminho do Vietnã por navio (SPECTOR, 1985, p. 123).

As guerras da Coreia e da Indochina se tornariam intrinsecamente ligadas. Sob Truman, formou-se um acordo tácito entre os aliados EUA e França, no qual se entendia que uma paz em separado em qualquer um dos teatros aumentaria a pressão sobre o outro. Assim, os franceses suspenderam as tratativas de paz em curso com o Vietminh em troca do substancial apoio material e financeiro estadunidense (FALL, 2002, p. 294). Se ligarmos isso com a ofensiva de Yunnan, temos uma visão geral da estratégia estadunidense da Terceira Frente.

Contudo, de maneira anti-intuitiva, foram os EUA que quebraram esse acordo. Em 1953, com a chegada do governo Eisenhower, encerrou-se a guerra da Coreia, voltando o *status quo ante* da conflagração. O elemento que causa estranhamento é que o novo governo republicano se elegeu com um forte discurso acusatório de que os democratas haviam sido responsáveis pela Perda da China na Guerra Civil. Da mesma forma, em seu gabinete, havia membros incontestes do Lobby Chinês, a exemplo dos irmãos John Foster e Allen Dulles (respectivamente, Secretário de Estado e Diretor da CIA). Eisenhower fez uma triangulação – “ou seja, a cooptação da plataforma [política] do adversário [eleitoral]” (MORRIS, 2004, p. 13) – do projeto dos democratas, aderindo a um programa de contenção no seu sentido mais estrito, o de restaurar o estado anterior à guerra e negar qualquer acordo político. Essa versão estrita da contenção – de ter uma ideia fixa das fronteiras como se deram após a II GM – explica o aparente paradoxo entre a indisposição dos EUA em travar uma guerra prolongada e se mostrarem resolutos a apoiar os franceses na Indochina.

Explica também a abordagem de Eisenhower quanto ao exército secreto do Guomindang. O cancelamento do envolvimento estadunidense com a ofensiva em Yunnan foi uma das primeiras ações de política externa de seu governo. Em 30 de janeiro de 1953, dez dias depois de sua inauguração, o representante do governo em Taipei, Karl Rankin, comunicou a Jiang Jieshi a suspensão do apoio americano aos nacionalistas na Birmânia. Os chineses do Guomindang receberam a notícia com “genuína surpresa”. Evidentemente, para eles, a campanha não significava meramente uma distração para a Guerra da Coreia, mas uma cabeça de ponte importante para a reconquista do continente. Abandoná-la seria fazê-lo também à chance de uma frente Sul na retomada da Guerra Civil. Assim, mesmo com a pressão dos EUA pela retirada, Taiwan protelou a saída alegando não ter controle sobre as

tropas – embora o real motivo fosse o de não estar disposto a abandonar a frente. As negociações para a retirada dos nacionalistas durou a totalidade do ano de 1953, sendo que uma primeira leva de repatriados deixou a Birmânia em novembro do mesmo ano e outra em outubro de 1954. No total, cerca de 5.700 chineses foram transportados para Taiwan, um número expressivo mas apenas simbólico diante de uma Exército havia chegado à figura de dezoito mil membros (GARVER, 1997, p. 155-156).

A visão estrita sobre o mapa da Ásia explicava o porquê de suspender a retomada de Yunnan mas não o apoio aos franceses, que não só continuou, mas cresceu. Quando da posse de Eisenhower, os estadunidenses já pagavam cerca de 40% do esforço de guerra francês. Até a derrocada francesa, os EUA contribuíram com três bilhões de dólares, valor que perfazia cerca de 60% de todo o gasto francês com a guerra (WIEST; MCNAB, 2014, p. 24). Ou seja, os franceses travavam o combate enquanto os EUA pagavam a conta.

De fato, os temores e predições estadunidenses se tornaram realidade. O fluxo de suprimentos advindo da China cresceu exponencialmente depois do cessar-fogo na Coreia. Um caso simbólico é o da artilharia vietnamita na Batalha de Dien Bien Phu. Dos 24 obuseiros M101 105mm (na época chamado M2) disponíveis ao Vietminh no cerco, pelo menos vinte vieram dos chineses, muitos capturados dos americanos na península coreana (WINDROW, 2021, p. 35).

Assim, o governo Eisenhower, em vez de reeditar o armistício da Coreia na Indochina, intensificou o apoio aos franceses. Os EUA bancaram 385 milhões de dólares especificamente para o Plano Navarre (FALL, 2002, p. 295). Esse plano deu origem à Batalha decisiva de Dien Bien Phu. O general francês, que deu nome ao plano, queria impedir o movimento do Vietminh em direção ao Laos, desdobrando uma força paraquedista para bloquear a rota vietnamita. A base, então, atrairia os rebeldes para uma batalha, na qual Navarre esperava que fosse “[...] como uma bigorna para martelar o Vietminh até a submissão<sup>28</sup>” (PRADOS, 2009, p. 24). Os vietnamitas, contudo, também apostariam tudo na batalha decisiva com a perspectiva de aniquilar mais de dez mil homens.

A França havia tido a intenção de começar as conversas para um cessar-fogo logo após o armistício na Coreia. Contudo, o financiamento estadunidense da campanha vinha junto da interpretação de que a França não poderia negociar um armistício sem a aprovação dos EUA. Assim, uma oferta de conversas bilaterais França-Vietminh, feita por Ho Chi Minh através da Suécia, permaneceu sem resposta (FALL, 2002, p. 294-296).

---

28 **No Original** – “[...] as an anvil on which to hammer the Vietminh into submission” (PRADOS, 2009, p. 24).

Contudo, a ajuda dos EUA não se traduzia em apoio militar direto, salvo no caso de uma invasão chinesa. Em consonância com a intenção dos estadunidenses em relação a China, os franceses já nutriam temores em relação a uma intervenção no estilo da Coreia. O plano de contingência era chamado Dâmocles. Nele, os franceses realizariam uma retirada de todas as forças no Norte do Vietnã até uma cabeça de praia no Delta do Rio Vermelho e manteriam uma linha defensiva até que outras forças aliadas entrassem em combate. O papel dos EUA nessa operação era explícito na aplicação do poder aéreo (FALL, 2002, p. 296-297). Fora deste caso, os franceses estariam sozinho na luta contra o Vietminh.

Contudo, os estadunidenses nutriam uma sensação de otimismo frente ao desafio que a França enfrentava na Indochina. O negociador dos EUA na Coreia, Arthur Dean – sócio de John Dulles – prestou depoimento ao Comitê de Relações Exteriores do senado em 1957. Na avaliação de Dean, os chineses só haviam aceitado o armistício na Coreia para obterem a liberdade de mover homens e equipamento para a Indochina. A ideia das três frentes continuava moldando a percepção estadunidense de que se travava uma única guerra contra a China por toda a Ásia. O problema de ter saído da Coreia colocava o governo Eisenhower em cheque contra o Lobby Chinês e o macartismo. Por isso, o aumento substantivo no apoio aos franceses. Logo após especular a estratégia chinesa, Dean explicou aos senadores que em junho de 1953, o Gen. John “Iron Mike” O’Daniel, Comandante do Exército no Pacífico – e, posteriormente, Comandante do MAAG-Indochina –, foi em missão para o Vietnã. Seu relato foi de otimismo em relação à posição francesa, desde que os EUA pudessem dar suporte material e financeiro à causa (FALL, 2002, p. 295), o que, evidentemente, não foi o caso. Já no ano seguinte, os franceses se veriam cercados na decisiva Batalha de Dien Bien Phu, e os EUA teriam de tomar outra grande decisão na Indochina.

### 2.3 DECISÃO N° 03: 1954 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE NÃO INTERVIR EM DIEN BIEN PHU

Em janeiro de 1954, reuniam-se em Berlim os ministros de relações exteriores dos Aliados da II GM pela primeira vez desde o fim da guerra. Com incentivo de soviéticos e ingleses, convocou-se uma conferência para debater-se os assuntos urgentes da Ásia, nominalmente Coreia e Indochina. Inglaterra e França foram a favor de trazer os chineses e vietnamitas, até agora escanteados por Dulles, para a mesa de negociação. A conferência ficou

marcada para abril de 1954, em Genebra. Contudo, até lá teve início o cerco desejado por Navarre e Giap; era o cerco de Dien Bien Phu, que ocorreu de 13 de março a 07 de maio de 1954. A partir de então, a conferência de paz ficou atrelada ao destino da batalha (PRADOS, 2009, p. 24; HASTINGS, 2021, p. 80).

Entretanto, não demorou para que os franceses ficassem preocupados com o rumo de Dien Bien Phu. Com uma semana de batalha (em 20 de março), o General Paul Ely, Chefe do Estado-Maior francês, chegou a Washington a procura de apoio. Ele não mediu palavras para deixar clara a dependência dos franceses em relação ao suporte material dos EUA. O resultado da paz dependia do da batalha. Contudo, o resultado da batalha dependia, por sua vez, do apoio ou mesmo da intervenção estadunidense. Assim, novamente os EUA pareciam estar diante decisão estratégica de grande relevância. O debate que se seguiu, ao longo dos meses seguintes, envolveu a Casa Branca, a Junta de Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas (*Joint Chief of Staff* – JCS) e o Departamento de Estado (HASTINGS, 2021, p. 91-92).

### **2.3.1 Problema: O Pedido de Ajuda Francês**

Os EUA se viram no dilema entre apoiar a luta francesa na Indochina ou não. Bem como na questão de, caso se decidisse pela intervenção, como fazê-la. Se tinha poucas dúvidas acerca da importância de Dien Bien Phu. A vitória ou derrota na batalha decidiria a continuação da guerra ou o final da Indochina francesa. Certamente, uma Indochina comunista não estava alinhada aos interesses dos EUA. Contudo, intervir na guerra francesa tinha desdobramentos significativos. Sinalizava a possibilidade, apenas um ano após o término da Guerra da Coreia, de uma nova conflagração nas fronteiras chinesas. O que podia, por sua vez, levar a um novo sugadouro de recursos e vidas estadunidenses.

Assim, pelo menos três alternativas se desenharam para os estadunidenses durante a crise. Foram elas:

- a) a intervenção unilateral – a perspectiva mais otimista da vitória ou da vontade explícita de levar a guerra à China;
- b) a não-intervenção – a perspectiva mais cautelosa, que não via maneiras infalíveis de intervir nem interesse nacional em fazê-lo; e

- c) a intervenção conjunta. Essa fazia as vezes de meio termo entre as demais, na qual promovia-se a intervenção desde que os custos – certamente altos – fossem rateados entre os aliados do bloco ocidental.

### 2.3.1.1 Alternativa A: Intervenção Unilateral

A primeira alternativa era a da intervenção unilateral dos EUA. Sua face mais assertiva se dava nas figuras do Almirante Arthur Radford (Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior) e John Foster Dulles (Secretário de Estado). Numa antecipação do discurso da Teoria do Dominó – feita por Eisenhower no início de abril de 1954 –, o argumento era de que, se a Indochina fosse abandonado a própria sorte, o comunismo se alastraria inevitavelmente para o restante da Ásia. Não apenas para os vizinhos como Tailândia e Birmânia, mas também para todo Sudeste Asiático e, possivelmente – segundo Radford –, até o Japão. Esse, argumentava o almirante, quando tomado, permitira à China angariar recursos suficiente para construir um bloco militar monolítico capaz de ameaçar o Oriente Médio e a Europa (TUCHMAN, 2017, p. 341). Na mesma ideia, Dulles (*apud* FALL, 2002, p. 300) tinha o temor de que “os Estados Unidos podem eventualmente ser empurrados de volta para o Havai<sup>29</sup>”. Logo depois da visita de Ely, Dulles se lançou numa campanha midiática para angaria o apoio da opinião pública (HASTINGS, 2021, p. 94).

Não é necessário se estender sobre o exagero contido nas opiniões de Dulles e Radford. Afinal, o Vietnã, ao ganhar a guerra em 1975, não suscitou nenhuma nova revolução na Ásia. Nesse sentido, cabe notar que a tentativa de contenção do comunismo na região por parte dos EUA pareceu sempre contraproducente. A intervenção na Coreia havia criado o bloco socialista no qual antes as rivalidades sino-soviéticas predominavam. Durante a Guerra do Vietnã, a presença americana era o único elemento de união entre URSS e China. Quanto à presença estadunidense, que foi retirada da equação política, e as diferenças de interesse entre os países asiáticos se tornaram salientes novamente. Findada a guerra, a China se tornou uma aliada dos EUA contra a URSS.

---

29 **No Original** – “[...] the United States might eventually be forced back to Hawaii” (DULLES *apud* FALL, 2002, p. 300).

Além disso, de certo modo anti-intuitivamente, o resultado da Guerra do Vietnã pode não ter sido integralmente satisfatório para os chineses. Ao menos é isso que se depreende da proposição de Barry Buzan (1988, p. 10, tradução nossa):

Desde 1954, a sua preferência [a da China] tem sido por um Sudeste Asiático mantido fraco pelas suas divisões internas. A China talvez nunca tivesse estado interessada em ver o seu rival histórico, Vietnã, reunificado, e certamente se opôs à extensão da hegemonia vietnamita sobre o Laos e o Kampuchea [Camboja]. Assim, os interesses da China foram servidos pela política americana apenas na medida em que a guerra atrasou a vitória do Vietnã e o deixou fraco. Mas o resultado da guerra foi ruim para a China, tanto em termos da posição vitoriosa do Vietnã na região, como da consolidação da influência soviética sobre o Vietnã. Nesta perspectiva, a política americana [na Indochina] foi totalmente equivocada, na medida em que se supôs erroneamente que o perigo era a hegemonia chinesa sobre o Sudeste Asiático<sup>30</sup>.

Na Indochina, o que informa a visão do autor é o fato de que essas tensões se fariam sentir na invasão do Camboja pelo Vietnã (1978) bem como na Guerra Sino-Vietnamita (1979-1991<sup>31</sup>). Afinal, como destaca Buzan, uma indochina unificada não seria do interesse chinês. Ademais, havia o interesse de Beijing em obter capitais e investimentos japoneses para alavancar sua infraestrutura e industrialização (VISENTINI, 2012, p. 190; VISENTINI, 2011, p. 63), o que convalida também a funcionalidade da intervenção chinesa na Indochina para assegurar os investimentos japoneses.

De volta a 1954, contudo, os franceses procuraram se beneficiar do pânico moral, em torno do comunismo, que dominava a política estadunidense. O General Ely solicitou ajuda de Washington na forma de aviões de ataque, paraquedas, suprimentos e de técnicos de manutenção. Também aventou a possibilidade de intervenção dos EUA caso a China entrasse no Vietnã. Aqui, Radford aproveitou-se do pedido do francês para desdobrar o plano de ajuda em uma intervenção direta dos estadunidenses no cerco de Dien Bien Phu. O ataque partiria dos porta-aviões Essex e Boxer no Golfo de Tonkin, bem como dos bombardeiros B-29

---

30 **No Original** – “Since 1954, its preference has been for a Southeast Asia kept weak by its internal divisions. China was perhaps never keen to see its historic rival Vietnam reunified, and certainly opposed the extension of Vietnamese hegemony over Laos and Kampuchea. China's interests were thus served by American policy only to the extent that the war delayed Vietnam's victory and left it weak. But the outcome of the war was bad for China, both in terms of Vietnam's victorious position in the region, and the consolidation of Soviet influence in Vietnam. From this perspective, American policy was totally misguided inasmuch as it mistakenly supposed the danger to be Chinese hegemony over Southeast Asia” (BUZAN, 1988, p. 10).

31 **Guerra Sino-Vietnamita (1979-1991)** – Também conhecida como III Guerra da Indochina. Teve sua fase mais aguda encerrada ainda em 1979, quando a China recuou, derrotada, de sua invasão. Ainda assim, combates na fronteira entre os dois países seguiram por uma década, até um cessar-fogo e normalização das relações em 1991.

Superfortress em suas bases no Sudeste Asiático. A hipótese de intervenção recebeu o nome de Operação *Vulture* (*Vauture* no original em francês, ou “Abutre”). Contudo, Washington ainda não havia chegado a um consenso sobre o que fazer e a França ainda não havia solicitado formalmente a participação direta das Forças Armadas dos EUA (PRADOS, 2009, p. 27; FALL, 2002, p. 300).

Durante as negociações, em 07 de abril, os EUA ofereceram quinze B-29s, na condição que os franceses fornecessem as tripulações, o que foi recusado por Navarre. O problema era a carência francesa de tripulações capazes de operar aeronaves de grande porte. Isso se dava por dois motivos:

- a) mesmo antes da Indochina, o papel da Força Aérea francesa na OTAN dava mais ênfase à aviação de caça do que às missões de bombardeio e transporte pesado. Isso deixava a França com carência de pilotos de aeronaves de grande porte. Ademais, mesmo as tripulações existentes nunca tinham pilotado um B-29; e
- b) em segundo lugar, a própria Guerra da Indochina – e especialmente o cerco de Dien Bien Phu – já colocavam as tripulações francesas no limite de sua capacidade física. Por exemplo, ao final do cerco, a França dispunha de apenas quarenta tripulações reservas de aeronaves de dois motores (FALL, 2002, p. 303-304; PRADOS, 2014, p. 2599 [kindle]). Em suma, a intervenção dos B-29 teria de ser americana ou nunca chegaria.

Enquanto Washington procurava tomar uma decisão, o planejamento militar continuava a todo vapor, o que mostra a seriedade da alternativa militar. Em abril, o Tenente-General<sup>32</sup> Earle Partridge, comandante da Força Aérea do Extremo Oriente<sup>33</sup> (FAEO), e seu subordinado General de Brigada Joseph Caldara, comandante dos bombardeiros da FAEO, chegaram à Indochina. Caldara fez três sobrevoos do cerco para avaliar a situação. Depois disso, os estadunidenses conferenciaram com os generais franceses Navarre e Lauzin – Comandante da aviação do Corpo Expedicionário. O plano final elencava a utilização de praticamente todo Comando de Bombardeiros da FAEO. Isso perfazia um total de 98 bombardeiros B-29 da Força Aérea, sendo duas alas baseadas em Okinawa (Japão) e uma em

---

32 **Tenente-General** – Na categorização da OTAN, general de três estrelas, normalmente comandante de um Corpo de Exército na força terrestre ou de uma Força Aérea numerada no caso da aeronáutica. No Brasil, essa patente não tem um equivalente preciso. Por um lado, pode ser considerada equivalente ao General de Divisão (Três Estrelas) apesar de não encontrar equivalência em relação ao escalão de força comandada. Isso se dá pelo fato de que atualmente não existem corpos de exército no Brasil. Da mesma forma, nos EUA, uma divisão seria comandada por um Major-General (General de duas estrelas).

33 **No Original** – Far Eastern Air Force (FEAF).

Clark Field (nas Filipinas). Cada B-29 era capaz de carregar quatorze toneladas de bombas para dar suporte ao cerco. Entretanto, justamente pela abundância de poder de fogo, o uso tático do bombardeiro estratégico trazia problemas de difícil resolução (FALL, 2002, p. 300; PRADOS, 2014, p. 3450-3459 [kindle]).

Uma das principais questões levantadas no planejamento conjunto foi a falta de estações de SHORAN<sup>34</sup> na Indochina. Tratava-se de um sistema de navegação por radar que garantia a precisão do bombardeio. A falta do equipamento queria dizer que os B-29 perdiam muito em precisão. Essa não era uma questão menor. Ao tratar-se do uso do bombardeiro estratégico numa batalha de cerco, em que os alvos se encontram muito próximos as forças aliadas, os B-29 sem guiagem incorriam em sério risco de fratricídio<sup>35</sup>, aniquilando as tropas francesas em vez das vietnamitas. Como solução, os franceses ventilaram a possibilidade de enviar três equipes técnicas de SHORAN, junto com seu equipamento, por paraquedas. Os estadunidenses acharam isso arriscado demais e propuseram compensar a falta do sistema através de voos de baixa altitude e orientação do bombardeio através dos radares embarcados AN/APQ-13 dos B-29. Eles foram feitos para serem utilizados em conjunto com as estações em terra – SHORAN –, mas poderiam ser utilizados para navegação por observação do terreno. Para isso, em 30 de abril, um RB-50C<sup>36</sup> sobrevoou Dien Bien Phu para atualizar as cartas de radar do terreno e possibilitar que as tripulações dos B-29 pudessem calibrar seus próprios radares (FALL, 2002, p. 305; PRADOS, 2014, p. 4022 [kindle]).

Mesmo assim, com todas as preparações sendo feitas, os aviadores americanos tinham apenas medidas paliativas contra a falta de meios para o bombardeio de precisão. Os generais

**34 SHORAN** – Acrônimo de **SHORt RANge Navigation**, sistema de navegação eletrônica por radar. O sistema consistia em estações terrestres dotadas de transponders que respondiam a sinais de radar enviados por aeronaves amigas. O tempo de resposta do transponder dava uma noção de localização para os tripulantes da aeronave. Para a orientação de bombardeios, a tática consistia na triangulação do alvo a partir de duas estações terrestres. Uma delas servia como ponto de referência geográfico para aeronave, que mantinha uma distância constante da estação em terra voando em uma linha arqueada. O momento de largar as bombas era dado ao atingir uma distância predeterminada da segunda estação em terra. Devido a curvatura da Terra, as estações de SHORAN tinham precisão limitada de cerca de trezentas milhas (480 km). Por isso, em Dien Bien Phu, pesava a preocupação com a falta de estações na Indochina.

**35 Guiagem e Uso Tático do Bombardeiro Estratégico em Khe Sanh** – É interessante fazer uma comparação desse mesmo aspecto tático no que foi tida como a “reedição” de Dien Bien Phu com os estadunidenses na Batalha de Khe Sanh, em 1968. Se em 1954 os B-29 teriam tido uma dificuldade enorme pela falta do SHORAN (tecnologia eficaz mas incipiente na guiagem de bombardeiros), os B-52 *Stratofortress* em Khe Sanh puderam contar com os radares de guiagem em solo AN/MSQ-77 e AN/TPQ-10, bem como com os sensores eletrônicos espalhados pelo campo de batalha. Foi isso que possibilitou destruir o cerco vietnamita com bombardeios de B-52 a apenas um quilômetro das trincheiras estadunidenses. Para isso, ver Shore II (1969, p. 93-112), Nalty (1986, p. 82-95) e Thorndale (1969, p. 25-29).

**36 RB-50C** – Tratava-se de um bombardeiro B-50 *Superfortress* – versão melhorada do B-29 –, convertido para reconhecimento estratégico. Era equipado com várias câmeras capazes de tirar fotos de radar do terreno. As fotos poderiam então ser utilizadas como cartas de navegação pelas tripulações de cada B-29 para orientar os bombardeios. Era um processo análogo à observação visual – desnecessário com o SHORAN –, mas com as imagens de radar substituindo o olho nu devido a altitude elevada, missões noturnas ou cobertura de nuvens ou mau tempo.

estadunidenses hesitavam também para ganhar tempo. Concomitantemente ao planejamento no Vietnã, a decisão de intervir ou não tramitava em Washington e na Europa. Enquanto isso, mesmo nessas condições longe de ideais, os militares franceses demonstraram o grau de desespero e dependência dos EUA ao afirmar que a possibilidade de fratricídio dos soldados franceses pelos bombardeiros americanos não deveriam impedir a operação de tomar lugar (FALL, 2002, p. 305-306).

O plano também continha uma alternativa nuclear. A seção de planejamento operacional da Junta de Chefes de Estado-Maior (G-3) produziu dois estudos acerca do uso nuclear em 25 de março e 08 de abril. Ou seja, bem a tempo de serem contemplados por Washington. A versão mais bem-acabada previa o uso de uma a seis ogivas nucleares de 21 quilotons diretamente contra as forças sitiadas em zonas intencionalmente cedidas ao inimigo ou em áreas de logística e comando do Vietminh ao redor de Dien Bien Phu. O ataque seria feito a luz do dia com aeronaves baseadas em porta-aviões – A-1E e A-1H *Skyraider* ou F-2B<sup>37</sup> *Banshee* (SPECTOR, 1985, p. 200).

A postura do *New Look* havia deixado a convicção na maioria dos oficiais gerais de que armas nucleares seriam utilizadas numa intervenção na Indochina. Os relatores dos planos nucleares afirmavam que as bombas atômicas seriam capazes de mudar o rumo da batalha e impedir a própria Conferência de Genebra, citando-a especificamente (SPECTOR, 1985, p. 200).

As armas nucleares figuraram também numa última tentativa desesperada de Dulles, em 14 de abril, já quando a intervenção estadunidense parecia pouco provável. Numa conversa particular com o Ministro das Relações Exteriores francês, Georges Bidault, Dulles ofereceu duas armas nucleares táticas – seis anos antes da primeira bomba francesa –, para que fossem utilizadas no cerco. Mesmo diante do voluntarismo do Secretário de Estado dos EUA, os franceses recusaram a oferta (FALL, 2002, p. 306-307; HEARTS..., 1974, 04:19-05:10’).

Diferentemente da posição dos defensores da Guerra Limitada, que viria a dominar a estratégia para o Vietnã na década seguinte, Radford – um ex-comandante de porta-aviões –

---

**37 Designação Aeronaves de Ataque Nuclear** – Os nomes A-1 *Skyraider* e F-2 *Banshee* são anacrônicos para o período de Dien Bien Phu. Aqui, preferiu-se usar a designação que as aeronaves receberam em 1962 com o Sistema Tri-Força de Designação de Aeronaves (*Tri-Service Aircraft Designation System*), vigente até os dias de hoje. Antes de 1962, as duas versões do *Skyraider* aqui citadas – A-1E e A-1H – eram chamadas, respectivamente, de AD-5 e AD-6. A primeira variante era uma aeronave de dois lugares (para um copiloto ou navegador) e sem freios de mergulho (ou seja, era uma aeronave para bombardeio nivelado ou *toss bombing*). A segunda era versão de apenas um assento e com freios para bombardeio de mergulho. No caso do *Banshee* F-2B, sua designação original era F2H-2. Na época de Dien Bien Phu, também estava em serviço a variante F2H-2B – essa, por ter sido retirada de serviço antes da redesignação, nunca recebeu outro nome –, que era especialmente modificada para carregar o peso extra das bombas nucleares.

era um partidário da dominância do poder aéreo e da guerra nuclear que imperava no pensamento estratégico estadunidense do pós-II GM. Mais do que isso, o Almirante tentou reeditar, na Indochina, o plano de MacArthur para a Guerra da Coreia. Em primeiro lugar, via a intervenção em favor dos franceses como uma forma de provocar uma guerra direta contra a China. Em segundo lugar, via a utilização das armas nucleares como forma de acabar com o comunismo chinês. Ao considerar o uso atômico na Operação *Vulture*, um dos assistentes do almirante conferenciou com MacArthur sobre o plano, procurando sua aprovação. Contudo, o general, a esta altura aposentado, já não considerava o uso nuclear contra os chineses uma boa ideia. Ele recomendou cautela a Radford, não só no planejamento, mas na própria divulgação de seu conteúdo aos franceses (TUCHMAN, 2017, p. 340, 343).

#### 2.3.1.2 Alternativa B: Não-Intervenção

A segunda alternativa era a da não-intervenção. O argumento era simples, a Indochina não representava nenhum interesse estratégico relevante aos EUA. Ou, pelo menos, o custo relativo ao seu benefício não valia a pena. Seu defensor mais vocal era o Chefe de Estado-Maior do Exército, General Matthew Ridgway. Ele havia sido o general que substituiu MacArthur no comando das Forças estadunidenses na Coreia e se tornou responsável pela recomposição do *status quo ante* no qual resultou a guerra. Assim, não é de se estranhar que, apenas oito meses depois do final da Guerra da Coreia, Ridgway e grande parcela dos militares não acreditassem na perspectiva de uma intervenção rápida e decisiva no continente asiático; muito menos em um lugar com relevância estratégica limitada.

No dia 31 de março, Radford convocou uma reunião do JCS para averiguar a opinião dos chefes acerca da recomendação do uso de forças aéreas e navais sobre Dien Bein Phu. Ridgway respondeu com um “enfático ‘não’ e que isso era ‘completamente desproporcional com o risco em que incorreria<sup>38</sup>”. Os demais chefes seguiram Ridgway. Radford tentou, então, abordar cada um dos chefes separadamente, mas obteve a aquiescência somente do chefe da Força Aérea, que concordou em realizar um planejamento mais detalhado (SPECTOR, 1985, p. 202).

---

38 **No Original** – “emphatic ‘No’ e ‘was altogether disproportionate to the liability it would incur” (SPECTOR, 1985, p. 202).

A Coreia havia deixado sua marca. Alguns meses antes, o Vice-Almirante Arthur Davis, então Vice-Assistente do Secretário de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional<sup>39</sup>, participara de uma reunião com o Secretário de Defesa em 06 de janeiro de 1954 – um mês antes do começo do cerco. Nesse episódio, após ser ventilada a ideia de intervenção na Indochina caso a França se mostrasse incapaz de definir a conflagração, Davis afirmou:

O envolvimento das forças estadunidenses na guerra da Indochina deve ser evitado a todo custo prático. Se, então, a Política Nacional não determinar nenhuma outra alternativa, os EUA não devem se enganar acreditando na possibilidade de envolvimento parcial – como em “somente unidades navais e aéreas”. Não se pode passar pelas Cataratas do Niágara dentro de um barril apenas superficialmente. [...] Se for desejável introduzir forças aéreas e navais em combate na Indochina, é difícil compreender como o envolvimento de forças terrestres poderia ser evitado. Poder aéreo suficiente para valer a pena em tal esforço exigiria bases de considerável magnitude na Indochina. A proteção dessas bases e instalações portuárias certamente exigiria pessoal da força terrestre dos EUA, e as forças, uma vez empenhadas, precisariam de unidades de combate terrestre para apoiar qualquer ameaça de evacuação. Deve-se entender que não há maneira barata de travar uma guerra, uma vez empenhados<sup>40</sup> (DAVIS *apud* EUA, 1969b, p. B-6, tradução nossa).

Este argumento foi revitalizado como pilar da posição de Ridgway, mas outras considerações foram delineadas num artigo de posicionamento do Exército – baseado em estudos de 1953 feitos pela Força Terrestre, bem como num memorando do adjunto de Ridgway, General James Gavin (PETRAEUS, 1987, p. 70, n. 26). O artigo foi submetido ao Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council* – NSC) na primeira semana de abril – de maneira concomitante com o planejamento operacional da Operação *Vulture*. O documento apresentava as seguintes conclusões:

- a) a intervenção na Indochina era indesejável;
- b) ela não poderia ser assegurada somente com forças aéreas e navais;

39 **No Original** – Deputy Assistant Secretary of Defense for International Security Affairs.

40 **No Original** – “Involvement of U.S. forces in the Indochina war should be avoided at all practical costs. If, then, National Policy determines no other alternative, the U.S. should not be self-duped into believing the possibility of partial involvement – such as ‘Naval and Air units only.’ One cannot go over Niagara Falls in a barrel only slightly. [...] If it is determined desirable to introduce air and naval forces in combat in Indochina it is difficult to understand how involvement of ground forces could be avoided. Air strength sufficient to be of worth in such an effort would require bases in Indochina of considerable magnitude. Protection of those bases and port facilities would certainly require U.S. ground force personnel, and the force once committed would need ground combat units to support any threatened evacuation. It must be understood that there is no cheap way to fight a war, once committed” (DAVIS *apud* EUA, 1969b, p. B-6).

- c) seriam necessárias de sete (com permanência dos franceses e sem intervenção chinesa) a doze divisões (com retirada dos franceses e intervenção chinesa) estadunidenses para obter a vitória na Indochina;
- d) o esforço de apoio aéreo às operações terrestres seria equivalente a quinhentas sortidas de caças e bombardeiros por dia, excluídas as sortidas de interdição e superioridade aérea; e
- e) duas divisões poderiam ser desdobradas em trinta dias e mais cinco nos 120 dias seguintes. Entretanto, para chegar ao teto de doze divisões, depender-se-ia da mobilização da indústria e de pessoal (conscrição) no âmbito doméstico (EUA, 1969b, p. B-10–B-11; PETRAEUS, 1987, p. 65).

Ridgway também enviou uma equipe à Indochina para uma pesquisa de campo. Os achados da missão vieram em um relatório de 12 de julho – ou seja, depois do fim do cerco. Apesar de não terem influenciado na decisão em Dien Bien Phu, reforçaram a impressão do JCS no período entre o final da batalha e os Acordos de Genebra. A carência de infraestrutura no Vietnã era um problema crônico para um Exército moderno como os EUA. A falta de portos, estradas, ferrovias e telecomunicações significava que estes meios deveriam ser construídos pelos estadunidenses. Isso, por sua vez, representaria um imenso esforço logístico e de engenharia que certamente resultaria num elevado custo financeiro bem como num extenso cronograma. Em suma, do ponto de vista logístico, a intervenção era inviável e indesejável (TUCHMAN, 2017, p. 345; EUA, 1969c, p. A-28).

Quanto aos planos nucleares, após serem aprovados pelo diretor de planejamento (G-3) do Exército, não foram bem recebidos pelas outras diretorias nem se provaram suficientes para convencer Ridgway e Gavin. Uma das preocupações era a possível ineficiência do bombardeiro nuclear numa região com forças inimigas tão dispersas quanto o ambiente de selva. Outra dizia respeito ao perigo da escalada – argumento que servia também para o bombardeio convencional. Isso é, a China poderia envolver-se com ataques aéreos ou mesmo uma invasão terrestre caso se sentisse ameaçada. Finalmente, havia os custos internacionais associados à violação do limiar nuclear e suas implicações, não apenas para o Sudeste Asiático, mas para todos organismos e regimes internacionais estabelecidos pelos próprios EUA (SPECTOR, 1985, p. 200-201).

Anos mais tarde, durante o envolvimento massivo dos EUA no Vietnã, Ridgway e Gavin se tornariam críticos frequentes da guerra. Eles tinham a opinião explícita de que Ho Chi Minh era mais um nacionalista do que um comunista, bem como de que os EUA deveriam ser mais flexíveis nas tratativas com líderes internacionais de outros matizes políticos e de que

a FLN deveria ser reconhecida enquanto força política legítima nas negociações sobre o Vietnã (BUZZANCO, 1986, p. 566-567). Não se pode afirmar que essas opiniões estivessem presentes ainda em 1954. Na época de Dien Bien Phu, evitar uma nova Coreia parece ter sido a motivação fundamental; entretanto, esse conjunto de opiniões serve para ilustrar o pragmatismo necessário para uma solução política do Vietnã.

### 2.3.1.3 Alternativa C: Intervenção Conjunta

A terceira posição foi a esposada pelo presidente Eisenhower e fazia as vezes de um caminho do meio entre as duas alternativas anteriores. Tratava-se da possibilidade de uma intervenção, mas com condições específicas. Eram elas:

- a) *burden sharing*<sup>41</sup> com aliados, o que significava apoio da Grã-Bretanha;
- b) adesão do Congresso;
- c) comprometimento da França no aceleração do processo de independência da Indochina (HASTINGS, 2021, p. 92; EUA, 1969b, p. B-12).

Uma condição primordial, a da vontade francesa, foi atendida na madrugada do dia 05 de abril. O embaixador estadunidense em Paris foi acordado na madrugada para receber o pedido formal para uma intervenção dos EUA na batalha (FALL, 2002, p. 302). Entretanto, as demais condições nunca conseguiriam ser realizadas.

No dia 03 de abril, Dulles e Radford organizaram, a pedido de Eisenhower, uma reunião com os congressistas. Nela, foi apresentado o plano de ação militar contra os sitiadores em Dien Bien Phu. Os congressistas – ironicamente na figura do então Senador Lyndon Johnson – levantaram duas questões. A primeira dizia respeito às repercussões da campanha aérea. Radford respondeu que a presença terrestre poderia ser seguida pelo ataque aéreo e admitiu que o restante da junta de Chefes de Estado-maior não partilhava do seu otimismo. A segunda era a de se os EUA planejavam agir sozinhos; em outras palavras, se era prudente envolver-se numa guerra com potencial de escalada sem a anuência dos demais parceiros – principalmente outros aliados do Sudeste Asiático e da Inglaterra. Novamente, Radford e Dulles não tinham boas respostas para a questão. Dessa forma, atingiu-se o

---

41 **Burden Sharing** – Algo como “Divisão de Custos”. Conceito das Relações Internacionais para “negociações de como os custos de esforços em comum são divididas entre Estados” (CHALMERS, 2000, p. xi, tradução nossa). Neste caso em específico, divisão dos custos de uma intervenção militar nos termos financeiros, de material bélico, efetivo, etc.

consenso, alinhado com a percepção de Eisenhower, de que uma eventual e, a princípio, indesejada intervenção deveria seguir pelo menos três condições, ecoando a posição do presidente:

- a) a formação de uma coalizão;
- b) uma aceleração da independização da Indochina; e
- c) permanência da França na guerra (FALL, 2002, p. 300-301).

Desses itens, o único urgente era a adesão da Inglaterra para formar-se uma coalizão.

A partir de então, os esforços do governo Eisenhower – especialmente de Dulles – se voltaram totalmente a tentar angariar o apoio britânico. Dois dias depois (5 de abril), Eisenhower escreveu uma carta a Winston Churchill, na qual fazia um paralelo entre a situação de Dien Bien Phu e a expansão do Eixo no pré-II GM, apelando emotivamente para a aliança transatlântica de uma década atrás. Não tão consternado, Churchill respondeu apenas três dias depois e se esquivou da resposta, escrevendo que o assunto deveria ser tratado entre Dulles e o ministro das relações exteriores britânico Anthony Eden no dia 12, quando o estadunidense estaria em Londres (FALL, 2002, p. 303).

Os britânicos compartilhavam da mesma percepção dos generais americanos; tinham medo do confronto com a China e duvidavam de uma intervenção limitada. O argumento inglês era o de rejeitar a Teoria do Dominó e de afirmar que nenhum de seus interesses vitais estava em jogo na Indochina. Pelo contrário, tinham o que perder com a guerra, nomeadamente a indefensável colônia de Hong Kong na costa chinesa. Enquanto o governo Eisenhower tentava convencê-los de realizar uma intervenção, os britânicos ocupavam a presidência da Conferência de Genebra em conjunto com a URSS. Isto é, já se preparavam para negociar a retirada francesa (HASTINGS, 2021, p. 100).

No final de abril, Churchill disse a Radford e Dulles que, se o Reino Unido havia perdido a Índia e suas demais colônias, os franceses deveriam aceitar o fato de ter perdido a Indochina: “Eu mesmo passei por muitos reveses”, concluiu ele. “Não cedi. Sofri em Cingapura, Hong-Kong, Tobruk; os franceses terão Dien Bien Phu.” Os britânicos não seriam atraídos para o que temiam ser a ‘guerra de Radford contra a China<sup>42</sup>’ (HERRING; IMMERMANN, 1984, p. 360, tradução nossa).

---

42 **No Original** – “I have known many reverses myself,” he concluded. “I have not given in. I have suffered Singapore, Hong-Kong, Tobruk; the French will have Dien Bien Phu.” The British would not be drawn into what they feared would be “Radford's war against China.” (HERRING; IMMERMANN, 1984, p. 360).

### 2.3.2 Decisão: A Recusa da Intervenção Unilateral

Por fim, a decisão tomada pelos EUA foi pela não intervenção. Em 07 de maio de 1954, Dien Bien Phu caiu para o Vietminh sem que os militares tivessem se convencido de que uma intervenção militar unilateral era possível, ou que os EUA tivessem conseguido elaborar uma coalizão para uma intervenção conjunta. Embora Eisenhower tivesse a palavra final sobre a decisão, sua pretensa alternativa preferida – a intervenção conjunta – esbarrou na recusa britânica de formar uma coalizão e dividir os custos da intervenção.

A razão da insistência de Eisenhower na formação de uma aliança para a intervenção não é consenso na literatura. Uma primeira interpretação é a de que Eisenhower manteve a duplicidade que foi característica de sua presidência. No discurso, manteve-se fiel à contenção aos comunistas, no mesmo tom de Dulles e Radford. Afinal, em 07 de abril, proferiu o célebre discurso que ficaria conhecido como a Teoria do Dominó. Enquanto isso, entretanto, pareceu colocar as condições básicas para que o plano de Dulles e Radford não se concretizasse (TUCHMAN, 2017, p. 344-345).

Uma outra interpretação possível é a de que Eisenhower compartilhasse do fervor de Dulles e Radford acerca da centralidade do Vietnã na estratégia estadunidense. Mas diferia apenas na aceção de que os problemas militares levantados por Ridgway deveriam ser endereçados pela formação de uma ampla aliança e um consenso na opinião pública e no congresso. Caso contrário, poder-se-ia encaminhar para uma nova Coreia, com os EUA pagando todos os custos da guerra e com a política doméstica conflagrada. Aqui, o compromisso fundamental era impedir a Conferência de Genebra de atingir qualquer resultado (PRADOS, 2009, p. 25, 28-31).

Ambas versões não disputam fatos, mas a intenção de Eisenhower quanto ao desfecho. A primeira vê Eisenhower como um sabotador da intervenção estadunidense. A segunda, como um partidário mais moderado dela. Independente da convicção pessoal de Eisenhower, confirmou-se a tendência generalizada da política externa para a Ásia – pois também é observável na Guerra da Coreia, nas Crises dos Estreitos e no restante das decisões sobre a Indochina. Por um lado, ela tinha como característica principal manter pressão máxima sobre a China. Por outro, sempre que colocado diante da possibilidade de uma guerra prolongada, tomava-se a decisão de não empreendê-la.

### 2.3.3 Resultado: Os Acordos de Genebra

Quando Dien Bien Phu caiu, dos cerca de quinze mil soldados franceses sitiados, quase metade havia sido transformada em baixas – entre mortos, feridos e desaparecidos –, e o restante foi feito prisioneiro. O impacto na opinião pública francesa foi enorme, e o governo não demorou para cair. Surgiu como novo primeiro-ministro Pierre Medès-France, que era a favor de encerrar a guerra. Antes de partir para Genebra, ele emitiu um ultimato para o congresso francês, prometendo renunciar se não conseguisse chegar a um acordo na conferência dentro de trinta dias (WINDROW, 2021, p. 87; HASTINGS, 2021, p. 111).

Com o fim da batalha, os franceses – de forma anti-intuitiva, já que haviam morrido aos milhares em Dien Bien Phu – adotaram uma posição mais moderada que o Secretário de Estado estadunidense. O objetivo francês era resguardar o que conseguissem de seu prestígio mesmo na derrota e manter algum tipo de influência numa Indochina pós-colonial. Dulles continuava tentando, de forma desesperada, evitar a derrota francesa e sabotar a Conferência de Genebra. E continuou com essa política mesmo quando Paris havia aquiescido na necessidade de um acordo, ainda que evidentemente barganhasse pelo seu conteúdo.

Os resultados de Genebra podem ser divididos em dois acordos. O primeiro era diretamente entre o Vietminh e a França. Estabelecia um cessar-fogo; a demarcação de uma Zona Desmilitarizada – temporária – no Paralelo 17; duas zonas de reagrupamento, uma no Norte para o Vietminh e outra no Sul para os franceses e o Imperador Bao Dai; a independência e neutralidade do Laos e do Camboja; e estabelecia uma comissão de supervisão e controle – formada por Canadá, Polônia e Índia. O outro acordo foi uma declaração conjunta de todos os participantes – dos quais apenas os EUA não endossaram – que afirmava a disposição de se realizarem eleições livres nas duas zonas de reagrupamento em julho de 1956 (PRADOS, 2009, p. 35).

Os resultados de Genebra, se comparados com a derrota em Dien Bien Phu, foram impressionantemente favoráveis aos franceses. Isso revela o quanto a URSS e a China pressionavam por uma resolução rápida, com receio de que um exagero por parte do vietnamitas ou dos ocidentais no campo de batalha pudesse levar a outra Coreia. A URSS já não precisava de outro conflito prolongado para fazer a sangria dos EUA<sup>43</sup>. Havia tornado-se

---

43 **Sangria** – “Aqui o objetivo é assegurar-nos de que qualquer guerra entre os nossos rivais se transforma num conflito prolongado e dispendioso que enfraqueça o seu poder. [...] estando o sangrador interessado sobretudo em levar os seus rivais a derramarem o sangue um do outro até a última gota, enquanto permanece fora do combate” (MEARSHEIMER, 2007, p. 157).

uma potência termonuclear no ano anterior e agora buscava manter uma pequena *détente* após a morte de Stalin (VISENTINI, 2008, p. 51; HASTINGS, 2021, p. 116; TUCHMAN, 2017, p. 349).

Beijing, por sua vez, tinha motivos mais urgentes em não querer uma escalada. Numa reunião dos chineses com o Vietminh em Lizhou – no Sul da China –, de 03 a 05 de julho, Zhou Enlai fez uma analogia entre os norte-coreanos e o Vietminh. Segundo o Primeiro-Ministro chinês, se os vietnamitas exagerassem nos seus objetivos estratégicos, isso poderia desencadear em uma nova Coreia. Contudo, conquanto essa tenha tido uma funcionalidade estratégica para os soviéticos, para a China havia sido uma ameaça existencial e um esforço de mobilização nacional bastante custoso. Ou seja, os chineses tinham uma opinião parecida com a dos generais do Exército dos EUA, isso é, temiam a escalada para outra sangrenta guerra prolongada. Assim, Beijing procurou pressionar os vietnamitas a aceitar um acordo (HASTINGS, 2021, p. 111).

Entretanto, os próprios vietnamitas sentiam o desgaste da guerra. Giap estimou que se não chegassem a um acordo político, o Vietminh precisaria de dois a cinco anos para atingir uma vitória absoluta no Vietnã. Assim, a perspectiva de uma solução política não era de todo rejeitada (HASTINGS, 2021, p. 112).

Um desdobramento dos Acordos de Genebra foi a criação da Organização do Tratado da Ásia do Sudeste (OTASE). Tratava-se de um tratado de segurança coletiva que congregava EUA, Grã-Bretanha, França, Austrália, Nova Zelândia, Paquistão, Tailândia e Filipinas. A ideia era suprir a demanda que havia supostamente impedido a intervenção estadunidense em Dien Bien Phu, para que a falta de aliados não voltasse a ocorrer em matéria de Indochina. Neste sentido, como os Acordos de Genebra haviam proibido o ingresso dos Vietnãs em alianças militares, o Vietnã do Sul foi considerado um Estado protocolar da organização, ainda que não um membro pleno. Contudo, diferente da OTAN – sua inspiração –, a OTASE não tinha forças permanentes para além de comitês; tampouco seu tratado continha cláusulas obrigatórias para tomada de qualquer ação que não a de apenas considerar propostas de intervenção conjunta ou apelos de ajuda. Por isso, bem como pela diversidade de interesses no seu âmago, a organização deixaria a desejar no futuro da política estadunidense de contenção (PRADOS, 2009, p. 36).

Quanto à política externa dos EUA, em suma, Dulles foi derrotado em tudo que se propôs a fazer em Genebra. Não conseguiu obter ajuda dos ingleses para realizar a intervenção; falhou em manter a França na guerra; bem como em convencer Eisenhower de agir sozinho. Entretanto, a ferocidade do anticomunismo, logo se adequou a ideia de que os

EUA deveria substituir os franceses enquanto patrocinadores do regime do Sul (TUCHMAN, 2017, p. 350).

#### 2.4 DECISÃO Nº 04: 1955 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE SUBSTITUIR A FRANÇA NO VIETNÃ

Mesmo com o resultado relativamente favorável dos acordos de Genebra para os franceses, os anos que se seguiram a Dien Bien Phu foram de turbulência no recém-criado Vietnã do Sul – que ainda não tinha esse nome. Entretanto, isso se deu menos pela ação subversiva do Vietminh do que pela própria instabilidade política no Sul. Essa fragmentação, por sua vez, era fruto da disputa encoberta entre França e EUA pelo controle do cliente.

Especialmente entre os anos de 1954 e 1956 – tempo acordado em Genebra para as reeleições de unificação do Vietnã – os EUA tomaram a decisão de disputar com a França a posição de patrocinadores do regime sulista. Isso fez as vezes da “vingança” de John Foster Dulles pelo fracasso de, em 1954, atingir qualquer coisa que “[...] não uma vitória militar na Indochina” – nas palavras do Comitê Especial da Presidência para Assuntos da Indochina (TUCHMAN, 2017, p. 346). Nessa época, o secretário de Estado estava apenas no começo de seu mandato, que duraria até pouco antes de sua morte, em 1959. Nesse meio tempo, os EUA destronaram a França de seu *status* de controladora da governança no Vietnã do Sul e se colocaram nesta mesma posição.

Aqui cumpre apontar que, novamente, a posição adotada pelo EUA não foi consensual na burocracia, seja em Saigon ou em Washington. A principal alternativa a substituição dos franceses era, intuitivamente, a manutenção dos rumos políticos do Vietnã sob os auspícios de Paris. Contudo, o anti-intuitivo era que a ex-potência colonial tinha uma tendência – ou ao menos a possibilidade – de acomodação com Hanoi.

Para se entender a disputa entre estadunidenses e franceses, é necessário caracterizar a fragmentação política do Vietnã do Sul. À época da partilha, o chefe de Estado vietnamita era o Imperador Bao Dai, tido como marionete francesa – o que sua residência em Cannes na Riviera Francesa não ajudava a aplacar. Ele havia negociado com o Japão durante a II GM e também com o Vietminh durante a revolução de agosto de 1945. Entretanto, gozava de considerável apoio, principalmente nos altos escalões das Forças Armadas (SHEEHAN, 1989, p. 134).

Como Primeiro-Ministro sulista ascendeu Ngo Dinh Diem, o mais perto que se tinha de um nacionalista vietnamita que rivalizava com o Vietminh. Suas principais credenciais eram ser simultaneamente católico e antifrancês. Tinha construído sua carreira política recente através de sua estadia nos EUA, e havia sido indicado por Bao Dai como Primeiro-Ministro na esteira de Genebra, muito por conta de uma campanha da CIA (TUCHMAN 2017, p. 354-355; SHEEHAN, 1989, p. 134).

O catolicismo de Diem havia angariado simpatia dos EUA, mas não era popular no Vietnã de maioria budista. Os católicos, em grande parte emigrados do Norte, faziam as vezes de uma “seita” pró-estadunidense; isto é, ficavam longe de representar a totalidade da população vietnamita. O governo Diem dependia largamente do personalismo associado ao Primeiro-Ministro e sua família. Essa ocupava cargos que iam desde a liderança partidária e polícia secreta – seu irmão Ngo Dinh Nhu –, além de postos diplomáticos, grandes empresas e mesmo a Igreja católica. Ou seja, o governo Diem pode ser considerado pouco democrático até mesmo em relação às elites, visto que era minoria entre as classes dominantes e a burocracia (TUCHMAN, 2017, p. 357; VISENTINI, 2008, p. 56-57).

Além disso, o Vietnã do Sul contava com os chamados “sectos”. Tratava-se de bandos armados, religiosos, econômicos ou simplesmente criminosos, que tinham grande participação política e cargos oficiais enquanto forças auxiliares do exército francês. Agora, entretanto, na construção de um Estado nacional, eles se mostraram um obstáculo considerável.

#### **2.4.1 Problema: A Disputa do Vietnã do Sul**

Em suma, o Vietnã do Sul era um país profundamente dividido. Na direção do Estado, estava um imperador pró-francês e um Primeiro-Ministro pró-EUA; e na composição das elites, pesava a divisão entre budistas e católicos, emigrados e sulistas, bem como a força política dos senhores da guerra dos sectos, religiosos ou criminosos. Em meio a essa miríade de atores políticos, EUA e França travariam uma guerra secreta pelo controle do Estado cliente.

As opções disponíveis para os EUA se dividiam em:

- a) substituir os franceses e criar um Estado cliente; e
- b) conceder o controle da Indochina aos franceses, que se inclinavam a adotar a solução do neutralismo e da reunificação do Vietnã pela negociação política.

Cabe notar que a disputa das opções não era apenas entre EUA e França, mas sim dentro da política doméstica estadunidense. Existia a percepção, para parte dos tomadores de decisão, de que uma solução neutralista era algo alinhado com o interesse dos EUA, tanto para se desvencilhar do problema do Vietnã como algo eventualmente funcional até mesmo para a contenção da China.

#### 2.4.1.1 Alternativa A: Criação do Estado Cliente

A primeira alternativa dos EUA era a criação de um Estado cliente no Vietnã do Sul. O objetivo maior era o da continuidade da contenção da China. Assim, a formação do Estado no Sul estava em oposição direta a qualquer tipo de entendimento com o Norte, inclusive em relação aos dispositivos dos Acordos de Genebra.

Novamente, os partidários da política da contenção eram os irmãos Dulles. Nesse sentido, a alternativa representava apenas uma continuidade da política já em prática desde a Coreia. O elemento novo era a presença estadunidense em Saigon. Dessa forma, o operador da política dos Dulles *in loco* era Edward Lansdale, um ex-executivo de publicidade que havia entrado para o OSS na II GM e continuara na carreira militar. Na época, ocupava o posto de Coronel da Força Aérea. Apesar disso, nunca foi aviador, dedicando toda sua carreira a ser oficial de inteligência, contrainsurgência e guerra psicológica. Mesmo empregado do Departamento de Defesa, passou anos em empréstimo para a CIA (BOOT, 2018).

No imediato pós-guerra, havia obtido fama pela relação próxima com o presidente filipino Ramon Magsaysay e pelo sucesso em reprimir as guerrilhas Huk no mesmo país. A partir disso, em Washington, Lansdale tornou-se um protegido dos Dulles – especialmente do chefe da CIA, Allen. Por recomendação pessoal do último, Lansdale foi mandado para o Vietnã em janeiro de 1954. De lá, operou sozinho e com poucos recursos até o resultado das negociações em Genebra. A partir de então, tornou-se o principal operador da estratégia do irmãos Dulles (BOOT, 2018, p. 153, 186, 205, 215).

Depois dos Acordos de Genebra, Lansdale conseguiu autorização para montar uma equipe de operações encobertas, que viria a ser chamada eufemisticamente de Missão Militar de Saigon. Tratava-se de uma equipe de militares ou ex-militares especializados em ações de comandos ou operações de inteligência e guerra psicológica, apesar de muitos terem aprendido sobre os assuntos durante a missão (BOOT, 2018, p. 215-216, 219).

Visto que a CIA havia tido sucesso em colocar Diem como Primeiro-Ministro, Lansdale agora tinha a tarefa de assegurar que ele continuasse no cargo e estabilizasse a situação política no país. Como se verá a seguir, os primeiros dois anos do Vietnã do Sul foram de turbulência. E, em todos acontecimentos relevantes, Lansdale foi uma eminência parda de Diem, desenvolvendo uma relação pessoal forte com o primeiro-ministro e sendo seu principal contato na agência.

A história oficial da CIA afirma que a Missão Militar de Saigon de fato criava uma estrutura paralela dentro do Vietnã; assim, existiam duas “estações” da agência na capital vietnamita. Uma era formada pelos servidores de carreira e respondia à hierarquia oficial da organização. A segunda, Lansdale e equipe, era composta em sua maioria por militares em empréstimo e respondia diretamente a Allen Dulles (AHERN JR., 2000, p. 19).

#### 2.4.1.2 Alternativa B: Neutralização do Vietnã

A segunda alternativa era a da neutralização do Vietnã. Essa alternativa é um amálgama do que queriam os franceses – a unificação pacífica com manutenção de seus privilégios neocoloniais – com a perspectiva pessimista dos EUA em relação à viabilidade do governo Diem. É difícil avaliar se a posição estadunidense tinha consciência plena das implicações francesas de reaproximação. Entretanto, tidas em conjunto, o resultado mais provável dessa interação dizia respeito a neutralização.

Do lado dos franceses, a alternativa viável era de acomodação com Hanoi, o que se dava por dois motivos:

- a) pelos interesses comerciais e de investimento que os franceses esperavam reter da antiga colônia e pretensamente expandir com a inclusão – voluntária – de um Vietnã unificado na União Francesa; e
- b) a cosmovisão francesa – especialmente do gabinete Mendès-France – da possibilidade da coexistência pacífica ou *détente* com o campo socialista, numa prefiguração em partes do que seria o governo De Gaulle (TUCHMAN, 2017, p. 353, 360-361).

A França tentava adotar tardiamente o modelo de descolonização inglês. No pós-II GM, enquanto franceses e holandeses lutavam para recuperar suas ex-colônias, os ingleses haviam – embora também travassem alguns combates – largamente adotado uma estratégia de

neocolonialismo, concedendo independências para assegurar privilégios (VISENTINI, 2008, p. 39). Era como se a França, após o fracasso pelas armas, tentasse reverter a política no Vietnã para um neocolonialismo. Isso, entretanto, dependia da resolução do conflito e não do agravamento das tensões, especialmente quando isso dizia respeito ao aumento da presença estadunidense.

Neste meio tempo, chegava a Saigon a figura mais importante para a defesa desse curso de ação: o General Joseph Lawton Collins. Ele havia sido um dos mais consagrados comandantes de corpo de exército da II GM, sendo um dos poucos a servir tanto no Pacífico quanto na Europa. No pós-guerra, foi o Vice-Chefe de Estado-Maior do Exército quando Eisenhower ocupou a pasta e ascendeu ele mesmo ao posto durante a Guerra da Coreia, sendo substituído à época de Dien Bien Phu por Ridgway. Quando no cargo de Chefe de Estado-Maior, ele havia feito uma visita ao Vietnã para monitorar o repasse de equipamento e apoio estadunidense. Agora, Collins vinha como enviado especial de Eisenhower para fazer uma avaliação da situação no Vietnã, ao mesmo tempo que assumia o cargo de embaixador. Entretanto, carregava uma carta do presidente que o ascendia ao posto de seu representante pessoal. Assim, sua posição era como a de um procônsul ou plenipotenciário; tratava-se uma tentativa de equiparação de Collins com o governador-geral do Vietnã francês, nesse caso o já referido General Ely (PRADOS, 2009, p. 42).

Aqui é que as posições de Collins e dos franceses se aproximam. Sua missão durou de outubro de 1954 a maio de 1955; ou seja, escassos mas intensos oito meses. No mesmo mês em que embarcou para Saigon, Eisenhower havia redigido uma carta para Diem, o que acabou servindo como guia para as relações entre o Primeiro-Ministro e os EUA. Nessa carta, Eisenhower vinculava o aprovisionamento das forças e do governo com a consecução de reformas por Saigon – incluídas aqui reformas democráticas, reforma agrária etc. Assim, Collins era responsável por supervisionar a construção de Estado feita por Diem. Contudo, já nos primeiros dias, Collins afirmou que achava o governo Diem demasiadamente instável e que, se surgisse a oportunidade de devolver o poder a Bao Dai ou dos EUA sair do Vietnã, ela deveria ser perseguida. Alguns dias depois, moderou sua opinião. Mas não demoraria muito para entrar em conflito com os Dulles e Lansdale (PRADOS, 2009, p. 42-43).

O biógrafo de Lansdale, Max Boot, pinta a figura de Collins enquanto um oficial incompetente, que não compreendia a Ásia e as vicissitudes da política, numa prefiguração dos oficiais do MACV na década posterior (BOOT, 2018, p. 237-238). Entretanto, se levarmos em consideração o jogo duplo do enviado de Eisenhower quanto ao Vietnã, a

progressiva tentativa de sabotagem do governo Diem em favor dos franceses toma uma dimensão política e não técnica.

Assim, tinha-se em Saigon duas perspectivas opostas. Ambos seus personagens principais respondiam a hierarquias *ad hoc*; Collins era enviado pessoal do Presidente, alçado a posição de plenipotenciário no Vietnã. Por outro lado, Lansdale também era uma espécie de enviado especial, desta feita dos irmãos Dulles e que, segundo o próprio Collins, tinha um canal de comunicação que circumventava os meios oficiais da embaixada dos EUA (ANDERSON, 1988, p. 141).

#### **2.4.2 Decisão: A “Troca da Guarda” no Vietnã**

A substituição dos franceses pelos estadunidenses foi sendo paulatinamente implementada de 1954 a 1956. Quatro eventos são destacados, sendo eles:

- a) o êxodo sulista do Norte;
- b) a tentativa de golpe do General Hinh no Sul;
- c) o ápice da decisão na “Crise dos Sectos” e a Batalha de Saigon de 1955; e
- d) a consolidação de Diem e a rejeição das eleições de reunificação.

##### **2.4.2.1 (a) O Êxodo Sulista**

Segundo os acordos de Genebra, deveria haver um período de dois anos para a livre movimentação de civis entre o Sul e o Norte do Vietnã. Nesse intervalo, deu-se a primeira operação da Missão Militar de Saigon. Para Lansdale, esse período serviria simultaneamente para três propósitos. Eram eles:

- a) a realocação de população do Norte para o Sul;
- b) a produção de propaganda política e operações psicológicas; e
- c) a realização de operações encobertas.

O primeiro objetivo era o de angariar o maior número possível de refugiados, o que ficou conhecido nos EUA como o incentivo aos vietnamitas de “votarem com os pés”. A ideia

era a de produzir um fluxo de civis – receosos com o regime da RDV – que pudessem fazer diferença nas votações de 1956 – que na época ainda tinham algum prestígio. Os EUA montaram a Operação *Passage to Freedom* (“Passagem para a Liberdade”), na qual foram empregadas várias embarcações da marinha para efetuar o transporte dos refugiados. O número almejado era de cerca de dois milhões de pessoas, mas o fluxo falhou em se materializar segundo os próprios planejadores estadunidenses (PRADOS, 2009, p. 41).

Entretanto, muitos dos emigrados nem tinham escolha; haviam sido funcionários do regime francês, militares nas tropas coloniais, membros das tribos que haviam servido como tropas auxiliares e também civis franceses, bem como as famílias e dependentes de todos esses perfis. Um grupo que aderiu fortemente a migração foi o da população católica. Dos cerca de novecentos mil refugiados, setecentos mil eram católicos. Esse grupo seria a única base política indiscutivelmente pró-Diem (PRADOS, 2009, p. 41-42).

O segundo objetivo era a consecução de uma campanha de operações psicológicas. Utilizava-se propaganda, no Sul e no Norte, para criar o pânico e aumentar o fluxo de migrantes. Em contrapartida, empregava-se as ondas de refugiados como propaganda anticomunista e a favor do governo de Saigon. A campanha também tinha como alvo a política doméstica dos EUA. Por exemplo, um dos produtos da operação de transporte de refugiados foi um *best-seller* de ficção publicado por um médico da Marinha. O livro descrevia horrores perpetrados pelos comunistas, mas não sem uma boa dose de exageros sugerida pela bagagem publicitária de Lansdale (BOOT, 2018, p. 223-227, PRADOS, 2009, p. 54).

Em relação às operações encobertas, seu principal artífice foi o Major Lucien Conein, que viria a organizar o golpe em Diem na década seguinte. Aqui, elas se dividiram em dois campos principais. O primeiro era o da sabotagem da infraestrutura e ativos nortistas – e. g. contaminação de reservatórios de óleo diesel com ácido, destruição de caldeiras a carvão por explosivos disfarçados de pedras e a tentativa fracassada de destruição da maior prensa de jornais do Norte (BOOT, 2018, p. 228). O segundo era o estabelecimento de células de resistência ao governo do Vietnminh, que foram recrutadas entre os partidos de direita – o Dai Viet e Partido Nacionalista do Vietnã –, treinados na Ilha de Saipan, infiltrados no Norte e apoiados materialmente pela Missão Militar de Saigon. Armas, munições, explosivos, rádios etc eram despachados através de voos da *Civil Air Transport* (CAT) – empresa aérea de fachada pertencente à CIA<sup>44</sup>, eventualmente renomeada *Air America*. Essa face da operação

44 **Civil Air Transport (CAT)** – A CAT (1946-1976) – renomeada *Air America* em março de 1959 – foi uma empresa civil de transporte aéreo, fortemente associada com a CIA e suas operações encobertas na Ásia. Ela havia nascido no pós-II GM como o intuito de aproveitar as oportunidades de reconstrução na China. Seus

não obteve resultados significativos nem em danos causados nem em inteligência gerada, sendo reprimidas com sucesso pelos aparatos de segurança do Vietnã do Norte (BOOT, 2018, p. 227-230).

Em suma, o período do êxodo foi uma primeira experiência, indireta, do conflito entre franceses e estadunidense. Serviu para consolidar o *proxy* dos EUA, que eram antifranceses, bem como para dar cabo da guerra secreta no Norte, que àquela altura não estava nos interesses de Paris.

#### 2.4.2.2 (b) Tentativa de Golpe do General Hinh

O primeiro embate grave entre franceses e estadunidense se deu com a crise gerada em torno do Comandante do Exército, General Nguyen Van Hinh. Ele era um apoiador convicto do Imperador Bao Dai e, conseqüentemente, dos franceses. Por meses, em 1954, os apoiadores do general e de Diem travaram uma guerra secreta, com assassinatos e prisões arbitrárias do campo adversário. Enquanto isso, Hinh se preparava para um golpe de Estado.

No final de outubro, Lansdale visitou Hinh em sua casa. Ao ver que a residência havia se transformado numa espécie de quartel-general – com mesas de planejadores, telefones de criadores eram o ex-Comandante das Forças Aéreas na China, gen. Claire Chennault e Whiting Willauer, que também havia servido no teatro chinês. A empresa foi formada num contrato de serviço com o governo nacionalista chinês em outubro de 1946, inicialmente voltado para o transporte civil de carga e pessoas. Contudo, com a retomada explosiva da Guerra Civil Chinesa, a CAT se associou fortemente com os nacionalistas do Guomindang. A partir de janeiro de 1948, ganhou vários contratos de realização de pontes aéreas para áreas nacionalistas sob cerco comunistas, cumprindo papel relevante em diversas batalhas. Conquanto a guerra civil tivesse levado a CAT ao seu auge, a derrota nacionalista levou a uma aguda crise financeira. Em janeiro de 1950, forçada a retirar-se por completo da China continental, a empresa estava a beira da falência. Sua salvação foi um acordo com a CIA. A agência comprou a maioria das ações, obviamente em troca de serviços prioritários para ações encobertas em todo o continente asiático. Cumpre ressaltar que os fundadores da empresa, Chennault e Willauer, não foram passivos na aquisição desta pela agência. Eles foram atores importantes na própria formação da política estadunidense de contenção/reversão da China comunista como membros ativos do “Lobby da China”. Willauer era um anticomunista feroz e amigo do editor da Time-Life, Henry Luce. Já Chennault havia sido relevante já na II GM, sendo amigo íntimo de Jiang Jieshi e sua esposa Madame Chiang Kai-Chek. Em 1948, o general nacionalista Yan Xishan propôs aos EUA um plano para salvar o Norte da China das ofensivas comunistas. Ele consistia na mobilização de um exército de 100.000 mercenários japoneses, apoiados por uma Força Aérea de duzentas aeronaves. Esta última seria comandada por Chennault, que concordava com o plano e vocalizava uma suposta necessidade de reeditar o Grupo Voluntário Americano (os “Tigres Voadores”) – unidade comandada por ele na II GM contra os japoneses. Evidentemente, o plano não se concretizou, mas, em 1949 – com a derrota iminente do Guomindang –, o ex-general tornou-se uma popular figura pública – ganhando espaço em colunas, matérias, entrevistas e audiências no congresso, bem como na publicação de uma autobiografia – ao vocalizar a necessidade de intervenção dos EUA na Guerra Civil chinesa. Conhecido como “Plano Chennault”, o conceito não-surpreendentemente colocava ênfase no poder aéreo e no papel das empresas de aviação civil na sua consecução (LEARY, 2002, p. viii, 06, 10, 14, 38, 53, 110-111, 13, 56, 67-68).

campanha e movimentação de mensageiros –, Lansdale recebeu indicações pela conversa de que o golpe aconteceria dia 26 de outubro. Em resposta, ele ofereceu ao General uma curta visita as Filipinas. Hinh recusou de forma educada, oferecendo a companhia de três de seus oficiais mais próximos. Então, no dia 25 de outubro, Lansdale partiu com os assessores de Hinh para uma curta viagem as Filipinas. Ao voltar alguns dias depois, nenhum golpe tinha tomado lugar (BOOT, 2018, p. 235-236).

Pode-se inferir que Lansdale julgava ser incapaz de impedir o golpe caso Hinh o tivesse levado a cabo. A ida às Filipinas parece ter sido uma forma de produzir um álibi que, simultaneamente, o deixasse indisponível para responder um possível golpe e pudesse manter a aparência de lealdade a Diem caso ele fosse desbaratado. A narrativa – de fato produzida nas memórias de Lansdale – foi a de que a viagem serviu para privar Hinh de seus melhores, ou mais leais, comandantes, impedindo o golpe. Contudo, parece improvável que o General tenha esquecido de que precisava de seus assessores. Portanto, a razão para a não consumação do golpe parece estar na política internacional (BOOT, 2018, p. 236).

O golpe não consumado de Hinh revelou uma face explícita da tensão entre França e EUA. De um lado, revelou o controle ainda incipiente do país americano sobre a política do Vietnã – Lansdale conseguiu apenas mitigar a tentativa de golpe, sem conseguir controlar seus rumos, muito menos armar um contragolpe. Por outro, o fato de não ter se consumado revelou uma dependência crescente do Vietnã do apoio estadunidense. O fato de Eisenhower ter declarado que a assistência dos EUA estava condicionada pela estabilidade de Diem no poder revelou a movimentação de Hinh como um blefe francês contra o novo Primeiro-Ministro (BOOT, 2018, p. 236). Em outras palavras, como resumido pela história oficial da CIA: “Em retrospecto, a postura anti-Diem do General Hinh parece uma manobra francesa para intimidar Diem a cooperar ou renunciar, e a partida de Hinh para o exílio em Paris em novembro sugere o reconhecimento francês do fracasso<sup>45</sup>” (AHERN JR., 2000, p. 49, tradução nossa).

Se em 1954 a posição estadunidense não se encontrava suficientemente forte para impedir um golpe, o mesmo não pode ser dito do ano seguinte. Durante os meses que separaram o golpe fracassado de Hinh e a Batalha de Saigon, os contatos dos EUA se expandiram o suficiente para que as duas potências ocidentais travassem uma disputa com seus respectivos clientes.

---

45 **No Original** – “In retrospect, General Hinh's anti-Diem posturing looks like a French ploy to intimidate Diem into either cooperating or resigning, and Hinh's departure for exile in Paris in November suggests French acknowledgement of failure” (AHERN JR., 2000, p. 49).

#### 2.4.2.3 (c) A “Crise dos Sectos” e a Batalha de Saigon de 1955

Sem dúvida, o momento apoteótico da disputa entre França e EUA – e dentro deste entre Lansdale e Lawton Collins – se deu durante a Crise dos Sectos, no ano de 1955. Ela teve seu auge na Batalha de Saigon – 30 de março a 05 de maio de 1955 – entre as forças armadas de Diem e os sectos, que eram apoiados pela França. O que estava em jogo era a consolidação de Diem como estadista ou sua substituição por outra força política mais alinhada aos interesses franceses. Aqui, novamente, vale-se da descrição mais minuciosa dos acontecimentos para ressaltar a divisão entre os tomadores de decisão, bem como a ligação entre as decisões políticas e os resultados das operações militares.

À época existiam ao menos três “sectos” político-religiosos no Vietnã do Sul:

- a) os Cao-Dai, grupo religioso que era uma espécie de sincretismo entre budismo e catolicismo;
- b) os Hoa-Hao, outro grupo religioso que era uma espécie de budismo protestante; e
- c) a Binh-Xuyen, que havia sido criado ao final da Segunda Guerra Mundial e não tinha filiação religiosa. Era puramente um grupo gangsteril que operava a pirataria nos rios e estradas que saíam de Saigon, bem como jogos de azar, tráfico, prostituição e toda sorte de atividade ilegal (FALL, 1955, p. 235, 237, 243-244, 250-251).

Embora possam parecer grupos triviais, sua dimensão e influência – especialmente sua proximidade com Saigon – faziam dos sectos mais do que bandos armados. Eram atores importantes no âmbito econômico, político e militar. Sua relação com a ocupação francesa e com o Vietminh era de barganha, mudando de acordo com a circunstância. Ambos grupos religiosos, Cao-Dai e Hoa-Hao, sofreram perseguição dos franceses no período colonial, encontrando alento na ocupação japonesa, da qual extraíram concessões em troca de se transformarem em forças auxiliares. Com a volta dos franceses, todos os três sectos colaboraram com ou integraram o Vietminh (FALL, 1955, p. 239-240, 245-247, 250).

Com a recolonização, todos os três sectos revisaram suas alianças. Eles já haviam atritado com a incapacidade ou indisposição da liderança comunista em acomodar seus interesses. Assim, durante a Primeira Guerra da Indochina, os sectos novamente haviam se tornado tropas auxiliares, agora dos franceses. Contudo, isso se dava em troca de favores ou quantias mensais em dinheiro. A maioria dos senhores da guerra leal aos franceses tinha

alguma patente militar. No caso do Binh Xuyen, também controlavam diretamente a polícia de Saigon (FALL, 1955, p. 247, 251).

Em suma, os sectos se aproximavam fortemente da posição de “caudilhos” na tradição sociológica sul-americana ou dos “senhores da guerra” chineses. Lutaram contra todos os atores relevantes na Indochina, barganhando por sua autonomia através do controle de bandos armados. A maioria havia sido força auxiliares dos japoneses que em algum momento integraram o Vietminh e acabaram por se juntar aos franceses quando esse lhes pareceu demasiadamente centralizador (FALL, 1955, p. 241).

O começo da Crise dos Sectos veio em janeiro de 1955. O governo Diem revogou a licença do Binh Xuyen de operar o Cassino Grand Monde em Saigon. No mesmo período, também ameaçou retirar a polícia de Saigon do controle da gangue. A resposta veio em 03 de março, quando o Binh Xuyen reuniu os senhores da guerra de outros sectos – Cao Dai e Hoa Hao – na chamada Frente Única das Forças Nacionalistas. Nela estavam contidos até mesmos os senhores da guerra pagos pela CIA. Lansdale conseguiu subornar alguns desses últimos de volta para a órbita de Diem. Mesmo assim, o confronto direto desse com os sectos gerava desconfiança nos franceses e no general Collins, e tudo apontava para uma conflagração (BOOT, 2018, p. 260).

O Secretário de Estado John Dulles viajou para Saigon para se reunir com Diem em 28 de fevereiro de 1955. No encontro, ele prometeu apoio firme dos EUA, certamente para crise que se formava. Em contraposição, um mês depois, Lawton Collins ameaçou Diem de retirar o suporte estadunidense. Com as diferenças desenhadas, Dulles protestou diretamente a Collins: “Eu pensei que havíamos concordado, enquanto eu estava em Saigon, que a decisão de apoiar Diem havia chegado a um ponto sem volta e que ele tinha que ter sucesso ou então todo o negócio seria um fracasso<sup>46</sup>” (ANDERSON, 1988, p. 127, tradução nossa).

No dia 30 de março, começaram os combates de rua entre a Binh Xuyen e as forças do governo. O quartel-general da polícia de Saigon, ocupado por um batalhão paraquedista desde a substituição do chefe da Bien Xuyen, foi assediado por tropas da gangue apoiadas por carros blindados. O Palácio Presidencial foi bombardeado por morteiros. Nas estimativas de Lansdale, a Binh Xuyen tinha cerca de dez mil tropas em Saigon. Diem tinha 151 mil tropas regulares no Exército, mas apenas dez mil delas estavam desdobradas ao redor da capital, praticamente igualando a ordem de batalha. Contudo, Diem não podia ter certeza da lealdade das tropas. Fazia poucos meses desde a deposição do general Hinh, e, mesmo assim, seu

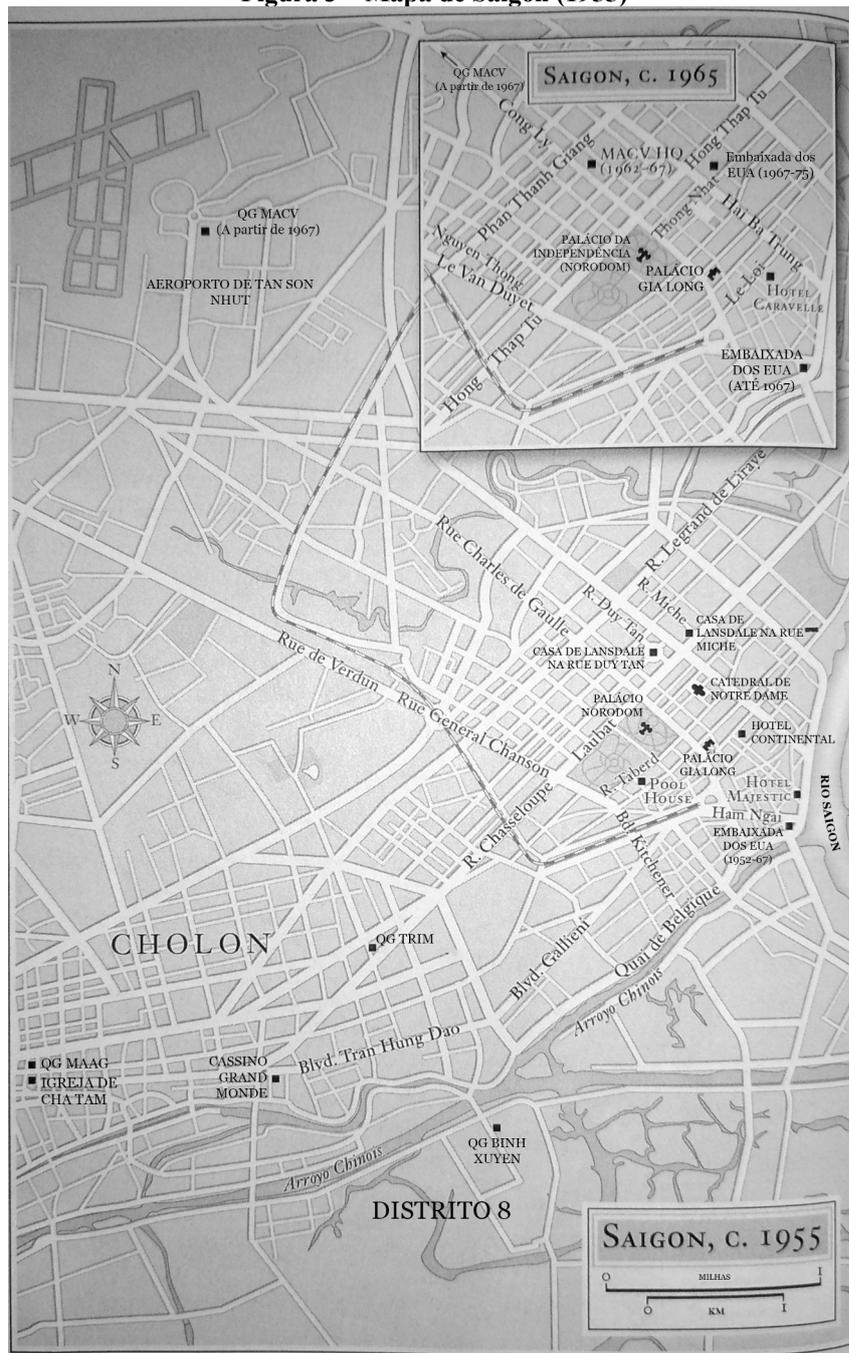
---

46 **No Original** – “I thought we felt when I was in Saigon that the decision to back Diem had gone to the point of no return and that either he had to succeed or else the whole business would be a failure” (ANDERSON, 1988, p. 127).

substituto, general Nguyen Van Vy, também tinha maior lealdade a Bao Dai do que ao primeiro-ministro (PRADOS, 2009, p. 46; BOOT, 2018, p. 261).

Entretanto, antes que o combate pudesse escalar de forma incontrolável, ocorreu uma intervenção dos franceses – que, em tese, ainda tinham responsabilidade pela segurança de Saigon. Ely, com o apoio de Collins, conseguiu realizar um cessar-fogo, cortando suprimento de combustível e munição para ambos lados. Entretanto, os franceses trabalharam ativamente em favor da Binh Xuyen, bloqueando patrulhas do Exército do Vietnã, fornecendo armas e assumindo posições de planejamento e comando e controle. Essas duas ações dos franceses não eram necessariamente contraditórias. O cessar-fogo foi ressentido por Lansdale, pois concedeu tempo a Binh Xuyen para receber apoio dos franceses, embora isso fosse verdade em relação as tropas de Diem e a CIA. De qualquer forma, a suspensão dos combates forneceu a impressão de que Diem era um governante inviável, e, portanto, fortaleceu a posição dos que advogavam por sua substituição (PRADOS, 2009, p. 46, BOOT, 2018, p. 262-263; SPECTOR, 1985, p. 250).

**Figura 3 – Mapa de Saigon (1955)**



Fonte: Boot (2018, p. xiv), adaptação e tradução por Rafael Palandi.

Já no dia seguinte aos primeiros combates, 31 de março, Lawton Collins enviou um telegrama a Washington, no qual descreveu a situação como insustentável. Por isso, recomendou que os EUA considerassem substituir Diem num golpe de Estado. Com esse intuito, elaborou uma lista de possíveis substitutos, entre os quais figuravam Tran Van Do – Ministro das Relações Exteriores, que havia renunciado no dia anterior durante os combates, talvez em preparação para assumir o governo – ou o Dr. Phan Huy Quat – ex-Ministro da Defesa. O golpe seria orquestrado numa ação conjunta de franceses e estadunidense – com

prevalência dos primeiros – junto a Bao Dai em Cannes. Seu eventual resultado seria um governo de coalizão entre os militares leais ao imperador e os sectos (BOOT, 2018, 264; ANDERSON, 1988, p. 133; PRADOS, 2009, p. 48).

John Dulles respondeu, no dia 04 de março, diretamente para Collins. Na mensagem, o Secretário defendia a ideia de esperar o resultado das conflagrações para arquitetar um golpe. Dessa forma, caso Diem se saísse vitorioso, o golpe seria contraproducente. E, se fosse derrotado, inevitável. Collins, três dias depois, se mostrou resoluto na resposta, defendendo seu curso de ação. Assim, começava uma campanha oculta dos Dulles para sabotar a proposta do representante do presidente. Mesmo tratando-se obviamente de um assunto urgente, John Dulles demorou quatro dias para responder ao apelo de Collins. O fato da primeira crise dos Estreitos de Taiwan estar se desenrolando, embora possa ter contribuído para o atraso, certamente não ajudou a considerar uma política de mediação com RDV e China (ANDERSON, 1988, p. 134; TUCHMAN, 2017, p. 359).

Mesmo assim, Collins parecia ter Eisenhower do seu lado. Nos dias 09 e 11 de abril, o presidente conversou com Dulles e parecia concordar com a avaliação de Collins, estando disposto a apoiá-lo. Assim, John Dulles percebeu que a situação estava piorando para seus objetivos e, em conversa telefônica com seu irmão, aquiesceu em parte. Entretanto, Dulles, em mais uma manobra para ganhar tempo, conseguiu convencer Eisenhower a convocar Collins de volta a Washington a fim de resolver o impasse pessoalmente. Esse último telegrama foi enviado no dia 16, e até o dia 20 – data da partida de Collins de volta para os EUA –, Dulles procurou fortalecer sua posição. Seu principal assessor na argumentação pró-Diem foi o assessor de Sudeste Asiático Kenneth Young Jr. Enquanto isso, também procurou acionar a política interna na figura do Senador democrata Mike Mansfield, partidário de Diem. Da mesma forma, vazou informações a uma coluna do jornal *The New York Times*, que defendia a permanência do Primeiro-Ministro e denunciava Collins como quem havia cedido à pressão dos franceses para embarcar numa ação que terminaria em humilhação para os EUA (ANDERSON, 1988, p. 135-137).

O deslocamento de Collins também forneceu o tempo necessário para Lansdale angariar o apoio de Trinh Minh The e informar Allen Dulles no dia 18. Tratava-se de um senhor da guerra Cao Dai que Lansdale havia conseguido subornar nos meses anteriores. Mais tarde, ele seria fundamental na retomada dos combates. Contudo, por enquanto, o debate em Washington pendia para a resolução de Collins, visto que Diem parecia fraco diante do impasse gerado pelo cessar-fogo (PRADOS, 2009, p. 46-47).

Em Washington, Collins conseguiu ganhar espaço na bateria de reuniões face a face no Departamento de Estado, no Pentágono e na CIA. No dia 22, conseguiu argumentar convincentemente que apoiar Diem era um erro. Apresentou um plano proposto por Bao Dai no dia anterior, no qual dispunha a apontar Phan Huy Quat como Primeiro-Ministro num golpe. Nos próximos três dias, os funcionários do Departamento de Estado – mesmo Dulles e Young – tiveram de aquiescer a Collins nas reuniões em Washington. Assim, com uma decisão aparentemente final de apoiar o plano do procônsul, de 25 a 27 de abril, os irmãos Dulles, Collins, Young, Mansfield e Sturm escreveram dois complexos telegramas que detalhavam o passo a passo da troca de Diem (ANDERSON, 1988, p. 137-138).

As mensagens foram enviadas simultaneamente na manhã do dia 27 para as embaixadas em Paris e Saigon. Entretanto, as ordens não chegariam a ser cumpridas. Menos de duas horas depois do envio, Lansdale enviou um telegrama diretamente à sede da CIA, solicitando a revogação das ordens e argumentando que Diem ainda representava o governo mais viável no Vietnã. Dulles reagiu em menos de quatro horas, enviando uma nova mensagem às embaixadas, ordenando que não tomassem medida alguma (BOOT, 2018, p. 265).

Por uma questão de horas e um ato de insubordinação de Lansdale, Diem ganhou uma nova chance de provar-se enquanto governo viável. Junto à ordem de aguardo, Dulles enviou uma mensagem diretamente a Lansdale, solicitando que preparasse um relatório que pudesse servir de subsídio para refutar a posição de Collins numa reunião do NSC no dia seguinte. O Coronel mal teve tempo de escrevê-lo, já que no mesmo dia dos telegramas a Batalha de Saigon havia sido retomada (BOOT, 2018, p. 265).

Dado que os rumores de golpe haviam se espalhado por Saigon, Diem não tinha mais nada a perder, tendo consciência de que seu futuro como Primeiro-Ministro dependia de uma vitória militar. Em Cholon – cidade na zona metropolitana de Saigon que abrigava a base da Binh Xuyen (Figura 3) –, Diem desdobrou paraquedistas, transportados por caminhão, e deu início ao assédio das posições fortificadas do secto. As ações vietnamitas seguiam de perto planos revisados ou mesmo traçados pela equipe de Lansdale (ANDERSON, 1988, p. 139-140; PRADOS, 2009, p. 44-45).

No dia 28, em Washington, o NSC se reuniu novamente. Dessa vez, quem dominou o debate foi John Dulles, que, munido da avaliação fornecida por Lansdale, argumentou que a situação agora se resumia a aguardar o resultado das hostilidades para ver se Diem seria deposto ou emergiria como vencedor. Da mesma forma que Dien Bien Phu um ano antes, o

nível político dependia agora diretamente dos resultados táticos da Batalha de Saigon (ANDERSON, 1988, p. 141).

Com o emprego dos blindados e artilharia, a parcela mais intensa do combate se deu na Ponte Y, entre as cidades de Saigon e Cholon. Durante a confrontação, Trinh Minh The, contato que Lansdale conseguiu mobilizar durante o cessar-fogo, chegou em Saigon e reforçou as tropas governamentais com 1.300 homens (PRADOS, 2009, p. 49; BOOT, 2018, p. 271).

Quando os EUA vacilaram em apoiar um golpe, Bao Dai, em 29 de abril, enviou um telegrama a Diem com a demanda de que ele fosse à França imediatamente – certamente para ser demitido – e deixasse o governo sob o Comandante do Exército Nguyen Van Vy. No dia seguinte, dentro do palácio presidencial, Vy foi preso pelos recém-chegados The e seus paramilitares. Sob a mira de uma pistola, o General foi forçado a ler, em um gravador, uma declaração repudiando Bao Dai e apoiando Diem. Conseguiu ser solto apenas depois que um de seus apoiadores, Do Cao Tri – comandante da Brigada Paraquedista –, ameaçou bombardear o palácio presidencial caso isso não ocorresse. Vy conseguiu fugir para Paris, mas o Exército não mudou mais de lado, pelo menos até o final da batalha (BOOT, 2018, p. 271-272; PRADOS, 2009, p. 49).

Em 05 de maio, a Binh Xuyen havia sido praticamente expulsada de Saigon, uma vez que Diem havia vencido a Batalha de Saigon. Ao todo, a conflagração resultou em quinhentos mortos, dois mil feridos e vinte mil civis desabrigados (PRADOS, 2009, p. 49). Collins, de volta a Saigon, foi informado do fim da sua missão no dia 10. Voltou claramente derrotado para Washington. “A menos que um ‘acordo sincero’ entre americanos, franceses e vietnamitas (quem quer que chefiasse o governo de Saigon) pudesse ser alcançado, concluiu Collins, ‘devemos nos retirar do Vietnã’<sup>47</sup>” (ANDERSON, 1988, p. 143, tradução nossa).

Para além da opinião de Collins, seu posicionamento tinha dimensões ainda mais epocais – fossem ou não reconhecidas por ele. Neil Sheehan, resume os acontecimentos do período da seguinte forma: “O Vietnã do Sul, pode-se dizer com verdade, foi uma criação de Edward Lansdale<sup>48</sup>” (SHEEHAN, 1989, p. 138, tradução nossa); e complementa “[...] se Collins tivesse prevalecido, parece haver poucas dúvidas, em retrospecto, de que os franceses

---

47 **No Original** – “Unless ‘wholehearted agreement’ among the Americans, French, and Vietnamese (whomever headed the Saigon government) could be achieved, Collins concluded, ‘we should withdraw from Vietnam’ (ANDERSON, 1988, p. 143).

48 **No Original** – “South Vietnam, it can truly be said, was the creation of Edward Lansdale” (SHEEHAN, 1989, p. 138).

teriam seguido o curso previsível dos eventos e, mais cedo ou mais tarde, entregariam o Sul aos comunistas<sup>49</sup>” (SHEEHAN, 1989, p. 139, tradução nossa).

#### 2.4.2.4 (d) A Consolidação de Diem

Nos dois anos seguintes, ainda teriam lugar dois eventos relevantes para a consolidação de Diem e da estratégia estadunidense: a deposição de Bao Dai e a recusa de realizar as eleições de reunificação. Esses dois passos representaram, respectivamente, no plano interno, expulsar permanentemente a influência francesa; e, no plano externo, garantir a formação do Estado do Vietnã do Sul.

Para livrar-se do imperador pró-francês, um referendo foi feito em 23 de outubro de 1955. Nele, dever-se-ia escolher se Bao Dai deveria permanecer enquanto chefe de Estado ou se Diem deveria também assumir o cargo de presidente, substituindo o imperador. Lansdale foi conselheiro na enorme campanha de propaganda que precedeu a votação, contribuindo até mesmo para o design das cédulas, imprimindo as de Diem em vermelho e as de Bao Dai em verde – respectivamente, as cores da sorte e do azar. O resultado foi um inverossímil 98,2% de votos a favor de Diem. Três dias depois do referendo, Diem proclamou a República do Vietnã. Esse episódio reforçou a movimentação já em curso de desvencilhar-se das eleições de reunificação de 1956 (PRADOS, 2009, p. 53, 57; BOOT, 2018, p. 288).

Os Acordos de Genebra previam as eleições para julho de 1956, mas deviam ser organizadas em conferências consultivas um ano antes, com a data limite de 20 de julho de 1955. Na RDV, havia intensa organização em torno dos preparativos para a eleição. Afinal, Ho Chi Minh era candidato favorito nos dois lados da Zona Desmilitarizada. Até o início do ano, França e EUA também tinham como política oficial – ao menos declaratória – apoiar as preparações para as eleições. Contudo, depois da Batalha de Saigon e a consolidação de Diem, as posições dos EUA e do Vietnã do Sul sobre o pleito começaram a mudar (WEINSTEIN, 1966, p. 29-30, 41).

Em 16 de julho, poucos dias antes da data limite para as conferências consultivas, Diem deu o pronunciamento de que era, a princípio, a favor das eleições, mas que não poderia considerar participar delas sem que se pudesse ter provas de que a RDV podia realizar

---

49 **No Original** – “[...] had Collins prevailed, there seems little doubt in retrospect that the French would have followed the predictable course of events and sooner or later turned the South over to the communists” (SHEEHAN, 1989, p. 139).

eleições limpas. Também sugeriu seus próximos passos ao argumentar que o Vietnã do Sul não era signatário dos Acordos de Genebra – o que era verdade, assim como para os EUA – e, portanto, não tinha obrigações legais com as eleições. Essa argumentação foi repetida por Dulles à imprensa ao longo do ano (WEINSTEIN 1966, p. 31-33).

Até a data limite de realização do pleito no ano seguinte, RDV, França, Reino Unido e outros signatários dos Acordos de Genebra continuaram apelando para a observação das eleições (WEINSTEIN, 1966, p. 31-32, 39-41). Entretanto, ficava cada vez mais claro a indisposição do Sul em dar prosseguimento à reunificação, o que representava a falência completa dos Acordos de Genebra no Vietnã. Concomitantemente, a rejeição das eleições foi a coroação da política de contenção estadunidense.

### **2.4.3 Resultado: Vietnã do Sul Estado Cliente**

Assim, perdeu-se mais uma chance da retirada americana e titoização do Vietnã. Mais do que isso, os EUA procuraram ativamente sabotar as pretensões francesas numa troca que não foi vantajosa em nenhum sentido. Além da alienação do aliado pelo qual tinha lutado a favor do colonialismo em 1945, assumiu o fardo econômico e militar de sustentar um Vietnã do Sul frágil. Nos anos que se seguiram, esse fardo tendeu a aumentar vertiginosamente enquanto o regime sulista ficava mais dependente.

Ironicamente, durante os anos da troca da guarda, inverteram-se os papéis da política americana em relação aos anos Roosevelt. Agora, apoiar a França significava, a grosso modo, apoiar a unificação de um Vietnã independente e relativamente neutro. Assim, não tratava de medir qual potência ocidental tinha mais influência, mas de reconhecer visões ontologicamente distintas:

Tratava-se apenas de uma “troca de guarda”? Certamente que não, pois era algo novo e importante. Os franceses e Bao Dai vão embora em 1956 menos por estarem desgastados e mais por atrapalharem os planos norte-americanos. Os Estados Unidos querem tomar o *affair* Vietnã totalmente em suas mãos e resolvê-lo a sua maneira: eliminar a resistência no Sul e, depois, atacar a RDV (VISENTINI, 2008, p. 55).

Nos EUA, o apoio à causa anticomunista ganhava cada vez mais espaço na opinião pública. Acontecia um processo muito parecido com a posição em relação a China menos de uma década antes. Formava-se um Lobby da Indochina, da mesma forma que havia um chinês no Governo Truman. Consolidava-se a contenção chinesa como principal matéria de política externa para a Ásia. Embora a racionalidade militar fosse contrária, a política externa seguia de perto a pressão de grupos civis do Lobby da China e do macartismo (PRADOS, 2009, p. 52).

Do lado da RDV, esta decisão representou uma traição aguda dos Acordos de Genebra. Os líderes do Norte certamente não eram ingênuos e tinham ampla bagagem política. Mesmo assim, conquanto pudessem vislumbrar que as eleições previstas por Genebra não fossem tomar lugar, sentiram o escanteamento dos franceses como uma ruptura de qualquer tipo de diálogo. As decorrências do fechamento dos canais diplomáticos viriam de forma parcelada ao longo dos próximos anos, culminando com a retomada em grande escala da luta armada pela reunificação nacional.

### **3 1959-1960 – SEGUNDA FASE: A RESPOSTA INDOCHINESA À CONTENÇÃO**

Neste capítulo, busca-se examinar as grandes decisões estratégicas tomadas de 1959-1962. Elas dizem respeito às respostas indochinesas ao primeiro período examinado neste trabalho. Como visto no capítulo anterior, a década de 1950 na Indochina foi marcada pela consolidação da estratégia estadunidense em torno da contenção da China.

Particularmente no governo Eisenhower, adotou-se uma visão purista da ideia de contenção. Isso é, perseguiu-se uma espécie de congelamento das fronteiras e arranjos políticos do pós-guerra da Coreia. O ponto positivo da ideia de Eisenhower era o de não se perseguir a reversão da China. Contudo, uma visão estática da política estava fadada a se desmanchar em algum momento, especialmente diante da revolução nacional incompleta do Vietnã.S

Na virada da década de 1950 para 1960, aconteceu o esperado com a política externa dos EUA para a Indochina. Isso se deu em duas grandes decisões: a primeira (Decisão N° 05) foi a norte-vietnamita de retomar a luta armada no Sul; e a segunda (Decisão N° 06) foi estadunidense de, diante da crise que irrompeu no Laos, de neutralizar tal país.

#### **3.1 DECISÃO N° 05: 1959 – A DECISÃO NORTE-VIETNAMITA DE ABRIR A TRILHA DE HO CHI MINH**

Como viu-se, em 1956, terminava a “troca da guarda” no Vietnã do Sul. No seu ápice, ela foi coroada pela recusa da reunificação por meio de eleição, prevista no Acordos de Genebra. Os anos seguintes, até o início da década de 1960, seriam os mais estáveis do governo Diem. Contudo, nesse meio tempo, a liderança política do Vietnã do Norte passou por um processo de reavaliação da sua política de reunificação. Até então, a posição dominante era a de reunificação pacífica pragmática. Contudo, ela foi posta em cheque pelo fracasso de Genebra e agora entrava em conflito com a posição da retomada da luta armada.

### 3.1.1 Problema: A Revolução Nacional Incompleta

No período pós-Acordos de Genebra, a RDV tinha duas grandes tarefas nacionais: a construção do Estado (socialista) no Norte e a promoção da revolução – seja democraticamente ou pela força – no Sul (TURLEY, 2009, p. 39). Caso fossem atingidos, esses objetivos se traduziriam na consecução da revolução nacional. Entretanto, de modo análogo ao problema da China com Taiwan, essas tarefas nacionais advinham justamente de uma revolução incompleta. Ou seja, de objetivos e áreas de interesse estratégico e econômico essenciais que foram interrompidas pelo congelamento de guerras civis. Diziam respeito a questões existenciais no âmbito da segurança nacional e da integração nacional de um espaço cultural e geoeconômico compartilhado.

Em suma, o maior objetivo norte-vietnamita era a reunificação nacional. O dilema, contudo, estava na maneira como isso seria atingido. Portanto, havia, no Partido dos Trabalhadores do Vietnã (Lao Dong) uma cisão clara entre as duas posições:

- a) a busca de um acordo político; e
- b) a reunificação pela luta armada.

É importante notar que a revolução no Sul não foi espontânea, nem uma ação dirigida exclusivamente pelo Norte. O que existia no Sul era uma organização própria, mas dirigida por sulistas que eram membros plenos e com poder de decisão no Lao Dong. Dessa forma, o partido teve papel na forma e coerência da estratégia seguida, mas foi igualmente influenciado pela pressão dos membros sulistas (TURLEY, 2009, p. 34).

#### 3.1.1.1 Alternativa A: Busca Por Um Novo Acordo

A primeira alternativa era a unificação pacífica através de um novo acordo, seguindo as linhas da “Luta Política”. Tratava-se, no mínimo, de solidificar o regime no Norte antes de perseguir a luta armada. E, em seu máximo, de buscar uma solução negociada com o regime do Sul. Seus principais proponentes eram os membros mais proeminentes do Politburo como Ho Chi Minh, Vo Nguyen Giap – Ministro da Defesa – e Pham Van Dong – Ministro das Relações Exteriores e Primeiro-Ministro.

Até meados de 1956, esta posição significava promover as eleições de unificação previstas em Genebra. O Vietnã do Norte de fato cumpriu com todas as disposições do acordo em relação às eleições. Afinal, só tinha a ganhar com as votações. Caso fossem realizadas, Ho Chi Minh era esmagadoramente favorito para vencê-las. Caso falhassem, converter-se-iam em argumento e propaganda para a luta política (OLSEN, 2006, p. 60, 66; WEINSTEIN, 1966, p. 26-28, 40-41).

Contudo, existe a possibilidade de que o Lao Dong nunca tenha esperado de fato que a reunificação viesse pela via eleitoral de Genebra. Uma hipótese é a de que a preparação para as eleições, amplamente publicizadas, tenha servido mais como maneira de enquadrar Diem enquanto fantoche ocidental. Essa campanha de opinião pública serviria para um de dois resultados:

- a) provocar uma abertura política no Sul, de atores políticos mais à esquerda, capazes de abrir um diálogo com o Norte; ou
- b) fomentar um golpe de Estado dos sectos, que, caso se desagregasse em caos, aumentaria o apelo de ordem do Lao Dong no Sul, ou, se se revelasse estável, provavelmente aquiesceria à política francesa de neutralização.

De qualquer forma – se tinha ou não esperança concreta nas eleições –, o importante a ser notado é que seu fracasso *não* significava, por si só, uma retomada da luta armada (TURLEY, 2009, p. 33-34).

Era também a política do “Vietnã do Norte em primeiro lugar”, na qual procurava-se dar atenção a modernização do Estado, longe de estar completa com os poucos anos desde Genebra. Os desafios administrativos eram enormes mesmo sem um novo esforço de guerra – e.g. industrialização, modernização militar, reforma agrária etc.

### 3.1.1.2 Alternativa B: Retomada da Luta Armada

A segunda alternativa para a unificação do Vietnã era a retomada da luta armada. A discussão girava em torno de dois pontos:

- a) autorização das células do partido no Sul para retomar a guerrilha; e
- b) os esforços do Norte para dar apoio ao Sul.

Embora não encontrasse guarida no sistema internacional – nem da URSS, nem da China –, a alternativa ganhou força com o fracasso das eleições previstas por Genebra e ao aumento da perseguição política do Sul.

Em Hanói, os maiores proponentes eram os membros do Politburo Le Duan, Pham Hung e Le Duc Tho, que era o Ministro da Organização. Os dois primeiros trabalhavam majoritariamente no Sul, enquanto membros do Comitê Regional de Nam Bo (conhecido posteriormente como COSVN<sup>50</sup>), responsável pelas atividades do partido na região da antiga Cochinchina (o que incluía Saigon e o Delta do Mekong) (OLSEN, 2006, p. 64; TURLEY, 2009, p. 35).

Esta posição também era defendida pela maioria dos quadros do partido que desempenhavam funções secretas no Sul. Bem como pela leva de emigrados do Sul – cerca de noventa mil (PRADOS, 1999, p. 10) – que haviam reagrupado na RDV após os Acordos de Genebra. Esse movimento migratório tinha notáveis semelhanças com o êxodo católico do Norte para o Sul. É interessante notar que ambas facções de emigrados viriam a ocupar os cargos de liderança e dirigir a política nacional de segurança dos respectivos países. O Vietnã era, indubitavelmente, uma revolução inacabada – principalmente nacional, secundariamente socialista.

Grande parte dessa política remontava aos Acordos de Genebra. Como visto, eles guardavam uma certa desproporcionalidade entre o resultado em combate – a vitória incontestada do Viet Minh – e os desfechos políticos – relativamente favoráveis aos franceses que, de fato, ficaram com metade do país. Como era de se esperar, o ressentimento dos comunistas vietnamitas em relação ao acordo certamente era maior entre os quadros sulistas do Lao Dong. Afinal, arcavam com todo o risco de organizar a revolução – armada ou não – enquanto o Norte avançava para o socialismo (TURLEY, 2009, p. 34).

---

50 **COSVN** – Algo como “Escritório Central para o Vietnã do Sul” (Central Office for South Vietnam – COSVN) é a terminologia estadunidense – e, portanto, mais recorrente na literatura – para o órgão vietnamita “Diretório do Comitê Central para a Região Sul” (Trung uong cuc mien nam). Era um elemento avançado do Comitê Central do Lao Dong atuando no Vietnã do Sul. Tinha como funções implementar e supervisionar as diretivas do partido no Sul e manter o Norte informado dos desdobramentos. Foi estabelecido em janeiro de 1961 pela junção dos Comitês das regiões de Nam Bo e Trung Bo. Por isso, no que diz respeito ao período em tela (a década de 1950), utiliza-se a terminologia do “Comitê de Nam Bo” para referir-se a liderança política do partido na área de Saigon e do Delta do Mekong (TURLEY, 2009, p. 46-47).

### 3.1.1.3 A Disputa Interna no Lao Dong

Enquanto o Vietnã do Sul sob Diem se consolidava contra os sectos e os franceses, o Vietnã do Norte passava por seus próprios desafios. A saída francesa havia desmantelado serviços públicos básicos, sabotado ou expropriado infraestrutura e repatriado o funcionalismo público técnico. Assim, até 1956, a recém-criada RDV enfrentou desafios como reestruturação administrativa, reforma agrária e supressão das tribos montanhesas que haviam lutado a favor dos franceses. Essas medidas haviam envolvido seus excessos, suficientes para que o próprio partido oferecesse uma autocrítica a partir de figuras como o pai da revolução Ho Chi Minh e o herói de Dien Bien Phu, General Vo Nguyen Giap. A crítica do partido chegou ao ápice da exoneração do Secretário-Geral do Partido, Truong Chinh, substituído temporariamente pelo próprio Ho (TURLEY, 2009, p. 33).

Em meio a esse cenário, ainda em 1956, a posição oficial do Lao Dong acerca da reunificação era a da Luta Política. Como visto, essa havia sido a posição desde julho de 1954, quando, na Sexta Plenária, deu-se prioridade a construção e consolidação do socialismo no Norte. Mais especificamente, havia se dado um prazo de três anos (1954-1957) para a consolidação econômica. Como essa havia sido colocada como pré-requisito da reunificação, um atraso neste calendário representava também um adiamento do processo de integração nacional. Ademais, conquanto já se pudesse duvidar de sua realização, ainda não havia expirado o prazo para as consultas acerca das eleições de reunificação (ANG, 2002, p. 18-19).

Contudo, a opção pela luta armada já aparecia com força no debate político do partido. Em março de 1956, o Politburo avaliava uma proposta submetida por Le Duan – Secretário do Comitê Regional de Nam Bo, no Vietnã do Sul, e membro do Politburo –, na qual propunha a retomada da luta armada. Nela, incluía-se um plano de catorze passos para assegurar uma posição militar sólida, inclusive perto de Saigon. O ponto alto do plano era ressuscitar vinte batalhões convencionais no Sul, mais forças provinciais e guerrilhas (TURLEY, 2009, p. 35; OLSEN, 2006, p. 60)

A proposta de Le Duan foi rechaçada por Hanoi em abril e reafirmada através de uma diretiva do partido em junho. A luta no Sul deveria ser política e não militar. Ho Chi Minh escreveu uma carta aberta aos quadros sulistas que haviam sido reagrupados em Hanoi, pedindo paciência e afirmando que o fundamento da reunificação deveria ser a consolidação do Norte. Dever-se-ia focar no fortalecimento das Forças Armadas já existentes, sem a expansão do contingente para fazer a insurgência no Sul (ANG, 2002, p. 16-18).

Esta não era uma decisão superficial. Após a Batalha de Saigon e a campanha de Diem contra os sectos<sup>51</sup>, em 1955, havia se criado uma oportunidade real da incorporação ou, pelo menos, controle dos paramilitares remanescentes pelo Lao Dong. Ao final do mesmo ano, cerca de duas mil tropas da Binh Xuyen e quinhentas da Cao Dai fugiram para bases de resistência comunistas procurando santuário. O Lao Dong no Sul aproveitou a oportunidade de conversão dos sobreviventes dos sectos. Quadros comunistas treinaram e serviram de oficiais, Estado-maior e conselheiros militares para algumas unidades. Contudo, com as diretivas do partido, especialmente no que seria o momento-chave para incorporação dos sectos em 1956, os quadros do Sul evitaram equipar e manter os sectos com seus próprios suprimentos, integrar os sectos nas forças revolucionárias ou mesmo realizar operações conjuntas. Esses remanescentes continuaram lutando sem apoio até meados de 1958, até serem praticamente aniquilados pelas Forças de Diem. Em suma, os sectos acabaram por fazer as vezes de uma força *proxy*, sem, entretanto, serem tomadas como forma de engrossar as fileiras do partido no Sul, embora isso certamente tivesse sido possível (TURLEY 2009, p. 41-42).

Le Duan atendeu a reunião do politburo que reafirmou a via pacífica em julho, sendo o encarregado por transmiti-la aos quadros no Sul. Em agosto de 1956, – retornando ao Sul – foi responsável por escrever um memorando do Comitê de Nam Bo – na forma de um pequeno manifesto – intitulado *O Caminho da Revolução no Sul*. O documento sugeria que:

- a) não dever-se-ia formar nenhuma organização da insurgência ou tentativa imediata para derrubada do governo Diem; e
- b) autorizava que quadros pegassem em armas, ainda que apenas em situações de autodefesa ou proteção das organizações do partido.

Essas diretivas contraditórias revelavam a ambiguidade do documento. A receptividade dele foi igualmente marcada por essa duplicidade. Parte dos quadros sulistas ficou decepcionada com o adiamento da luta armada. Outros membros, seguindo o que provavelmente era a verdadeira intenção de Le Duan, tomaram o documento como autorização para atividades ofensivas sob a guisa de autodefesa; ou seja, a utilização superficial da linguagem e termos da reunificação pela via pacífica para executar justamente seu contrário (TURLEY, 2009, p. 36-37; DUIKER, 2000, p. 512 epub).

---

51 **Sectos no Vietnã** – Tratava-se de grupos religiosos – no caso do Cao Dai –, ou de grupos mafiosos – no caso da Binh Xuyen – que tinham grande influência política e militar no Vietnã oligárquico. Em 1955, o governo Diem promoveu uma campanha militar com ajuda dos estadunidenses para contrapor-se aos sectos, o que resultou na Batalha de Saigon e na vitória de Diem. Para uma descrição mais extensa, ver Decisão Nº 04 no segundo capítulo deste trabalho.

Nos anos de 1957 e 1958, aconteceram dois movimentos paralelos mas conectados. No Sul, a vitória de Diem sobre os sectos abriu uma onda de consolidação política que envolvia a perseguição aos quadros do Partido Comunista. No Norte, muito em consequência da consolidação de Diem no Sul, bem como da falência da reunificação por meio do Acordo de Genebra, a facção dos sulistas e partidários da luta armada crescia em importância dentro da liderança do partido.

Em Setembro de 1959, Diem falou para o Chefe do MAAG-Vietnã, General Samuel “Hanging Sam” Williams, que a “a batalha estratégica contra o Viet Cong foi vencida; agora resta a batalha tática<sup>52</sup>” (HANYOK, 2002, p. 63, tradução nossa). Se colocada no contexto do desfecho da Guerra, a avaliação de Diem parece absurda. Contudo, em 1959 tinha um fundo de verdade. Quando da assinatura dos Acordos de Genebra, existiam entre cinquenta e sessenta mil membros do partido comunista no Vietnã do Sul. Depois de atritos, expulsões e perseguição política, atingiu-se o número de quinze mil, em 1956 (TURLEY, 2009, p. 34-35, 38). Só entre os meses finais de 1957 e o início de 1959, o Viet Cong sofreu pelo menos metade de todas suas baixas – violentas – desde Genebra. O atrito havia sido alto e, no mesmo período, o partido foi de quize para cinco mil quadros no Sul (PRADOS, 1999, p. 09).

Anti-intuitivamente, a repressão aumentou a demanda popular pela luta armada. O clima de terror no Sul advinha não apenas da ampla repressão política – que não era restrita apenas aos comunistas –, mas também de uma reforma agrária que havia servido aos latifundiários e revertido ganhos dos camponeses obtidos ainda na época do Viet Minh. Isso resultou num cenário em que “o antagonismo popular em relação ao regime de Diem se intensificou, chegando a um ponto que satisfaria quase qualquer definição de situação revolucionária, com pouco incentivo ou assistência do partido<sup>53</sup>” (TURLEY, 2009, p. 38, tradução nossa).

Com a prisão ou execução de quadros intermediários, houve um movimento de ascensão política da alternativa da luta armada dentro do partido. Isso se deu devido à pressão, de baixo para cima, exercida sobre Hanoi pelos sulistas sobreviventes. Do ponto de vista moral, era difícil que quadros nessa situação fossem condenados por insubordinação pelo Politburo. Assim, a pressão dos membros sulistas, numa mistura de tirar proveito da insatisfação popular e, ao mesmo tempo, se (auto)proteger da repressão, elevou a posição política já defendida por Le Duan e Le Duc Tho (TURLEY, 2009, p. 38-39).

52 **No Original** – “strategic battle against the VC has been won; now remains the tactical battle” (HANYOK, 2002, p. 63)

53 **No Original** – “Popular antagonism toward Diem's regime intensified, rising to a point that would satisfy almost any definition of a revolutionary situation, with little encouragement or assistance from the party” (TURLEY, 2009, p. 38)

Ademais, a pressão exercida pelos quadros sulistas chegava em mau momento para os defensores da via pacífica. O politburo estava em crise devido à turbulência da sua reforma agrária e dificuldades de crescimento. Como visto, isso forçou a queda do Secretário-Geral do Partido Truong Chinh. Quem ocupava a posição, de forma temporária e relutante, era o próprio Ho Chi Minh. Contudo, a ocupação do cargo de forma estável permanecia indefinida e objeto de disputa. O favorito para o cargo era Giap, que tinha prestígio popular praticamente inabalável e era o candidato apoiado por Ho. Entretanto, essa expectativa acabou não se concretizando. Em 1957, Le Duan foi chamado de volta para Hanoi, onde chegou em 06 de junho. Em dezembro, de forma inesperada, foi escolhido Secretário-Geral interino do partido. Com isso, a opção pela luta armada ganhava ainda mais força dentro do partido (HASTINGS, 2021, p. 140; BROCHEUX, 2006, p. 167).

Não existe consenso acerca do motivo de Ho ter escolhido Le Duan e não Giap. Para além das discussões acerca da qualificação de Le Duan em implementar a reforma agrária ou de seu tempo como prisioneiro na formação do caráter revolucionário, importa aqui tentar delinear qual era a posição de Ho acerca da reunificação. Uma explicação possível é a de que, apesar de ter sido publicamente a favor da reintegração negociada e contra a luta armada, a falência das tratativas de Genebra empurraram Ho para abraçar a retomada da insurgência. Por isso, teria indicado o candidato que daria prioridade a Guerra do Vietnã (DUIKER, 2000, p. 515 epub).

Outra conjectura é a de que a posição de Ho Chi Minh estava demasiadamente instável para que conseguisse manter um controle estrito dos membros do partido. Ainda em abril de 1956, enquanto o plano de Le Duan era rejeitado, o Lao Dong reconheceu – num aceno ao processo de desestalinização que acontecia na URSS – de que havia se formado uma espécie de culto de personalidade ao redor de Ho Chi Minh. Diferentemente dos soviéticos, essas acusações foram abolidas e não tiveram nenhuma consequência prática; ou, pelo menos, nenhuma consequência imediata. Apesar de continuar no cargo, Ho certamente havia entendido as implicações da acusação. Dessa forma, é legítimo inferir que esse episódio tenha servido como impulso ao grupo sulista. Então, Le Duan teria sido alçado ao cargo máximo por Le Duc Tho, ministro da organização, o que não quer dizer que estes tenham sido os principais detratores de Ho, embora certamente tivessem sido os maiores beneficiários da acusação contra ele (OLSEN, 2006, p. 61; ANG, 2002, p. 21).

Uma explicação intermediária é a de que Ho Chi Minh de fato aquiesceu a retomada da luta armada. Entretanto, o fez como forma de preservar a existência do Lao Dong no Sul e de pressionar Saigon para a formação de um acordo. Isso estaria de acordo com a posterior

posição de Ho acerca da possibilidade de neutralização do Vietnã em 1963 e da indisposição de provocar combates diretos com os estadunidenses, posições que contradiziam frontalmente Le Duan e Le Duc Tho. De qualquer forma, ao deixar o cargo de Secretário-Geral, Ho Chi Minh voltou a ocupar os cargos de presidente do politburo e presidente do Vietnã, que tratavam majoritariamente de posições simbólicas e não diretivas (BROCHEUX, 2006, p. 170).

Mesmo com a ascensão de Le Duan e a pressão da facção sulista no Lao Dong, a RDV não parecia voltar para a promoção da insurgência até meados de 1958. O principal indicador disso é o movimento de desmobilização e profissionalização do Exército do Vietnã do Norte (EVN). A 12ª Plenária, de março de 1957, renovava o interesse do partido na modernização militar. Ela teve foco na sua profissionalização e regularização, ou seja, na transformação de um exército revolucionário em um exército nacional. Um movimento desse tipo incluía a reconfiguração na organização, doutrina e sistemas de armas de todo o EVN e, evidentemente, impediria seu pronto emprego nos meses seguintes. Além disso, no lugar da preparação militar, as Forças Armadas diminuía seu efetivo. Implementou-se a desmobilização de oitenta mil voluntários do EVN e o serviço militar obrigatório – que tomaria lugar do voluntário. Em março de 1958, decidiu-se utilizar o Exército no esforço produtivo da RDV, desviando recursos e efetivo para o trabalho na indústria e agricultura. Em suma, ao menos até março de 1958, não se considerava uma campanha militar como necessidade iminente antes de 1960 (ANG, 2002, p. 20, 22, 26).

Enquanto isso, a situação internacional da RDV continuava a mesma, sem o apoio dos aliados. A posição de Beijing e Moscou era de tentar evitar que a RDV gravitasse na direção da luta armada. A perspectiva chinesa – em meio ao Grande Salto Adiante – era a de evitar uma nova Coreia; ou seja, uma situação em que tivesse de lutar ou sustentar logisticamente o Vietnã. Moscou considerava que a ofensiva vietnamita ameaçava os esforços de normalização das relações com Ocidente sobre a *détente*. O conselho soviético para a RDV era o de buscar consultas com Diem, mesmo depois do fracasso das eleições. Em 1957, os soviéticos chegaram até mesmo a aventar a ideia de propor uma solução de dois Vietnãs na ONU (TURLEY, 2009, p. 35-36; OLSEN, 2006, p. 80). Assim, a decisão de reunificação pela força dependeria, caso empreendida, dos recursos próprios de Hanói.

Mesmo assim, em agosto de 1958, o Comitê Regional de Nam Bo fez sua terceira conferência. Sem a benção de Hanoi, o Comitê resolveu que a situação revolucionária no Sul necessitava aplicação de força militar. Para isso, estabeleceu duas bases revolucionárias: criou uma estrutura de Comando e Controle para o comando da luta armada no território controlado

por Saigon e formou algumas companhias sob este comando. Apenas depois da conferência Hanoi foi informada da decisão (ANG, 2002, p. 27-28).

A revelia da construção da insurgência pelo Comitê de Nam Bo, a facção da reunificação pacífica continuou tentando estabelecer alguma espécie de acordo com Diem. No final de 1958, Pham Van Dong – Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores – fez uma última tentativa desesperada de abrir o diálogo de reunificação com Diem. Propôs, em várias cartas ao presidente do Vietnã do Sul – em 20 de julho de 1957, 07 de março de 1958 e, principalmente em 22 de dezembro de 1958 –, um programa de normalização em quatro etapas. Eram elas:

- a) a desescalada militar nas duas zonas e retirada das tropas estrangeiras;
- b) a promoção do comércio entre as zonas – e.g. arroz do Sul por carvão e cimento do Norte;
- c) a desescalada das campanhas de propaganda; e
- d) eventual circulação de pessoas entre as zonas, começando pelo intercâmbio cultural, científico, econômico e esportivo, bem como visita de mulheres e crianças separadas da família durante o período de mobilidade dos Acordos de Genebra.

Era um programa que poderia ter dado certo, visto que não ofendia nenhum aspecto de soberania ou controle de Saigon ou Hanoi, com a possível exceção da presença de tropas estrangeiras. Entretanto, Diem nunca respondeu à carta de Dong, e, na sequência imediata, 1959 tornou-se o ano da retomada da violência (PRADOS, 1999, p. 9; FALL, 2019, p. 368 epub).

### **3.1.2 Decisão: A Abertura da Trilha de Ho Chi Minh**

A virada do Vietnã do Norte em relação à política de reunificação se deu na 15ª Plenária do Comitê Central do Partido Lao Dong – de 12 a 22 de janeiro de 1959. Ela tinha como objetivo principal discutir a situação do Sul. Apesar de parecer não ter tido uma causalidade mecânica óbvia, a resolução do evento, diferentemente dos anteriores, apresentava uma posição sem nenhuma ambiguidade. Como resultado, aprovou a retomada da luta armada no Sul (TURLEY, 2009, p. 39). Segundo a história oficial do EVN:

A Resolução da 15ª Plenária do Comitê Central do Partido demonstrou o pensamento revolucionário ofensivo de nosso Partido e mais uma vez confirmou que o caminho para a libertação do Vietnã do Sul era o caminho da violência revolucionária<sup>54</sup> (VIETNÃ, 2002, p. 50, tradução nossa)

A Resolução 15 pode ser decupada em três decorrências principais:

- a) o começo da infiltração de quadros políticos, técnicos e militares no Vietnã do Sul;
- b) a criação de unidades militares (Grupos ou *Doan*) para dar cabo da infiltração. Ao longo de 1959, foram criadas três unidades, cada uma responsável por uma região ou avenida de abordagem, nas quais deveriam estudar, mapear e criar a infraestrutura logística. Eram elas: O Grupo 559, responsável pela infiltração terrestre do Vietnã; o Grupo 759, responsável pela infiltração pelo Mar; e o Grupo 959, responsável pelo aprovisionamento e apoio ao Pathet Lao na Guerra Civil Laosiana; e
- c) a constituição de toda a Indochina como um único teatro de operações (HANYOK, 2002, p. 86).

Este último aspecto não era novo para a RDV, já que nos tempos de Viet Minh a guerra de descolonização havia sido travada também no Laos e no Camboja. De maneira muito diferente dos estadunidenses, os vietnamitas foram capazes utilizar toda geografia da região para compor avenidas de abordagem. Também tiveram mais habilidades em mobilizar aliados políticos e militares. Não apenas isso: os vietnamitas estiveram sempre cômicos da escala da revolução nacional e a necessidade de se integrar à Indochina, embora a retomada do Vietnã do Sul fosse a prioridade de então. Nesse sentido, não é a toa que as três Guerras da Indochina – a francesa (1949-1954), a estadunidense (1965-1975) e a chinesa (1978-1991) – foram uma espécie de continuação uma da outra, num seguido esforço de integração.

As decisões da Resolução 15 foram reafirmadas no Terceiro Congresso do Lao Dong em setembro de 1960. A diferença agora é que a política foi discutida antecipadamente com chineses e soviéticos, que não haviam sido consultados ou mesmo informados da Resolução 15. Mesmo com o crescente racha sino soviético, até então seus interesses eram os mesmos em relação ao Vietnã. Ainda, as posições soviética e chinesa não foram suficientes para alterar o curso da RDV. Na mesma ocasião, Le Duan foi confirmado enquanto Primeiro Secretário do

---

<sup>54</sup> **No Original** – “The Resolution of the 15th Plenum of the Party Central Committee demonstrated the offensive revolutionary thinking of our Party and once again confirmed that the road to the liberation of South Vietnam was the road of revolutionary violence” (VIETNÃ, 2002, p. 50).

Partido – em substituição ao agora antigo nome de Secretário-Geral – e consolidou a posição política até sua morte em 1986 (OLSEN, 2006, p. 85-86; TURLEY, 2009, p. 35)

Entretanto, o maior marco da retomada da luta armada foi a criação da Frente de Libertação Nacional (FLN). Sua criação apareceu enquanto diretiva na Resolução 15 e no Terceiro Congresso, sendo anunciada oficialmente em 20 de dezembro de 1960. A FLN teve seu primeiro congresso apenas em primeiro de janeiro de 1962. A demora se deu pela necessidade de criar associações de massa, comitês de libertação dos vilarejos, aumentar a participação para além dos quadros e recrutar membros não-comunistas capazes de ocupar cargos-chave dentro de uma frente ampla de fato (TURLEY, 2009, p. 44).

Isto, evidentemente, também carecia de apoio material e da infiltração de quadros. Em fevereiro de 1959, Le Duan já havia instruído o Comitê Militar do Partido das implicações da Resolução 15 (VIETNÃ, 2002, p. 50). Não demoraria para que se tomassem as ações necessárias para dar cabo da insurgência no Sul. Para isso, o primeiro passo era criar as unidades logísticas e rotas de infiltração.

### **3.1.2.1 O Grupo 559 e a Infiltração**

Em 19 de maio de 1959, o coronel Vo Ban do EVN foi chamado ao Comitê Militar Central do Partido. Então, recebeu a missão de formar uma unidade militar secreta, responsável por estabelecer uma linha de comunicação com o Vietnã do Sul e criar as condições para desenvolvê-la. A unidade seria formada com recursos do EVN, mas responderia diretamente ao Comitê Militar do Partido. Ela receberia mais tarde o nome de Grupo (Doan) 559, em referência à sua data de criação, maio (mês cinco) de 1959. De início, Vo Ban formou o 301º Batalhão, composto por 308 soldados e quadros advindos da 305ª Divisão do EVN, formada majoritariamente por sulistas reagrupados. Dois meses depois, foi criado o Grupo 759. Esse fazia as vezes de um equivalente marítimo do 559, responsável pela infiltração – utilizando o disfarce de juncos e outros barcos de comércio – através das vias de

comunicação que iam do golfo de Tonkin até, normalmente, o Delta do Mekong<sup>55</sup> (PRADOS, 1999, p. 09-11).

Diferentemente do que seria a norma até o final da guerra, as primeiras incursões de infiltração no Vietnã do Sul não utilizaram o Laos como avenida de abordagem. O plano inicial consistia em cruzar a Zona Desmilitarizada (ZDM) entre os dois Vietnãs a pé. Trajando as roupas pretas tradicionais dos camponeses vietnamitas, os soldados do Grupo 559 estabeleciam pontos de encontro ao longo da trilha, realizando sempre duas viagens para cada parada. Primeiro, transportava-se o arroz para sustento dos carregadores, depois se retornava ao ponto anterior para buscar a carga que de fato se estava transportando (PRADOS, 1999, p. 11, 13).

A primeira caravana começou em 10 de junho de 1959 e acabou apenas em 20 de agosto. Os resultados foram mais psicológicos do que materiais, já que a carga não excedia algumas centenas de fuzis e munição. Eram números modestos para as sete mil armas e quinhentas tropas requisitadas pelos sulistas somente em 1959. Entretanto, o começo relativamente humilde da trilha de Ho Chi Minh servia para estabelecer os pontos de encontro e controle; conhecer o terreno das operações; treinamento dos militares; e desenvolver táticas, técnicas e procedimentos do transporte (PRADOS, 1999, p. 10, 13, 16).

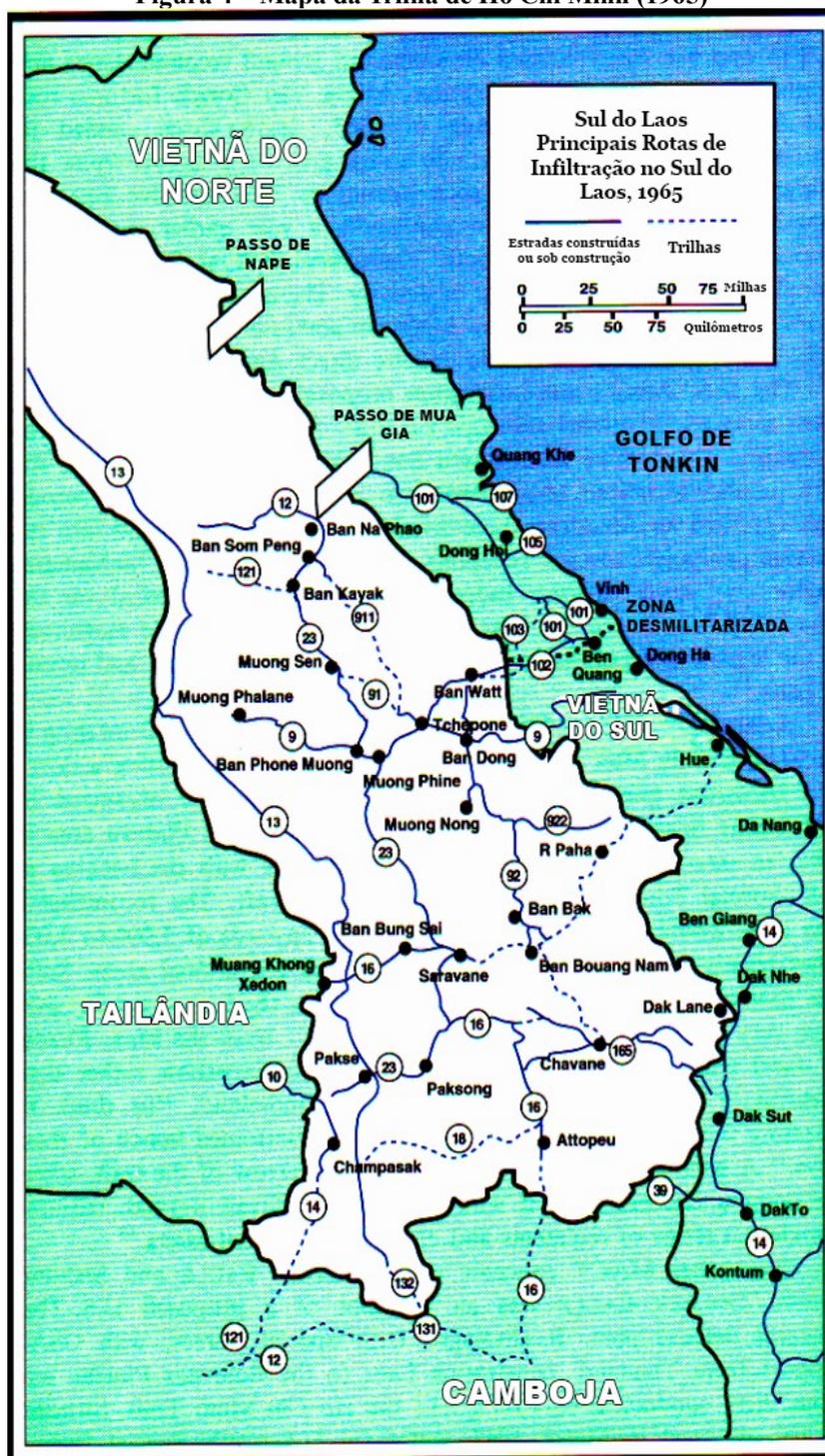
No começo de 1960, um pacote de fuzis extraviado pelos transportadores do 559 levou ao descobrimento da rota secreta. Assim, chegou-se a conclusão que a rota da ZDM apresentava muito risco. Ademais, em meio a formação política da FLN, a escala necessária da rota estratégica teria de aumentar. Portanto, a infiltração somente pela ZDM, fronteira relativamente estreita e bem vigiada, dificilmente adequar-se-ia ao montante necessário. A resposta, dada pessoalmente por Le Duan, era a de que o Grupo 559 deveria mudar o eixo da rota para o Laos e sua extensa fronteira com o Vietnã do Sul (Figura 4). Essa fronteira corresponde as Montanhas Anamitas, terreno de difícil transposição. Contudo, mesmo que apresentasse uma dificuldade maior em relação à distância e terreno, a rota do Laos era bem melhor protegida em relação à da ZDM (PRADOS, 1999, p. 15).

No tocante à logística, a infiltração a pé, no Laos, revelava-se insuficiente para dar conta do longo caminho pelo Oeste das Anamitas. Logo, mostraram-se necessários caminhões e até mesmo aviões de transporte para dar conta da distância e do fluxo logístico da Trilha, que se expandiu enormemente no início de 1961 (PRADOS, 1999, p. 15-16).

---

**55 Infiltração Naval** – Normalmente, a logística marítima é uma das formas de transporte mais eficientes. Contudo, o Grupo 759 não teve a mesma relevância do 559 no esforço de guerra da RDV. Isso se deu porque, após o envolvimento massivo dos EUA em 1965, a Marinha e Guarda Costeira estadunidenses conseguiram, em grande parte, interditar a via de infiltração naval nortevietnamita. A partir de então, a Trilha de Ho Chi Minh sustentou quase a totalidade do esforço logístico do EVN (WIEST; MCNAB, 2016, p. 82-84).

Figura 4 – Mapa da Trilha de Ho Chi Minh (1965)



Fonte: Staaveren (1993, p. 71), adaptação e tradução por Rafael Palandi.

Esta mudança de eixo tinha desafios militares e logísticos. Quanto aos primeiros, como se verá adiante, diziam respeito à facção direitista do Laos, liderada por Phoumi Nossavan, general anticomunista que controlava justamente a porção Sul do Laos, sua região natal. Tal área era indispensável para a Trilha de Ho Chi Minh. Também em função disso, a RDV, ao longo dos anos seguintes, participou ativamente da Guerra Civil Laosiana.

Contudo, cabe notar que o Vietnã cumpriu um papel menor na formação da crise, que tinha uma dinâmica doméstica própria. Uma vez deflagrada, entretanto, a RDV certamente se beneficiou da instabilidade do Laos para fazer do país vizinho a principal rota de infiltração e suprimento, no qual o braço logístico era a parte mais desenvolvida do esforço de guerra.

### **3.1.3 Resultado: A Estrutura Logística da Guerra**

Ao final de 1959, o Vietnã do Norte intensificou os esforços de reunificação através das armas. Embora a atividade de inteligência e insurgência não fossem novidades no Sul (e tampouco no Norte), a escalada na intensidade foi relevante em dois sentidos. Primeiro, foi suficiente para reafirmar o compromisso dos EUA no Vietnã, retroalimentando a posição da teoria do dominó e da necessidade de se aumentar o esforço de contenção do comunismo. Em segundo lugar, a escolha pela reunificação violenta estabeleceu a principal avenida de abordagem da guerra, a Trilha de Ho Chi Minh. Essa, por sua vez, tensionava a política doméstica dos vizinhos Laos e Camboja, que pendiam entre as guerrilhas comunistas, parcela dos militares anticomunistas e a realza que via sua conservação em afirmar algum tipo de neutralismo entre os dois.

No final de 1959, primeiro ano de existência da Trilha de Ho Chi Minh, os resultados ainda eram modestos. Apenas 1.667 armas individuais e 188 quilos de explosivos foram entregues. No que tange à infiltração de insurgentes, o número é o também modesto 542 quadros. Contudo, a natureza dos infiltrados importa. Tratava-se de comandantes dos níveis pelotão e companhia, instrutores militares, equipes de treinamento de sapadores – espécie de misto entre comandos e engenheiros de combate –, técnicos de armamentos, quadros de organização política, pessoal de inteligência e criptógrafos para comunicações seguras. Ou seja, eram peças-chave no recrutamento, treinamento e qualificação da guerrilha. Por vezes, as turmas de instrução dos assessores nortistas no Sul atingiam de duzentos a trezentos alunos (VIETNÃ, 2002, p. 53; PRADOS, 1999, p. 29).

Isto é, a RDV começava a implementar a guerra revolucionário no Sul pela profissionalização da estrutura, fornecendo o “esqueleto” da FLN para que a “carne” pudesse ser recrutada e treinada localmente no Vietnã do Sul. Os resultados acumulados foram bastante perceptíveis no início dos anos 1960. A presença de pessoas em armas no sul foi de cerca de duas mil em 1959 para mais de dez mil no começo de 1961 (TURLEY, 2009, p. 45).

Essa nova fase da revolução armada colocou em cheque a era de ouro do governo Diem; isso é, os “seis anos de paz” entre 1954-1960 (BOOT, 2018, p. 334-335).

Ademais, a formação das unidades logísticas da Trilha de Ho Chi Minh “representou um investimento de capital muito valioso<sup>56</sup>” (VIETNÃ, 2002, p. 53, tradução nossa) que viria a surtir efeito ao longo da década seguinte de guerra. Já em 1961, com a transferência da rota de infiltração da ZDM para o Laos, o Grupo 559 infiltrou 317 toneladas de suprimentos no Vietnã do Sul, bem como 7.664 pessoas (VIETNÃ, 2002, p. 456-457, n. 26). Ao longo dos anos, a Trilha foi ficando cada vez mais sofisticada, incorporando táticas e técnicas que fizeram dela uma verdadeira proeza de engenharia e logística militar. Durante a Guerra do Vietnã, em sua fase estadunidense (1965-1975), a Trilha foi responsável por infiltrar 1.777.027 toneladas de suprimentos, cerca de 487 toneladas por dia. Embora não seja o maior número dos registros da história militar, o feito impressionante da Trilha de Ho Chi Minh foi fazê-lo por terrenos de montanha e mata fechada, sob assédio constante da maior campanha aérea de interdição da história (PRADOS, 1999, p. 374).

De volta à política, pode-se dizer que a retomada da luta armada no Vietnã do Norte foi uma resposta ao enrijecimento da presença estadunidense, à supressão dos sectos, à deposição de Bao Dai e ao cancelamento das eleições de reunificação. A disputa dentro do Lao Dong revela que a disposição de se ir à guerra existia enquanto posição minoritária na medida em que Saigon estivera disposto a fazer algum tipo de concessão. Quando da consolidação do regime de Diem enquanto cliente dos EUA e da supressão do movimento comunista no Sul, a resolução pela luta armada foi gradativamente se tornando hegemônica.

É legítimo inferir que a unificação nacional era prioridade para a RDV. Afinal, até 1959, nem a China, nem a URSS tinham grande interesse em provocar uma nova guerra na Indochina. Como visto, essa disposição não era dominante nem mesmo dentro da RDV até que a integração nacional – por via de eleição, comércio ou disputa política legal – foi completamente rechaçada. Dessa forma, a estrutura política do Viet Minh foi especialmente influenciada pelos quadros que migraram do Sul ou que estavam sob perigo de serem exterminados sob o governo Diem.

Vistos sobre esta luz, as decisões dos EUA sob Eisenhower, de rejeitar a neutralização e realizar a “Troca da Guarda” com os franceses nos anos 1950, tomam um ar mais trágico. Ao incidirem diretamente sobre um objetivo nacional tão urgente quanto a reunificação, os EUA provocaram uma reação aguda – ainda que paulatina – da RDV. Reação que eles mesmo iriam ter de responder em breve, primeiro no Laos e, em seguida, no próprio Vietnã.

---

56 **No Original** – “represented a very valuable capital investment” (VIETNÃ, 2002, p. 53).

### 3.2 DECISÃO Nº 06: 1961 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE ACEITAR A NEUTRALIDADE DO LAOS

O Laos tem uma história que remonta ao século XIV. Porém, era considerado mais uma região do que um Estado-nação. Nesse sentido, sua população tinha grande diversidade étnica, falando uma de quatro línguas. A falta de unidade nacional era agravada por ter-se uma elite francófona e europeizada – leia-se modernizadora – muito diminuta em relação à do vizinho Vietnã. O Laos fazia as vezes, na verdade, de Estado-tampão entre Tailândia, China e os dois Vietnãs (RUST, 2012, p. 6-7).

Nos Acordos de Genebra, que deram fim à Guerra da Indochina em 1954, o governo real do Laos – pró-francês – foi reconhecido como um Estado independente. Todas as forças francesas e do Viet Minh deveriam retirar-se do território. Por sua vez, os combatentes do partido pró-comunista do Pathet Lao<sup>57</sup> deveriam concentrar-se exclusivamente em duas províncias no Norte do país, perto da fronteira com Vietnã e China. Para dar conta da instabilidade política, novas eleições deveriam ser convocadas em 1955 (RUST, 2012, p. 7-8).

O Laos estava então dividido em três grandes facções políticas, e cada uma delas era liderada por um dos “três príncipes”. Ironicamente, no país, tanto a direita quanto a esquerda – mesmo se tratando de partidos de modernização – baseavam sua legitimidade política na tradição monárquica. O príncipe Boun Oum era a figura de fachada dos “jovens turcos<sup>58</sup>”, liderados na verdade pelo General Phoumi Nosavan. Tratava-se de uma facção de direita que tinha o anticomunismo como pilar, apoiada pela Tailândia e pelos EUA. O campo dos neutralistas era liderado pelo Príncipe Souvanna Phouma e era a favor, no âmbito interno, do governo de coalizão baseado na política tradicional (monárquica), e, no âmbito externo, de um neutralismo internacional. A terceira facção era a do já mencionado Pathet Lao, que tinha como líder o Príncipe Souphanouvong, bem como extenso apoio da RDV e da China.

---

<sup>57</sup> **Pathet Lao** – O *Pathet Lao* (algo como Terra/Nação do Laos) tinha a pretensão de ser uma frente ampla. Durante a guerra contra os franceses, estava organizado sob a Frente de Libertação do Laos (Néo Lao Issara), organizada para atrair quadros mais moderados que os comunistas. Esses, por sua vez, compunham o Partido dos Trabalhadores do Laos (Phak Khon Ngan Lao – PKNL), que permanecia secreto e não disputava eleições. Em janeiro de 1956, com a perspectiva de um acordo de união nacional, a Frente de Libertação foi reorganizada na Frente Patriótica Laosiana (Néo Lao Hak Xat – NLHX), partido político legal (FALL, 1961, p. 140-141).

<sup>58</sup> **Jovens Turcos** – Termo utilizado para caracterizar grupos de modernização e reforma política. Tem sua origem na facção política homônima, atuante no Império Otomano na passagem do século XIX para o XX. Contudo, a expressão é utilizada atualmente para identificar diversos grupos – normalmente militares, de diversos países e contextos históricos – que buscam mudanças organizacionais ou nacionais através da manobra política ou mesmo da violência.

De uma maneira muito parecida com o Vietnã, os neutralistas eram a maior facção no imediato pós-Acordos de Genebra. Eles tentavam mediar a situação da insurgência comunista para manter um frágil equilíbrio na competição entre as grandes potências; mais especificamente, na tentativa de contenção da China pelos EUA na sua “terceira frente”, o Sudeste Asiático. Para isso, os neutralistas contavam com explícito apoio francês – como visto anteriormente, interessados numa espécie de relação neocolonial – e aquiescência dos comunistas russos e chineses. O que diferenciava o Laos do Vietnã nos Acordos de Genebra era a proibição de missões estrangeiras que não as francesas e a proeminência dos neutralistas na política. Isso refletiu inclusive na representação do Laos como país não-alinhado na Conferência de Bandung – 18-24 de abril de 1955. No mesmo ano em que Vietnã do Sul confirmou-se enquanto cliente estadunidense, Laos reafirmou o caminho para neutralidade desde que os países mais poderosos – isso é, a China – pudessem dar garantia aos países menores (FALL, 1957, p. 30).

Contudo, para manter a pressão na Indochina e, ultimamente, contra os comunistas chineses, os EUA foram gradualmente construindo sua própria facção dentro do Laos. Inicialmente, isso se deu com programas encobertos. Mas não demoraria até que viessem crises em torno do equilíbrio político dentre do Laos.

### **3.2.1 Antecedentes: A Primeira Crise de 1959**

Em 1955, os EUA estabeleceram o Escritório de Avaliação de Programas (*Programs Evaluation Office* – PEO) e não um MAAG, como era o normal para vários outros países do Sudeste Asiático. Isso se dava pela questão da neutralidade do Laos prevista nos Acordos de Genebra. Segundo esses, nenhuma missão estrangeira era permitida, com a notável exceção da presença francesa. Assim, o eufemisticamente denominado PEO tinha como membros componentes militares da ativa e da reserva, que atuavam sob a cobertura de funcionários do Departamento de Estado (TURLEY, 2009, p. 32).

Em 1956, uma tentativa de aproximação dos neutralistas com o Pathet Lao, para pacificar e integrar o país, foi recebida com antipatia pelos EUA. Pode-se inclusive fazer uma analogia com o processo que acontecia no Vietnã, mais ou menos de forma concomitante. A Crise dos Sectos e Batalha de Saigon haviam ocorrido apenas um ano antes e o cancelamento das eleições ocorreu no mesmo ano. No Laos, o antigo governo, mais próximo dos franceses,

tentava atingir algum tipo de conciliação com a facção pró-comunistas para estabelecer um governo de união nacional. Os EUA, na lógica da contenção, rechaçavam qualquer acomodação e apoiavam a facção direitista. Assim, pode-se entender a crise no Laos como uma continuação da tentativa de sabotagem de Genebra e da “troca da guarda” dos franceses pelos estadunidenses.

Em novembro de 1957, os príncipes Phouma – Primeiro-ministro neutralista – e Souphanouvong – do Pathet Lao – assinaram um acordo de união nacional. Seus principais pontos eram:

- a) a administração das áreas sob controle do Pathet Lao seria passada ao governo;
- b) novas eleições seriam realizadas, na qual o braço político do Pathet Lao, a Frente Patriótica Laosiana (*Néo Lao Hak Xat* – NLHX), poderia concorrer legalmente; e
- c) dois batalhões do Pathet Lao – 1.500 homens (que perfaziam um quarto do seu total) – deveriam ser integrados às Forças Armadas laosianas (FALL, 1961, p. 140; TURLEY, 2009, p. 45-46).

Um outro ponto, oculto, do acordo era a retirada dos quadros e militares da RDV do Laos. Desde 1954, ou seja, no imediato pós-Acordo de Genebra, a RDV mantinha uma unidade de apoio ao Pathet Lao. Com o nome de Grupo (Doan) 100, ela era responsável por estruturar o partido laosiano bem como seu braço armado. Cumpre notar que o Vietnã de fato ordenou a retirada do Grupo 100 em janeiro de 1958. Ou seja, para todos os efeitos, a RDV havia aquiescido ao acordo Phouma-Souphanouvong e estava satisfeito com a neutralização do Laos (GOSCHA, 2004, p. 169, 175).

Os dois primeiros pontos do acordo foram cumpridos sem problemas. O NLHX ganhou uma boa parcela dos assentos do Congresso, bem como duas pastas ministeriais – a de assuntos religiosos e de planejamento, essa última sob controle de Souphanouvong. Contudo, o mesmo não ocorreu com a integração das forças. O principal ponto de fricção estava no debate entre integrar os batalhões como unidades monolíticas (mantendo seu efetivo e liderança) ou em fazer a integração em bases individuais; ou seja, em redistribuir o efetivo para outras unidades. Esse impasse acabou gerando instabilidade suficiente para que houvesse uma queda do gabinete Phouma e a ascensão de um novo governo (FALL, 1961, p. 141-142).

Em agosto de 1958, um novo gabinete assumiu o poder sob Phoui Sananikone. Ele fazia parte da facção dos “jovens turcos”. Tratavam-se, em sua maioria, de militares associados à ajuda estadunidense, reunidos politicamente no Comitê de Defesa dos Interesses

Nacionais (*Comité pour la Défense des Intérêts Nationaux* – CDIN). Apesar do nome, o Comitê tinha um alinhamento claro com o Ocidente, mais especificamente com os EUA, visto que Inglaterra e França eram a favor da neutralidade. Phoui teria corroborado essa percepção ao afirmar, na sabatina do novo gabinete no Congresso Nacional, que: “No que diz respeito à coexistência pacífica, informaremos claramente aos países vizinhos e ao mundo que coexistiremos apenas com o Mundo Livre. Confiamos apenas naqueles países que realmente e sinceramente nos apoiam<sup>59</sup>” (FALL, 1961, p. 142, tradução nossa).

De fato, no plano internacional, o governo de Phoui tomou ao menos três medidas diametralmente apostas a neutralidade:

- a) elevou a missão diplomática laosiana em Saigon ao nível de embaixada, de fato reconhecendo o Vietnã do Sul enquanto país independente – em provocação à RDV;
- b) aprovou o estabelecimento de um consulado da China Nacionalista (Taiwan) em Vientiane – em provocação à China continental; e
- c) permitiu a missão de conselheiros militares estadunidenses no Laos. Essa medida, além de flagrante oposição à Genebra, inflamou os comunistas, levando-os a não deporem as armas (RUST, 2012, p. 197-198).

No plano interno, teve início a confrontação direta com os comunistas. Em maio de 1959, o governo Phoui cercou os batalhões do Pathet Lao que, cumpre ressaltar, não haviam sido incorporados às Forças Armadas do Laos. Um deles conseguiu escapar do cerco do Exército Real durante a noite, fugindo para o Vietnã do Norte. Outro batalhão teve menos sorte e foi obrigado a se render, sendo incorporado – em bases individuais – ao Exército do Laos. A maioria de seus integrantes desertaria mais tarde para retornar as fileiras do Pathet Lao (FALL, 1961, p. 146).

Durante esta crise, talvez de forma mais grave, o Príncipe Souphanouvong e demais ex-membros do governo associados ao Pathet Lao foram presos em Vientiane. Era uma tentativa de extirpar os comunistas da vida política oficial. Naturalmente, a resposta do Pathet Lao foi de iniciar, em 16 de julho, uma série de ataques às guarnições do governo no Nordeste do país. Muitos destes foram perpetrados por tropas quase-regulares do Pathet Lao, dotadas de uniformes, armas e morteiros fornecidos pelo Exército do Vietnã do Norte (EVN). Contudo, esse ainda não tinha entrado em ação no Laos; ou, pelo menos, não com suas unidades

---

59 **No Original** – “As far as peaceful co-existence is concerned, we shall clearly inform neighbouring countries and the world that we shall coexist with the Free World only. We trust only those countries that really and sincerely support us” (FALL, 1961, p. 142).

regulares. Em setembro de 1959, foi criado o Grupo (Doan) 959, com o intuito de retomar o apoio da RDV ao Pathet Lao. Inicialmente, o Grupo 959 contava com 88 conselheiros militares e políticos; já no final de 1959, eles treinaram e equiparam de 650 a setecentos membros do Pathet Lao dentro do Vietnã do Norte antes de mandá-los de volta ao Laos (GOSCHA, 2004, p. 178-179).

A RDV poderia ter aceitado um Laos neutro. Entretanto, com a perseguição ao Pathet Lao, temia-se a formação de um bloco internacional hostil em sua extensa fronteira Oeste. Ademais, temia a colaboração de Phoumi e da Tailândia – com os laços familiares Phoumi-Sarit – com os EUA e Diem para interdição da Trilha de Ho Chi Minh, justamente num período em que pretendia expandir o apoio a insurgência no Sul (GOSCHA, 2004, p. 176).

Esta campanha limitada do Pathet Lao, auxiliada pelos patrocinadores vietnamitas, teve sucesso em pressionar o governo a abrir uma nova rodada de negociações. Apesar de uma onda de reportagens históricas na mídia estadunidense, denunciando uma invasão de chineses e vietnamitas sobre o Laos, os EUA não responderam à crise com a intensidade que o CDIN gostaria (FALL, 1961, p. 143, 147-148).

Como resultado, mais uma vez, o Laos voltou à mediação e à neutralidade. O Primeiro-Ministro Phoui, diante da possibilidade de uma guerra civil, voltou a promover a ideia de um governo de união nacional, à revelia dos EUA e de parte mais radical dos “jovens turcos”. Entre esses últimos, estava o General Phoumi Nosavan – Ministro da Defesa de Phoui – que tornar-se-ia, mais do que já era, o principal cliente dos EUA no Laos. Numa demonstração do que viria depois, recusou qualquer tipo de negociação com a esquerda laosiana e arquitetou um golpe de Estado. O rei Sisavang Vatthana, ele mesmo um feroz anticomunista, tomou como missão mediar um acordo para novas eleições. Contudo, com óbvios sinais de fraude, Phoumi elegeu-se Primeiro-Ministro com ampla maioria dos membros do Congresso (RUST, 2012, p. 152-153, 164-165).

Os EUA não arquitetaram o golpe, mas, de certa forma, deram a aprovação tácita que Phoumi precisava. A ideia era a de que os laosianos deveriam resolver questões internas, desde que fossem anticomunistas incontentes (RUST, 2012, p. 150). Contudo, os EUA anteciparam um erro que viriam a cometer sempre que tivessem a oportunidade na Indochina. Nesse e em outros casos, a própria facção apoiada pelos estadunidenses havia chegado à conclusão de que as possibilidades políticas tinham chegado ao limite e que a moderação era necessária. Portanto, parecia insensatez – assim percebida já no seu tempo – perpetrar um golpe dentro do golpe, depondo uma figura da direita pró-EUA apenas para pôr em seu lugar um partidário ainda mais radical. Mais do que isso, no caso do General Phoumi, tratava-se de

uma figura com pouco prestígio nacional. É irônico que a facção dos “jovens turcos”, que discursivamente se apoiava na monarquia, não tivesse como figura principal um membro da família real, como era o caso dos neutralistas e até mesmo do Pathet Lao.

A nova quebra da neutralidade não demorou a levar a uma nova crise. Novamente, o Laos tencionava entre o anticomunismo estrito dos direitistas e o neutralismo tradicional. Dessa feita, os EUA tiveram de tomar uma decisão mais assertiva.

### 3.2.2 A Segunda Crise de 1960, o Neutralismo e a Guerra Civil Laosiana

A crise do Laos de 1960 teve suas raízes, em grande parte, na política interna. Foi, legitimamente, uma surpresa para todos os atores e países interessados na Indochina. O envolvimento dos vizinhos e das grandes potências deu-se, majoritariamente, já em seu desenrolar.

Seu estopim foi em 09 de agosto de 1960, quando, de forma inesperada, a capital Vientiane foi tomada pelo Segundo Batalhão Paraquedista das Forças Armadas Laosiana. Seu comandante, o Capitão Kong Le, era um desconhecido na política laosiana e não integrava nenhuma facção *a priori*. Controlando pouco mais do que a capital, o programa do Alto Comitê Revolucionário dos paraquedistas era o de se manter leal ao rei, expulsar as tropas estrangeiras, lutar contra a corrupção, restaurar a política externa neutra e de boa vizinhança e aceitar ajuda econômica de qualquer país sem restrições (RUST, 2012, p. 175-176).

À época, Kong Le tinha apenas 26 anos e, para qualquer analista de Washington, teria louváveis credenciais anticomunistas; por exemplo, tinha participado de um curso de formação de *rangers* nas Filipinas patrocinado pela CIA. Segundo a opinião dos boinas verdes – Forças Especiais dos EUA – que tinham contato com Kong Le, ele era comandante do melhor batalhão do Laos, uma das poucas unidades realmente profissionais em relação ao restante do Exército. Ademais, ele tinha um contato fixo com a CIA através do seu conselheiro paramilitar. Por isso, os burocratas estadunidenses, tanto no Laos quanto nos EUA, ficaram chocados com o golpe de agosto (RUST, 2012, p. 176-177).

A literatura disponível acerca da guerra civil laosiana lida majoritariamente com as decisões e relatórios produzidos pelos EUA. Assim, é possível apenas conjecturar as razões para um golpe de Estado por parte de Kong Le. Afinal, tratava-se da elite do aparato militar do Laos, justamente o tipo de unidade que travaria o combate com o Pathet Lao. A

justificativa de Kong Le pela neutralização certamente vinha do problema da utilização das Forças Armadas enquanto aparato de repressão. Certa vez o capitão teria dito: “lutei por muitos anos, matei muitos homens, e nunca vi um estrangeiro morrer<sup>60</sup>” (RUST, 2012, p. 177, tradução nossa). Para a burocracia estadunidense isso era sinal de que Kong Le era idealista, ingênuo e volúvel (RUST, 2012, p. 177).

É possível que a decisão de Kong Le tenha seguido a racionalidade de que a retomada da estratégia de reunificação através da luta armada pela RDV fosse elevar a pressão estadunidense pela atuação do Exército laosiano contra a logística vietnamita. Ou seja, de que o Laos fosse pressionado a travar uma espécie de guerra por procuração contra a infiltração da Trilha de Ho Chi Minh. Era uma perspectiva plausível, já que o governo instaurado tinha como únicas credenciais o combate implacável ao comunismo junto aos patrocinadores. A resposta de Kong Le, nesse sentido, também parece lógica, visto que a RDV dificilmente dobrar-se-ia frente as forças armadas do Laos no esforço de construção da Trilha de Ho Chi Minh – como provado durante a guerra civil. Da mesma forma, a China dificilmente abriria mão da “zona tampão” que o Pathet Lao fornecia às suas fronteiras em Yunnan. Cabe lembrar que menos de uma década antes, Yunnan havia sido alvo de incursões do Exército Perdido do Guomindang na Birmânia com apoio estadunidense.

Neste sentido, Kong Le pode não ter agido em função de seu suposto idealismo mas do mais estrito realismo; isso é, para evitar um envolvimento do Laos no conflito vietnamita.

É importante ressaltar que essa perspectiva sobre a neutralidade do Laos não necessariamente queria dizer uma composição com o Pathet Lao. Phouma havia feito concessões importantes em 1957. Elas foram feitas muito por conta da impossibilidade de derrotar o Pathet Lao militarmente. Isso se dava pela funcionalidade do Pathet Lao enquanto um “tampão” entre os estadunidenses e, simultaneamente, China e Vietnã. Esses dois últimos dificilmente se contentariam com a presença de um governo anticomunista agressivo embora pudessem aceitar um governo neutro que integrasse apenas parcialmente seu cliente (o Pathet Lao) na vida política. Assim, conquanto o golpe de Kong Le tivesse demandado um governo neutro, estava longe de ser automaticamente alinhado ao Pathet Lao. Aliás, ele rejeitara ajuda dos comunistas nos primeiros dias após seu golpe, incentivando apenas a volta de Phouma enquanto Primeiro-Ministro, sem fazer qualquer tipo de concessão para os comunistas (RUST, 2012, p. 184). Nas palavras do próprio Phouma: “os ocidentais precisam reconhecer que a

---

60 **No Original** – “I have fought for many years, and I have killed many men, and I have never seen a foreigner die” (RUST, 2012, p. 177)

única maneira de salvar o Laos e salvar todo o Sudeste Asiático do comunismo é permitir que o Laos seja genuinamente neutro”<sup>61</sup> (RUST, 2012, p. 198).

### 3.2.3 Problema: A Revolta Neutralista

A guerra civil laosiana – bem como a política externa dos EUA para o Laos antes, durante e depois dela – poderia, com seu próprio mérito, ser melhor dividida em várias decisões estratégicas<sup>62</sup>. Diferentes relatos têm variadas configurações das alternativas disponíveis. Para Theodore Sorensen, conselheiro de Kennedy, as opções dispostas ao presidente eram quatro:

- a) retirar-se do Laos, possivelmente concedendo vitória ao Pathet Lao;
- b) apoiar militarmente as forças laosianas até a vitória (a política herdada de Eisenhower) – cabe notar que aqui Sorensen não faz uma distinção entre o apoio encoberto e a presença massiva de estadunidenses;
- c) realizar uma partição do Laos entre Norte e Sul – com o objetivo de interditar a Trilha de Ho Chi Minh; e
- d) negociar a restauração de um governo neutralista – o caminho seguido (SORENSEN, 1965, p. 641-642).

O General Maxwell Taylor – na época Conselheiro Militar do Presidente – por outro lado, via três opções:

- a) não fazer nada, na expectativa de que o resultado não atingisse o Vietnã ou a Tailândia – mais ou menos nos mesmos termos da opção de retirada de Sorensen;
- b) a opção do apoio militar aos laosianos e intervenção direta estadunidense – que Taylor amalgama em um único curso de ação apenas com diferentes intensidades; e

---

61 **No Original** – “Westerners must recognize that [the] only way to save Laos and save [the] whole of SEA from communism is to allow [the] Lao to be genuinely neutral” (RUST, 2012, p. 198).

62 **Bibliografia sobre Laos** – Para uma versão detalhada da Política Externa dos EUA para o Laos, ver os trabalhos de William Rust sobre os governos Eisenhower (2012) e Kennedy (2014). Para uma descrição do papel militar desempenhado pelos EUA na guerra civil laosiana, com maior enfoque no papel da Força Aérea, ver Anthony e Sexton (1993). Para a experiência dos EUA em desencadear a “Guerra Secreta” após os acordos de Genebra, ver Conboy e Morrison (1995).

- c) a negociação do cessar-fogo e da conferência internacional (TAYLOR, 1972, p. 217).

Entretanto, para o escopo e propósito deste trabalho, cumpre analisar a tomada de decisão no Laos num esforço concentrado. Para isso, encontra-se três grandes alternativas que, frequentemente, foram se modificando com o desenrolar dos eventos. Mas que, de modo geral, representaram campos distintos dentro da burocracia estadunidense. Eram elas:

- a) Manutenção da Guerra Secreta;
- b) Intervenção Militar; e
- c) Neutralização do Laos.

A primeira era a da manutenção de uma guerra secreta no Laos. Isso queria dizer o apoio material e financeiro a Phoumi contra os neutralistas e o Pathet Lao. Na fase pré-guerra civil da crise, isso significava justamente seu desencadeamento. Quando essa já estava deflagrada, significava garantir que Phoumi se consagrasse vitorioso. Contudo, cabia evitar um envolvimento estadunidense explícito e de grandes dimensões.

A segunda era a da intervenção direta dos EUA. Essa ficava mais popular – e mais necessária – à medida que a primeira fracassava. Ou seja, na medida em que o Exército Real sob Phoumi empilhava fracassos militares contra a aliança neutralismo-comunismo. Contudo, ainda impactadas pela Guerra da Coreia, as Forças Armadas dos EUA tinham por intervenção algo que anteviesse uma guerra direta contra a China.

A terceira era o oposto das duas primeiras. Tratava-se de uma volta à mesa de negociações para reestabelecer o neutralismo no Laos. A racionalidade era a de que isso, embora pior que um governo leal à Política Externa estadunidense da contenção, seria melhor do que a vitória total do Pathet Lao. A racionalidade contra a intervenção militar era, por sua vez, um problema diretamente ligado ao medo de se envolver numa guerra contra a China. Na fase pré-guerra civil, isso significava tentar desmobilizar o golpe de Kong Le e trazer os neutralistas para uma aliança anticomunista. Depois do desembestamento da conflagração, consistia em negociar um governo de coalizão entre as três facções laosianas.

Como forma de análise, as alternativas foram contempladas a luz de três momentos principais da Crise, sendo eles:

- a) o período entre o golpe de Kong Le em agosto e o contragolpe do General Phoumi, ocorrido em dezembro de 1960. Seu ponto culminante foi na Batalha de Vientiane (de 13 a 16 de dezembro de 1960);

- b) o período que se seguiu a essa batalha, no qual os neutralistas se juntaram ao Pathet Lao e o EVN em diversos combates em torno da Planície dos Jarros e do Delta do Mekong no início de 1961 – de janeiro a maio; e
- c) por fim, tem-se a retomada dos combates já de forma concomitante à Conferência de Genebra, que tiveram seu ápice na Batalha de Luang Nam Tha – de dezembro de 1961 a maio de 1962.

Do golpe de Kong Le à Batalha de Vientiane (período i), a crise se desdobrou durante os últimos meses do governo Eisenhower. Nesse período, o dilema se deu entre desencadear a Guerra Civil e apoiar Phoumi contra os neutralistas e o Pathet Lao ou buscar a formação de um novo governo de coalizão (aqui sem o Pathet Lao).

Durante o governo Kennedy, já havia eclodido a Guerra Civil. Desse modo, pode-se dizer que o novo governo herdou de Eisenhower uma situação em que havia se decidido pela guerra civil e por se travá-la de maneira secreta. Entretanto, com o acúmulo de derrotas por Phoumi, a política americana para o Laos ficou fortemente polarizada entre a busca por um acordo político e a intervenção militar massiva, especialmente durante as batalhas em torno da Planície dos Jarros (período ii) e a Batalha de Nam Tha (período iii).

### 3.2.3.1 Alternativa A: Manutenção da Guerra Secreta

A primeira alternativa era a da guerra secreta. Tratava-se de fomentar a guerra civil no Laos, apoiando Phoumi financeira e materialmente. Ademais, cabiam eventuais intervenções dos EUA, na forma de transporte logístico, assessoramento e treinamento de tropas e apoio aéreo aproximado. O ponto de divergência com a intervenção militar era o de que os EUA não tomassem parte nas ofensivas de forma aberta ou massiva. Obviamente, isso significava não desdobrar grandes contingentes de força para o Laos.

Esta alternativa era a defendida majoritariamente pela Junta de Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas (*Joint Chiefs of Staff* – JCS) e pela CIA. A primeira foi praticamente unânime em apoiar a guerra civil. Na segunda, o apoio vinha especialmente das instâncias mais baixas, que lidavam com a assistência paramilitar aos clientes dos EUA – especialmente as estações do Laos e da Tailândia. Em Washington, o diretor da CIA, Allen Dulles, tinha receio do apoio incondicional a Phoumi mas não chegava a promover o neutralismo (RUST, 2012, p. 180, 183).

Durante o governo Eisenhower, o JCS teve um grande aliado e incentivador no Departamento de Defesa sob a direção de Thomas Gates – único ocupante da pasta sob Eisenhower que divergia do perfil de executivo e que tinha opiniões acerca da Política Externa de Segurança. Nesse caso, a ideia do secretário era a de desestabilizar o governo neutralista apoiando Phoumi. E, no final de 1960, significava também fornecer transporte aéreo para a retomada de Vientiane sob controle de Kong Le (RUST, 2012, p. 192).

Embora tivesse preferência clara por apoiar Phoumi, tinha-se o temor de contrariar abertamente aliados importantes como a Inglaterra e, principalmente, a França. Isso porque ambas eram a favor da neutralização. A partir de 1961, com o começo da guerra civil e do governo Kennedy, a guerra secreta foi tomada como dada e, portanto, ampliada de forma vertiginosa. Em janeiro desse ano, a CIA implementou o programa de treinamento de tribos da etnia Hmong – que viriam a ser o cabo de guerra no pós-guerra civil e durante a Guerra do Vietnã. Em abril de 1961, os conselheiros militares das Forças Especiais – que operavam no Laos desde 1959 – foram autorizados a utilizar uniformes estadunidenses, até então proibidos. A missão encoberta sob o PEO – não mais tão secreta – foi alçada a Grupo de Assistência e Auxílio Militar (MAAG), desdobrando conselheiros para boa parte do Exército Real. Também foi expandida a presença aérea da CIA, através de empresa de fachada *Air America*. A agência voava uma gama extensa de aviões do mato<sup>63</sup>, helicópteros, cargueiros e, eventualmente, aeronaves de ataque (CONBOY, 1994, p. 07, 13).

### 3.2.3.2 Alternativa B: Intervenção Militar

A segunda alternativa era a do envolvimento militar direto dos EUA. O perfil da intervenção – número e composição do efetivo, presença de aliados e objetivos operacionais – variava em alguns sentidos. Porém, todas configurações continham a possibilidade de escalada da conflagração no caso da entrada das forças vietnamitas e chinesas. Conseqüentemente, isso traria consigo o cenário do envolvimento dos EUA numa guerra prolongada e o eventual uso de armas nucleares táticas ou de batalha diretamente no Vietnã do Norte ou na China Continental.

---

<sup>63</sup> **Aviões do Mato** – um termo generalista para descrever aeronaves que se adéquam a ambientes com pouca ou nenhuma estrutura para pouso e decolagem – tal qual o ambiente de selva. Normalmente tem características como motores a pistão, trem de pouso reforçado e simplicidade dos componentes (para manutenção e reparos em campo).

**(b.1) Intervenção unilateral (CINCPAC OPLAN 32-59 (L))** – esse plano operacional previa uma intervenção unilateral estadunidense com o deslocamento rápido de 25 mil tropas – terrestres e da aviação – ao Sudeste Asiático. A principal força consistia em elementos da Terceira Divisão de Fuzileiros Navais – baseada em Okinawa – convertidos na Terceira Brigada Expedicionária dos Fuzileiros Navais. A Força Aérea do Pacífico se deslocara para aeródromos na Tailândia. Seus objetivos eram a conquista do Vale do Mekong e da Planície dos Jarros. Assegurar esses pontos principais do Laos teria a função de liberar as forças de Phoumi para que tomassem a ofensiva e/ou forçassem um cessar-fogo. Entretanto, com várias revisões posteriores, cenários de escalada normalmente empurravam o plano para a ocupação do Laos por inteiro e da expansão da campanha aérea para outros países – e.g. o bombardeio do Vietnã do Norte. Com isso, deixava ampla margem para escalada da conflagração com a China (WILLIAMS, 2020, p. 129).

**(b.2) Intervenção conjunta** – uma segunda opção de planejamento tratava da expansão da intervenção estadunidense para abarcar os aliados da OTASE<sup>64</sup>. Batizado de Plano 5 da OTASE, ele teve várias versões. Variava entre 25 e 48 mil soldados, um terço composto por estadunidenses (RUST, 2014, p. 56 epub; ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 68). Quanto aos objetivos, assemelhava-se à intervenção unilateral, tendo como gargalo as tratativas diplomáticas relacionadas à mobilização da aliança.

Uma variação do plano de intervenção no Laos foi inicialmente proposta pelo ex-Embaixador e Secretário de Estado Assistente para Assuntos do Leste Asiático e Pacífico James Graham Parsons. O plano, batizado CINCPAC OPLAN X-61, incluía dezoito mil estadunidenses, dessa feita com reforço de tropas da Tailândia, Filipinas, Paquistão e Austrália. Assim como a intervenção unilateral, o X-61 também contaria com a Terceira Divisão de Fuzileiros Navais como força principal. Como objetivo, limitava-se a assegurar apenas o Vale do Mekong, restando a conquista de áreas adjacentes, como a Planície dos Jarros, e evitando campanhas aéreas estratégicas no Vietnã e na China (WILLIAMS, 2020, p. 129; RUST, 2014, p. 27 epub). Era uma limitação autoimposta da intervenção, do tipo que não era vista com bons olhos pelo JCS da época, e que, mais tarde, seria de fato aplicada no Vietnã. Walt Rostow – Vice-Assessor de Segurança Nacional – explicou a Kennedy a natureza

---

64 **OTASE** – “Organização do Tratado da Ásia do Sudeste”, ou na forma mais moderna “Organização do Tratado do Sudeste Asiático”. Consistia num tratado de defesa coletiva com a pretensão de conter o suposto avanço do comunismo no Sudeste Asiático. Era formada por oito países: EUA, Grã-Bretanha, França, Austrália, Nova Zelândia, Paquistão, Tailândia e Filipinas. Foi criada em Bangkok (fevereiro de 1955) a partir do acordado no Tratado de Manila (setembro 1954) na esteira do fracasso francês na Batalha de Dien Bien Phu e do término da I Guerra da Indochina. Para uma exploração com mais vagar do contexto da criação da OTASE e sua relação com a possibilidade de intervenção dos EUA em Dien Bien Phu, ver Decisão Nº 03 no segundo capítulo deste trabalho.

limitada do plano: “as tropas entrariam apenas para manter certos centros-chave para fins de barganha diplomática, não para conquistar o país [...] só atirariam se atirassem contra eles”<sup>65</sup> (RUST, 2014, p. 28 epub, tradução nossa).

No final do ano de 1961, esta alternativa havia se transmutado em mais uma variante. Dessa vez, tratava-se da opção de dividir-se o Laos pela metade. O objetivo era criar um bastião da direita laosiana na parte Sul do Laos, bem como uma zona tampão para impedir o fluxo de suprimentos para o Vietnã do Sul, com ou sem Acordos de Genebra. Esse plano envolvia as Forças Armadas do General Phoumi, Tailândia, Vietnã do Sul e EUA. Essa versão do plano foi introduzida em 28 de julho de 1961 e foi mantida em discussão até a assinatura dos Acordos de Genebra. A tentativa de assegurar pelo menos o Sul do Laos, mostrava a preocupação estadunidense de proteger o Vietnã do Sul da infiltração de pessoal e suprimentos pela crescente Trilha de Ho Chi Minh. Afinal, era essa a parte do Laos que fazia fronteira com o Vietnã do Sul e, portanto, a mais crítica para a política estadunidense no Sudeste Asiático. Seus principais proponentes eram os conselheiros mais próximos do presidente, General Maxwell Taylor – Conselheiro Militar do Presidente – e Walt Rostow – Vice-Assessor de Segurança Nacional – e não os militares do JCS.

Contudo, desde o início, Kennedy tinha noção da fragilidade dos planos de intervenção. Ela dizia respeito à baixa capacidade de combate dos aliados laosianos, bem como à logística de se lutar no Laos. Nesse último aspecto, sem acesso ao mar, o Laos tinha como *hubs* logísticos apenas dois grandes aeroportos. Ademais, ficava próximo do limite do raio de ação das aeronaves baseadas em porta-aviões nos Golfos de Tonkin ou da Tailândia, o que dificultava em muito o apoio aéreo para a intervenção (RUST, 2014, p. 39-42). Um último aspecto problemático, talvez o mais importante, da ação militar direta era a possibilidade clara de escalada:

Brown [embaixador no Laos] argumentou com os funcionários do Departamento de Estado que qualquer conceito de partição “aceitável para o nosso lado seria difícil, senão impossível, [de] alcançar simplesmente por meio de negociação”. O Pathet Lao era, por exemplo, “muito forte em torno de Nape”, o nome tanto de uma aldeia no Cabo de Panela [*panhandle*], Parte Sul do Laos] quanto de um passo da RDV para o Laos. Ao longo da fronteira com o Vietnã do Sul, o Pathet Lao controlava o território a uma profundidade de vinte a trinta milhas dentro do Laos. “Não vamos nos iludir pensando que temos um reduto sul firmemente controlado para onde nos retirarmos”, escreveu Brown. Aos colegas estadunidenses que contemplavam uma divisão norte-sul do Laos sem uma luta significativa, o embaixador alertou: “Os

---

65 **No Original** – “The troops would go in merely to hold certain key centers for diplomatic bargaining purposes, not to conquer the country [...] They would only shoot if shot at” (RUST, 2014, p. 28 epub).

comunistas vão querer manter aberta a trilha de Ho Chi Minh a todo custo<sup>66</sup>” (RUST, 2014, p. 39-42, tradução nossa).

Há quem sustente que o JCS, após a partida do Secretário Gates, não era necessariamente a favor da intervenção, mas sim da opinião de que se fosse empreendida, não poderia ser limitada (MCMASTER, 1997, p. 07). Essa perspectiva procura reeditar a análise de que nas Forças Armadas dos EUA pós-Coreia existia uma convicção de evitar qualquer intervenção ou guerra limitada, especialmente uma que pudesse se desdobrar numa conflagração com a China – como certamente era o caso do Norte do Laos. Conforme se verá a seguir, os militares do JCS foram quase unânimes – com a exceção do Comandante dos Fuzileiros Navais David Shoup – quanto a recomendar uma intervenção massiva dos EUA. Contudo, em relação ao escopo do conflito, existia de fato a preocupação de empregar-se quaisquer meios disponíveis em qualquer lugar necessário.

Nas estimativas dos generais Lyman Lemnitzer – Chefe da Junta – e George Decker – Chefe de Estado-Maior do Exército – seriam necessários sessenta mil homens para atingir a vitória. Mais do que isso, novamente aventou-se o uso de armas nucleares táticas na Indochina, dessa feita contra as concentrações do Pahtet Lao e do EVN –, assim como em aeródromos chineses e vietnamitas, no caso de uma intervenção massiva por parte do EPL. Em um episódio anedótico, o Secretário de Estado Dean Rusk haveria perguntado a Lemnitzer se não era possível enviar a 101ª Divisão de Infantaria Paraquedista, e o General teria respondido que enviá-la não seria um problema, mas que a preocupação estaria em como retirá-la (MCMASTER, 1997, p. 07). Decker afirmou que “não podemos vencer uma guerra convencional no Sudeste Asiático; se entrarmos, devemos entrar para vencer, e isso significa bombardear Hanói, a China, e talvez até usar bombas nucleares<sup>67</sup>” (WILLIAMS, 2020, p. 161, tradução nossa).

Com estas declarações, parece legítimo inferir que a memória da Guerra da Coreia ainda se fazia sentir nas Forças Armadas. Entretanto, era diferente do efeito que teve sobre Ridgway, que concluiu que a intervenção estadunidense na Ásia levaria a uma guerra

---

66 **No Original** – “Brown argued to State Department officials that any partition concept ‘acceptable to our side would be difficult if not impossible [to] achieve simply by negotiation.’ The Pathet Lao was, for example, ‘very strong around Nape,’ the name of both a village in the panhandle and a nearby pass from the DRV into Laos. Along the border with South Vietnam, the Pathet Lao controlled territory to a depth of twenty to thirty miles inside Laos. ‘Let us not delude ourselves into thinking that we have a firmly held southern redoubt into which to withdraw,’ wrote Brown. To stateside colleagues who contemplated a north-south division of Laos without a significant fight, the ambassador warned: ‘The Communists will want to keep open the Ho Chi Minh trail at all costs’ (RUST, 2014, p. 39-42).

67 **No Original** – “we cannot win a conventional war in Southeast Asia; if we go in, we should go in to win, and that means bombing Hanoi, China, and maybe even using nuclear bombs.” (WILLIAMS, 2020, p. 161).

prolongada contrária ao interesse nacional. A mentalidade predominante lembrava a posição de MacArthur na Coreia ou de Radford diante de Dien Bien Phu; isso é, a de uma guerra total contra a China:

LeMay [ainda Vice-Chefe de Estado-Maior da Força Aérea] acreditava que os B-26 e F-100 poderiam “eliminar um grande maço de suprimentos” antes de chegarem ao Pathet Lao. Se a China interviesse, LeMay pensava que “deveríamos fazer o serviço na própria China e deixar Chiang [Jiang Jieshi] tomar a ilha de Hainan<sup>68</sup>” (WILLIAMS, 2020, p. 161, tradução nossa).

Em suma, os militares estadunidense eram a favor do envolvimento dos EUA no Laos. Contudo, defendiam que, uma vez desdobrada, o uso da força por parte dos EUA não deveria ser limitado – seja em termos do número de tropas ou de possibilidades de escalada (nuclear). Isso tinha o intuito claro de evitar outra guerra prolongada no estilo da Coreia. Essa postura levou Kennedy e seu Secretário de Defesa McNamara a acreditarem que uma guerra no Sudeste Asiático, nestes moldes, poderia – com toda a probabilidade – se desenvolver numa conflagração nuclear (WILLIAMS, 2020, p. 165).

### 3.2.3.3 Alternativa C: Neutralização do Laos

Uma terceira alternativa era a da neutralização do Laos. Essencialmente, isso se traduziria na formação de uma nova governança de coalizão que desse vazão política à guerra civil. Para os EUA, isso significava conceder um governo de centro representado por Souvanna Phouma, concertação que até então haviam se recusado a apoiar.

No meio estadunidense, essa era a alternativa favorita dos membros do Departamento de Estado. Durante o governo Eisenhower, no Laos, a figura dominante era a do embaixador Winthrop Brown. Em Washington, seu principal representante era James Graham Parsons, ex-embaixador em Vientiane que agora ocupava o cargo de Secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Leste Asiático e do Pacífico (até o início do governo Kennedy).

---

<sup>68</sup> **No Original** – “LeMay believed that B-26s and F-100s could ‘knock out a big wad of supplies’ before they reached the Pathet Lao. If China intervened, LeMay thought ‘we should go to work on China itself and let Chiang [Jiang Jieshi] take Hainan Island” (WILLIAMS, 2020, p. 161).

Durante os primeiros meses da crise do Laos, período que antecedeu à conflagração da Guerra Civil e coincidiu com o governo Eisenhower, a alternativa se resumia em apoiar o governo estabelecido – de Phouma – em vez de fomentar uma guerra civil. Assim, Parsons e Brown preferiam que Phoumi não avançasse militarmente sobre a capital. A ideia era a de que um acordo, que contemplasse os neutralistas e a direita, fosse atingido sem derramamento de sangue (RUST, 2012, p. 200, 254). A perspectiva do Departamento de Estado, longe de alinhada ao Pathet Lao, tinha antes o “objetivo de unir os líderes anticomunistas e não comunistas do reino<sup>69</sup>” (RUST, 2012, p. 200, tradução nossa).

Já durante o Governo Kennedy, com a escalada da guerra civil, a alternativa dizia respeito à restauração do neutralismo enquanto força política dominante. Isso eventualmente tomou a forma de uma nova Conferência Internacional de Genebra, mais ou menos nos mesmos moldes de 1954. Nessa fase, Brown seguiu como embaixador, mas ganhou novos aliados no Departamento de Estado. Dean Rusk, que liderava a pasta, também era a favor da neutralização, muito por conta do temor de uma resposta chinesa a uma intervenção militar estadunidense. William Averell Harriman – veterano diplomata dos anos Roosevelt – foi escalado para representar os EUA quando estes optaram pela participação na Nova Conferência de Genebra.

No sistema de alianças regional dos EUA, o neutralismo tinha forte interesse das potências europeias. Os franceses, antigos senhores do Laos, receberam de braços abertos a volta do neutralismo de Phouma. A tônica que perseguiam era a de uma influência mais branda. O objetivo era de beneficiarem-se dos laços culturais e comerciais que haviam deixado na região. Contudo, para isso, não se poderia cair na dicotomia comunismo-anticomunismo. O primeiro colocaria o Laos nas mãos dos chineses ou dos soviéticos; enquanto o segundo destruiria a influência francesa ao dar seguimento à “troca da guarda” com os estadunidenses. Por isso, a França tinha acentuada rivalidade com Phoumi e seu governo fantoche encabeçado por Boun Oum. A única base francesa na região, localizada nas proximidades de Savannakhet – região de origem e controle de Phoumi – teve seu uso negado aos anticomunistas para preparação das ofensivas militares. Mais tarde chegou a ser assediada e parcialmente ocupada por Phoumi em violação dos Acordos de Genebra. Ademais, segundo os estadunidenses, a França chegou a prestar auxílio direto aos neutralistas de Kong Le durante a guerra civil (FALL, 1961, p. 151; RUST, 2014, p. 25-28 epub).

Os ingleses, por sua vez, tinham a impressão de que a administração Phouma era uma boa aposta para um governo estável. Ademais, que seus planos de um acordo político com o

---

69 **No Original** – “[...] goal of uniting the kingdom anti- and noncommunist leaders” (RUST, 2012, p. 200).

Pathet Lao eram factíveis e relativamente fáceis de se desenvolver. Os ingleses, ao contrário do Pentágono e da CIA, avaliavam Phoumi como incompetente e pouco confiável. Da mesma forma, tinham uma ideia diferente de Kong Le, avaliando-o como pouco influenciável pelo Pathet Lao e leal apenas a Souvanna Phouma, apesar de vislumbrarem a possibilidade de que isso mudasse com o advento de uma Guerra Civil. Em suma, avaliavam que o governo neutralista era “o único curso possível e prático para o Laos” (RUST, 2012, p. 226, tradução nossa).

Depois da conflagração da guerra civil, a posição inglesa continuou cética quanto à possibilidade de Phoumi ganhá-la. O Primeiro-Ministro Macmillan chegou a prometer uma pequena força britânica para uma intervenção conjunta da OTASE no Laos. Entretanto, o acordo com Kennedy parecia servir mais como barganha, ainda que arriscada, para outros assuntos, já que Macmillan duvidava da disposição de Kennedy para invadir o Laos (WHITE, 1999, p. 48). Enquanto isso, os ingleses buscaram reeditar a Conferência de Genebra de 1954, que havia encerrado a Guerra Francesa da Indochina.

Tal qual a primeira Conferência, os ingleses participariam na qualidade de copresidentes, juntamente a URSS. O objetivo da proposta soviética-inglesa era a negociação de um acordo neutralização do Laos, com retirada completa de assessores estadunidenses, chineses, soviéticos e norte-vietnamitas. Na maior parte do tempo do governo Kennedy, essa era a alternativa preferida de praticamente todas as grandes potências que não os EUA, com a exceção dos membros do Departamento de Estado.

### **3.2.4 Decisão: Guerra Civil Laosiana e Novos Acordos de Genebra**

A seguir, analisa-se os desdobramentos das três opções estadunidenses em três diferentes etapas da Crise do Laos. São elas:

- a) do golpe de Kong Le (agosto de 1960) à Batalha de Vientiane (13 a 16 de dezembro de 1960);
- b) de Vientiane à disputa pela Planície dos Jarros (janeiro a maio de 1961); e
- c) do início da Conferência de Genebra à Batalha de Luang Nam Tha (dezembro de 1961 a maio de 1962).

### 3.2.4.1 (a) Do Golpe à Batalha de Vientiane

A reação dos EUA frente ao golpe de Kong Le veio já no dia seguinte. Em 10 de agosto de 1960, foi realizada uma reunião secreta em Bangkok, na Tailândia, incluindo o Ministro da Defesa do Laos Phoumi Nosavan – que era a eminência parda do governo –, o Primeiro-Ministro da Tailândia Sarit – que era tio de Phoumi, com quem mantinha relações próximas – e outros oficiais tailandeses, além de representantes do MAAG-Tailândia, o Diretor da CIA e o Oficial do Serviço Exterior estadunidenses. A reversão do golpe de Kong Le simplesmente não seria possível sem apoio externo. Phoumi desenvolveu um plano para desdobrar quinhentos paraquedistas sobre a capital, mas precisava de aeronaves, suprimentos e rádios para dar conta da operação (RUST, 2012, p. 179).

Cabe notar que, no momento do golpe, o Primeiro-Ministro direitista, Somsanith, e Phoumi estavam em Luang Prabang em visita oficial ao rei. Nos dias seguintes, enquanto Phoumi negociava com os estadunidenses e tailandeses, Kong Le convidou Souvanna Phouma a reassumir como Primeiro-Ministro. É importante ressaltar que, de início, Phouma não estava alinhado com o golpe. Aliás, ele recusou a formação do novo gabinete a pedido de Kong Le, afirmando que o faria apenas se o Rei ordenasse. Kong Le, então, buscou realizar estas condições (RUST, 2012, p. 177).

Em 13 de agosto, na capital Vientiane, uma multidão se reuniu em frente à assembleia nacional para pedir a dissolução do governo Somsanith. Pressionado com a presença de Kong Le, o Congresso aprovou a dissolução do governo. Enquanto isso, a maioria do gabinete deposto, ainda em Luang Prabang, preferia uma acomodação política com os golpistas. As únicas vozes dissidentes eram a de Phoumi e do Ministro de Relações Exteriores, Khamphan Panya, que preferiam um contragolpe. No dia seguinte, 14 de agosto, a maioria dos ministros resignaram os cargos e o Rei pediu a Saouvanna Phouma que formasse um novo governo (RUST, 2012, p. 181).

Nas semanas seguintes ao golpe, os EUA tiveram ao menos três reuniões do Conselho Nacional de Segurança (*National Security Council* – NSC) – em 12, 18 e 23 de agosto – nas quais as posições do Departamento de Defesa e dos militares do JCS conflitaram com as do Departamento de Estado. (RUST, 2012, p. 180, 185, 192-195). A opinião no JCS e no Departamento de Defesa sobre Gates era de um apoio resolutivo a Phoumi para um avanço sobre Vientiane. O General Lemay – Vice-Chefe de Estado-Maior da Força Aérea – reforçava a política externa do anticomunismo enquanto justificativa para o apoio: “aqui estamos

lutando para impedir que mais um país se torne comunista. Vai ser outra situação de tarde demais. Devemos dizer a ele [Phoumi] que o apoiamos<sup>70</sup>” (RUST, 2012, p. 194, tradução nossa). De maneira complementar, o Comandante da Marinha, almirante Arleigh Burke, apelava para a pretensa obrigação moral dos EUA em rejeitar um acordo político: “seria *errado* tentar influenciar Phoumi a aceitar um compromisso com Souvanna Phouma em quaisquer termos que não aqueles que o próprio Phoumi deseja<sup>71</sup>” (RUST, 2012, p. 194, tradução nossa).

O Departamento de Estado, em oposição, preferia uma solução negociada da crise. Procuravam reconhecer a gravidade das demandas de Kong Le e tentavam engendrar um acordo que unisse a direita e o neutralismo. Isso não apenas parecia possível, mas iminente, visto que todo o gabinete anterior havia aquiescido com o golpe e apresentado sua renúncia. A única, mas não menor, exceção e entrave para o acordo era o ex-Ministro da Defesa: “O que Phoumi realmente queria, disse Parsons, ‘era apoio à guerra civil’, algo que os Estados Unidos se recusaram a fornecer<sup>72</sup>” (RUST, 2012, p. 201, tradução nossa).

A decisão estadunidense, ultimamente, foi não decidir nada e tentar manter as duas políticas – e as opções – abertas. Assim, não se concretizou o assalto aeroterrestre de Phoumi sobre a capital – à medida que teria chegado mais perto de uma intervenção direta dos EUA. Contudo, procurou-se manter a ajuda financeira tanto do governo, agora legalmente estabelecido em Vientiane, quanto da ala rebelde de Phoumi em Savannaketh – essa efetivada através das companhias aéreas da CIA. Na prática, sustentava-se dois exércitos separados a beira de uma guerra civil. Os Departamentos de Estado e de Defesa perseguiram independentemente suas opções favoritas (RUST, 2012, p. 201).

Enquanto isso, a política laosiana tomava suas próprias iniciativas. No dia 10 de setembro de 1960, Phoumi anunciou uma revolução contra o governo de Phouma. A proposta do contragolpe pelo assalto aéreo que agora tinha se transformado no desencadeamento de uma campanha militar terrestre em direção à capital (RUST, 2012, p. 201).

Em 13 de setembro de 1960, Brown, depois de uma consulta com o Rei e em contradição à política estadunidense de então, recomendou a Washington que todo o apoio americano fosse dado a Phouma. Com isso, defendia que toda ajuda material e financeira fosse canalizada diretamente para Vientiane, suspendendo o apoio paralelo para Phoumi em

---

70 **No Original** – “Here we are battling to keep another country from going communist. It’s going to be another situation of too little too late. We must tell him we support him” (RUST, 2012, p. 194).

71 **No Original** – “It would be *wrong* to try to influence Phoumi to accept a compromise with Souvanna Phouma on any terms other than those Phoumi himself desires” (RUST, 2012, p. 194).

72 **No Original** – “What Phoumi really wanted, Parsons said, ‘was support for civil war,’ something the United States refused to provide” (RUST, 2012, p. 201).

Savannakhet. A ideia era poder manter o Pathet Lao fora das pastas do gabinete neutralista e, eventualmente conseguir anistia aos revoltosos do grupo de Phoumi (RUST, 2012, p. 205-206).

Enquanto isso, na capital, entre 10 e 22 de setembro de 1960, uma série de sabotagens e ataques a bomba atingiram o sistema de distribuição de água e depósitos de óleo diesel e gasolina, agravando o embargo imposto sobre a cidade pela Tailândia desde agosto. Assim, no final do mês, o estoque de combustível para geradores, aeronaves e automóveis estava seriamente debilitado. Essa carência logo teria implicações no sistema de alianças dos neutralistas. No final do mês seguinte, Phouma aceitou ajuda econômica da URSS (RUST, 2012, p. 208, 228).

Entretanto, enquanto sofriam com as táticas de sabotagem e guerra psicológica, os neutralistas de Kong Le, na noite de 21 para 22 de setembro, derrotaram as forças de Phoumi na cidade de Pakhsane, a apenas 145 quilômetros da capital. A derrota gerou uma nova onda de dúvidas na facção estadunidense pró-Phoumi. Entretanto, essa reticência foi superada ao longo das semanas seguintes (RUST, 2012, p. 208-209; ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 31). A visão reinante, segundo John Steeves – Secretário de Estado Assistente para Assuntos do Extremo Oriente – era a de que: “devemos ficar com o grupo anticomunista, não importa o quão ruim eles sejam. Podíamos tentar reformá-los, tentar controlá-los, mas não podíamos deixar de pagar as tropas<sup>73</sup>” (RUST, 2012, p. 210, tradução nossa)

No dia 04 de outubro, o Comando do Pacífico começou uma remessa de milhares de armas leves, munição, fardamento, arroz e dinheiro para as tropas de Phoumi. Não apenas isso, a CIA realizou o transporte de duzentos paraquedistas do Exército laosiano, que estavam em treinamento na Tailândia, para a base de Phoumi em Savannaketh, fazendo-os mudar de lado. Em contrapartida, e de forma concomitante, Brown apresentou um novo plano de conciliação a Phouma no dia 9. Ele continha quatro exigências principais, sendo elas:

- a) a transferência temporária do governo de Vientiane para a capital real Luang Prabang, de modo que Kong Le exercesse menos influência;
- b) que Kong Le suspendesse qualquer ataque às forças de Phoumi;
- c) preservação de ativos do governo, especialmente a transferência de moeda para Luang Prabang; e
- d) suspensão das negociações com o Pathet Lao (RUST, 2012, p. 213-214).

---

<sup>73</sup> **No Original** – “we must stick with the anti-communist group no matter how bad they were. Try to reform, try to control them, but you could’t stop paying the troops” (RUST, 2012, p. 210).

Phouma respondeu positivamente a todas as exigências com exceção da última. Podia facilmente controlar Kong Le e organizar a transferência da capital; entretanto, quanto ao Pathet Lao, Phouma respondeu que seria muito complicado interromper as negociações em curso e que um acordo era essencial para o país. Os comunistas eram uma força importante demais para serem excluídos completamente da vida política. A posição do príncipe neutralista, de não abrir mão de negociar com os comunistas, matou o acordo com os EUA. Novamente, os estadunidenses pareciam esbarrar num inegociável anticomunismo, que ultimamente os deixaria numa posição pior do que a de um acordo (RUST, 2012, p. 215).

Em 17 de outubro, novamente os Departamentos de Estado e de Defesa perseguiram políticas paralelas. Dessa feita, fizeram-no literalmente ao mesmo tempo. Brown visitou Phouma em Vientiane. Com isso, pretendia firmar uma união neutralismo-anticomunismo. O primeiro passo nessa direção, tratado na reunião, seria uma possível ofensiva conjunta contra o Pathet Lao ao redor de Vientiane (RUST, 2012, p. 220-222).

Enquanto isso, Phoumi se reunia com os estadunidenses em Ubon, na Tailândia. Os americanos que participaram da reunião eram John Irwin – Secretário de Defesa Assistente para Assuntos de Segurança Internacional – e o vice-almirante Herbert Riley – Chefe de Estado-Maior do Comando do Pacífico –, que estavam em missão no Laos em conjunto com um terceiro integrante, James Parsons – Secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Leste Asiático e do Pacífico. A missão tripartite tinha o mesmo racha de opiniões que Washington, o que explica em parte a ausência de Parsons na reunião em tela. Ademais, no nível local, os EUA estavam representados pelos assessores militares e políticos (CIA) de Phoumi. As diretivas oficiais de Washington resumiam-se a propor que Phoumi tivesse parcimônia e consolidasse sua posição em vez de atacar Vientiane. Ou seja, que se esperasse uma solução política. Entretanto, após a reunião, Irwin fez questão de ter uma conversa pessoal com Phoumi. Nela, assegurou que os EUA estavam abandonando Phouma e que esperavam que o general resolvesse a situação para Washington (RUST, 2012, p. 222-224).

Assim, fora dos canais oficiais, os membros do Departamento de Defesa asseguraram que Phoumi não aderisse a um acordo político. Como resultado, o embaixador Brown tinha dificuldade de negociar com Phouma Vientiane. Esbarrava-se na questão de exercer pouco controle sobre Phoumi. Portanto, dificilmente podia prometer um acordo aos neutralistas, pelo menos não ao mesmo tempo em que o general laosiano preparava uma ofensiva (RUST, 2012, p. 220-224).

Em 10 de novembro de 1960, Phoumi conseguiu engendrar um golpe na capital real de Luang Prabang com a deserção do Terceiro Batalhão de Infantaria que guarnecia a cidade. No

dia seguinte, ela foi reforçada com paraquedistas dos anticomunistas. Nas semanas seguintes, Phouma ensaiou realizar uma ofensiva de retomada com ajuda do Pathet Lao, com quem havia fechado um acordo político no dia 21. A operação, contudo, acabou não acontecendo. Phoumi, por sua vez, lançou sua própria ofensiva no dia 28 de novembro, concentrando cinco batalhões para tomar Nam Ca Dinh, Paksane e, em seguida, a capital administrativa Vientiane. A essa altura, esperava-se que as forças de Phoumi estivessem mais preparadas, já que contavam com assessores do PEO, Forças Especiais e paramilitares da CIA e da Tailândia (RUST, 2012, p. 231-235, 238-239).

No dia 04 de dezembro de 1960, com a iminente batalha pela capital, os soviéticos finalmente começaram a honrar o compromisso com Phouma. Tratou-se de uma ponte aérea para suprir Vientiane de combustível, comida e, principalmente, armas e munições. Apenas quatro dias depois do estabelecimento da ponte aérea soviética, Phoumi conseguiu a deserção do coronel responsável pela região militar que incluía Vientiane. Com isso, no dia 08, um golpe quase sem sangue se sucedeu sobre Vientiane. Contudo, isso ocorreu apenas porque as forças neutralistas de Kong Le se encontravam longe do centro, combatendo tropas de Phoumi nas avenidas de abordagem para a cidade. No dia seguinte (09 de dezembro), os neutralistas retomaram a capital. O preço da reconquista foi deixar, em contrapartida, o caminho livre para o cerco de Phoumi (CONBOY, 1994, p. 12-13; ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 33-34).

A partir daí, com a aproximação dos combates, Phouma se viu forçado a fugir para Phom Phen no Camboja, reino do outro neutralista da Indochina, Príncipe Sihanouk. Diferentemente do exílio pacífico de Phouma, no dia 10, uma delegação voou para Hanoi em busca da ajuda militar vietnamita. Ela reunia o que restava do governo, bem como representantes de Kong Le e do Pathet Lao. A expedição acabou retornando já no dia seguinte com representantes políticos, assessores militares, uma bateria de morteiros 120 mm e dez obuseiros 105 mm do EVN. Esse último fator foi uma escolha acertada dos vietnamitas, pois Vientiane contava com um paiol cheio de munição de obuseiros desse calibre. De 11 a 13 de dezembro, ao menos 25 sortidas de cargueiros Il-14 soviéticos aterrizaram em Vientiane (CONBOY, 1994, p. 12-13; ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 33-34; GOSCHA, 2004, p. 179).

A Batalha de Vientiane começou no dia 13 e terminou dia 16 de dezembro de 1960. Foi, em grande parte, um duelo de artilharia. No final da batalha, a grande maioria das baixas era de civis, totalizando cerca de seiscentos mortos. As baixas militares ficaram apenas na casa das dezenas. No último dia, os artilheiros do EVN realizaram uma barragem rolante de fogo que as forças de Kong Le não conseguiram seguir. Sem resultados significativos, as

forças neutralistas realizaram uma retirada ordenada para o Norte no dia 16, reagrupando-se para realizar outras ofensivas a partir do ano seguinte. Enquanto isso, Phoumi destituiu o governo e elegeu – com aprovação real – o Príncipe Boun Oum como Primeiro-Ministro. Apesar disso, Phoumi continuou o verdadeiro mandatário (RUST, 2012, p. 243-246; ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 33-34).

A batalha de Vientiane coincidiu com os últimos dias do governo Eisenhower e, conseqüentemente, com a passagem para a administração Kennedy. Em 02 de janeiro de 1961, numa reunião da Casa Branca, apenas algumas semanas antes da troca de governo nos EUA, Eisenhower – refletindo sobre a inação estadunidense – reforçou sua antiga posição de não desdobrar tropas para o Sudeste Asiático sem aliados. Avaliou que apenas os tailandeses, filipinos e sul-vietnamitas apoiavam a causa sem restrições. Ingleses, australianos e neozelandeses não compartilhavam da visão estadunidense como um todo. Os paquistaneses eram decididamente contra a intervenção. Os franceses, por sua vez, não apenas eram contra a ação militar como de fato obstruíam a diplomacia da intervenção e davam suporte aos neutralistas. Essa última questão trouxe a tona um aspecto de renovação da “troca da guarda” que havia acontecido com Diem no Vietnã. O *proxy* americano, Phoumi, ameaçou tomar a base da missão militar francesa no Laos, expulsá-los do país e romper de vez com os Acordos de Genebra – sendo esse último um desejo certamente concretizado (RUST, 2012, p. 252, 249-250).

Kennedy, o novo presidente, foi extensamente aconselhado pelo governo de saída sobre a situação no Laos e assumiu já em meio a uma crise internacional. Nos primeiros meses, aprofundou a política da guerra secreta – que nunca havia sido realmente interrompida. Contudo, nesse pequeno período, a ineficiência militar de Phoumi forçaria a administração Kennedy a fazer uma escolha mais drástica, ou pela intervenção estadunidense ou pela busca de um acordo político de neutralização.

#### 3.2.4.2 (b) A Batalha pela Planície dos Jarros e o Ápice da Crise

O início da Guerra Civil não era um desdobramento inexorável. Contudo, a batalha de Vientiane acabou dando uma aura de profecia, neste caso autor realizável, aos diagnósticos estadunidenses mais reacionários. Ao serem expulsos da capital, os neutralistas que até então haviam resistido à alianças explícitas com os comunistas – montaram uma coalizão militar

com o Pathet Lao. Mais do que isso, aderiram ao extenso apoio do EVN. Esse passava a ser parte essencial da aliança, auxiliando materialmente e, muitas vezes, lutando no lugar dos seus clientes laosianos.

O campo de batalha em torno do qual seriam travados os próximos combates era a Planície dos Jarros (do francês *Plaine des Jarres*). A região, que deve seu nome à presença de antigos e gigantescos jarros mortuários de pedra, é uma planície que fica na parte central do Norte do Laos, na metade do caminho entre Vientiane e o Vietnã. Por tratar-se de uma planície em meio a montanhas cobertas de densas florestas, é um dos únicos lugares capazes de comportar grande bases militares e aeródromos na região. Consequentemente, é uma das únicas avenidas de abordagem, e dentro dessas a melhor, para uma campanha militar que vise a tomada do Vale do Mekong. Esse por sua vez, diz respeito a margem oriental do grande rio homônimo que faz a fronteira entre o Laos e a Tailândia. Por sua característica plana e agricultável, é a região que agrega as cidades mais importantes – inclusive a capital administrativa Vientiane e a capital real Luang Prabang –, bem como a maior parte da população e da produção de arroz (RUST, 2012, p. 107).

Imediatamente após a batalha de Vientiane, Kong Le foi aerotransportado pelos soviéticos e se reagrupou com o Pathet Lao e o EVN ao redor da Planície dos Jarros. Em 31 de dezembro, as forças neutralistas, o Pathet Lao e o EVN começaram a ofensiva para tomar a região. Os paraquedistas de Kong Le serviam como forças de envolvimento, realizando assaltos aeroterrestres a partir do aerotransporte realizado pelos soviéticos. Phoumi tentou reforçar a região no dia 03 de janeiro com seus próprios paraquedistas, mas tanto esses quanto os defensores originais acabaram sucumbindo e se retiraram de forma desordenada. Ao longo dos primeiros meses de 1961, os combates se deram majoritariamente em torno dessa região (Figura 5). Phoumi realizou uma série de ofensivas contra a Planície dos Jarros, respondida por contra-ataques do EVN e seus aliados (TURLEY, 2009, p. 46; ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 39).

Já no dia 01 de Janeiro de 1961, o Príncipe Sihanouk do Camboja propôs uma conferência internacional para a neutralização do Laos (WILLIAMS, 2020, p. 88). Sihanouk havia acolhido Souvanna Phouma em exílio e certamente temia uma situação do mesmo tipo em seu reino. Assim como Phouma, ele enxergava a combinação entre o alastramento da Trilha de Ho Chi Minh – sobre as fronteiras pouco vigiadas entre Camboja e Vietnã – e a pressão estadunidense pelo enfrentamento do EVN como algo que deixava pouco espaço para a neutralidade.

Figura 5 – Mapa da Disputa pela Planície dos Jarros no Laos (1961)



Fonte: Anthony; Sexton (1993, p. 38), adaptação e tradução por Rafael Palandi.

A ponte aérea soviética em curso – numa média estimada de cinquenta toneladas ao dia –, impulsionou o esforço dos EUA de dotar Phoumi de meios aéreos. Os estadunidenses rapidamente organizaram para que fossem transferidos dez T-6s tailandeses e quatro B-26s taiwaneses. A ideia era que simultaneamente, os laosianos fossem capazes de estabelecer superioridade aérea na região, abatendo os transportes soviéticos, e realizar missões de apoio

de fogo aproximado e interdição sobre os comunistas e neutralistas. Entretanto, as aeronaves e pilotos fornecidos pelos aliados não foram suficientes para impedir as ofensivas que ganharam vulto entre fevereiro e março (ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 36-37).

Phoumi procurou apoio de Taiwan para além da doação de aeronaves. Logo depois da batalha de Vientiane, Jiang Jingguo (ou Chiang Ching-kuo) – filho de Jiang Jieshi – fez uma viagem à capital para negociar com Phoumi a realocação dos senhores da guerra do Guomindang da Birmânia para o Laos. Era um acordo mutuamente benéfico; tratava-se dos mesmos chineses nacionalistas – e seus aliados de tribos locais – que haviam empreendido as campanhas militares malsucedidas contra a província de Yunnan durante a década de 1950. Refugiados no Norte da Birmânia e envoltos no tráfico de ópio – escoado via Tailândia –, os chineses nacionalistas estavam sofrendo uma ofensiva do Exército birmanês e do Exército Popular de Libertação. Por conta disso, estavam perdendo terreno rapidamente do outro lado do Mekong em relação ao Laos. Phoumi, por sua vez, precisava de tropas veteranas para os combates que estavam por vir. Em janeiro e fevereiro, Huang Demei (ou Huang Teh-mei), Chefe de Inteligência do Serviço de Segurança Nacional taiwanês, realizou visitas secretas em Bangkok e Vientiane. O propósito foi o de organizar o deslocamento de seis mil tropas do Guomindang e de seus dependentes da Birmânia para o Laos, bem como a formação de uma unidade de transporte aéreo para supri-los de armas e alimentos (GIBSON; CHEN, 2011, p. 214-215).

Os estadunidenses, por mais que apoiassem Phoumi, reagiram fortemente contra a utilização dos nacionalistas chineses no Laos. Evidentemente, eram temerosos de uma provocação frontal a China; afinal, o nome das tropas do Guomindang, Exército Voluntário Anticomunista de Yunnan, não deixava dúvida quanto às intenções do exército secreto de Taiwan. Depois da pressão estadunidense, em 25 de fevereiro, Jiang Jieshi aceitou retirar o Guomindang do Triângulo Dourado – região de fronteira entre Birmânia, Tailândia e Laos – e transportar as tropas para Taiwan (GIBSON; CHEN, 2011, p. 217).

Entretanto, a aderência à retirada foi mista. A maioria das forças especiais taiwanesas e boa parte dos membros que tinham alguma ligação ideológica com o Guomindang embarcaram rumo a Taiwan. Entretanto, uma parte considerável do exército resistiu à retirada. Essa era a parcela dos chineses e, principalmente das etnias recrutadas localmente, que nunca havia conhecido a ilha e tinha pouca afeição a política nacionalista, preferindo permanecer enquanto contrabandistas, mercenários e, principalmente, enquanto produtores de ópio<sup>74</sup> no

---

<sup>74</sup> **Ópio no Triângulo Dourado** – Trata-se de uma das maiores regiões produtoras da droga no mundo. Os nacionalistas, aliados das tribos locais, foram, num ritmo crescente, se apropriando do comércio de entorpecentes na região. A droga era vendida pela Tailândia, frequentemente com apoio da polícia nacional. Essa, por

Triângulo Dourado. Quando da decisão da retirada dos nacionalistas, seus números haviam crescido dos seis para dez mil tropas e dependentes – devido ao recrutamento das minorias étnicas locais para a Força paramilitar. No término da operação de evacuação para Taiwan, em abril, oficialmente 4.388 soldados e dependentes haviam sido evacuados; ou seja, menos da metade dos presentes no Laos. O restante eventualmente acabou dispersado pela região do Triângulo Dourado (GIBSON; CHEN, 2011, p. 218, 222).

Vários dos nacionalistas que recusaram a retirada passaram a integrar as Forças de Phoumi enquanto mercenários. A unidade era chamada de Batalhão Especial 111 (*Battalion Spéciale* – BS – 111), apesar de, considerando suas oitocentas tropas, ter uma estrutura semelhante à de um regimento. Phoumi tentava esconder o emprego dos mercenários dos patrocinadores estadunidenses, que apesar da relutância em provisionar e assalariar os chineses diretamente, acabavam pagando pelo BS 111 através do financiamento do governo laosiano. Apesar disso, os combatentes do Guomindang não foram o suficiente para conseguir mudar o rumo do combate a favor de Phoumi (GIBSON; CHEN, 2011, p. 227).

Afinal, não eram somente os anticomunistas que recebiam apoio internacional. O Grupo 959 do EVN crescia em tamanho e responsabilidade. Dos 88 membros iniciais, havia passado para 160 ao final de 1960 e, até meados de 1962, atingiria 3.085 integrantes (GOSCHA, 2004, p. 180).

Em 06 de março, a coalizão neutralistas-Pathet Lao-EVN começou uma campanha em direção a Vientiane e Luang Prabang. A primeira conquista foi a expulsão das forças de Phoumi das intersecções entre as estradas número sete e treze, anulando de fato todo avanço que os anticomunistas haviam feito para retomada da Planície dos Jarros (WILLIAMS, 2020, p. 120). Para o então Vice-Assessor de Segurança Nacional, Walt Rostow, o período entre 06 de março a assinatura do cessar-fogo, de 03 de maio de 1961, foi a fase mais aguda da crise do Laos. Isso é, o mais perto que os EUA chegaram de intervir militarmente (ROSTOW, 1964, p. 80).

Em meio a derrota de Phoumi, os EUA aprovaram a Operação *Millpond*. Tratava-se do esforço estadunidense de contra-arrestar as perdas de Phoumi, ainda que de forma encoberta. Seus principais pontos eram:

- a) o desdobramento de 16 B-26 para a Tailândia;
- b) aumento da frota da Air America em dezesseis helicópteros H-34 e sete aviões cargueiros (quatro C-130s, três DC-4s e um C-47);

---

intermédio da CIA, trocava o ópio dos chineses por armas e suprimentos (GIBSON; CHEN, 2011, p. 17, 20, 108-110; GARVER, 1997, p. 163-164).

- c) transferência de quatro baterias de obuseiros 105 mm – cerca de 24 peças – dos tailandeses para o exército laosiano; e
- d) o aumento das forças irregulares de minorias étnicas, de três para quatro mil tropas.

Contudo, o Departamento de Estado – tanto Brown no Laos, quanto Rusk em Washington – via a operação com maus olhos, temendo que a intervenção mais explícita dos EUA impedisse um acordo de cessar fogo e levasse a escalada da guerra (ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 42-43).

Em suma, a primeira resposta estadunidense se deu, inicialmente, na formação da capacidade de aerotransporte – de asas fixas e rotativas – e da capacidade de apoio cerrado de fogo pelo ar. Bem como seria posteriormente no Vietnã, dotar o cliente dessas capacidades foi insuficiente para uma vitória no Laos. Em meados de março, o General Andrew Boyle, comandante do PEO – que seria convertido no MAAG-Laos no dia 20 de abril, para coordenar o aumento de tropas estadunidenses (ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 48) – afirmou que Phoumi agora estava desesperado. Restava-lhe, agora, consolidar sua posição para manter o que já tinha e, portanto, abrir mão de tentar qualquer ofensiva para recuperar a Planície dos Jarros (WILLIAMS, 2020, p. 126).

Em 02 de fevereiro, os EUA propuseram uma conferência de países não alinhados para a resolução do problema do Laos. Sihanouk rejeitou a proposta estadunidense de liderá-la, mas o fez apenas porque ele mesmo havia proposto uma nova conferência internacional tanto com a presença dos países neutros, quanto das grandes potências. Os EUA, naquele momento, não toleravam a ideia de um novo fórum no qual deveriam negociar com os comunistas. Só mudariam de ideia quando a balança militar começou a pesar fortemente contra Phoumi no início de março. A partir daí, Phoumi se encontrou com Souvanna Phouma em 08 de outubro e 14 a 15 de março para estabelecer as bases de uma possível negociação (WILLIAMS, 2020, p. 109, 122-123, 125).

Em 21 de março de 1961, Phoumi prestou a informação de que planejava retomar a Planície dos Jarros antes de maio. Entretanto, nas estimativas dos militares estadunidenses – mesmo com o apoio cerrado de fogo prestado pela aviação, que poderia incluir até mesmo pilotos estadunidenses emprestados – se duvidava de que Phoumi tivesse capacidade de retomar a Planície dos Jarros (RUST, 2014, p. 27). Assim, no dia seguinte, 22 de março, Rusk ordenou os diplomatas lotados na Inglaterra e na França para que comunicassem a aquiescência americana com uma conferência de paz internacional. Contudo, colocava-se o

requisito obrigatório de um cessar-fogo que preservasse o governo Phoumi (WILLIAMS, 2020, p. 131).

De forma concomitante à busca pelo cessar-fogo, Kennedy procurava preparar o terreno para a intervenção caso ela se mostrasse necessária. Em 23 de março, realizou uma comitiva de imprensa televisionada. Nela, apresentou o Laos para o público num enorme mapa, descreveu o apoio soviético e vietnamita e afirmou com clareza a resolução do governo em manter um Laos “neutro e independente”, ressoando a Teoria do Dominó (WILLIAMS, 2020, p. 132).

Três dias depois, em 26 de março, o Presidente estadunidense se encontrou com o Primeiro-Ministro britânico Harold MacMillan em Key West, na Flórida. Na reunião, Kennedy tentou convencer MacMillan de que, caso se fizesse necessária uma intervenção no Laos, ela deveria ser realizada no âmbito da OTASE. O britânico aquiesceu, oferecendo o desdobramento de uma força simbólica no caso de intervenção, mais como barganha para construir uma relação com o estadunidense do que como um compromisso com a guerra (WILLIAMS, 2020, p. 134; WHITE, 1999, p. 48). No mesmo dia, ao voltar para Washington, Kennedy recebeu uma carta do presidente De Gaulle, escrita a mão. Em contraste à posição britânica, o francês revelou não estar preparado para usar a “OTASE como uma possível cobertura para uma intervenção direta do Ocidente no Laos<sup>75</sup>” (RUST, 2014, p. 31, tradução nossa). Dessa forma, a França se mantinha engajada no neutralismo da Indochina, enquanto a Inglaterra apoiava relutantemente e com pouco esforço a política estadunidense – mais como forma de barganha do que de política efetiva.

Ao longo de abril de 1961, a coalizão neutralistas-Pathet Lao-EVN teve importantes vitórias. No dia três, ela deu início a uma operação de dois dias para tomar a cidade de Vang Vieng. Essa continha um aeródromo melhorado – pelo menos em relação às pistas de terra mais comuns no Laos – e, portanto, comportava um fluxo bem maior de aerotransporte. Ademais, ficava a apenas 120 quilômetros de Vientiane. Ou seja, se conquistada, representava uma ameaça real à existência do governo Phoumi. Na operação desencadeada, aeronaves de transporte soviéticas realizaram um assalto aeroterrestre dos paraquedistas de Kong Le no flanco oeste da cidade, enquanto o Pathet Lao prosseguia por terra. Em contrapartida, Phoumi foi abrigado a desdobrar mais de seiscentas tropas através das recém-chegadas aeronaves estadunidenses da Operação *Millpond*. Mesmo com esse esforço, a cidade caiu para a coalizão

---

75 **No Original** – “[...] SEATO as a possible cover for a direct Western intervention in Laos” (RUST, 2014, p. 31).

neutralista-comunista em 26 de abril (ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 47-48; WILLIAMS, 2020, p. 145, 158-159)

No dia da queda de Vang Vieng, a conclusão de Washington era de que a coalizão inimiga estava a beira de uma vitória completa sobre Phoumi. Numa reunião do NSC, Kennedy ordenou a mobilização das tropas que realizariam a intervenção – os fuzileiros navais em Okinawa e os porta-aviões no Golfo da Tailândia. Na mesma data, o Almirante Arleigh Burke – Vice-Chefe da Junta<sup>76</sup> – apresentou um plano de intervenção multinacional que envolveria os membros da OTASE – numa prefiguração do Plano 5. Kennedy perguntou se era possível garantir a segurança das tropas estadunidenses nas bases. Como resposta, foi informado de que, para isso, talvez fosse necessário atacar aeródromos chineses. Para o JCS, uma intervenção lidava com a ideia – por vezes até desejada – de um confronto com os chineses. O então presidente, por outro lado, queria uma opção de intervenção mais segura e que tivesse claros mecanismos de limitação (WILLIAMS, 2020, p. 159-160).

Em 02 de maio, o General Lemnitzer – Chefe da Junta –, de visita oficial a Vientiane, informou que o Exército de Phoumi estava prestes a desmoronar. Em seguida, recomendou a ação militar imediata da OTASE. Se isso não fosse possível, a solução deveria ser a intervenção unilateral dos EUA. Em Washington, a notícia foi recebida com consternação. Kennedy não estava convencido dos planos do JCS, especialmente no que dizia respeito aos cenários de escalada do conflito e guerra nuclear. Os chefes de Estado-maior não conseguiam chegar a um consenso de como a intervenção se daria e vacilavam diante das perguntas de Kennedy acerca da escala da guerra. Tentando organizar o debate, o vice-presidente Lyndon Johnson pediu que as opiniões dos chefes fossem reunidas por escrito (WILLIAMS, 2020, p. 165).

Assim, os chefes do Exército – General. George Decker – e da Marinha – Almirante Arleigh Burke – defendiam o desdobramento de tropas da OTASE para a Tailândia, de forma a pressionar um cessar-fogo. Os chefes da Força Aérea – General. Thomas White – e dos Fuzileiros Navais – General David Shoup – eram contra o desdobramento de forças terrestres. Shoup era a favor do emprego do poder aéreo para contra-arrestar a ofensiva inimiga. White

---

<sup>76</sup> **Vice-chefe da Junta de Chefes de Estado-maior** – Na época da Guerra Civil Laosiana, o cargo de Vice-Chefe da Junta era cumulativo ao cargo de Chefe de Estado-Maior da força que se representava. Isso se dava de maneira diferente do cargo de Chefe da Junta. Esse ocupava em si uma posição acima dos demais membros, incluindo a própria força da qual o chefe era originário. Assim, durante a crise, a Junta tinha dois generais do Exército, Lemnitzer – Chefe da Junta – e Decker – Chefe de Estado-Maior do Exército. O almirante Burke por sua vez, ocupava simultaneamente cargo de Chefe de Estado-Maior da Marinha (ou Chief of Naval Operations) e o cargo de Vice-Chefe da Junta. Essa configuração mudou apenas em 1987, com a criação de um cargo específico de Vice-Chefe da Junta, a partir do Ato Goldwater-Nicholson de Reorganização do Departamento de Defesa de 1986.

levava o planejamento mais adiante. Para ele, a campanha aérea teria duas fases; na primeira, ter-se-ia como alvo concentrações de tropas e depósitos de suprimento no Laos. A segunda, focaria em Hanoi, caso não se chegasse a um cessar-fogo. Favorável à intervenção, White concedia que a reação chinesa era inevitável caso os EUA interviessem de forma decisiva no Laos. Assim, de maneira prática mas sem dizê-lo, White era a favor da intervenção no Laos como guerra contra a China (WILLIAMS, 2020, p. 166-167).

Em suma, até 02 de maio, de acordo com a reunião do NSC, os EUA tiveram intenções reais de intervenção. Contudo, quando ela já se vislumbrava, foi interrompida no dia seguinte (3 de maio) pelas notícias de uma acordo entre Phoumi e o Pathet Lao (WILLIAMS, 2020, p. 167). A assinatura do cessar-fogo (Figura 6) deveu principalmente ao mando da URSS e, em menor parte, ao apoio ocidental pelos britânicos e franceses. Em 16 de abril, Khrushchev havia trazido o príncipe Souphanouvong a Moscou e ordenado o Pathet Lao a assinar o cessar-fogo (ZHAI, 2000, p. 100).

Aqui, cabe especular sobre os objetivos da URSS. Parece legítimo inferir que consistiam em enfraquecer simultaneamente os EUA e a China. O apoio soviético ao Pathet Lao e aos neutralistas disputava a esquerda laosiana com a influência chinesa. Enquanto isso, a escalada da guerra civil forçava a intervenção dos EUA numa região de pouco interesse estratégico para a URSS, embora fosse de grande importância para a China. O esforço deveria ir até o limite de uma conflagração direta entre EUA e China – sem torná-lo nuclear<sup>77</sup>. Na cúpula de Viena, em 04 de junho de 1961 – um mês depois do cessar-fogo e um ano antes dos Novos Acordos de Genebra –, Khrushchev provocou Kennedy perguntando: “você iam entrar no Laos, não iam<sup>78</sup>?” (ROSTOW, 1964, p. 77, tradução nossa). Rostow, em depoimento, refletiu sobre as intenções de Kennedy:

Khrushchev estava ciente de que os fuzileiros navais, de fato, estavam embarcados – os 10.000 fuzileiros navais em Okinawa. Não sei até que ponto a operação avançou antes que os russos indicassem aos britânicos que aceitariam um cessar-fogo. Mas funcionou. [...] Ele [Kennedy] não poderia aceitar uma conferência como a de 1954 – com uma guerra em curso e uma Dien Bien Phu enquanto os delegados chegavam em Genebra. [...] Acho que foi o início da virada. Acho que Khrushchev percebeu que Kennedy não aceitaria a perda do Vale do Mekong. Acho que ele estava certo,

---

<sup>77</sup> **Atiçamento** – Pode-se argumentar que a estratégia soviética no Laos se aproximava do que Mearsheimer entende como “Atiçamento”, uma das estratégias de sobrevivência das Grandes Potências. “Esta estratégia implica levar dois rivais a envolverem-se numa guerra prolongada, de modo que se sangrem um ao outro até a última gota, enquanto o atizador permanece à margem com o seu poderio militar intacto” (MEARSHEIMER, 2007, p. 156).

<sup>78</sup> **No Original** – “You were going into Laos, weren’t you?” (ROSTOW, 1964, p. 77)

apesar do que parecia ser um blefe. Acho que Kennedy teria lutado se eles tivessem continuado adentrando o Vale<sup>79</sup> (ROSTOW, 1964, p. 77-78, tradução nossa).

Embora a Casa Branca tenha concordado com o estabelecimento da Conferência de Genebra pra neutralização do Laos, frequentemente cotejou o planejamento militar como alternativa viável, bem como ferramenta de pressão política na conferência por garantias dos acordos (TAYLOR, 1972, p. 218). Não apenas isso, a sucessão de derrotas direitistas, colocava em dúvidas a capacidade de Phoumi e do Exército Real de segurarem as capitais no longo prazo. Esse pode ser considerado o período mais agudo da crise do Laos, bem como o no qual Phoumi chegou o mais perto de uma derrota total e, conseqüentemente, no qual a intervenção estadunidense chegou o mais perto de ser efetivada.

Em 16 de Maio, duas semanas após o estabelecimento do cessar-fogo, começaram as tratativas para solução da Guerra Civil Laosiana em Genebra. Entretanto, um acordo só seria firmado um ano e quatro meses depois, em 23 de julho de 1962. Nesse meio tempo, os EUA traçaram seus planos para uma intervenção, e o Pathet Lao consolidou sua posição militar. Enquanto isso, o EVN também solidificou os corredores logísticos da Trilha de Ho Chi Minh para infiltração no Vietnã do Sul (WILLIAMS, 2020, p. 177).

Cumprе ressaltar que a Trilha de Ho Chi Minh se tornou, a partir de então, o ponto chave da Guerra do Vietnã. Para a RDV, o desafio era o de mantê-la existindo e funcionando. Para os EUA, interdité-la tornar-se-ia o esforço principal da guerra (PRADOS, 1999, p. 19).

---

79 **No Original** – “Khrushchev was concious that the Marines, in fact, were loaded – the 10,000 Marines on Okinawa. I don't know how far advanced the operation had moved before the Russians indicated to the British that they would accept a ceasefire. But it worked. [...] He couldn't take a conference like 1954 – with a war going on and a Dienbienphu as the delegates arrived in Geneva. [...] I think that was the beginning of the turning point. I think that Khrushchev realized that Kennedy would not take the loss of the Mekong Valley. I think he was right, despite what appeared to be bluff. I think Kennedy would have fought if they had continued on into the valley” (ROSTOW, 1964, p. 77-78).

Figura 6 – Mapa da Linha de Cessar Fogo no Laos (1961)



Fonte: Anthony; Sexton (1993, p. 52), adaptação e tradução por Rafael Palandi.

### 3.2.4.3 (c) A Batalha de Nam Tha (Dien Bien Phu *Reddux*) e os Novos Acordos de Genebra

Entre 15 de novembro de 1961 e 15 de janeiro de 1962, o MAAG-Laos estimou que 2.200 toneladas de suprimentos haviam entrado no país através da ponte aérea soviética e de caminhões cruzando a fronteira vietnamita. Durante esse período, o Pathet Lao também se

estruturava com quadros treinados e aconselhados pelo EVN. O acúmulo de capacidades pela coalizão neutralistas-Pathet Lao indicava que, caso não se chegasse a um acordo para formar um governo de coalizão, a conflagração irromperia novamente. Isso se daria fosse por iniciativa da esquerda ou, como foi o caso, por iniciativa de Phoumi. No caso deste último, com o intuito de forçar maior apoio estadunidense e, eventualmente, uma intervenção estrangeira direta (ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 64).

Nos meses finais de 1961, Phoumi retomou ataques de sondagem no Nordeste do Laos. Seguindo a política de depositar o esforço principal em Genebra, os EUA pressionaram Phoumi para as negociações, suspendendo o pagamento mensal para o Exército Real. Com isso, Boum Oum aceitou conferenciar com os outros dois príncipes – Phouma e Shouphanouvong – em 10 de janeiro de 1962 (ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 64).

Mesmo com a reunião, Phoumi seguia com a campanha militar no Nordeste – perigosamente perto da fronteira com a Birmânia e com a China. Uma cidade em particular, Luang Nam Tha, tomou relevância na campanha e se tornou central para a Guerra Civil Laosiana nos meses seguintes. Em dezembro, dois batalhões laosianos ocuparam a cidade. Essa, entretanto, não tinha linhas de comunicação bem estabelecidas com o território controlado por Phoumi, e logo ficou claro para o EVN e Pathet Lao que se desenhava a oportunidade para um cerco (ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 64).

O Exército laosiano tinha noção do cerco iminente em Nam Tha. Com o intuito de impedi-lo, desdobrou os chineses do BS 111 e dois batalhões regulares, acompanhados de seus conselheiros estadunidenses das Forças Especiais. Entretanto, as forças sequer conseguiram chegar a Nam Tha. Em 26 de dezembro de 1961, perto do vilarejo de MOUNG HOUN, elas travaram contato com o Pathet Lao. Durante o breve combate, os batalhões do Exército do Laos desertaram e os conselheiros estadunidenses tiveram de ser resgatados pelos chineses do BS 111 e evacuados de helicóptero para Luang Prabang (GIBSON; CHEN, 2011, p. 228).

Com o fracasso do reforço por terra, Nam Tha foi cercada nos primeiros meses de 1962. Em 25 de janeiro, o aeródromo da cidade foi bombardeado. Em resposta, Phoumi – com apoio dos EUA – deslocou algumas centenas de paraquedistas, quatro obuseiros 105 mm e doze obuseiros 75 mm. Contudo, a pressão do cerco aumentava. Em 01 de fevereiro, a pista foi novamente bombardeada. O volume de fogo dos comunistas forçou os T-6s da Força Aérea Laosiana que operavam do aeródromo a serem retirados para a capital. Ao perder o apoio aéreo aproximado, Phoumi deslocou novos reforços por avião. Contudo, o General Boyle – Chefe do MAAG-Laos – dessa feita aconselhou contra o reforço a Nam Tha depois de visitar

pessoalmente o campo de batalha. A geografia da área parecia demais com a de Dien Bien Phu; isso é, a pequena cidade se encontrava num vale cercado de morros. Numa disposição ideal para ser assediada por um cerco do EVN, tal qual o que havia acometido os franceses – muito mais preparados que os laosianos – em 1954 (ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 64-65).

Em 09 de fevereiro, em meio a intenso de fogo de artilharia do EVN/Pathet Lao, Phoumi tinha a intenção de reforçar o vilarejo com mais um batalhão paraquedista desdobrado de Vientiane. Para isso, queria utilizar os C-46s Commando da Air America. Entretanto, teve o pedido recusado por Brown e Boyle. Tanto o embaixador quanto o general tinham certeza de que Nam Tha consistia numa armadilha. Mesmo assim, Phoumi deu seguimento ao assalto aeroterrestre utilizando C-47s da própria Força Aérea Laosiana. Com esses desdobramentos, Boun Oum rompeu as conversas de paz com Phouma até que cessassem as ofensivas militares contra o governo. Os EUA tentaram forçar a saída política com a mesma tática de antes, suspendendo o pagamento ao Exército. No entanto, desta vez, Boun Oum simplesmente emitiu moeda pelo banco central em vez de ceder à neutralização. Novamente, o nível político dependeria do resultado da batalha (ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 65).

Em 06 de maio de 1962, tomou lugar a Batalha de Nam Tha propriamente dita. Vários batalhões do Pathet Lao e seis batalhões do EVN se aproximaram da cidade por três frentes diferentes. Das forças vietnamitas, quase um regimento inteiro havia sido aerotransportado pela Força Aérea da RDV especificamente para a batalha. Algumas horas de combate depois, os comandantes do Exército Real fugiram em helicópteros e o restante dos cerca de 4.500 a cinco mil defensores – cinco batalhões de infantaria, três batalhões paraquedistas e apoio de artilharia – recuaram de forma desordenada. A maior parte do equipamento foi capturada, assim como cerca de mil sitiados. O restante acabou refugiando-se do outro lado do Mekong, na Tailândia (ZHAI, 2000, p. 104; RUST, 2014, p. 125 epub; GOSCHA, 2004, p. 182).

A performance patética do Exército laosiano na batalha aprofundava algumas suspeitas já existentes. A resolução de Phoumi em reforçar Nam Tha parecia tão insensata que Boyle e o Almirante Felt – Comandante de Área do Pacífico – conjecturaram que Phoumi queria provocar um fracasso que levasse a uma intervenção estadunidense massiva (ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 65-66). De fato, em Washington, reviveu-se a ideia do Plano 5 da OTASE. Aventava-se sua execução caso as linhas do cessar-fogo de 03 de maio de 1961 não fossem restauradas. Neste sentido, entre 12 e 15 de maio, desdobrou-se novamente a 7ª Frota para o Golfo da Tailândia. Na fronteira da Tailândia e Laos, foram concentrados dois esquadrões aéreos – 20 A-4D Skyhawks dos Fuzileiros Navais e 20 F-100s *Super Sabre* da Força Aérea –; os fuzileiros navais de Okinawa e elementos da 27ª Divisão de Infantaria – que se

encontravam em exercícios de treinamento na Tailândia, com o restante da divisão sendo aerotransportado dos EUA –, totalizando cerca de cinco mil tropas, bem como pequenos contingentes do Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia. Concomitantemente, despacharam-se mensagens aos soviéticos afirmando o interesse no acordo e pedindo que a URSS orientasse os comunistas a não fazer novos avanços. Novamente, as principais preocupações eram a da intervenção chinesa – afinal, a batalha em questão foi travada a pouquíssimos quilômetros da fronteira da província chinesa de Yunnan (ZHAI, 2000, p. 104, ANTHONY; SEXTON, 1993, p. 67-69).

Convalidando os temores estadunidense, dessa feita, os patrocinadores da campanha em Nam Tha não foram os soviéticos, e sim os chineses. O embaixador russo em Vientiane, Abramov havia tentado persuadir Souphanouvong a suspender o ataque a Nam Tha. Não convencido, o Pathet Lao procurou a China para apoio material. Apesar da participação chinesa nos combates ainda ser ponto de disputa, seu papel logístico é indubitável. Da Região Militar de Kunming – na província de Yunnan –, foram mobilizados 2.149 soldados, 1.772 trabalhadores civis, 203 caminhões e 639 cavalos para dar conta do suporte à logística da batalha (ZHAI, 2000, p. 104,106).

No âmbito da política, os chineses tinham a mesma intenção dos soviéticos em neutralizar o Laos. Entretanto, disputavam a composição e influência das partes envolvidas. A URSS havia patrocinado fortemente os esforços neutralistas no começo da Guerra Civil – realizando a ponte aérea ainda antes do acordo formal destes com o Pathet Lao. Após o cessar-fogo de 1961, a URSS tinha mais interesse no “congelamento” das posições, como demonstração da *détente* bem como a prevalência da facção centrista. Os chineses, entretanto, agiram com o objetivo de fortalecer a posição do Pathet Lao nas negociações, consolidando sua posição de dominância, bem como estabelecendo uma espécie de “zona tampão” entre a província de Yunnan e as forças anti-China – e.g. o BS 111 nacionalista nos arredores de Nam Tha (ZHAI, 2000, p. 104, 106-107). Em suma, na perspectiva internacional:

A ação de Beijing foi tomada no contexto de sua política de reverter o escudo de contenção dos EUA contra a China no Sudeste da Ásia, para preservar a força do Pathet Lao e aumentar a influência da China na região. A posição de Moscou, em contraste, foi determinada por sua busca por uma *détente* com Washington<sup>80</sup> (ZHAI, 2000, p. 105, tradução nossa).

---

**80 No Original** – “Beijing's action was taken in the context of its policy to roll back the U.S. containment shield against China in Southeast Asia, to preserve the Pathet Lao's strength, and to increase China's influence in the region. Moscow's position, in contrast, was determined by its search for a *détente* with Washington” (ZHAI, 2000, p. 105).

Os estadunidenses percebiam isso já à época. Quando Kennedy perguntou a Rusk se os soviéticos escalariam o conflito, o Secretário de Estado afirmou que a URSS tinha interesse em controlar a intervenção do bloco socialista e limitar a influência da China (ZHAI, 2000, p. 106). É possível que essa percepção, de aproveitar-se do racha sino-soviético<sup>81</sup>, tenha desempenhado um papel na expectativa de fechamento do acordo de neutralização. Entretanto, por diversas vezes, nos anos após os Novos Acordos de Genebra, a lógica da Teoria do Dominó – essencialmente a aceção de que o comunismo é um bloco político monolítico – pareceu intacta.

De qualquer forma, em 12 de junho, os três príncipes – Phoumi era representado oficialmente pelo príncipe Boum Oum – chegaram a um consenso sobre a distribuição das pastas de um governo de coalizão. Na configuração final, Souvanna Phouma seria o novo Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa. Souphanouvong e Phoumi seriam ambos Vice-Primeiro Ministros, com poder de veto sobre deliberações primeiro-ministeriais e sobre decisões das pastas de defesa, interior e relações exteriores. Assim, em 02 de julho, uma delegação do novo governo foi enviada a Conferência de Genebra. Uma semana depois, no dia 9, divulgou-se a declaração de neutralidade do Laos, assinada pelas quatorze delegações presentes no dia 23. Os Novos Acordos de Genebra visavam o compromisso de não intervenção na política doméstica do Laos; a retirada de todas as tropas e proibição de bases estrangeiras no território laosiano; bem como a promessa de não reconhecer a proteção de qualquer aliança ou coalizão militar sobre o Laos – citando explicitamente a OTASE (ZHAI, 2000, p. 104-105).

A revelia dos desejos de Kennedy, os Novos Acordos de Genebra ganharam sua própria reedição de Dien Bien Phu na Batalha de Nam Tha. Entretanto, enquanto em Dien Bien Phu, os EUA tiveram de decidir se tentavam salvar os franceses cercados, em Nam Tha desdobraram suas Forças quando a Batalha já estava plenamente decidida. O dilema estava entre entrar unilateralmente – com clara possibilidade de escalada na China – e em favor de um cliente já derrotado e resolutamente incompetente; ou aceitar um acordo, que, assim como

---

81 **Racha Sino-Soviético** – No início da década de 1960, a disputa entre China e URSS ficaram aparentes no chamado racha sino-soviético. Como visto em capítulos anteriores, a diferença de interesses era visível já nas primeiras interações após o término da guerra civil chinesa. A Guerra da Coreia foi, ou ao menos serviu com, um artifício para forçar a dependência chinesa da URSS quanto ao seu guarda-chuva nuclear. Essa promessa de defesa havia sido testada na Segunda Crise dos Estreitos (1958) e não deixou os chineses satisfeitos – o que ajudou a iniciar o Grande Salto Adiante e acelerar programa nuclear chinês. Concomitantemente, *mini-détente* de Khrushchov com os EUA nos anos 1950 deixava a China de fora. “A política de coexistência pacífica tendia a congelar a situação mundial em parâmetros que condenavam a República Popular da China a permanecer uma potência de segunda ordem” (VISENTINI, 2004, p. 93). Com a desestalinização, a China passou também a disputar a influência nos países do Leste-europeu e, em breve, a animosidade entre as duas potências comunistas da Ásia se tornou matéria pública.

o de 1954, restaurava a situação a uma configuração mais favorável que a resultante da batalha.

### 3.2.5 Resultado: O Neutralismo pela Metade

A Crise do Laos consta hodiernamente como uma espécie de virtuosismo do governo Kennedy, de uma vocação deste para a pacificação ou neutralização que, por algum motivo, posteriormente saiu de controle. Contudo, colocada em perspectiva, parecia mais um *reddux* da política Eisenhower – afinal, os Acordos de Genebra originais foram assinados no governo do último. Isso se dá por, no mínimo, dois motivos:

- a) a adoção da postura de pressão máxima em relação à China, ancorada na justificativa da Teoria do Dominó; e
- b) contudo, quando instado pela intervenção frente ao colapso do cliente em batalha – Dien Bien Phu em 1954 e as batalhas em torno da Planície dos Jarros/Vale do Mekong em 1961 – ambos optaram pela negociação

O principal paralelo da decisão de Kennedy com política de Eisenhower foi o papel (não) desempenhado pela OTASE na crise. Cabe notar que a aliança foi criada justamente depois do fracasso em Dien Bien Phu para possibilitar uma intervenção em larga escala pelos EUA sem o impacto estratégico e econômico que a intervenção unilateral teria sobre os EUA e sua postura internacional. Contudo, mesmo com arquitetura de segurança colocada, a intervenção não tomou lugar em função dos interesses difusos do JCS e dos aliados da OTASE. Em consonância com Eisenhower, esse acabou sendo um ponto importante do diagnóstico da não intervenção de Kennedy, pelo menos por parte do General Taylor (1972, p. 219).

Para H. R. McMaster (1997, p. 8), Kennedy não tinha a opinião elevada – a de um mediador – atribuída a ele pela análise de outros historiadores. O desfecho da crise, subótimo como qualquer acordo político, teria deixado em Kennedy a impressão de que o JCS era incapaz de fornecer uma solução militar que fizesse as vezes de um meio termo entre a inação e a guerra total. Nesse sentido, a predileção pelo acordo – em vez da mobilização de sessenta mil homens e do uso de armas nucleares – se deu mais pela falta de ferramentas institucionais disponíveis do que pelo gênio do novo presidente. Kennedy assumiu uma crise em curso e a resolveu da mesma forma que Eisenhower havia lidado com a situação de Dien Bien Phu.

Contudo, a Crise do Laos foi a única de seu tipo sobre a qual Kennedy ponderou utilizando as ferramentas intelectuais do governo anterior. Nos dilemas que se seguiram ao Laos, a nova administração procurou novas soluções, preenchendo as posições administrativas de acordo.

Isto explicaria a ascensão de Taylor para a condição de Chefe do JCS, em outubro de 1962, logo na esteira da Crise do Laos. Junto a irrupção de Taylor como Chefe da Junta, também ascendeu a Teoria da Guerra Limitada e a ideia de que quaisquer problemas políticos tinham um ponto ótimo a ser encontrado entre os meios militares. Nesse sentido, a neutralização do Laos foi apenas um pequeno recuo estratégico de Kennedy, assegurando o Vietnã que era militarmente mais sustentável. O próprio Taylor faz essa ilação quando afirma que:

Parecia haver um entendimento tácito de ambos os lados de que o destino do Laos seria resolvido no Vietnã. Por essa razão, o Pathet Lao tomou como objetivo principal a proteção das linhas de abastecimento no Cabo de Panela [“*Panhandle*”, parte Sul] do Laos e manteve uma partição *de facto* do país em uma linha norte-sul que impedia qualquer ação militar efetiva a partir do Vale do Mekong contra suas comunicações<sup>82</sup> (TAYLOR, 1972, p. 219, tradução nossa).

Isto nos leva a outro ponto: a consolidação da Trilha de Ho Chi Minh. Nesse sentido, cabe observar que a solução “neutralista” não implicava a ideia de não escolher lado. Sumariamente, tratava-se de integrar o Pathet Lao na vida política e na neutralidade do Laos em relação ao conflito no Vietnã. Contudo, essa neutralidade consistia em não interferir no fluxo de infiltração da Trilha, não em seu impedimento.

Esta perspectiva pode ser sustentada pela permanência de apenas 49 dos mais de três mil membros do Grupo 959 – grupo de assistência ao Pathet Lao – no Laos após os Acordos de Genebra (GOSCHA, 2004, p. 180, 182). De fato, para a RDV, foram retirados os militares e quadros que diziam respeito à Guerra Civil Laosiana. Contudo, permaneceram os militares envolvidos com a infiltração e suprimento da insurgência do Vietnã do Sul. Era como se os Acordos de Genebra não dissessem respeito à Trilha de Ho Chi Minh. Ou melhor, que os acordos tenham oficializado tacitamente o domínio vietnamita de toda parte Leste do Laos. E, muitas vezes, parecia ser este o caso. Na fronteira do Laos com o Vietnã do Sul, por onde

---

82 **No Original** – “There seemed to be a tacit understanding on both sides that the fate of Laos would be resolved in Vietnam. For that reason the Pathet Lao took as a primary objective the protection of the supply lines in the Laotian Panhandle, and maintained a *de facto* partition of the country on a north-south line which prevented any effective military action from the Mekong valley against their communications” (TAYLOR, 1972, p. 219).

passava a cadeia logística, a relação entre o EVN e o Exército Real era de um *modus vivendi*. Desde maio de 1961 – ou seja, ainda durante a Guerra Civil Laosiana –, já existia uma acomodação. As guarnições do exército mantinham controle sobre as cidades, enquanto o interior era tacitamente concedido às caravanas do Grupo 559 – unidade logística de infiltração do Vietnã do Sul – e ao Pathet Lao, que, em troca, não atacavam as unidades laosianas nem suas cidades (PRADOS, 1999, p. 24).

Da mesma forma que a RDV, os EUA continuaram a disputa da Trilha de forma secreta. Com a retirada de fato da missão militar estadunidense, quem assumiu a guerra no Laos foi a CIA – seja através das atividades de inteligência, subversão ou mesmo da formação de grandes unidades paramilitares. Aplicando o aprendizado de que não se podia depender do Exército Real, a CIA elegeu um novo campeão anticomunista. Durante a década seguinte, os EUA construiriam um novo exército anticomunista a partir do recrutamento da etnia Hmong, comandando pelo General Vang Pao (TURLEY, 2009, p. 60).

Assim, as acusações do descumprimento das regras diplomáticas pode ser feita para os dois lados. Contudo, isso pouco importa, pois, nas palavras de Taylor, tratava-se de um “entendimento tácito”. Os EUA continuavam apoiando a tentativa de interdição da trilha, na figura dos Hmong. O NVA continuava a infiltração no Vietnã através da Trilha de Ho Chi Minh. A neutralidade não estava em não escolher lados, mas em garantir que o Laos não entrasse na Guerra Civil do Vietnã. Isso queria dizer, embora não fosse intuitivo, que a Trilha de Ho Chi Minh continuasse operando. A continuação das hostilidades era um entrave menor e poderia ser resolvido caso a decisão de neutralizar o Laos se expandisse para abarcar a Indochina como um todo.

Tomada enquanto ato isolado, a decisão de neutralizar o Laos parece uma saída sensata da administração Kennedy. De fato, teria sido caso a neutralização do restante da Indochina fosse perseguida nas decisões vindouras, mas não foi. O Laos foi a primeira limitação autoimposta. Contudo, essa restrição voluntária serviu apenas para potencializar a Guerra do Vietnã. Ainda hoje, argumenta-se que a interdição da Trilha de Ho Chi Minh no país vizinho poderia ter mudado o rumo da guerra<sup>83</sup>.

---

83 **Interdição do Laos** – Para análises que colocam a interdição do Laos como uma oportunidade perdida de enfoque estratégico, capaz de mudar o rumo da Guerra do Vietnã, ver Hannah (1987) e Summers Jr. (1982, p. 104, 122-123). Cabe ressaltar que houve tentativas estadunidense de interdição terrestre da Trilha de Ho Chi Minh em 1970 no Camboja e em 1971 no Laos. Contudo, elas aconteceram já durante o processo de retirada dos EUA da Indochina, bem como numa época em que a China já ensaiava uma aproximação com Washington e, portanto, não representava uma ameaça tão aguda no Laos. Nesse contexto, as operações serviram mais para ganhar tempo para a retirada – destruindo concentrações logísticas de uma invasão do EVN, tais quais as de 1972 e 1975 – do que para decidir a guerra – assumindo controle das avenidas de abordagem. Nos estágios iniciais do envolvimento massivo dos EUA, a interdição do Laos havia sido concebida e detalhadamente planejada por Westmoreland. O general reconhecia a necessidade da interdição da Trilha de Ho Chi Minh,

Embora essa percepção, como de resto todo raciocínio contrafactual, seja passível de debate – visto que a intervenção no Laos, mesmo depois de 1965, ainda continha a possibilidade de uma reação chinesa –, o que importa reter é a função logística na guerra e a importância de reconhecer a Guerra do Vietnã em seu espaço físico ampliado. Isso é, a Guerra do Vietnã era uma de toda Indochina. Assim tinha o sido na guerra contra os franceses e o seria novamente contra os chineses mais tarde<sup>84</sup> (ver terceira decisão estratégica no Capítulo 02).

Nesse sentido, de forma retrospectiva, a política externa estadunidense teria se beneficiado conceito de Complexo Regional de Segurança de Barry Buzan e Ole Wæver (2003, p. 44, tradução nossa). Isto é:

Um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização [no seu máximo uma conflagração militar], dessecuritização [no seu máximo um processo de integração], ou ambos estão tão interligados que os seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separadamente uns dos outros<sup>85</sup>.

Assim, a ideia estadunidense de que poder-se-ia recortar o espaço físico, perseguindo políticas múltiplas e incompatíveis no Sudeste Asiático – e na Indochina em particular –, hoje parece absurda. A neutralização da região foi deixada apenas pela metade, restringindo-se ao Laos. Com isso, o problema político latente – a revolução nacional vietnamita – continuou bastante vivo. Aliás, ele ficaria ainda mais agudo, visto que a neutralização do Laos acabou consolidando o principal avenida logística do EVN. Esse absurdismo é ampliado quando se leva em conta que os objetivos políticos para a Indochina não foram modificados desde o governo Eisenhower. Outrossim, o que Kennedy trazia de novo para a situação era a limitação dos meios.

---

embora soubesse que sua implementação era politicamente inviável, pelo menos inicialmente. Sobre os planos de Westmoreland ver Brower IV (1991).

84 **China e Sudeste Asiático em Buzan e Wæver** – Para os autores, a China como elo de ligação (“*crossover*”) entre os Complexos Regionais de Segurança do Nordeste e Sudeste da Ásia (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 128). No curso desse trabalho, por diversas vezes se coloca em evidencia esse “sistema de vasos comunicantes” que, em momentos críticos, por reiteradas vezes, estabeleceu esse cruzamento entre a Coreia, Taiwan e a Indochina.

85 **No Original** – “a set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 44).

Para o chefe do MAAG-Laos, Tenente-General Andrew Boyle “Tudo o que ocorreu no Laos ocorreu mais tarde no Vietnã do Sul numa escala maior<sup>86</sup>” (RUST, 2012, p. 06, tradução nossa). Talvez o general tivesse razão em praticamente tudo, a não ser no que diz respeito a perseguir uma saída negociada. Entretanto, se Kennedy pudesse expedir uma avaliação, talvez opinasse que o que se tentou no Vietnã foi de fato diferente. Se a crise do Laos foi enfrentada com o ferramental do *New Look*/Retaliação Massiva, o Vietnã foi tratado a lume da Teoria da Guerra Limitada/Resposta Flexível. Esse último ponto é o que explica a frustração de Kennedy com a indisposição do JCS em travar uma guerra que não a ilimitada. A decisão de acomodação veio mais como contingência do que como planejamento. Entretanto, serviu como lição e foi o primeiro passo para arquitetar-se uma intervenção limitada, e a subsequente espiral de escalada no Vietnã.

---

86 **No Original** – “Everything that occurred in Laos occurred later in South Vietnam [on] a larger scale” (RUST, 2012, p. 06).

## **4 1961-1963 – TERCEIRA FASE: O COMPROMETIMENTO ESTADUNIDENSE COM O VIETNÃ**

Neste último capítulo, examina-se as decisões estratégicas tomadas pelos estadunidenses entre 1961 e 1963. Elas dizem respeito, mormente, ao aumento em intensidade do comprometimento dos EUA com o Vietnã do Sul.

Como visto no capítulo anterior, os indochineses reagiram à política de contenção do governo Eisenhower retomando a guerra revolucionária no Sul. Concomitantemente e de forma correlata, o Laos entrou em crise em torno da necessidade de um governo neutralista.

A reação do incipiente governo Kennedy foi, basicamente, uma reedição da lógica de Eisenhower perante a Batalha de Dien Bien Phu em 1954. Diante das opções atomizadas de, por um lado, intervir militarmente sem limitações – arriscando ou buscando ativamente uma guerra com a China – e, por outro, retirar-se da disputa pelo Laos através da neutralização; Kennedy escolheu a segunda opção.

Contudo, nas decisões que se seguiram ao Laos, Kennedy tentou uma abordagem diferente, bebendo de cosmovisões e teorias distintas das que conformavam o governo Eisenhower. Essas decisões foram a decisão (Nº 07) de travar uma guerra limitada no Vietnã do Sul e a decisão (Nº 08) de perpetrar um golpe de Estado contra Diem.

### **4.1 DECISÃO Nº 07: 1961 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE TRAVAR UMA “GUERRA LIMITADA” NO VIETNÃ**

No advento da nova década de 1960, desenhava-se a retomada do conflito direto entre os dois Vietnãs. A reabertura da Trilha de Ho Chi Minh e a decisão por travar a guerra de forma apenas secreta no Laos – com pouco impacto no fluxo de pessoal e material – condicionaram o aumento expressivo da insurgência comunista no Vietnã do Sul. Não eram mais as seitas e gangues do início do governo Diem.

As decisões acerca do perfil da intervenção no Vietnã foram tomadas mais ou menos de forma concomitante com as da Crise do – ou seja, entre 1961 e 1962. Certamente, os problemas estavam interligados, especialmente no que diz respeito à utilização da Guerra Civil Laosiana enquanto biombo para a expansão da Trilha de Ho Chi Minh por parte do

Exército do Vietnã do Norte (EVN). Contudo, a medida que os EUA pareciam rumar ao acordo de neutralização, o fluxo da Trilha parecia ficar desimpedido no território do Laos. Para os estadunidenses, a contenção do comunismo voltava a ter o Vietnã como bastião.

De maneira diferente do Laos, os EUA tinham no Vietnã um compromisso político e militar consolidado desde a década de 1950. Assim, o dilema que enfrentavam em 1961, era menos o de intervir ou não, mas o de como poderiam garantir a estabilidade política e militar do Vietnã do Sul. Esse problema era uma questão do perfil da intervenção ou, mais especificamente, do Perfil de Força do Exército dos EUA e do Vietnã do Sul. Por “Perfil de Força” se entende a configuração organizacional e doutrinária das Forças Armadas<sup>87</sup>. Esse debate, por sua vez respondia, em grande medida, à percepção da natureza da guerra na Indochina em 1961. Conseqüentemente, a diferença na compreensão dos objetivos nacionais e militares e estratégia de emprego de força vinha na esteira.

#### 4.1.1 Guerra Convencional ou Insurgência?

Antes de analisar a decisão, cabe fazer-se uma pergunta de maneira direta: qual era a natureza da Guerra do Vietnã? Ou, mais especificamente, era uma guerra convencional ou uma insurgência? Essa pergunta gerou debates posteriores à conflagração, especialmente nos círculos intelectuais do Exército dos EUA, como a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e o *War College* (e suas revistas *Military Review* e *Parameters*, respectivamente). Não se tratava de um debate puramente *ex post facto*, visto que as proposições entre “guerra” e “insurgência” remontavam, mesmo que de forma implícita, às opções realmente disponíveis no advento do Governo Kennedy em 1961 (BROWN, 1987; WARD, 1989).

Para este propósito, cumpre referir que ambas escolas têm méritos e insuficiências. Isso se dá em grande parte pois, no Vietnã, a dicotomia guerra convencional-insurgência era falsa. As duas naturezas da guerra coexistiram por toda conflagração. De um lado, o Vietnã do

---

<sup>87</sup> **Perfil de Força** – Essa noção tem paralelos com o conceito de “formato” em Samuel Finer, para quem: “Em sua definição restrita, o formato [*format*] significa meramente a base de serviço das forças; i.e., se eram nativos ou estrangeiros, remunerados ou não, *ad hoc* ou permanentes. Em sua definição mais ampla, incluo no conceito o tamanho das forças armadas, a composição variável de suas armas principais (Marinha contra Forças Terrestres ou armas componentes de artilharia em relação a infantaria ou cavalaria e problemas similares) e incluo igualmente a estratificação social da força” (FINER, 1975, p. 90, tradução nossa). Uma adição importante à descrição de Finer é a ideia da doutrina de emprego de força enquanto componente do seu Perfil, nisso pode-se recorrer a Mearsheimer e seu conceito de Estrutura de Força [*Force Structure*]. Esse último carece de definição explícita, mas o papel da doutrina pode ser claramente apreendido de sua descrição (MEARSHEIMER, 1981, p. 166-167).

Sul sempre enfrentou a possibilidade de ser atacado pelo Norte de uma maneira parecida com a Coreia em 1950; isso é, numa ofensiva convencional de armas combinadas. Por outro, a guerra de guerrilhas buscou constantemente erodir a ordem política e militar do Vietnã do Sul e cumpriu um papel importante para todas as posteriores ofensivas em grande escala do Vietnã do Norte – e.g. a Ofensiva do Planalto Central em 1964-65; a Ofensiva do Tet de 1968, a Ofensiva da Páscoa de 1972 e, finalmente a vitoriosa Campanha da Primavera de 1975. Dessa forma, pode-se olhar para a Guerra do Vietnã como o desencadeamento de duas estratégias separadas mas interdependentes, tanto uma insurgência, quanto uma invasão (WARD, 1989, p. 17).

Há de se ressaltar, entretanto, que a Frente de Libertação Nacional (FLN) no Sul, para além da direção política, era fortemente dependente da linha de suprimentos e infiltração que vinha da RDV. Embora muitos de seus membros fossem recrutados localmente e comprassem mantimentos e armas de aldeões e oficiais corruptos do governo sul-vietnamita, a escala da FLN teve tração apenas com a infiltração de mais armas, instrutores militares e quadros políticos através da Trilha de Ho Chi Minh. Nesse sentido, embora a Guerra do Vietnã consistisse numa estratégia dupla a todos momentos – invasão e insurgência –, ambas estratégias tinham um mesmo articulador na RDV, com o objetivo claro da reunificação nacional (PRADOS, 1999, p. 19; WARD, 1989, p. 17).

Entretanto, ao assumir-se que a Guerra do Vietnã tinha, pelo menos desde a retomada da luta armada em 1959, um caráter duplo, não se resolve o dilema que os EUA enfrentavam em 1961. Em muitos aspectos, mas especialmente no que diz respeito ao Perfil de Força do Exército do Vietnã do Sul (EVS) e do Exército dos EUA, as tarefas simultâneas de rechaçar uma invasão e construir o Estado contra uma insurgência não eram complementares. Pelo contrário, muitas vezes diziam respeito a ações excludentes. Isso é, conformavam diferentes esquemas organizacionais, equipamento, treinamento, doutrina de emprego e interação com outras agências, de um modo que não podiam ser adotadas simultaneamente (BROWN, 1987, p. 50).

Desta forma, a definição do Perfil de Força fazia as vezes de uma disputa de significados acerca da natureza da Guerra do Vietnã dentro da administração Kennedy. Antes de discuti-los, contudo, cabe esclarecer dois conceitos importantes que foram marcos intelectuais e de políticas públicas da administração. O primeiro deles dizia respeito ao surgimento da Teoria da Guerra Limitada na segunda metade dos anos 1950 em resposta à Doutrina da Retaliação Massiva de Eisenhower. O segundo tratava da Teoria da

Modernização e sua importância para a política externa de Kennedy para o Terceiro Mundo e, em especial, sua conexão com as doutrinas militares de contrainsurgência.

#### 4.1.2 Guerra Limitada e o Governo Kennedy

A marca do governo Eisenhower em política externa foi o *New Look*, também conhecida como a estratégia da Retaliação Massiva. Sumariamente, dizia respeito à ideia de que qualquer ameaça à segurança ou interesses dos EUA seria respondida imediatamente com um ataque nuclear de grandes proporções (daí a retaliação massiva). A ideia dramática de que qualquer indício de violência entre as grandes potências pudesse levar a uma guerra total nuclear, compreensivelmente, não ficou de fora das discussões de política externa nos EUA. Dessa forma, o campo dos estudos estratégicos estadunidense dos anos 1950 foi marcado pela discussão do conceito de Guerra Limitada.

Tratava-se de uma adaptação do conceito de Carl von Clausewitz à era do armamento nuclear. A razão de resgatar-se o conceito justificava-se pela dupla limitação da promessa do *New Look*. A ameaça o uso de armas nucleares era, por um lado, extremamente perigosa, dadas as características destrutivas da guerra nuclear. Por outro, quando aplicada a áreas em disputa no Terceiro Mundo ou mesmo na Europa, tal ameaça, por vezes, simplesmente não tinha credibilidade. Para sanar essas limitações, o conceito de Guerra Limitada procurava recuperar a utilidade das forças militares convencionais e nucleares subestratégicas para atingir a dissuasão militar. Sucintamente, pode-se descrevê-lo da seguinte forma:

Uma guerra limitada [...] é travada por objetivos políticos específicos que, por sua própria existência, tendem a estabelecer uma relação entre a força empregada e o objetivo a ser alcançado. Reflete uma tentativa de afetar a vontade do oponente, não de esmagá-la, de fazer com que as condições a serem impostas pareçam mais atraentes do que a resistência continuada, de lutar por objetivos específicos e não pela aniquilação completa<sup>88</sup> (KISSINGER, 1969, p. 120, tradução nossa).

---

<sup>88</sup> **No Original** – “A limited war [...] is fought for specific political objectives which, by their very existence, tend to establish a relationship between the force employed and the goal to be attained. It reflects an attempt to affect the opponents's will, not to crush it, to make the conditions to be imposed seem more attractive than continued resistance, to strive for specific goals and not for complete annihilation” (KISSINGER, 1969, p. 120)

Desde logo, cabe salientar que a Teoria da Guerra Limitada, para além da premissa básica de que ela se dá para atingir objetivos claramente delimitados, foi representada por abordagens bastantes distintas entre si no que diz respeito à metodologia, campos políticos e objetivos de política externa<sup>89</sup>. Por exemplo, Henry Kissinger e Robert Osgood derivaram sua concepção de guerra limitada de Clausewitz e da experiência histórica europeia, e tinham uma perspectiva de delimitar as áreas de influência dos EUA e tornar sua defesa crível, aproximando-se de uma *détente* com os soviéticos (KISSINGER, 1969; OSGOOD, 1957). Por outro lado, o matemático Albert Wohlstetter, derivava a perspectiva da guerra limitada da teoria dos jogos desenvolvida pela RAND – *think thank* associada à Força Aérea dos EUA – e tinha como proposta uma política bem mais assertiva em relação à URSS – se aproximando de uma reversão da área de influência soviética (WOHLSTETTER, 1959). O que unia essa gama de teóricos era a crítica ao *New Look*, embora não houvesse consenso sobre sua alternativa.

Em termos práticos, a estratégia da retaliação massiva significou uma enorme disparidade de acesso ao orçamento de defesa. Isso se dava entre as forças de prontidão nuclear – na maior parte associada à Força Aérea – e as convencionais – da Marinha e, especialmente, do Exército. Tem-se um indicador disso nos números de orçamento e efetivo. Por exemplo, durante a administração Eisenhower, o Exército havia sido reduzido de vinte para catorze divisões, um decréscimo em cerca de quinhentos mil soldados. Enquanto isso, a Força Aérea se expandiu 115 para 137 alas, um acréscimo em cerca de trinta mil tropas (MCMASTER, 1997, p. 10).

Neste sentido, a estratégia retaliação massiva baseada quase exclusivamente na vantagem qualitativa do poder aéreo ia de encontro com a concepção tradicional do “Modo americano de fazer a guerra” – isso é, da cultura organizacional do Exército de travar a guerra em termos absolutos e decisivos; com foco na estratégia de atrito; e com uso intensivo da massa de guerra e do poder de fogo (WEIGLEY, 1973, p. xxii-xxiii).

Desta forma, não é surpreendente que oficiais generais da Força terrestre tenham aderido à Teoria da Guerra Limitada. Conquanto abrissem mão da guerra total e decisiva, tratava-se, sobretudo, de resgatar o papel do Exército diante da estratégia que tratava a guerra nuclear, e, portanto, o poder aéreo enquanto panaceia para qualquer dilema de política externa. Três dos principais generais dos anos 1950 escreveram livros sobre o assunto. Foram eles, em ordem cronológica das publicações:

---

<sup>89</sup> **Debate da Teoria da Guerra Limitada** – Para uma revisão da literatura mais relevante realizada em conjunto com uma contextualização histórica, ver Cannon (1992) e Weigley (1973, p. 401-440).

- a) General Matthew Ridgway – Chefe de Estado-Maior do Exército de 1953-1955 – com a autobiografia *Soldier*, de 1956;
- b) General James Gavin – Chefe de Operações do Estado-Maior do Exército – com seu *War and Peace in the Space Age*, de 1958; e
- c) General Maxwell Taylor – Chefe de Estado-Maior do Exército de 1955-1959 – com *The Uncertain Trumpet*, de 1960 (WEIGLEY, 1973, p. 417-424; SCHLESINGER JR., 1966, p. 315).

Este último é, para este propósito, de maior relevância devido à sua influência na estratégia do governo Kennedy como um todo e na política para o Vietnã em específico. O General Maxwell Taylor serviu na II GM como célebre comandante da 101ª Divisão Paraquedista, inclusive durante o assalto paraquedista da invasão dos aliados na Normandia (Dia D). Após a guerra, foi superintendente da Academia de Westpoint, e, na Guerra da Coreia, substituiu o General Ridgway no comando do VIII Exército – quando esse substituiu MacArthur como comandante das Forças da ONU. Mais tarde, Taylor novamente substituiu Ridgway, dessa feita como Chefe de Estado-Maior do Exército, função que ocupou de 1955 a 1959.

Foi nessa última função que Taylor teve destaque ao se opor ao *New Look* de Eisenhower. Enquanto Chefe de Estado-maior, Taylor foi um dos principais proponentes da Doutrina das Divisões Pentômicas<sup>90</sup>, uma primeira tentativa de preparar-se para uma guerra limitada e subestrategicamente nuclear. Para Taylor, o conceito de Guerra Limitada dizia respeito principalmente a uma possível conflagração contra os soviéticos na Europa. Nesse teatro, a Teoria da Guerra Limitada dos anos 1950 e 1960 tinha a virtude de pensar numa conflagração entre EUA e URSS que, embora contasse com armas nucleares no nível

---

90 **Divisão Pentômica** – Trata-se da Organização e Doutrina de Emprego desenvolvida pelo Exército dos EUA durante os anos 1950, especialmente pelos generais Taylor e Gavin. Ela consistia em reformular as divisões em organizações militares mais dispersas, evitando concentrações que fossem alvos fáceis para a guerra nuclear subestratégica. Como o nome indica, ao invés da estrutura ternária (quaternária para as divisões blindadas) de três regimentos, tinha-se cinco “grupos de batalha”. Esses acabavam por ser uma espécie de intermediário entre regimentos e batalhões, substitutos ambos. Na tática, o maior legado das divisões pentômicas foi a incorporação de importantes fatores de mobilidade, sendo as primeiras a utilizar APCs (M113) e helicópteros. Assim como evitava ser um alvo fácil para o uso nuclear soviético, a divisão também continha armas nucleares táticas e de batalha, nominalmente o foguete nuclear MGR-1 *Honest John* (com rendimento de cerca de vinte quilotons) e, a partir de 1961, o canhão sem-recuo nuclear M-28/M-29 *Davy Crockett* (0,2 quilotons). O principal problema das divisões foi sua dificuldade de comando e controle, visto que a divisão tinha apenas um comando para cinco unidades. Por isso, acabaram não sendo bem-aceitas no Exército, que retornou a estrutura ternária com o programa *Reorganization Objective Army Divisions* (ROAD) de 1962. No sentido estratégico, pode-se dizer que representava as formulações da Guerra Limitada no campo doutrinário convencional. Ou seja, preparava os EUA para uma nova conflagração terrestre na Europa a ser travada com armas nucleares. Independentemente de seus acertos e erros, a doutrina tinha o mérito de restaurar o prestígio do Exército frente a predominância (pós-II GM) da Força Aérea e do uso estratégico das armas nucleares. Para uma descrição mais detalhada da doutrina e sua interface com o ambiente político, internacional e burocrático, ver: House, 2008, p. 238-242; Kretchik, 2011, p. 171-176 e Bacevich, 1986.

operacional e tático – isso é, usadas contra entroncamentos logísticos e concentrações de tropas inimigas no teatro europeu – não resultava necessariamente numa troca de artefatos nucleares entre as Superpotências. Ao preparar-se para esse cenário na Europa, o Exército dos EUA levava ao desenvolvimento de um impasse militar no teatro. Esse impasse, anti-intuitivamente, contribuía para uma situação de equilíbrio internacional (WEIGLEY, 1973, p. 457-459).

Ao se aposentar, Taylor escreveu um livro de crítica à estratégia do governo Eisenhower, intitulado “*The Uncertain Trumpet*” (algo como “A Trombeta Incerta”). A obra foi lançada em 1960 e causou uma boa impressão no então candidato presidencial John F. Kennedy, que se correspondeu com Taylor para esse compusesse a futura equipe. Um dos principais conceitos do livro era a Resposta Flexível aos desafios estratégicos, que tornar-se-ia um mote do governo Kennedy, assim como o *New Look* havia sido o de Eisenhower (SORENSEN, 1965, p. 626). Nas palavras de Taylor:

A doutrina estratégica que eu proporia para substituir a Retaliação Massiva é chamada aqui de Estratégia da Resposta Flexível. Este nome sugere a necessidade de uma capacidade de reagir a todo o espectro de possíveis desafios, para lidar com qualquer coisa, desde uma guerra atômica generalizada até infiltrações e agressões como as que ameaçaram o Laos e Berlim em 1959<sup>91</sup> (TAYLOR, 1960, p. 06, tradução nossa).

Basicamente, na visão de Taylor, tratava-se de distanciar-se do que se enxergava como as únicas duas opções do *New Look*: inação ou suicídio mútuo (nuclear). Passava-se a enxergar a guerra enquanto um espectro maior de opções, que iam da insurgência, conflitos convencionais limitados nuclearmente e uma conflagração nuclear de grandes proporções (TAYLOR, 1960, p. 05-06).

---

91 **No Original** – “The strategic doctrine which I would propose to replace Massive Retaliation is called herein the Strategy of Flexible Response. This name suggests the need for a capability to react across the entire spectrum of possible challenge, for coping with anything from general atomic war to infiltrations and aggression such as threaten Laos and Berlin in 1959” (TAYLOR, 1960, p. 6).

### 4.1.3 Modernização e Contrainsurgência

Ao ser adotada por Kennedy, a estratégia da Resposta Flexível continha, portanto, uma preocupação com diversas configurações da guerra e, conseqüentemente, de como se preparar para ela. No nível mais inferior da escala estava a insurgência travada pelas guerrilhas comunistas no Terceiro Mundo. Sua resposta por parte dos EUA era a contrainsurgência.

Pode-se definir contrainsurgência (abreviado para COIN<sup>92</sup> – do inglês COunter-INSurgency) como uma forma de guerra:

onde a ênfase está nas formações de infantaria leve, não nas divisões pesadas; na restrição do poder de fogo, não na sua aplicação generalizada; na resolução de problemas políticos e sociais dentro da nação visada pelos insurgentes, não aproximando-se e destruindo as forças dos insurgentes<sup>93</sup> (KREPINEVICH JR., 1986, p. 05, tradução nossa).

Cabe notar que a contrainsurgência, ao menos na concepção de Krepinevich, diz respeito a mais do que um tipo de missão, forma de desencadear operações ou de ocupação militar. Trata-se também do perfil de força do Exército. Como se verá adiante, esse era o problema central na acepção da Resposta Flexível. O Exército deveria reconhecer uma escala ampla de problemas militares, mas não poderia necessariamente se preparar de maneira equivalente para todos eles.

Por ora, cumpre ressaltar que a COIN teve um grande papel no governo Kennedy. Entretanto, sua popularidade não adveio dos seus conselheiros militares como Taylor, mas sim de seus assessores civis. A doutrina militar fazia uma espécie de par com uma cosmovisão sociológica e econômica que moldou a política externa do governo Kennedy para o Terceiro Mundo.

---

92 **COIN** – O tema da contrainsurgência ganhou uma espécie de renascença no pós-Guerra Fria, em especial com as guerras estadunidenses no Afeganistão (2001-2021) e Iraque (2003-2011). Mais especificamente, ganhou popularidade – ou ao menos notoriedade pública – com a figura do General David Petraeus, responsável por uma ênfase na Contrainsurgência durante os anos de 2007-2008, durante os quais foi comandante das Forças de Ocupação do Iraque. Esse ressurgimento do tema veio acompanhado de diversas comparações com a experiência dos EUA no Vietnã. Nesse sentido, os autores aqui utilizados, Andrew KREPINEVICH JR. (1986) e Max Boot (2018) fizeram parte dessa revalorização das lições para uma doutrina de COIN contidas no Vietnã.

93 **No Original** – “where the emphasis is on light infantry formations, not heavy divisions; on firepower restraint, not its widespread application; on the resolution of political and social problems within the nation targeted by insurgents, not closing with and destroying the insurgents’s field forces” (KREPINEVICH JR., 1986, p. 05).

Tratava-se da Teoria da Modernização. Ela teve surgimento no pós-II Guerra Mundial. Seu desenvolvimento esteve intrinsecamente ligado a situação internacional dos EUA enquanto grande potência hegemônica. Refletia um sentimento ambíguo de confiança e ansiedade por mudança no que dizia respeito ao papel do país no mundo. Era uma apologia do modelo liberal estadunidense, ao mesmo tempo em que tentava se mostrar a relevância deste para o mundo dos países em desenvolvimento. Era uma maneira de universalizar o “modo de vida americano”, disputando o desenvolvimento da periferia e semiperiferia global com outras ideologias (GILMAN, 2003, p. 04).

A(s) Teoria(s) da Modernização são, na verdade, uma miríade de esforços em diferentes áreas, da sociologia e antropologia à economia. Contudo, no essencial, suas características principais podem ser sumarizadas nos seguintes pontos:

(1) as sociedades “tradicionais” e “modernas” são separadas por uma nítida dicotomia; (2) as mudanças econômicas, políticas e sociais são integradas e interdependentes; (3) o desenvolvimento tende a seguir em direção ao Estado moderno ao longo de um caminho comum e linear; e (4) o progresso das sociedades em desenvolvimento pode ser dramaticamente acelerado por meio do contato com as sociedades desenvolvidas<sup>94</sup> (LATHAM, 2000, p. 04).

Um dos teóricos da modernização mais influentes foi Walt Whitman Rostow. professor no departamento de economia do MIT, ele havia tido experiência no setor público como analista de alvos para bombardeio aéreo na Segunda Guerra Mundial, enquanto membro da OSS. Depois da guerra, teve notoriedade com a publicação do livro “As Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um Manifesto Não-Marxista”, de 1960. A obra resumia o espírito e as proposições da Teoria da Modernização e, assim como Taylor, causou uma boa impressão no então candidato a presidente John F. Kennedy; era boa o suficiente para lhe render o cargo de Vice-Assessor de Segurança Nacional.

Em seu livro, Rostow reproduziu os traços característicos das teorias da modernização ao elencar cinco etapas do desenvolvimento econômico, sendo elas:

- a) **sociedade tradicional** – sociedades pré-industriais e baseadas no poder religioso, familiar ou tribal;

---

94 **No Original** – “(1) ‘traditional’ and ‘modern’ societies are separated by a sharp dichotomy; (2) economic, political, and social changes are integrated and interdependent; (3) development tends to proceed toward the modern state along a common, linear path; and (4) the progress of developing societies can be dramatically accelerated through contact with developed ones” (LATHAM, 2000, p. 04).

- b) **as condições para o arranco** – países em processo de transição para uma sociedade industrial, incluindo o começo da acumulação de capital, os primeiros empreendimentos e um Estado operativo – normalmente autoritário;
- c) **o arranco propriamente dito** – o processo de revolução industrial;
- d) **a marcha para a maturidade** – que reflete uma maior competitividade e diversificação industrial;
- e) e por fim a **sociedade de consumo em massa** (ROSTOW, 1978, p. 16-24; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2017, p. 15-19).

Como o nome sugere, a ideia das etapas do desenvolvimento propõe uma progressão linear do desenvolvimento. E, portanto, algo que pode ser replicado em qualquer sociedade a qualquer tempo. No caso dos EUA, o desenvolvimento de sociedades aliadas tomou forte lugar na política externa de Kennedy. A teoria permitia, ao menos para Rostow e Kennedy, que os EUA promovesse o desenvolvimento dos aliados, adequando o puritanismo democrático dos EUA às idiossincrasias de regimes modernizadores autoritários. Esses, agora podiam ser justificados nos planos estadunidenses, pois serviam apenas enquanto regimes de transição até a sociedade de consumo em massa, quando poderiam ser revertidos à democracia liberal (GILMAN, 2003, p. 11-12).

Neste sentido, a teoria da modernização tinha como razão-de-ser se colocar enquanto alternativa ao comunismo. Esse objetivo é bem explícito na obra de Rostow. Para além do subtítulo – *um manifesto não-marxista* –, o autor deixa isso claro na introdução, na qual declara que a pretensão da obra é competir com as teorias marxistas do desenvolvimento. Em certo ponto, Rostow compara sua teoria e a do campo marxista, notando algumas semelhanças – em suma uma abordagem que dá conta de explicar a evolução da sociedade como um todo pelo viés econômico (ROSTOW, 1978, p. 14, 176-177).

Embora reconhecessem o marxismo como equivalente enquanto teoria do desenvolvimento, os teóricos da modernização não o consideravam seu equivalente moral. Para esses acadêmicos estadunidenses, enquanto o finalismo marxista projetava-se num futuro apenas profético, “a utopia secular e materialista já havia sido alcançada nos Estados Unidos supostamente pós-ideológicos dos anos Eisenhower e Kennedy<sup>95</sup>” (GILMAN, 2003, p. 14, tradução nossa). Dessa forma, nas palavras do próprio Rostow, o comunismo pode ser encarado:

---

95 **No Original** – [...] the modernization theorists instead asserted that secular, materialist utopia had already been achieved in the supposedly postideological United States of the Eisenhower and Kennedy years (GILMAN, 2003, p. 14).

[...] como uma forma particularmente desumana de organização política capaz de desencadear e sustentar o processo de desenvolvimento em sociedades em que o período das condições não produziu uma classe média comercial empreendedora e substancial, [bem como] um conveniente consenso político entre os líderes da sociedade. É uma espécie de doença que pode afetar uma sociedade em transição, caso esta não consiga organizar efetivamente seus elementos preparados para levar adiante a tarefa de modernização (ROSTOW, 1978, p. 194-195, tradução nossa).

Nota-se que, para Rostow, o comunismo, ainda que perverso, é um instrumento eficiente de desenvolvimento. Por isso, para o autor, a modernização deveria ser disputada pelos EUA. Evidentemente, as áreas que mais necessitavam do apoio estadunidense eram conflagradas por insurgências. Daí a importância das doutrinas de COIN. Essas tinham, por seu viés político e econômico, uma aproximação natural com a teoria da modernização.

Rostow se mostrou um grande entusiasta das doutrinas de COIN, tornando-se uma espécie de perito sobre o tema no Conselho de Segurança Nacional – ainda que deva se ressaltar que não tanto na parte de doutrina, mas de sua interface com o desenvolvimento. Por sua vez, esse entusiasmo acabou ressoando também no Presidente Kennedy (CANNON, 1989, p. 128).

Assim, no que tange à política externa, tal qual a Teoria da Guerra Limitada, os teóricos da modernização chegavam em boa hora. Em 1959, a Revolução Cubana – perto das fronteiras nacionais do EUA – certamente teve um papel importante em desencadear um interesse renovado pelas maneiras de contrapor-se a uma insurgência. No ano seguinte, Khrushchov fez um pronunciamento a favor das “guerras de libertação” ao redor do mundo. Para Kennedy, era a confirmação das debilidades do *New Look* de Eisenhower; ou seja, a capacidade do comunismo de expandir-se sem alarde através de guerras de baixíssima intensidade (KREPINEVICH JR., 1986, p. 29).

Além de promover Rostow, as lutas nacionais de libertação e o interesse em as contrariar ajudaram a reviver a carreira de um velho conhecido do Vietnã, o Coronel – depois general – da Forças Aérea Edward Lansdale. Como visto, esse tinha experiência nas Filipinas e no Vietnã como assessor de Diem nos primeiros anos da República. Ele saiu do Vietnã em 1956 para ocupar no Pentágono a vice-diretoria do Escritório de Operações Especiais (*Office of Special Operations* – OSO). Ele era uma seção do Departamento de Defesa que deveria prestar assessoria em assuntos como ações de comandos, operações psicológicas, inteligência, guerra de guerrilhas e operações de contrainsurgência. Esse último tema era o preferido de Lansdale. Ele era um convidado frequente para palestras e exposições nas escolas militares e

outros círculos e se tornou uma referência na contrainsurgência apesar de nunca ter formalizado sua experiência numa publicação (BOOT, 2018, p. 314-319).

Ainda em 1959 – possivelmente em resposta a Revolução Cubana –, antes da chegada de Kennedy, o Exército dos EUA criou o primeiro curso dedicado ao combate de guerrilhas na Escola de Guerra Especial. O organizador do curso, Tenente-coronel Sam Wilson, foi quem primeiro cunhou o termo COIN. Muito da bagagem intelectual do curso devia-se a Lansdale, com o qual Wilson se correspondia e considerava o “guru” da COIN (BOOT, 2018, p. 320-322).

Contudo, ainda que a COIN tivesse uma existência tímida no final dos anos 1950, ela ganhou uma atenção sem precedentes sob a administração Kennedy. O presidente propagandeou a preparação para a COIN em momentos tão diversos quanto seu discurso sobre o Estado da União e em outras falas para o congresso acerca do orçamento. Tomou interesse por material de revolucionários como Mao e Che Guevara, ordenou um esforço de modificação do currículo escolar das instituições do Exército para incluir matérias de contrainsurgência e sugeriu que as promoções de oficiais gerais estivessem condicionadas a experiência em operações de COIN (KREPINEVICH JR., 1986, p. 31-33; WEIGLEY, 1973, p. 456).

Para Kennedy, a COIN era apenas uma das facetas da Guerra Limitada, em consonância com a ideia da Resposta Flexível de Taylor. Se lembrarmos dos eventos da Guerra Civil Laosiana, o “barato da contrainsurgência<sup>96</sup>” (KREPINEVICH JR., 1986, p. 31, tradução nossa) de Kennedy faz mais sentido. Eles dão estatuto de realidade ao diagnóstico de insatisfação do Presidente com a mentalidade de tudo ou nada dos chefes de Estado-Maior das Forças Armadas estadunidenses. Diferentemente do Laos, uma crise que Kennedy apenas herdou, no Vietnã seria possível realizar algo inovador, dentro da escala da Resposta Flexível. Entretanto, o onde estava a Indochina na escala estaria em disputa.

#### **4.1.4 O Vietnã Toma o Lugar do Laos**

De volta ao Vietnã, cabe descrever a situação que o colocou em destaque em 1961. Em suas memórias, Taylor (1972, p. 220) elenca três fatores imediatos para que o Vietnã passasse o Laos em prioridade na primeira metade de 1961, sendo eles:

---

<sup>96</sup> **No Original** – “counterinsurgency kick” (KREPINEVICH JR., 1986, p. 31).

- a) um relatório elaborado por Edward Lansdale em janeiro;
- b) uma carta do Presidente Diem a Kennedy, que acabou suscitando o envolvimento de Taylor no Vietnã; e
- c) o diagnóstico do MAAG acerca da insurgência, expedido por seu comandante, Gen. McGarr.

#### 4.1.4.1 (a) O Relatório Lansdale

Em novembro de 1960, Diem sofreu uma tentativa de golpe, a qual conseguiu repelir. Entretanto, o fato do embaixador americano Elbridge Durbrow ter ficado neutro diante da iniciativa golpista serviu para piorar uma relação já tensa entre ele e Diem. Os motivos da animosidade eram as demandas consideradas irrealistas da embaixada americana como: enviar Nhu, irmão do presidente, para uma missão diplomática – com o intuito de diminuir sua influência sobre Diem; a liberalização política e de imprensa; e o desmonte da polícia política. Contudo, o golpe reavivou o interesse de Lansdale no Vietnã e possibilitou, a contragosto, a aquiescência de Durbrow a uma visita oficial do agora general (BOOT, 2018, p. 336-338).

A visita de Lansdale no Vietnã durou de 02 a 14 de janeiro de 1961. Dela adveio um relatório na qual apontava a piora da situação do Vietnã em relação ao aumento da guerrilha. Como antídoto, defendia a construção de um Estado estável, principalmente através do apoio a Diem. O relatório teve importância menos por seu conteúdo e mais por seu público. No momento de transição de governos, O General Andrew Goodpaster – secretário de Eisenhower, de saída – repassou o relatório a Walt Rostow – o interessante Vice-Assessor de Segurança Nacional – para que fosse lido pelo presidente Kennedy (BOOT, 2018, p. 352). Segundo Rostow, a reação do presidente teria sido a seguinte:

Isso é a pior coisa em nos metemos, não é mesmo? Eu vou te dizer uma coisa. O presidente Eisenhower nunca mencionou isso. Ele falou longamente sobre o Laos, mas nunca sequer pronunciou a palavra Vietnã”. Kennedy ficou tão impressionado com a importância desse problema iminente que instruiu Rostow “a se aprofundar

no problema do Vietnã e obter para ele alguns materiais de leitura sobre a guerra de guerrilhas em geral<sup>97</sup> (BOOT, 2018, p. 353, tradução nossa).

O relatório de Lansdale teve resultados imediatos. Em abril, o embaixador Durbrow foi substituído por Frederick Nolting, que estava alinhado a ideia de Lansdale. O embaixador reverteu a tendência da diplomacia estadunidense de afastar-se de Diem. Por algum tempo, o próprio Lansdale foi cotado para assumir a embaixada de Saigon. Entretanto, enfrentava uma forte resistência tanto no Departamento de Estado quanto nas Forças Armadas, que não formavam uma boa impressão dos métodos não convencionais de Lansdale. Os métodos aqui não dizem respeito aos resultados de Lansdale, mas da forma como se movia pelo ambiente burocrático, tal qual havia feito, de forma completamente *ad hoc*, nos anos iniciais do apoio dos EUA a Diem. A antipatia do General Taylor, por exemplo, vinha da amizade que tinha com o General Lawton Collins – plenipotenciário que disputou, e perdeu, a influência da política externa para o Vietnã com Lansdale em 1955 (BOOT, 2018, p. 355-356; COLBY, 1989, p. 88).

O único defensor de Lansdale na Casa Branca era Rostow, que o incentivou a escrever um memorando para Kennedy em 19 de abril de 1961, no qual recomendava a Casa Branca que formasse uma Força-tarefa para tratar do Vietnã. Entre outras medidas, recomendava-se retomar a relação de confiança com o governo Diem, efetuar algumas reformas administrativas no governo sul-vietnamita, iniciar programas de construção de Estado no interior, bem como desencadear ações de comandos no Vietnã do Norte (BOOT, 2018, p. 359).

No dia seguinte – 20 de abril –, a Força-tarefa foi criada por ordem da presidência e se reuniu pela primeira vez quatro dias depois. Ela era liderada pelo Vice-Secretário de Defesa, Roswell Gilpatric, que – numa notável exceção na burocracia – era relativamente simpático a Lansdale e sua abordagem. As primeiras redações da resolução da Força-tarefa eram muito próximas dos planos de Lansdale. Entretanto, McNamara rapidamente alterou o primeiro relatório do comitê, que prescrevia a ida imediata de Lansdale ao Vietnã, para que ela acontecesse somente por ordem presidencial. Ao mesmo tempo, a relação com os demais membros do Comitê era delicada. Membros dos Departamentos de Defesa e de Estado viam

---

97 **No Original** – “That’s the worst one we’ve got, isn’t it? I’ll tell you something. President Eisenhower never mentioned it. He talked at length about Laos, but never uttered the word Vietnam”. So impressed was Kennedy by the importance of this looming problem that he instructed Rostow “to go deeply into the problem of Vietnam and get him some materials to read about guerrilla warfare in general” (BOOT, 2018, p. 353). Para a primeira frase, utilizou-se a tradução contida em Tuchman (2017, p. 373).

Lansdale com desconfiança. Os primeiros enxergavam-no mais como um agente da CIA do que como militar. Apesar de ostentar a patente de General da Força Aérea, ele de fato havia passado boa parte de sua carreira servindo à CIA, seja como servidor público emprestado ou como oficial de ligação da agência com os militares. Os segundos demonstravam animosidade a Lansdale devido ao papel que ele teve na ainda recente destituição do embaixador Durbrow – percebida, com razão, como uma ingerência de fora do Departamento. Assim, embora próximo do líder da Força-tarefa, Lansdale foi paulatinamente perdendo controle sobre as iniciativas do órgão (BOOT, 2018, p. 360-362).

A criação do Comitê acerca do Vietnã foi o auge da influência de Lansdale. Concomitantemente aos desafios enfrentados por ele em navegar o ambiente burocrático, a ascensão de Taylor como assessor da presidência colocou em cheque, ainda que não tivesse eliminado, a posição daquele enquanto voz de autoridade sobre assuntos militares na Casa Branca (WILLIAMS, 2020, p. 189; BOOT, 2018, p. 360-362).

#### 4.1.4.2 (b) O Envolvimento de Taylor

Taylor, por sua vez, também teve uma ascensão rápida dentro do governo Kennedy. Apesar de ter tido contato com o Presidente ainda durante a campanha eleitoral, no começo de 1961, o General ainda se encontrava aposentado. A volta para a vida pública veio apenas em abril de 1961, quando foi convocado por Kennedy para avaliar o recente desastre estadunidense na tentativa de invasão da Bahia dos Porcos em Cuba. Com isso, o General voltou a ativa e ocupou o cargo de Assessor Militar do Presidente. A posição foi criada por Kennedy especificamente para Taylor, numa tentativa de criar uma estrutura paralela ao JCS que fosse mais próxima a visão da Casa Branca (MCMASTER, 1997, p. 11-12).

Seu envolvimento nos assuntos do Vietnã teve como estopim uma carta de Diem a Kennedy, na data de 09 de julho de 1961. Nela, o Presidente do Vietnã requisitava a aprovação dos EUA para que se ampliasse o efetivo do EVS de 170 para 270 mil tropas (de sete para quinze ou dezesseis divisões). Diem tinha certeza de que o aumento era viável em termos de recrutamento mas necessitava de fundos para efetivá-lo. Kennedy, por sua vez, recorreu a Taylor para chegar a uma decisão e acabou aprovando um aumento das 170 para duzentas mil tropas em 04 de agosto (TAYLOR, 1972, p. 221-222).

Mais do que o conteúdo da carta em si, este evento importa pois foi o marco a partir do qual Taylor começou a ser consultado sobre o Vietnã e se tornou uma figura central nas decisões pertinentes a Indochina pelos próximos quatro anos. Ao longo dos meses seguintes à carta, o general desenvolveu uma relação próxima com Walt Rostow e trabalhou para produzir relatórios acerca da situação no Sudeste Asiático – tanto no Laos quanto no Vietnã (PRADOS, 1999, p. 35).

Em 14 de julho de 1961, Taylor apresentou sua primeira avaliação sobre o Vietnã. Ele via três problemas principais:

- a) segurança interna;
- b) defesa contra uma invasão convencional do EVN; e
- c) infiltração através da Trilha de Ho Chi Minh na fronteira.

A essa altura, o Laos tinha importância central: “As forças necessárias para as duas primeiras missões, ‘a’ e ‘b’, podem ser estimadas prontamente (embora ‘a’ possa mudar se ‘c’ não for realizada), mas as da terceira dependerão da estratégia geral a ser seguida e da ajuda obtida de tailandeses, laocianos e norte-americanos<sup>98</sup>” (TAYLOR, 1988, p. 223-224, tradução nossa).

Embora a ideia de uma intervenção direta no Laos já estivesse praticamente fora de cogitação em meados de 1961, fica claro na avaliação de Taylor o papel atribuído à infiltração pela Trilha de Ho Chi Minh. A interrupção do fluxo de suprimentos era uma tarefa militar muito mais próxima da guerra convencional do que uma operação de pacificação ou contrainsurgência – cenário no qual a guerrilha estaria operando de forma independente e sem apoio externo.

#### 4.1.4.3 (c) A Insurgência e o Diagnóstico do MAAG

A infiltração não era um problema menor também no diagnóstico do MAAG. No dia 24 de abril de 1961, o Tenente-General Lionel McGarr, comandante do MAAG-Vietnã, havia feito uma apresentação para a Força-tarefa sobre Vietnã da Casa Branca. Nela, afirmou que seu comando estimava que Diem controlava apenas 42% do território vietnamita, sendo que o resto estava sob influência ou controle dos comunistas (WILLIAMS, 2020, p. 159).

---

98 **No Original** – “The forces for the first two missions, a and b, can be estimated fairly readily (although a may change if c is not carried out) but those for the third will depend on the over-all strategy to be followed and the help obtainable from Thai, Laotian and U.S. sources” (TAYLOR, 1988, p. 223-224).

É possível aproveitar esse ensejo para descrever brevemente os resultados do apoio do MAAG no Vietnã do Sul. A primeira interação dos EUA com o EVS foi no ocaso do domínio francês em 1954. Quando da retirada francesa, o exército colonial contava com 167.700 soldados regulares. No ano seguinte, em função dos acordos de Genebra e de constrangimentos orçamentários, iniciou-se uma primeira grande reforma do EVS (KREPINEVICH JR., 1986, p. 21-22).

Os estadunidenses propuseram um exército enxuto de cem mil tropas, composto de divisões pesadas, dotadas de mobilidade estratégica – capacidade de serem facilmente desdobradas para outras regiões do país – e capazes de resistir a uma ofensiva convencional do EVN – ao menos por tempo suficiente para a chegada de tropas aliadas da OTASE. Os vietnamitas, por sua vez, tinham considerações mais voltadas a defesa interna, com ênfase em organizações militares leves e organizadas regionalmente – ou seja com capacidade de desdobramento limitado. O resultado final da reforma foi um Exército com efetivo de 150 mil, organizado em dez divisões, das quais quatro eram pesadas e seis leves. As divisões leves eram uma concessão dos EUA ao Vietnã do Sul, mas, mesmo assim, eram voltadas para uma guerra convencional de média a alta intensidade (KREPINEVICH JR., 1986, p. 22).

Ainda assim, o MAAG não se deu por satisfeito. Entre 1956 a 1959, teve lugar uma outra reforma militar. As dez divisões (quatro pesadas e seis leves) foram transformadas em sete divisões pesadas. Finalmente, o EVS tinha um perfil de força completamente modelado em torno das divisões que lutaram a Segunda Guerra Mundial ou a Guerra da Coreia e que pouco tinham a ver com pacificação interna ou construção de Estado (KREPINEVICH JR., 1986, p. 24).

O MAAG, até 1959, manteve-se completamente alheio a Construção de Estado no Vietnã do Sul. Contribuiu para a formação de um Exército sul-vietnamita capaz de fazer frente a uma invasão do Norte. Contudo, nesse processo, manteve-o alienado das tarefas de segurança interna, desenvolvimento da infraestrutura e fornecimento de serviços básicos. Especialmente, não assumiu nenhuma responsabilidade no treinamento das unidades paramilitares responsáveis pela defesa contra a insurgência que em 1961, segundo o próprio MAAG, ocuparia mais da metade do território no Sul. Os Grupos de Autodefesa e a Guarda Civil – respectivamente com 43 e 53 mil membros – eram praticamente ignorados tanto pelos estadunidenses quanto pelo EVS. O que resultava era uma força despreparada, em termos de equipamento e treinamento, e altamente propensa a cometer abusos, corrupção ou deserção para o lado comunista (KREPINEVICH JR., 1986, p. 24-25).

Em suma, o MAAG havia se preparado para uma guerra convencional, mas agora se deparava com uma insurgência controlada e alimentada via infiltração pela Trilha de Ho Chi Minh na fronteira laosiana. O que estava em aberto era como se responderia a esse desafio, mudando o caminho ou dobrando os esforços já dispendidos na mesma direção.

#### **4.1.5 Problema: O Perfil de Força**

A decisão a ser tomada nos primeiros anos da década de 1960 era o perfil que a guerra assumiria no Vietnã. Com a Guerra do Laos pendendo para a neutralização, dois impactos eram sentidos no Vietnã:

- a) no nível político, a vitória dos EUA nesse último país assumia uma importância maior no que dizia respeito a narrativa política da Teoria do Dominó, que o governo Kennedy manteve inalterada; e
- b) no nível operacional, a insurgência no Sul ganhava dimensão com a estruturação da infiltração de quadros e suprimentos pela Trilha de Ho Chi Minh.

Como referido, ao assumir a Casa Branca, Kennedy aderiu a ferramenta da Resposta Flexível. Nessa concepção, os EUA poderiam, agora, fazer frente aos desafios no Terceiro Mundo sem desencadear uma guerra nuclear. Contudo, o lugar do Vietnã na escala da resposta flexível não estava claro para todos os atores envolvidos na tomada de decisão.

Diferentes respostas vinham de diferentes diagnósticos – principalmente da causa do problema da insurgência, bem como do ferramental e da experiência pregressa dos formuladores de política. Como pano de fundo, desenrolava-se uma disputa burocrática dentro do Exército sobre Grande Estratégia, doutrina, Perfil de Força e mudança tecnológica. Como resultado, o perfil de força da intervenção parecia ficar polarizado entre a guerra limitada (convencional) e a guerra de contrainsurgência.

#### 4.1.5.1 Alternativa A: A Teoria da Guerra Limitada

A primeira alternativa dizia respeito ao emprego convencional do Exército. Em termos tradicionais, ela correspondia ao modo fazer a guerra dos EUA, ou seja, em termos absolutos, decisivos e não limitados, bem como ao foco na massa de guerra e no poder de fogo para dar cabo da aniquilação das forças do adversário – independente se forças convencionais do EVN ou irregulares da FLN.

A diferença que surgia em relação a esse modo americano de fazer a guerra era a estratégia da guerra limitada. Suas principais implicações se davam em dois sentidos. Em primeiro lugar, no que dizia respeito a tática e operações, dava uma ênfase maior no uso dos helicópteros (aeromobilidade). E, em segundo, revitalizou a proposta já existente de atacar diretamente a RDV através do bombardeio aéreo estratégico. Contudo, dessa feita, o bombardeio não era uma parte de uma intervenção em larga escala, mas sim uma possibilidade em si mesma, enquanto forma de “sinalização” diplomática.

Como o próprio conceito sugere, as Forças Armadas dos EUA em geral eram adeptas ao Modo Americano de Fazer a Guerra e resistiram à adoção da COIN. Sua nova interface com a Guerra Limitada se dava principalmente através de duas figuras com acesso à presidência. Tratava-se do General Taylor – Conselheiro Militar do Presidente; e de Walt Rostow – Vice-assessor de Segurança Nacional.

A solução de Taylor para o problema do Vietnã foi primeiro esboçada no já mencionado memorando do dia 14 de julho, no qual elencava três grandes desafios – a segurança interna; a defesa contra uma ofensiva convencional do EVN; e a infiltração de pessoas e material pelas fronteiras. Para estes três problemas, identificou três tarefas:

- a) tomar e controlar a parte Sul do Laos (o *panhandle*);
- b) desencadear ataques aéreos e de guerrilha sobre o território da RDV; e
- c) aplicação de pressão militar contra o Vietnã do Norte (TAYLOR, 1988, p. 223-225; WILLIAMS, 2020, p. 189).

A primeira dessas tarefas logo se tornou inviável pela decisão tomada por Kennedy acerca da Guerra Civil no Laos. Ou seja, a neutralização em detrimento da intervenção militar estadunidense. A segunda e terceira, entretanto, foram mantidas na concepção de Taylor e, mais tarde, aumentadas por Rostow.

Cabe notar que, para Taylor, o problema da segurança interna respondia somente à questão da infiltração e não a capacidade do Estado vietnamita de controlar a população ou de

construir capacidade estatal. Nesse sentido, embora seu conceito de resposta flexível também abarcasse as insurgências, Taylor estava interessado na guerra limitada convencional e não na COIN. A ideia subjacente é que se os meios convencionais do Exército fossem capazes de fazer frente a ameaças de grande porte, não teriam maiores problemas em resolver o problema dos insurgentes (KREPINEVICH JR., 1986, p. 34, 28-29).

Uma das figuras mais úteis para entender a aplicação da teoria da Guerra Limitada ao caso vietnamita é a de Rostow. Ele teve uma evolução na radicalidade de suas propostas para a intervenção estadunidense no conflito. No início do ano de 1961, Rostow partiu do fato da infiltração pelo Laos oferecer uma séria ameaça a estabilidade do governo no Sul. Nos primeiros meses da administração Kennedy, ele defendeu a interdição terrestre da Trilha de Ho Chi Minh no Laos. Contudo, assim como aconteceu com Taylor, a neutralização proposta por Kennedy inviabilizou os planos dos quais Rostow era partidário. Embora continuasse defendendo-os, ele procurou alternativas para os planos de invasão. Em junho de 1961, encontrou um substituto da interdição terrestre na ideia de que a coerção da RDV podia ser alcançada através do bombardeio estratégico. Em julho, Rostow propôs que a infiltração fosse resolvida por uma “operação de contraguerrilha no Norte [...] [composta de] operações militares limitadas ... e.g. a captura e exploração do porto de Haiphong<sup>99</sup>” (PRADOS, 1999, p. 37, tradução nossa).

Inseridas mediações suficientes, a assertiva de Rostow não estava errada, afinal, a FLN tinha seu “cordão umbilical” na Trilha de Ho Chi Minh – que começava na RDV. Contudo, cumpre ressaltar que estava longe de se tratar de uma doutrina militar alinhada aos princípios da contrainsurgência. Afinal, é difícil imaginar a tomada do maior porto da Indochina ou a destruição de sua maior cidade como uma ação de COIN. Era, entretanto, muito mais próxima da ideia de sinalização coercitiva associada à Teoria da Guerra Limitada.

Neste sentido, Rostow se afastava do caminho que o levou a ser Assessor: o de analisar a situação internacional através da ótica da modernização. Era como se a experiência de Rostow se desse de forma dupla, por um lado tratava de defender o Vietnã do Sul enquanto país em processo de modernização. Por outro, parecia valorizar muito a capacidade de coerção do bombardeio estratégico, fruto de sua experiência na Segunda Guerra Mundial como analista de dano por bombardeio da OSS. Colocadas sobre a ótica do Vietnã, Rostow imaginava que pudesse reter esses dois acúmulos, contudo, no que dizia respeito às

---

99 **No Original** – “counter-guerilla operation in the north [...] limited military operations[s] ... e.g. capture and holding of the port of Haiphong” (PRADOS, 1999, p. 37).

recomendações de ação militar, suas formulações claramente favoreciam o bombardeio (KREPINEVICH JR., 1986, p. 33-34; BOOT, 2018, p. 370).

Em suma, a solução de Taylor e Rostow para o Vietnã tinha, bem ou mal, pouco de contrainsurgência e guerra irregular. Tratava-se, sobretudo, de uma campanha convencional, limitada através dos meios. Os pontos fundamentais eram:

- a) ataque aéreo ao Norte – a partir de aeródromos em terra e mar;
- b) apoio ao exército sul-vietnamita através da aeromobilidade e apoio de fogo;
- c) e, por fim, a incorporação da guerra secreta – incluindo-se aqui ações de comandos e, de forma apenas subsidiária, os boinas verdes de Kennedy (WEIGLEY, 1973, p. 458, 462).

#### 4.1.5.2 Alternativa B: A Doutrina da Contrainsurgência

A segunda alternativa era a adequação do Exército dos EUA e do EVS à doutrina da contrainsurgência. No geral, propunha um perfil de força baseado em infantaria leve, construção de Estado, provimento de serviço em conjunto com agências civis, campanha política e psicológica e uma doutrina basicamente defensiva com foco no controle da população.

Seus principais defensores eram:

- a) o General Edward Lansdale;
- b) a estação da CIA em Saigon;
- c) o governo sul-vietnamita.
- d) E, de maneira mais ambígua, as Forças Especiais do Exército estadunidense – boinas verdes – também cumpriram um papel na COIN, mas representavam em si a resistência a essa doutrina pela Força terrestre.

Evidentemente, o pioneiro da COIN nos EUA, Lansdale, era um grande defensor da doutrina. Como visto, sua influência em 1961 adveio de seu relatório sobre o Vietnã. Esse inspirou Kennedy e sua solicitação de que as Forças Armadas se adequassem à COIN. Em consonância com outros teóricos da doutrina, Lansdale defendia que as forças envolvidas na contrainsurgência se ocupassem em controlar e ganhar o apoio da população do que perseguir o combate com os insurgentes. Para isso, segundo Lansdale, eles precisariam “realizar

missões de obras públicas, bem-estar, saúde e educação, além da de segurança nacional<sup>100</sup>” (BOOT, 2018, p. 319, tradução nossa).

Contudo, Lansdale não conseguiu escapar ao problema da infiltração pela fronteira. Nesse sentido, ainda em março de 1961, ele articulou a proposta da Força de Fronteira Noroeste. A ideia consistia em organizar unidades de *rangers* sul-vietnamitas – uma infantaria de elite – que se dividiriam entre as tarefas simultâneas de atacar as linhas de suprimento do EVN na Trilha de Ho Chi Minh e realizar o esforço de pacificação dentro do Vietnã do Sul. Essa seria uma das únicas contribuições de Lansdale para o perfil de força. Contudo, ele acabaria se dando mais no seu caráter ofensivo do que na consecução de campanhas de assuntos civis (PRADOS, 1999, p. 33, 41).

#### 4.1.5.2.1 A CIA e a COIN

Depois da chegada de Kennedy, a estação da CIA em Saigon se sentiu compelida a contribuir para o esforço de contrainsurgência. No período de 1961, vários programas piloto foram iniciados no Vietnã do Sul para que, caso tivessem sucesso, pudessem servir de base para um plano nacional. Ainda no começo de 1961, organizaram-se milícias em algumas regiões remotas do Vietnã – com foco em populações de minorias étnicas que habitavam as montanhas ermas (*montagnards*) e vilarejos de católicos emigrados do Norte. O *modus operandi* seguia o receituário da COIN: organizar o vilarejo numa posição defensável, fornecer armas e treinamento para converter a população em forças de autodefesa e, em troca, oferecer serviços de saúde, insumos e equipamentos agrícolas (COLBY, 1989, p. 88-91).

William Colby, Chefe da Estação da CIA em Saigon e gerente destes programas, afirmou que a CIA tentava ser cuidadosa na gestão do programa para não interferir nos negócios de outras agências civis e do MAAG. O programa não devia passar nem pela estrutura legal do governo vietnamita e tratava diretamente com a eminência parda de Diem, seu irmão Ngo Dinh Nhu e seu aparato policial e político (COLBY, 1989, p. 89-90). Assim, embora a estrutura da COIN estivesse sendo montada no Vietnã do Sul, ainda era de uma forma *ad hoc*, não constituindo um programa integrado e em larga escala para todo país.

---

100 **No Original** – “undertake missions of public works, welfare, health, and education, as well as national security” (BOOT, 2018, p. 319).

Os programas piloto da CIA foram considerados sucessos e inspiraram a formação das Vilas Estratégicas. Esse programa foi concebido e coordenado de perto por Nhu. Uma outra fonte de inspiração foram as táticas inglesas de COIN utilizadas pela administração colonial na Malásia. Seu principal artífice, Sir Robert Thompson foi enviado a Saigon como parte da Missão Britânica de Assessoramento do Vietnã do Sul (*British Advisory Mission to South Vietnam – BRIAM*). A assessoria de Thompson, em outubro de 1961, ia na direção de valorizar a estabilidade política e segurança da população. E, portanto, passava ao largo do foco do MAAG na destruição das formações insurgentes através do poder de fogo (KREPINEVICH JR., 1986, p. 66-67; COLBY, 1989, p. 99-100).

Deste modo, o maior articulador para a implementação das Vilas Estratégicas ainda foi Nhu. Entre o final de 1961 e o começo de 1962, todos os programas da CIA acabaram sendo absorvidos pelo novo programa das Vilas Estratégicas, que prometia um esforço de escala realmente nacional. Nesse meio tempo, tanto Taylor, em sua posição de conselheiro do Presidente, quanto o General Lyman Lemnitzer, Chefe do JCS – os dois cargos militares mais altos dos EUA – se mostraram críticos da proposta, diplomaticamente atacando a posição de Thompson em vez de Nhu. Para eles, a experiência da Malásia – não sem razão – era completamente diferente da vietnamita, especialmente pela presença da Trilha de Ho Chi Minh e pelo fluxo constante da infiltração (COLBY, 1989, p. 100-102; TAYLOR, 1972, p. 221).

Ao final de 1961, a estratégia havia sido colocada em prática pelo governo Diem. O programa era de extrema relevância pois, como visto, tinha uma importante embasamento na doutrina de contrainsurgência. Por parte dos EUA, tinha apoio conceitual e material da CIA e das agências civis estadunidenses (como o USAID e a USIA<sup>101</sup>) bem como dos ingleses da BRIAM. Contudo tinha pouca interação direta com o MAAG – leia-se com o Exército dos EUA.

A posição dos militares era, a princípio, a de apoiar o programa no que fosse necessário, mas desde que isso não interferisse nas operações e no perfil do EVS, voltado para a guerra convencional. Como isso não acontecia com frequência, a relação dos assessores

---

101 **USIA** e **USAID** – Agência de Informação dos Estados Unidos (*United States Information Agency – USIA*, 1953-1999) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development – USAID*, 1961-hoje). Dizem respeito a agências independentes do governo dos EUA. A primeira dizia respeito a uma corporação de relações-públicas, responsável pela produção e disseminação de propaganda pró-estadunidense e antissoviética – em qualquer tipo de mídia disponível. A segunda agência, foi uma criação do governo Kennedy com o intuito de fomentar programas de ajuda internacional e desenvolvimento humano – e.g. programas de segurança alimentar, educação, saúde, etc. Como eram pretensamente instituições cooperativas e estavam amplamente difundidas mundialmente, as duas eram também notórias coberturas para oficiais de inteligência e carregam um extenso histórico de subversão e espionagem.

militares estadunidenses com as Vilas Estratégicas era de indiferença (KREPINEVICH JR., 1986, p. 69).

A questão central aqui é o papel do Exército na contrainsurgência e, portanto, na construção de Estado. À primeira vista, o programa de Nhu deveria ter significado uma maior interação do EVS e do MAAG com a pacificação. Contudo, revelou-se o contrário: as Vilas Estratégicas cumpriam o papel de isolar o Exército da COIN. O argumento era o de que, visto que existia um programa civil em curso, os Exércitos do Vietnã e dos EUA podiam se dedicar exclusivamente às ofensivas convencionais – voltadas para operações contra grandes unidades e com ênfase na mobilidade e poder de fogo, o que mais tarde seria chamado de Busca e Destruição – o *Search & Destroy* (KREPINEVICH JR., 1986, p. 69).

Em outras palavras, o programa das Vilas Estratégicas era conveniente aos assessores militares. Caso desse resultados positivos, serviria para aliviar a pressão da Casa Branca sobre o Exército acerca da adaptação à COIN. E, portanto, possibilitaria que os estadunidenses continuassem a treinar e apoiar o EVS em operações de busca e destruição. Ou seja, justamente por serem opostos em relação ao perfil de força, a existência simultânea da Guerra Limitada e das Vilas Estratégicas servia para justificar a estanqueidade dos assuntos e a recusa do Exército de se envolver na construção de Estado no Vietnã.

#### 4.1.5.2.2 O Exército Resiste à COIN

No início da década de 1960, os boinas verdes representaram o único esforço da COIN dentro do Exército dos EUA, no Vietnã e no resto do mundo. Cabe notar que não era essa necessariamente a missão principal para a qual as Forças Especiais foram concebidas. Seu papel original era o de infiltrar-se na retaguarda inimiga para recrutar e treinar forças irregulares para a guerra de guerrilha contra forças convencionais. Atuar num papel de contrainsurgência era algo diferente, aliás – de forma bem literal –, era o exato oposto. Como não se tratava do mesmo tipo de missão, a organização, doutrina, equipamento, treinamento e perfil humano também eram diferentes. A única coisa que as Forças Especiais tinham em comum com a COIN, a princípio, era o fato de nenhuma delas se encaixar no perfil normal do Exército. Contudo, isso não quer dizer que eram compatíveis entre si (KREPINEVICH JR., 1986, p. 69-70).

Esta nova missão dos boinas verdes não foi um acidente de percurso; se deu por uma tentativa, bem-sucedida, do Exército estadunidense de concentrar os esforços de contrainsurgência nas unidades de “Guerra Especial<sup>102</sup>” – termo guarda-chuva para operações psicológicas, guerra não-convencional e contrainsurgência – e impedir o desvio de recursos das grandes unidades convencionais – aquelas com ênfase em blindados e poder de fogo, preparadas para enfrentar os soviéticos na Europa. A ideia dos generais de alto escalão era de aplacar o entusiasmo de Kennedy sem, entretanto, realizar grandes mudanças no perfil de força das unidades existentes (KREPINEVICH JR., 1986, p. 103).

A estratégia de setorização teve sucesso, visto que Kennedy se tornou um avido defensor das Forças Especiais. Em apenas um ano de governo, seu efetivo foi de 1.500 para 9.000 membros. Simbolicamente, Kennedy também foi responsável por expedir a ordem que autorizou as Forças Especiais a usarem as, agora famosas, boinas verdes para distinguirem-se do resto da Força Terrestre (WEIGLEY, 1973, p. 456-457).

No nível da Casa Branca, foi criado o Grupo Especial de Contrainsurgência (*Special Group Counter Insurgency* – SGCI). Numa das reuniões, o irmão do Presidente e Procurador-Geral, Robert Kennedy perguntou: “Por que não podemos simplesmente transformar todo o Exército em Forças Especiais?<sup>103</sup>” (KREPINEVICH JR., 1986, p. 35, tradução nossa). Não se tratava de uma pergunta difícil de se responder, afinal, qualquer militar poderia ter argumentado que a missão principal da Força Terrestre dos EUA era fazer frente aos inúmeros e blindados Exércitos do Pacto de Varsóvia na Europa. Na Ásia, a China e mesmo o EVN não representavam ameaças menores. Contudo, não é difícil imaginar que Bob Kennedy tinha as mesmas concepções do irmão, visto que era – a revelia do cargo que ocupava – basicamente um representante do presidente no conselho, com o papel de supervisor da implementação da COIN como missão das Forças Armadas.

Ainda assim, o próprio Taylor – que presidia o SGCI – diria, certamente não em reunião, que a insurgência era “apenas uma forma de pequena guerra [...] [e que] toda essa

---

102 **Guerra Especial** – “O Secretário do Exército, Elvis J. Stahr Jr., definiu ‘guerra especial’ em 1962 como ‘um termo usado pelo Exército para abranger todas as medidas e atividades militares e paramilitares relacionadas à guerra não-convencional, contrainsurgência e guerra psicológica’. A guerra não convencional englobava principalmente operações de guerrilha e subversão a serem realizadas dentro do território do inimigo, ou controlado pelo inimigo, por pessoal nativo, apoiado e dirigido pelas forças dos EUA. A contrainsurgência, por outro lado, incluía todas as ações, militares e políticas, tomadas pelas forças dos Estados Unidos, sozinhas ou em conjunto com o governo legal, para prevenir ou eliminar uma insurgência subversiva. A guerra psicológica englobava as atividades planejadas e conduzidas para influenciar as opiniões, emoções, atitudes e comportamento do inimigo, da população nativa e de grupos estrangeiros neutros ou amigos para apoiar os objetivos dos EUA” (PADDOCK JR., 2002, p. 10-11, tradução nossa).

103 **No Original** – “Why can’t we just make the entire Army into Special Forces?” (KREPINEVICH JR., 1986, p. 35).

nuvem de poeira que está vindo da Casa Branca realmente não é necessária<sup>104</sup>” (KREPINEVICH JR., 1986, p. 37, tradução nossa). Mais tarde, resumiu sua posição – que correspondia a da maior parte do Exército – quando afirmou que a vontade de Kennedy em adequar as FFAA à COIN era “algo que tínhamos que satisfazer. Mas não muito empenho foi direcionado para a tarefa<sup>105</sup>” (KREPINEVICH JR., 1986, p. 37, tradução nossa).

No nível do Exército, criou-se uma Diretoria de Guerra Especial (Special Warfare Directorate) sob a chefia de Estado-maior. Seu diretor, General de Brigada William Rosson, estava autorizado a modificar os elementos “especiais” do Exército, como os boinas verdes e as unidades de operações psicológicas. Também podia fazer mudanças de currículo, nessas disciplinas em específico, por todas escolas e unidades de teste no Exército. Entretanto, todas as unidades convencionais estavam fora do escopo da Diretoria. O Exército tentava, portanto, setorizar a COIN o máximo que conseguisse. Por um lado, implementando ordens da presidência e, por outro, estruturando-as de modo a terem o mínimo de efeitos possível sobre o Perfil de Força tradicional (KREPINEVICH JR., 1986, p. 43).

Em suma, a preparação para a COIN teve defensores na CIA e no governo sul-vietnamita, mas pouca tração com as Forças armadas dos EUA. Embora obedecesse à explosão de novos de conceitos e termos, o Exército ativamente resistiu a sua implementação no Perfil de Força e doutrina. Foi o que Andrew Krepinevich (1986, p. 27) chamou de “a revolução que falhou”. O principal defensor da COIN nas Forças Armadas, Lansdale, era universalmente impopular na burocracia estadunidense e tinha pouco poder de implementação dentro dos “canais de ação” do governo. Sua derradeira chance de influenciar a política para o Vietnã veio na Missão Taylor-Rostow.

#### 4.1.6 Decisão: A Missão Taylor-Rostow

A decisão tomada pelo Exército foi a do modelo da guerra limitada. Seu principal marco, depois desdobrada em diferentes ações, foi a Missão Taylor-Rostow de visita ao Vietnã em outubro de 1961. Ela foi importante principalmente por seus resultados, mas

---

104 **No Original** – “just a form of small war [...] all this cloud of dust that’s coming from the White House really isn’t necessary” (KREPINEVICH JR., 1986, p. 37).

105 **No Original** – “something we have to satisfy. But not much heart went into [the] work” (KREPINEVICH JR., 1986, p. 37).

também é de interesse por apresentar a última chance de envolvimento do Exército com a COIN no Vietnã.

Isto se deu pela presença simultânea de Taylor e Lansdale na visita. Esse duplo *input* de posições diferentes se deu muito pela articulação de Rostow como aliado de ambos e assessor do presidente Kennedy. Em setembro de 1961, quando Kennedy já havia decidido-se, ao menos por ora, em adotar a via da neutralização do Laos (a decisão correta, dada a dificuldade de intervir militarmente no país – distante da costa, e portanto, da logística e das aeronaves de ataque embarcadas), Rostow escreveu-lhe predizendo uma piora da situação no Sul e colocando Taylor e Lansdale praticamente em pé de igualdade em relação às soluções que poderiam advir de uma visita:

A sensação da cidade [Washington] é que, com o Sul do Laos aberto, Diem simplesmente não consegue lidar com a situação... Para nós, a questão visceral, a meu ver, é esta: estamos profundamente comprometidos com o Vietnã: se a situação se deteriorar, teremos de entrar; e a situação está, de fato, se deteriorando ativamente; se entrarmos agora, os custos – humanos e outros – provavelmente serão menores [...] Mas o que quer que você decida na próxima semana, volto ao meu antigo discurso: é essencial que os generais Taylor e Lansdale dêem uma boa olhada no Vietnã do terreno, logo<sup>106</sup> (CANNON, 1989, p. 137, tradução nossa).

Tomada em retrospecto, pode parecer que Lansdale nunca teve chance de influenciar o resultado de forma significativa. À época da Missão, Taylor já havia se tornado figura dominante em relação a implementação (ou não) da COIN na burocracia estadunidense. Concomitantemente, Lansdale havia perdido enormemente seu prestígio, tendo falhado em conseguir posições relevantes na tomada de decisão. Contudo, a presença dos dois generais – mesmo sendo o segundo claramente subordinado ao primeiro – deixava clara a disputa de estratégias distintas em torno da política para o Vietnã. Poder-se-ia dizer, então, que até o final da Missão Taylor-Rostow todos caminhos estavam abertos.

---

106 **No Original** – “The sense of the town is that, with Southern Laos open, Diem simply cannot cope .... For us the gut issue as I see it is this: We are deeply committed in Viet-Nam: if the situation deteriorates, we will have to go in; the situation is, in fact, actively deteriorating; if we go in now, the costs — human and otherwise — are likely to be less [...] But whatever you decide next week, I come back to my old pitch: it is essential that Generals Taylor and Lansdale take a good, hard look at Viet-Nam on the ground, soon” (CANNON, 1989, p. 137).

#### 4.1.6.1 A Missão Taylor-Rostow

Como o nome sugere, a Missão Taylor-Rostow de visita ao Vietnã foi organizada pelo General Taylor, tendo Rostow como uma espécie de segundo em comando e assessor. Na comitiva, estavam membros dos Departamentos de Defesa e Estado, da CIA e do JCS. A visita durou de 18 a 25 de outubro de 1961 e percorreu uma série de pontos, desde encontros com Diem até a visita de zonas de fronteira e reuniões com os estadunidenses lotados em Saigon (TUCHMAN, 2017, p. 384; TAYLOR, 1972, p. 227).

Logo no começo da missão, a disputa de Lansdale com Taylor ficou aparente. Esperando ser designado para tarefas que envolvessem o esforço de COIN, Lansdale foi propositalmente posto por Taylor para trabalhar coletando estimativas de como “selar” a fronteira entre o Laos e o Vietnã. Embora não fosse alheio à infiltração, a tarefa era muito diferente da bagagem profissional de Lansdale, que estava mais familiarizado com assuntos civis e operações psicológicas. Contudo, ele ainda conseguiu aplicar um golpe em Taylor, escapando do cronograma imposto a ele para realizar uma visita a Diem. Nele, Lansdale sugeriu que esse não pedisse por tropas estadunidenses e louvou os esforços das Vilas Estratégicas (CANNON, 1989, p. 143-144; BOOT, 2018, p. 371).

A animosidade gritante entre Taylor e Lansdale também fez as vezes de um racha entre Rostow e esse último. Enquanto não tenha havido animosidade entre os dois, Rostow se manteve omissivo, aderindo integralmente ao cronograma, acompanhamento e as soluções apresentadas por Taylor. Que, de fato, pouco tinham a ver com a doutrina da COIN ou ao processo de modernização do Vietnã. Tratando-se do perfil de Rostow, era como se o Assessor de dano por bombardeio tivesse se sobressaído ao sociólogo (PRADOS, 1999, p. 39; BOOT, 2018, p. 371; CANNON, 1989, p. 143-144).

Na reunião de Taylor com Diem, um dos principais pontos de general era pressionar o presidente vietnamita por mais operações ofensivas contra a FLN. Diem, por outro lado, tinha reservas acerca da capacidade operacional do EVS para táticas ofensivas. A estratégia do Presidente era a de criar um “cordão sanitário”, ou uma área despovoada, entre as rotas de infiltração da FLN e as populosas do Vietnã do Sul. Era uma espécie de adaptação da Contrainsurgência ao problema da fronteira porosa, visto que queria isolar o programa das Vilas Estratégicas da fronteira, sem partir para a ofensiva. (TAYLOR, 1972, p. 232).

O General McGarr, no MAAG, tinha a mesma solução do cordão sanitário. Contudo, a tinha como uma solução pelo contrário, como uma melhor forma de praticar a ofensiva. A

ideia era ter grandes faixas de terra e unidades desdobradas na fronteira para achar, fixar e destruir os infiltradores da FLN e do EVN. De qualquer forma, a opinião generalizada da Missão e do Pentágono era a de que o cordão sanitário não era factível em função da alta quantidade de recursos necessários e ao impacto negativo na população, bem como aos resultados duvidosos que teria sobre o fluxo da infiltração (PRADOS, 1999, p. 32).

Em 03 de novembro de 1961, o relatório da Missão foi finalizado e apresentado à Casa Branca. Como é de se esperar de um trabalho conjunto de um grupo grande e diverso, o relatório continha várias ambiguidades. Relatava uma posição declinante do regime de Diem apesar de um suposto bom encaminhamento da guerra no campo. Ao mesmo tempo, afirmava a necessidade da intervenção mais assertiva dos EUA. Isso incluiria o envio de oito mil tropas para estabilização do Sul, desdobradas sobre a guisa de ajuda humanitária contra uma série de enchentes que assolavam o Delta do Mekong (WEIGLEY, 1973, p. 458).

Contudo, uma versão bem mais direta e acabada da visão de Taylor foi enviada numa carta – assinada por ele mas escrita com a ajuda de Rostow (TAYLOR, 1972, p. 243) – anexa ao relatório da missão e destinada exclusivamente a Kennedy (EUA, 1969d, p. 98-100). Nela, Taylor e Rostow foram bem mais explícitos em seu diagnóstico:

[...] cheguei à conclusão de que a introdução imediata de uma Força-tarefa militar dos EUA definitivamente oferece mais vantagens do que riscos e dificuldades. Na verdade, não acredito que nosso programa para salvar o Vietnã do Sul terá sucesso sem ele. [...] A minha opinião é que o tamanho inicial não deve ultrapassar cerca de 8.000, dos quais um número preponderante seria em unidades de tipo logístico<sup>107</sup> (EUA, 1969d, p. 100, tradução nossa).

Em suas recomendações mais específicas, Taylor e Rostow ressaltaram que os estadunidenses não deveriam – de modo geral – se envolver em combate, mas sugeriam uma organização e doutrina de emprego para o EVS que remontava à guerra convencional no seu sentido mais tradicional. Em suma, propunham que o caminho para a vitória estava ligado à destruição do inimigo, sem qualquer comentário acerca do controle da população ou do papel do Exército na construção do Estado. A carta afirmava:

---

107 **No Original** – “By the foregoing line of reasoning, I have reached the conclusion that the introduction of a U.S. military Task Force without delay offers definitely more advantage than it creates risks and difficulties. In fact I do not believe that our program to save SVN will succeed without it. [...] My own feeling is that the initial size should not exceed about 8000 of which a preponderant number would be in logistical-type units” (EUA, 1969d, p. 100).

É digno de nota que esta força não se propõe a limpar as selvas e florestas dos guerrilheiros vietcongues. Essa deve ser a tarefa principal das Forças Armadas do Vietnã, para as quais devem ser especificamente organizadas, treinadas e fortalecidas com amplos assessores dos EUA até em nível batalhão. No entanto, as tropas dos EUA podem ser convocadas a entrar em combate para proteger a si mesmas, seus destacamentos de trabalho e a área em que vivem. Como reserva de combate geral, eles podem ser colocados em ação (com o consentimento dos EUA) contra formações de grandes grupos guerrilheiros que abandonaram as florestas para ataques a alvos principais. Mas, em geral, nossas forças não devem se envolver em operações de guerrilha de pequena escala na selva<sup>108</sup> (EUA, 1969d, p. 99, tradução nossa).

Finalmente, a dupla também expressou seu posicionamento sobre o papel do poder aéreo. Nesse processo, acabou revelando a mais acabada expressão da guerra enquanto instrumento de coerção e sinalização dos objetivos dos EUA: “O Vietnã do Norte é extremamente vulnerável ao bombardeio convencional, uma fraqueza que deve ser explorada diplomaticamente para convencer Hanói a largar o Vietnã do Sul<sup>109</sup>” (EUA, 1969d, p. 99-100, tradução nossa).

A solução de Taylor-Rostow era, portanto, um exemplo perfeito dos instrumentos da Guerra Limitada em meios, sem contudo estabelecer objetivos políticos limitados. A Guerra Limitada, aqui, tinha o sentido de se abrir mão de uma invasão terrestre do Laos e da RDV, bem como se abster de uma tentativa de mudança do regime político. Sua implementação se dava por uma estratégia em duas partes: por um lado previa a estabilização da situação do Vietnã pelo aumento da mobilidade e poder de fogo do EVS – mas mantendo o perfil do envolvimento estadunidense relativamente baixo; e, por outro, pressionava Hanoi através do bombardeio estratégico convencional para eventualmente causar a interrupção do fluxo da infiltração pela Trilha de Ho Chi Minh (WEIGLEY, 1973, p. 458).

Contudo, nessa concepção, a ideia da segurança interna do Vietnã do Sul, bem como da construção de Estado, ficaram de fora do planejamento. Dando ênfase ao caráter ilimitado dos objetivos – “até sua capitulação” – Krepinevich (1986, p. 62, tradução nossa) resume da seguinte forma:

---

108 **No Original** – “It is noteworthy that this force is not proposed to clear the jungles and forests of Viet Cong guerrillas. That should be the primary task of the Armed Forces of Vietnam for which they should be specifically organized, trained, and stiffened with ample U.S. advisors down to combat battalion levels. However, the U.S. troops may be called upon to engage in combat to protect themselves, their working parties, and the area in which they live. As a general reserve, they might be thrown into action (with U.S. agreement) against large, formed guerrilla bands which have abandoned the forests for attacks on major targets. But in general, our forces should not engage in small-scale guerrilla operations in the jungle” (EUA, 1969d, p. 99).

109 **No Original** – “NVN is extremely vulnerable to conventional bombing, a weakness which, should be exploited diplomatically in convincing Hanoi to layoff SVN” (EUA, 1969d, p. 99-100).

Assim, embora admitisse que a “nova” estratégia comunista de insurgência contornava a abordagem tradicional do Exército para a guerra, Taylor oferecia todas as velhas prescrições para a obtenção da vitória: maior poder de fogo e mobilidade, operações de busca e destruição mais eficazes e, se tudo mais falhasse, bombardeando a fonte dos problemas (em tese, se não de fato), o Vietnã do Norte, até sua capitulação<sup>110</sup>.

As recomendações da Missão Taylor-Rostow não foram aplicadas em toda sua extensão. Notoriamente, a proposta do desdobramento de oito mil tropas – para “controle de enchentes” – foi descartada por Kennedy. Contudo, outros elementos foram aprovados e implementados no memorando de Ação 111 do NSC (*National Security Action Memorandum* – NSAM 111). Entre elas estava a Força Fronteiriça do Noroeste, que basicamente autorizava o ataque as tropas norte-vietnamitas na Trilha de Ho Chi Minh (PRADOS, 1999, p. 41).

Contudo, mesmo no ponto que mais se aproximava da COIN, o Perfil de Força foi colocado em subordinação ao plano de Taylor. Ou seja, os programas que haviam sido criados como maneiras de dar consecução à COIN, agora eram incorporados e distorcidos para a visão de Guerra Limitada de Taylor e Rostow. Isso ficaria ainda mais claro em, pelo menos, três instâncias nos meses que se seguiram a Missão Taylor-Rostow. A primeira dizia respeito ao estabelecimento do Comando de Assistência Militar do Vietnã (*Military Assistance Command, Vietnam* – MACV), uma expansão do MAAG. A segunda dizia respeito ao papel das Forças Especiais e aos esforços do Exército em mudar seu foco da contrainsurgência para operações ofensivas. A terceira tratou da escolha da Aeromobilidade – uso tático dos helicópteros – como um substituto para a COIN.

#### 4.1.6.2 Criação do MACV

No dia 23 de novembro de 1961, apenas um dia depois da decisão de aumento do pessoal no Vietnã, o JCS propôs a criação do MACV. Enquanto Comando, ele substituiu o MAAG na coordenação das operações estadunidenses, dado a escalada no número de tropas bem como nos novos papéis assumidos pelos EUA (KREPINEVICH JR., 1986, p. 64).

---

110 **No Original** – “Thus while admitting that the ‘new’ Communist strategy of insurgency bypassed the Army’s traditional approach to war, Taylor offered all the old prescriptions for the achievement of victory: increased firepower and mobility, more effective search-and-destroy operations, and if all else failed, bombing the source of trouble (in thought if not in fact), North Vietnam, into capitulation” (KREPINEVICH JR., 1986, p. 62).

Antes de entrar em operação em 08 de fevereiro de 1962, uma questão importante foi a escolha de seu comandante. Antes de sua ativação, Taylor havia conferenciado com Kennedy acerca da indicação do General Paul D. Harkins para a posição. Segundo Krepinevich, Harkins tinha duas características essenciais: a falta de qualquer experiência com a contrainsurgência e sua proximidade com Taylor. Ele havia sido membro do Estado-Maior do Terceiro Exército de Patton na II GM, Comandante do Corpo de Cadetes de West Point e Chefe do Estado-Maior do VIII Exército na Coreia. Nessas duas últimas posições, Taylor havia sido seu superior imediato, enquanto diretor e comandante, respectivamente (KREPINEVICH JR., 1986, p. 64).

Embora reducionista, e talvez maldosa, a caracterização de Krepinevich é convincente. Para ele existiam oficiais muito mais qualificados para assumirem o comando. Entre eles estariam os Generais de Brigada William Yarborough – Comandante da Escola de Guerra Especial – e William Rosson – que havia estado com Lansdale em Saigon –, bem como o Coronel William Peers – que tinha experiência com a OSS na II GM (KREPINEVICH JR., 1986, p. 64-65). Ainda em maio de 1961, o próprio Lansdale havia sido seriamente considerado por Kennedy para chefiar o MAAG. Essa teria sido, inclusive, uma nomeação mais fácil já que Lansdale era um general duas estrelas (major-general) e o cargo do MAAG requeria um general de três estrelas (tenente-general) (BOOT, 2018, p. 356).

Nesta ocasião, assim como na escolha do comandante do MACV, a principal oposição do JCS não era apenas a baixa patente, mas o conceito a ser aplicado na guerra:

Harkins, devido à sua falta de familiaridade com insurgências e sua estreita associação com Taylor, provavelmente não se envolveria em nenhuma revolta de baixo contra o Conceito e as noções do Estado-Maior do Exército sobre como lidar com a guerra<sup>111</sup> (KREPINEVICH JR., 1986, p. 65, tradução nossa).

---

<sup>111</sup> **No Original** – “Harkins, owing to his unfamiliarity with insurgency and his close association with Taylor, was not likely to engage in any revolt from below against the Concept and the Army Staff’s notions of how to handle the war” (KREPINEVICH JR., 1986, p. 65).

#### 4.1.6.3 Boinas Verdes e COIN

Como visto, as Forças Especiais foram as unidades escolhidas para acatarem aos esforços de adaptação do Exército a COIN promovidos por Kennedy. No Vietnã, elas foram colocadas em prática justamente nessa capacidade. Entretanto, o fizeram sob direção de um programa da CIA. Por isso, em 1962, na esteira da Missão Taylor e da aplicação de suas recomendações, foram objeto de debate. Tratava-se do dilema entre serem empregadas na sua capacidade de guerra irregular (treinarem guerrilhas com foco ofensivo) ou de COIN (treinar milícias de autodefesa).

Até 1962, as Forças Especiais no Vietnã eram empregadas no programa de Grupos Civis de Defesa Irregular (*Civilian Irregular Defense Groups* – CIDG). O programa tinha sido estabelecido pela CIA, que gerenciava as equipes do Exército sob empréstimo. As primeiras duas equipes “A”<sup>112</sup> das Forças Especiais chegaram em novembro de 1961. Em maio de 1962, mais oito foram despachadas para o Vietnã. E, em julho, a CIA requisitou mais dezesseis. A intensidade dos pedidos por mais equipes se dava porque o programa parecia promissor. Ao final de 1962, ele havia assegurado o controle sobre centenas de vilarejos, cerca de trezentos

---

**112 Estrutura Organizacional Boinas Verdes** – As Forças Especiais do Exército dos EUA são organizadas primordialmente em Grupos e em Destacamentos Operacionais de Forças Especiais (DOFEsp) -- na terminologia brasileira (do original *Special Forces Operational Detachment* – SFOD) – dos níveis C, B e A. Administrativamente, a maior organização militar das Forças Especiais é o Grupo. Cada um deles é equivalente a um Regimento/Brigada e é responsável por um teatro unificado (continente). Hodiernamente, os Grupos são divididos oficialmente em batalhões e companhias, que correspondem, respectivamente aos DOFEsp C e B. Contudo essa configuração atual foi atingida somente em 1970-1972. Antes disso – e, portanto, durante o Vietnã –, os DOFEsp C, que hoje são correspondentes a comandos de batalhões eram equivalentes a comandos de companhias, embora mantivessem praticamente a mesma estrutura. Ou seja, usar a terminologia “companhia” e “batalhão” para as Forças Especiais, apesar de correta, pode trazer alguma confusão, principalmente se tratando de casos históricos. Nesse sentido é melhor empregar a terminologia dos DOFEsp A-C, que correspondem, mais ou menos, às mesmas estruturas ao longo do tempo, embora evidentemente existissem variações. Cada Grupo contém de três a quatro DOFEsp Cs. Estes são comandados por tenentes-coronéis e consistem em estruturas de comando e controle completas, unidades de apoio e uma espécie de Estado-Maior. Cada Equipe C é responsável por três Bs. Os DOFEsp Bs, por sua vez, são comandados por majores e responsáveis por controlar um grupo de quatro Equipes A. Por fim, os DOFEsp A são as unidades básicas dos boinas verdes. Cada Equipe A era formada, à época do Vietnã, por 12 homens (embora essa configuração tenha variado no tempo e espaço): dois oficiais – um comandante (capitão) e um adjunto (1º tenente); e 10 praças, quase sempre sargentos, sendo um sargento de comando, um sargento responsável pela inteligência e dois homens para cada uma das quatro especialidades básicas: (a) armamentos; (b) médico; (c) engenheiro/demolições; e (d) comunicações. Cabe notar que a especialização em armas não dizia respeito ao armamento individual e sim ao conhecimento de operação e manutenção de toda gama de armas individuais e coletivas – como morteiros e metralhadoras pesadas –, não somente dos EUA mas de outras procedências. Conquanto um DOFEsp A seja, a princípio, equivalente administrativamente e em efetivo a uma equipe de combate, cumpre ressaltar que cumprem a função de estruturar unidades maiores. Cada Equipe A é capaz, em tese, de organizar e treinar unidades – normalmente – dos níveis companhia e batalhão ou – excepcionalmente – de nível regimento (até 1.500 tropas) (ROTTMAN, 1985, p. 19-26; ROTTMAN, 2002, p. 13-15).

mil civis, mobilizando 38 mil irregulares. Contudo, o aparente sucesso do programa também chamou a atenção do Exército (KREPINEVICH JR., 1986, p. 70).

Em abril de 1962, os generais Rosson – responsável pela seção de guerra especial do planejamento do Estado-maior – e Yarborough – comandante da Escola de Guerra Especial – fizeram uma visita para o Sudeste Asiático, no qual avaliaram o programa CIDG. Em um relatório conjunto, recomendaram o envio de mais equipes, mas sugeriram seu emprego ofensivo; ou seja, na qualidade de equipes de guerra irregular e não de contrainsurgência. Rosson, em especial, conferenciou com Taylor acerca da necessidade de reverter o controle das Forças Especiais no Vietnã da CIA para o Exército (KREPINEVICH JR., 1986, p. 70).

Em julho de 1962, o Departamento de Defesa aprovou a transferência do CIDG da CIA para o MACV. A transferência foi gradativa até julho de 1963 sob o nome de Operação *Switchback* (algo como Operação “Volta”). A justificativa era de que a presença das Forças Especiais não era mais encoberta e, por tratar-se de recursos do Exército, deveriam ser dirigidos pelo MACV. Mas a intenção real era a de empregá-las em tarefas ofensivas e não naquelas relacionadas à pacificação (KREPINEVICH JR., 1986, p. 71-72).

A partir de então, o emprego das Forças Especiais se caracterizou pela expansão do CIDG, dessa feita com ênfase em operações ofensivas em áreas controladas pela FLN ou forças de monitoramento das fronteiras. Em julho de 1964, haviam dezoito equipes A de Forças Especiais separadas em bases numa distância média de 27 quilômetros, quando o ideal para a ideia de bases mutuamente apoiadas seria o de vinte quilômetros. Na prática, as bases de Forças Especiais se tornavam pontos defensivos estáticos não diferentes dos efetivos convencionais que viriam mais tarde com a estratégia da Busca e Destruição (KREPINEVICH JR., 1986, p. 74-75).

#### 4.1.6.4 Aeromobilidade e COIN – Sucedâneo Imperfeito

O último, e talvez mais relevante, desdobramento da Missão Taylor-Rostow foi a ascensão da aeromobilidade enquanto parte permanente do Perfil de Força do Exército dos EUA. Conquanto hoje a imagem dos helicópteros seja indissociável da Guerra do Vietnã, isso não estava posto desde o início. Contudo, o mais importante é que a adoção de forças aeromóveis foi um produto singular da disputa entre COIN e guerra limitada convencional na burocracia de defesa estadunidense.

Em 11 de dezembro de 1961, um navio doca aportou em Saigon carregando 32 helicópteros H-21 *Shawnee* e quatrocentos militares para pilotagem e manutenção. Eram os primeiros resultados da Missão Taylor-Rostow. Apenas doze dias após sua chegada, participaram da sua primeira missão de apoio ao EVS, transportando mil paraquedistas vietnamitas para um complexo sob domínio da FLN. Embora a operação tenha sido relativamente insignificante, tratava-se, num plano mais geral, do começo da aeromobilidade no Exército dos EUA (TOLSON, 1999, p. 03).

Os helicópteros tinham uma história muito recente no Exército dos EUA – na verdade, no mundo todo. Na força terrestre, sua introdução aconteceu na Guerra da Coreia (1950-1953), mas de forma apenas incipiente, focada na evacuação médica e transporte de carga. Seu uso em larga escala para formações de combate – o que se denomina aeromobilidade – surgiu depois. No Exército dos EUA ela teve uma dupla paternidade. Seu grande idealizador e promotor intelectual foi o General James Gavin. Seu articulador burocrático e político foi o General Hamilton Howze.

O General Gavin havia sido o comandante da 82ª Divisão Paraquedista durante o assalto aeroterrestre na Holanda (Operação *Market Garden*). Depois da guerra, ele argumentou que o papel antigamente reservado para a cavalaria deveria ser transferido para unidades de helicópteros. Ou, como começou a chamá-las, de cavalaria aérea. Como qualquer unidade de cavalaria, sua vantagem seria atacar em profundidade com poder de choque e fornecer cortinas de proteção às unidades maiores. Basicamente, tratava-se de empregar a surpresa contra ou negá-la ao inimigo (STANTON, 1987, p. 07, 09-11).

Cumprе salientar que Gavin estava preocupado mormente com uma guerra nuclear contra os soviéticos em território europeu. Aliás, sua defesa da aeromobilidade era parte integrante da literatura de guerra limitada dos anos 1950 e pouco ou nada tinha a ver com o desenvolvimento da doutrina de COIN. Para Gavin (1958, p. 227): “Agora estamos na era do ar e à medida que o potencial do veículo aéreo for compreendido, podemos prever seu casamento com o poder de fogo nuclear tático, dando-nos uma inovação sem precedentes na história militar<sup>113</sup>”.

Mesmo com sua aposentadoria em 1959, Gavin deixou no Exército uma série de oficiais seguidores e entusiastas da sua visão tática e operacional. Um desses era o General Howze, que havia sido o primeiro Diretor de Aviação do Exército de 1955 a 1958, por

---

113 **No Original** – “Now we are in the air age and as the potential of the air vehicle becomes understood, we can foresee its marriage with tactical nuclear fire power giving us an innovation without precedent in military history” (GAVIN, 1958, p. 227)

indicação de Gavin. Contudo, seu maior legado para a aeromobilidade se deu através de dois “painéis” de avaliação montados pelo Exército no período de 1961 a 1962.

O primeiro destes painéis dizia respeito especificamente à adequação do Exército para a COIN. Como visto, o esforço inicial da Força foi o de restringir operações desse tipo às unidades de “guerra especial”. Assim, as Forças Especiais ganharam, para além do papel de guerra irregular a missão de COIN. Contudo, a pressão de Kennedy por mais esforços descia os níveis do pentágono, passando pelo Secretário de Defesa Robert McNamara, o Secretário do Exército, Elvis Stahr, e chegava até a liderança do Chefe de Estado-maior George Decker. No final de 1961, o Exército montou um painel de avaliação das atividades de guerra especial, liderado por Howze (KREPINEVICH JR., 1986, p. 108).

O Painel Howze de Guerra Especial trabalhou de 18 de dezembro de 1961 a 28 de janeiro de 1962, quando entregou seu relatório final. No seu âmbito trazia recomendações para o Perfil de Força do Exército em relação à COIN. Um de seus principais achados foi o argumento de que as Forças Especiais não constituíam um artifício satisfatório para responder ao desafio das insurgências em nível global. As Forças Especiais deveriam constituir uma força reserva da COIN no Exército. Os principais recursos para derrotar insurgências deveriam, portanto, ser as grandes unidades (KREPINEVICH JR., 1986, p. 108-109).

O Painel propôs então que os esforços de COIN deveriam ser adotados por, pelo menos, algumas unidades convencionais dos EUA. Em especial, segundo o Painel, dever-se-ia dotar o Exército de forças aeromóveis que, graças a sua grande mobilidade, pretensamente poderiam dar conta tanto do combate convencional quanto das insurgências. Decker, no Estado-maior, não ficou satisfeito com as recomendações e percebeu a manobra política de Howze para a implementação das forças aeromóveis. Por isso, Decker não realizou nenhuma grande reforma, mas conseguiu ganhar tempo designando algumas brigadas como forças de reação rápida a insurgências, sem, entretanto, mudar sua estrutura ou doutrina de emprego (KREPINEVICH JR., 1986, p. 108-109, 111)

Contudo, para além dos esforços de Decker de manter o Exército o mais tradicionalmente estático possível, os grupos da aeromobilidade convenceram diretamente o Departamento de Defesa pela montagem de um novo painel, dessa feita voltado exclusivamente para o uso da aviação do Exército. Isso se deu pelo interesse de McNamara pelo programa de aviação da Força, que tinha vários problemas do tipo administrativo – dos quais McNamara estava de fato apto a resolver – como o programa de aquisição dos helicópteros multiuso UH-1 *Iroquois* (KREPINEVICH JR., 1986, p. 115-116; STANTON, 1987, p. 14).

Os promotores da aeromobilidade tinham um de seus membros, General Robert Williams, trabalhando diretamente no Escritório do Secretário de Defesa. Ele ajudou a convencer McNamara e seus assessores mais próximos que a aeromobilidade não estava suficientemente desenvolvida no Exército, mas tinha enorme potencial. Junto com seu ajudante, Coronel Edwin Powell, Williams, escreveu a minuta de uma ordem do Secretário de Defesa para o Estado-maior do Exército, ordenando a formação do Painel de Avaliação dos Requisitos para Mobilidade Tática (*Tactical Mobility Requirements Board* – informalmente “Painel Howze”), com a finalidade de avaliar a aeromobilidade do Exército e formular um programa mais robusto para seu desenvolvimento. Para garantir que fosse executada, William e Powell também rascunharam uma carta direcionada ao Secretário do Exército, Stahr, que solicitava que todos os resultados do novo painel fossem encaminhados diretamente ao escritório de McNamara. Esse, por sua vez, aprovou e expediu as duas mensagens em seu nome (KREPINEVICH JR., 1986, p. 119).

Decker ficou novamente furioso com a articulação completamente irregular dos entusiastas da aeromobilidade, visto que burlaram todos os canais oficiais e foram diretamente ao Secretário de Defesa. Contudo, teve que acatar a ordem. Assim, o novo painel, novamente presidido pelo General Howze, se reuniu pela primeira vez logo na semana seguinte da diretiva do Departamento de Defesa. O grupo de estudos operou de maio a agosto, e seu relatório final chegou a McNamara em setembro de 1962. O documento propôs várias novas organizações militares baseadas na aeromobilidade<sup>114</sup>. No longo prazo, colocava o número de divisões estadunidenses em quinze, sendo cinco delas aeromóveis. Até o final da Guerra do Vietnã (1975), apenas duas divisões desse tipo foram criadas – a Primeira Divisão de Cavalaria (Aeromóvel) e a 101ª Divisão Paraquedista<sup>115</sup> (Aeromóvel) – e a maioria das outras propostas nunca foi adotada. Contudo, o desenvolvimento da doutrina operacional de helicópteros teve não só seu início, mas parte considerável de seu amadurecimento nos anos entre o Painel Howze e o término do envolvimento estadunidense na Indochina (STANTON, 1987, p. 17, 21-22; KREPINEVICH JR., 1986, p. 119-120).

---

114 **Unidades Aeromóveis do Painel Howze** – (a) Divisão de Assalto Aéreo (459 aeronaves); (b) Brigada de Cavalaria Aérea de Combate (316 aeronaves – com a maioria delas artilhadas para fazer frente a grandes concentrações de blindados); (c) Brigada de Aviação de Corpo de Exército (207 aeronaves – preocupada com a rápida mobilização de reservas operacionais); (d) Brigada de Transporte Aéreo (134 aeronaves – pensada para dar suporte logística à Divisão de Assalto Aéreo); e (e) uma Brigada de Aviação de Guerra Especial (125 aeronaves – unidade de suporte às unidades de Guerra Especial) (STANTON, 1987, p. 20).

115 **101ª Divisão Paraquedista (Aeromóvel)** – Apesar do nome, na sua maior parte não reteve capacidade de saltar de paraquedas. A justificativa para que retivesse o nome foi sua popularidade dentro do Exército pelos feitos atingidos durante a Segunda Guerra Mundial.

De 1962 a 1964, as unidades aeromóveis entraram num extenso e prolífico período de testes, exercícios e experimentações. Em 11 de fevereiro de 1964, o Exército ativou a 11ª Divisão de Assalto Aéreo (Teste) – que tinha, na realidade um quarto do efetivo de uma divisão normal. Embora seu principal produto foi a eventual criação da Primeira Divisão de Cavalaria (Aeromóvel) em 15 de junho de 1965. Nesse meio tempo, o desdobramento de helicópteros para o Vietnã tornou o país um terreno fértil para o estudo da aeromobilidade (KREPINEVICH JR., 1986, p. 109, 123-124).

Foi durante estes anos que grande parte da doutrina aeromóvel dos EUA foi desenvolvida. Entretanto, em detrimento da COIN, procurava-se realizar a visão da capacidade de travar uma guerra limitada – convencional ou nuclear – na Europa contra os soviéticos. Por vezes, as unidades aeromóveis enfrentavam guerrilhas nos exercícios, mas as tratava apenas enquanto grandes unidades – ou seja, a insurgência já em seu estágio de se converter em uma guerra convencional. Nesses casos, a doutrina se mostrava convenientemente eficiente (KREPINEVICH JR., 1986, p. 124-125).

A aeromobilidade, da maneira como foi concebida entre 1962 e 1964, tinha vários preceitos que contrariavam frontalmente os preceitos da COIN. Suas características, alinhadas ao que seria uma guerra europeia, eram poder de fogo e mobilidade para encontrar, fixar e destruir o inimigo. Contudo, dificilmente operavam à noite, quando as guerrilhas assim o faziam; eram sistemas de armas intensivos em manutenção e, portanto, ensejavam um grande número de tropas de apoio não-combatentes – o que gerava um efetivo grande mas pouca presença no território e pouco contato com a população civil; e usavam indiscriminadamente o poder de fogo (principalmente através das aeronaves artilhadas) que produziam mortes e danos patrimoniais justamente na população que estava se tentando controlar. Outra característica importante é que embora as unidades aeromóveis tivessem extrema mobilidade para desencadear operações, isso não se traduzia em controle do terreno (KREPINEVICH JR., 1986, p. 122, 170).

À época, o enfoque do Exército na aeromobilidade foi percebido e criticado por Lansdale. Na sua opinião, a Força havia dado muita ênfase no poder de fogo e pouca na conquista dos “corações e mentes” da população. Enfim, Lansdale resumiu:

Devo negar qualquer parentesco real com grande parte da atualmente gigante instituição de contrainsurgência [...] e seus massivos equipamentos bélicos e operações. O programa tomou emprestado muitas de minhas palavras, mas deixou

de fora muito do espírito e do verdadeiro significado do que eu disse<sup>116</sup> (BOOT, 2018, p. 412, tradução nossa).

Para Krepinevich, numa verdadeira doutrina de COIN, as unidades aeromóveis devem ser utilizadas enquanto reservas táticas. Ou seja, a mobilidade das forças de pacificação deve ser terrestre, de modo que possam ter controle sobre o terreno e a população que vive nele. Sendo assim, a mobilidade aérea deve ficar restrita às forças de reação rápida. Estas ficariam mantidas em reserva para responderem rapidamente a ataques coordenados da guerrilha sobre unidades de pacificação espalhadas por uma determinada região (KREPINEVICH JR., 1986, p. 122, 124-125).

Em suma, Howze utilizou do capital político que a COIN havia acumulado na administração Kennedy para instalar os recursos necessários para a aeromobilidade. Inclusive, isso só foi possível pela capacidade de articulação política dos defensores da aeromobilidade junto ao Departamento de Defesa, a revelia da vontade do comando do Exército – sob o Chefe de Estado-maior General George Decker. Contudo, isso não quer dizer que cumpria a promessa da COIN. A aeromobilidade era, tal qual a readequação das divisões ROAD (ver nota 90), uma modernização visando a guerra convencional. A nova divisão seguia de perto os argumentos de Gavin; ou seja, de que a aeromobilidade se prestava a concentrar e dispersar forças de maneira rápida frente a uma guerra nuclear subestratégica contra a URSS na Europa.

#### **4.1.7 Resultado: A Guerra pela Metade**

A Missão Taylor-Rostow, em conjunto com seus desdobramentos, pode ser considerada um marco da intervenção estadunidense no Vietnã. Embora sua recomendação de envio de tropas para combate direto tenha sido rejeitada, ela definiu os contornos mais gerais de como a Guerra do Vietnã acabou sendo travada. Os moldes definidos por Taylor e Rostow se resumem no caráter ofensivo das operações, numa prefiguração da Busca e Destruição, com foco no atrito e aniquilação tanto do EVN, quanto da FLN. Bem como na ambição de desencadear-se uma campanha aérea de bombardeio estratégico contra a RDV.

---

116 **No Original** – “I must disclaim any real kinship with much of the currently giant institution of counterinsurgency [...] and its massive conventional weaponry and operations. The program has borrowed many of my words, but has left out too much of the spirit and true meaning of what I have said” (BOOT, 2018, p. 412).

Em termo materiais, a Missão deixou uma marca expressiva. O número de assessores triplicou em 1962, chegando a mais de três mil. No mesmo ano, o número de helicópteros quase atingiu a figura de trezentas aeronaves. Num aumento vertiginoso, ao final de 1963, o número de assessores chegaria a dezesseis mil. O envolvimento estadunidense se fez sentir também no considerável aumento no número de baixas – mortos ou feridos: catorze em 1961, 109 em 1962 e 489 em 1963 (KREPINEVICH JR., 1986, p. 75; BOOT, 2018, p. 373; TUCHMAN, 2017, p. 389).

Demoraria quatro anos da Missão Taylor Rostow até o envolvimento massivo em 1965. Entre essas duas datas, vários eventos relevantes tomaram lugar. Como exemplos, poder-se-ia citar os incidentes do Golfo de Tonkin em 1964, as diversas campanhas aéreas contra o Laos e a RDV, em 1963 e 1964, até o início da Guerra do Vietnã propriamente dita com o desencadear da Operação *Rolling Thunder* de bombardeio estratégico da RDV e a chegada das primeiras unidades de combate dos Fuzileiros Navais em Danang – ambos em 1965. Mais do que propor uma data símbolo, cumpre reconhecer que essa série de acontecimentos seguia uma mesma lógica, estabelecida através do princípio da guerra limitada como o ferramental certo para o Vietnã.

A questão da COIN, deixada em segundo plano, até hoje costuma ser lembrada como a oportunidade perdida dos EUA ganharem no Vietnã. Aliás, faz parte de uma escola “revisionista” da historiografia sobre a guerra. Essa escola interpreta que os EUA ajustaram com sucesso sua estratégia para a via da pacificação em 1968 e argumenta que a guerra poderia ter sido ganha caso essa solução tivesse sido apoiada ou, ao menos, implementada mais cedo. O ponto chave dessa interpretação é a formação do CORDS (*Civil Operations and Revolutionary Development Support*), programa de pacificação que integrava o MACV com a CIA e demais agências de apoio – USAID, USIA. Ele foi colocado em prática predominantemente durante o comando do gen. Creighton Abrams sobre o MACV (1968-1972) e de sua estratégia de “Limpar e Segurar” (*Clear-and-Hold*); os substitutos, respectivamente do gen. William Westmoreland e da Estratégia da Busca e Destruição (*Search & Destroy*) (SORLEY, 1999).

Robert Komer, primeiro diretor do CORDS, descreveu a implementação do programa de 1967 a 1970 – ou seja, seis anos após a Missão Taylor e dois anos depois do envolvimento massivo dos EUA. O que importa nessa descrição é a reflexão sobre o papel do MACV nos programas de pacificação:

O programa de 1967-1970 difere de seus antecessores menos no conceito do que na natureza abrangente e escala massiva do esforço empreendido e na gestão unificada que reuniu a grande variedade de subprogramas executados pela primeira vez em larga escala pela totalidade do país. [...] Uma característica notável foi a ênfase na segurança territorial sustentada (operações de “*clear and hold*” locais [portanto o oposto das operações de “*Search & Destroy*”]) como a primeira etapa indispensável da pacificação. Esforços anteriores de pacificação fracassaram parcialmente nessa falta, uma vez que os militares – considerando a pacificação como um negócio de agência civil – nunca forneceram recursos de segurança adequados (KOMER, 1970, p. 03, tradução nossa).

Os fracassos apontados por Komer eram, em suma, causados pela falta de uma estratégia de presença por parte do Exército dos EUA ou do EVS. Note-se que para uma estratégia desse tipo, intensiva em efetivo, dispersão das unidades e custeio das operações, seriam incompatíveis com a manutenção de uma força aeromóvel como a de fato aplicada. Essa, muito mais cara, era, em compensação muito menor e mais concentrada no território. Komer, então, continua o diagnóstico:

[...] Mas a pacificação em grande escala exigia proteção sustentada em tempo integral no nível da vila/aldeia-chave [...]. Os planejadores da pacificação viam as Forças Regionais e Populares [FR e FP] há muito negligenciadas como a razão-de-ser lógica sobre a qual construir. Elas eram todas recrutadas localmente, e a maior parte delas composta de voluntários (em parte para evitar a conscrição [para o Exército]). A FR servia apenas na sua própria província e a FP na sua própria área da aldeia. Colocar o esforço de assessoramento das FR/FP sob a nova gestão de pacificação civil-militar dos EUA, mais o plano de reorganização das Forças Armadas do Vietnã em 1967, marcou o início de um programa de pacificação civil-militar verdadeiramente integrado e em grande escala. Finalmente, a responsabilidade primária pela proteção local da população rural recaiu sobre as forças locais recrutadas dessa própria população<sup>117</sup> (KOMER, 1970, p. 05, tradução nossa).

---

117 **No Original** – “The 1967-1970 program differs from its predecessors less in concept than in the comprehensive nature and massive scale of the effort undertaken, and in the unified management which pulled together the great variety of sub-program scarried out forth e first time on a fully country widescale. [...] A notable feature was the stress on sustained territorial security (local clear and hold) as the indispensable first stage of pacification. Earlier pacification efforts had partly foundered on this lack, since the military — regarding pacification as civilian agency business — had never provided adequate security resources. [...] But large-scale pacification required full-time sustained protectionat the key village/hamlet level on a scale far beyond that which could be provided via these expedients. The pacification planners saw the long-neglected Regional and Popular Forces as the logical force-in-being on which to build. They were all locally recruited, and the bulk of them volunteers (partly in order to avoid the draft). RF served only in their own province antd PF in their own village area. Placing the RF/PF advisory effort under the new U.S. civil-military pacification management plus the RVNAF reorganization plan in 1967 marked the beginning of a truly integrated civil-military pacification program on a major scale. At longlast, primary responsibility for local protection of the rural population devolved upon local forces recruited from this population itself” (KOMER, 1970, p. 3-5).

Assim, embora o programa das Vilas Estratégicas se assemelhasse à COIN, o essencial a se reter é o papel do Exército nessa empreitada. No caso do Vietnã, nem o EVS, nem o Exército dos EUA preocuparam-se com essa missão.

Cabe notar que num Estado nascente, as Forças Armadas frequentemente são o esteio da modernização e industrialização. Ao menos, parece ter sido este o caso da Ásia no Século XX; a exemplo das modernizações conservadoras na Coreia do Sul e Taiwan, bem como do papel exercido pelo Exército dos EUA na ocupação e reconstrução do Japão. Fora da Ásia, pode-se encontrar exemplos desse fenômeno no nacionalismo árabe e nos populismos e regimes militares da América Latina. Não quer se dizer com isso que regimes autoritários são ou foram os únicos veículos para o desenvolvimento. Tampouco que foram constantes ou que sempre obtiveram sucesso. Contudo, cumpre ressaltar que ao se escolher a estratégia militar para o Vietnã, a vocação tecnocrática da guerra limitada – tal qual seria empregada no Front Central europeu – esvaziava a política sul-vietnamita do mecanismo de realização do Estado. Nesse sentido, o Perfil de Força adotado no Vietnã foi contra a tradição intelectual da Teoria da Modernização – e é ainda mais notável que um de seus grandes expoentes, o próprio Rostow, tenha contribuído para essa decisão.

Aqui cabe dizer que, ao identificar-se que o modelo da guerra se sobressaiu ao modelo da contrainsurgência, não se quer dizer que esse segundo teria significado uma intervenção estadunidense bem-sucedida. Em primeiro lugar, cabe notar que ela **foi** implementada ainda que de forma parcial e com extensos defeitos. Contudo, para seu pleno funcionamento, enfrentaria no mínimo três problemas:

- a) o fluxo de suprimentos advindo do Laos;
- b) a escala da presença para se obter controle da população; e
- c) os limites da capacidade estatal do Vietnã do Sul.

O primeiro problema foi mais claramente percebido à sua época e contribuiu significativamente para a escolha da alternativa da Guerra Limitada. Walt Rostow, em retrospectiva, avaliou a situação do Vietnã no início da década de 1960 em contraste com outras insurgências da Guerra Fria:

O caso grego só acabou quando Tito desertou Stalin; essa fronteira foi fechada; e houve um racha no partido comunista grego. A situação na Malásia era administrável – e nas Filipinas também – porque não havia nenhum elemento externo substancial. No Vietnã havia uma grande margem externa. Naquela época, criei a convicção de que nunca venceríamos com uma fronteira aberta; que não poderia ser fechada de dentro do Vietnã do Sul; e teríamos que fazer Hanoi pagar o

suficiente no Norte para que valesse a pena [para a RDV] fechar a fronteira<sup>118</sup> (Rostow, 1964, p. 82, tradução nossa).

Como se veria mais adiante, Rostow se provou profundamente enganado sobre atingir seus objetivos pelo bombardeio estratégico. Entretanto, seu diagnóstico acerca da porosidade da fronteira, isto é, sobre o impacto da infiltração via Trilha de Ho Chi Minh de quadros e suprimentos, tinha estatuto de realidade.

Foi um dos principais problemas para os estrategistas estadunidenses e até hoje consta como uma das maiores soluções retrospectivas ou contrafactuais à Guerra do Vietnã. Parece improvável que uma estratégia de COIN por parte dos estadunidenses pudesse dar cabo da subversão – visto que a infiltração se expandia vertiginosamente depois da paz no Laos. Ao menos não uma sustentada apenas por conselheiros e boinas verdes.

Neste sentido, cabe mobilizar a opinião de Bernard Fall, jornalista e acadêmico especializado na Indochina<sup>119</sup>. Em 1965, em meio a escalada estadunidense, propôs uma reflexão no Naval War College acerca da contrainsurgência. Para Fall, em consonância com a noção contemporânea aos eventos de Lansdale, bem como com a análise pós-fato de Krepinevich e Boot, a contrainsurgência era uma matéria de controle de território e população e da capacidade administrativa. O autor coloca a questão de forma ainda mais radical: “quando um país está sendo subvertido, ele não está sendo derrotado em combate; ele está sendo derrotado administrativamente<sup>120</sup>” (FALL, 1965, p. 34, tradução nossa).

Para Fall, o princípio de contrainsurgência aplicado no Vietnã, seja nas Vilas Estratégicas do governo Diem ou no programa CIDG das Forças Especiais, era o da “mancha de óleo”. Esse princípio era o se assegurar uma área central e ir expandindo o esforço do

---

118 **No Original** – “The Greek affair only folded when Tito defected from Stalin; that frontier was closed; and there was a split in the Greek Communist party. Malaya was manageable – and the Philippines too – because there was no substantial external element. In Viet Nam there was a big external margin. I formed a conviction at that time that we would never win it with an open frontier; that it could not be closed from within South Viet Nam; and we would have to make Hanoi pay enough in the North for it to be worth its while to close the frontier” (ROSTOW, 1964, p. 82).

119 **Bernard Fall** – Tido como uma das maiores autoridades dos EUA em Indochina quando do envolvimento militar estadunidense. Não sem razão, pois combinou uma série de atributos que fizeram sua opinião respeitável na imprensa e entre os tomadores de decisão: era francês de nascença, dominando o idioma junto com o inglês e o vietnamita. Tinha experiência militar, tendo servido tanto como insurgente na resistência francesa aos nazistas quanto como membro do exército francês regular numa unidade de artilharia. Também combinava a erudição acadêmica (sobre Indochina) com os contatos oficiais de um jornalista especializado. Até hoje é o autor mais utilizado quando se trata da experiência francesa no Vietnã com os livros *Street without Joy* – acerca da I Guerra da Indochina em geral – e *Hell in a Very Small Place* – acerca da Batalha de Dien Bien Phu em particular. Repórter ativo durante a II Guerra da Indochina, morreu em 1967 ao pisar numa mina terrestre enquanto fazia uma reportagem acompanhando soldados estadunidenses no Vietnã.

120 **No Original** – “When a country is being subverted it is not beign outfought; it is beign outadministered” (FALL, 1965, p. 34).

centro para a periferia da área sob influência dos insurgentes. Krepinevich (1986, p. 70-71) e Boot (2018, p. 401) diagnosticam o mesmo princípio e defendem que ele estava surtindo efeitos positivos até colapsar, nas respectivas opiniões, a Operação *Switchback* e o Golpe em Diem. Fall, por sua vez, argumenta que o princípio da “mancha de óleo” tinha problemas já no conceito. Ele serviria no Deserto do Sahara, onde os franceses o haviam aplicado, pois os insurgentes necessitavam dos pontos de água. No Vietnã, com a selva em volta dos vilarejos, o princípio simplesmente empurrava a FLN para a província vizinha, apenas para que essa voltasse em outro momento (FALL, 1965, p. 36).

Para ele um princípio mais acertado seria o do “gradeamento” (do inglês *gridding* ou do francês *quadrillage*), no qual se parte da periferia para o centro, tentando expandir a presença das forças no máximo de lugares ao mesmo tempo. Se efetuado da forma correta, a ideia é a de que os insurgentes possam de fato ser “fixados” e eliminados. A questão essencial era a de que: “isso ainda pode funcionar, mas requer um alto grau de saturação de efetivo, não disponível no Vietnã<sup>121</sup>” (FALL, 1965, p. 36, tradução nossa). Em suma, Fall fazia a defesa de uma estratégia de presença. Ou seja, o exército dos EUA só poderia ter estabilizado o Vietnã do Sul com um contingente expressivo.

Em suma, tomadas separadamente, nenhuma das alternativas de Perfil de Força aventas parecia suficiente. O foco na Guerra Limitada tal qual seria lutada na Europa, com a aeromobilidade e poder de fogo, ajudava a desestabilizar o Estado a medida que se provava insuficiente para aniquilar um inimigo que, de maneira consequente, fugia de batalhas decisivas. O foco na COIN, por outro lado, às vezes menosprezava a escala da infiltração norte-vietnamita pela Trilha de Ho Chi Minh e parecia despreparada para lidar com grandes unidades da FLN e do EVN que eram uma ameaça real.

Talvez a resposta ao desafio duplo no Vietnã – a ameaça de invasão combinada com a insurgência – fosse a de um Perfil de Força híbrido<sup>122</sup>. Isso é, aquele capaz de convergir a modernização militar com a função social das Forças Armadas (NEVES JÚNIOR, 2015, p. 08). Em promover o ápice do poder de fogo e da mobilidade, os EUA sacrificaram a presença e a capacidade do Exército de prover o controle e o desenvolvimento social em seu nível mais básico. A exata configuração desse perfil híbrido é, pelo menos no âmbito deste trabalho,

121 **No Original** – “This may yet work, but this requires a high degree of man-power saturation not available in Viet-Nam” (FALL, 1965, p. 36).

122 **Modelo híbrido de modernização militar** – No seu sentido original, o hibridismo diz respeito à “convergência do conceito de modernização apresentado pelos Estados Unidos na Guerra do Golfo de 1991 com as necessidades demonstradas após a Guerra do Kargil de 1999, e com os fundamentos tradicionais e a função social das forças militares do país.” (NEVES JÚNIOR, 2015, p. 8). Aqui, tratando-se dos EUA, o hibridismo dar-se-ia no sentido oposto. O país, já no ápice da modernidade, deveriam incorporar o papel social do Exército que nunca tiveram.

difícil de delimitar. A maior dificuldade nesse sentido é que uma vitória dos EUA em 1961 consistia em estabilizar o Vietnã, visto que não almejavam quebrar os acordos de Genebra e invadir o Laos. Contudo, sem interditar a Trilha de Ho Chi Minh – intocável pelos Acordos de Genebra – nenhum Perfil de Força ou doutrina era capaz de entregar uma vitória – no máximo, resultar-se-ia num impasse ou numa guerra prolonga. Foi exatamente isso que aconteceu a partir da intervenção massiva dos EUA. Os militares esperavam atingir objetivos ilimitados (a capitulação da RDV em alcançar a reunificação) com meio limitados (especialmente geográficos). A estratégia traçada era de uma guerra de atrito que de fato tomou lugar, mas acabou esgotando por primeiro os estadunidenses, a revelia de seu desígnio original.

Embora a Missão Taylor tenha marcado justamente a ascensão do efetivo estadunidense no Vietnã – durante a administração Kennedy, ele foi de 685 para 16.000 tropas (BOOT, 2018, p. 373) –, ainda tinha-se a ideia da guerra enquanto um assunto estritamente vietnamita. Em setembro de 1963, em entrevista à televisão, Kennedy declarou sobre a guerra: “eu não acho que, a menos que um esforço maior seja feito pelo governo para ganhar o apoio popular, essa guerra possa ser ganha lá fora. Em última análise, é a guerra deles. São eles que têm de ganhá-la ou perdê-la<sup>123</sup>” (KENNEDY, 1963, p. 04, tradução nossa).

Entretanto, com a opção do uso estrito da força para solucionar problemas políticos colocado de forma clara, o que estava em jogo era a avaliação da capacidade do governo sul-vietnamita de responder aos requisitos estadunidenses de reformas do Estado e de combate à guerrilha. Na avaliação de Tuchman (2017, p. 376-377):

O que, na verdade, poderiam os Estados Unidos e Diem oferecer à população apática e alienada? Controle de inundações, desenvolvimento rural, comunidades da juventude, erradicação de favelas, expansão no transporte de cabotagem, assistência educacional representavam aspectos do programa definido pelos Estados Unidos, úteis certamente, mas sem atingir a essência dos problemas. Para contra-atacar com sucesso só insurgentes, a antissubversão deveria redistribuir terras e propriedades aos camponeses, pulverizar o poder de mandarins e máfias, desmontar os serviços de segurança que lotavam as prisões de Saigon – em resumo, refazer o velho regime, dedicando-se a uma causa, como definiu Lansdale, “que se torne mais atraente ao povo do que a causa dos comunistas”.

---

123 **No Original** – “I don’t think that unless a greater effort is made by the Governmet to win popular support that the war can be won out there. In the final analysis, it is their war. They are the ones who have to win it or lose it” (KENNEDY, 1963, p. 04).

A questão era saber se o Estado vietnamita seria capaz de realizar todas essas reformas num período e com recursos limitados, bem como com elites mais afeitas a senhores da guerra do que nacionalistas. Assim, como conclusão a análise da presente decisão, cabe ressaltar a “opção omissa” de uma saída negociada no Vietnã. Nesse sentido, o Vietnã, em relação a Europa, não se elencava necessariamente como uma área de interesse dos EUA. Mas, como explicou Taylor: “a questão era como virar um jogo que estávamos perdendo e começar a ganhar, não como cancelá-lo<sup>124</sup>” (TAYLOR, 1972, p. 226, tradução nossa). Essa matéria é a que ficaria mais clara na sequência da consolidação da Guerra Limitada, ainda durante o governo Kennedy.

#### 4.2 DECISÃO Nº 08: 1963 – A DECISÃO ESTADUNIDENSE DE LIQUIDAR DIEM

Conforme visto, o início do governo Kennedy (1961) estava assentado na ideia de desenvolver o Vietnã de acordo com suas próprias capacidades e contexto político-social. Até mesmo do ponto de vista militar – quando existia a polarização entre guerra limitada convencional e Contrainsurgência (COIN) –, a ideia da construção de Estado era um ponto pacificado. Entretanto, a aplicação dessa ideia deixou a desejar, ao menos em relação às expectativas estadunidenses, seja por suas falhas de planejamento, implementação ou efetividade diante da renovação da luta armada do Vietnã do Norte. Sinais aparentes disso se deram especialmente durante 1963; ao longo desse ano, os EUA se depararam com uma avaliação de desempenho do governo sul-vietnamita e com um dilema acerca de seu destino.

1963 começou intensamente: já no dia 02 de janeiro, teve lugar a Batalha de Ap Bac, uma derrota vexaminosa do Exército sulista para os regulares da Frente de Libertação Nacional (FLN). O planejamento, feito por assessores americanos, visava capturar uma estação de rádio no homônimo vilarejo de Bac, localizado na região do Delta do Mekong. Um batalhão do Exército do Vietnã do Sul (EVS), num total de 330 homens, seguia por ar, a bordo de helicópteros H-21 *Shawnee* pilotados por estadunidenses. Por terra, deslocavam-se uma companhia de blindados M113 acompanhada de uma companhia de infantaria do EVS e dois batalhões da Guarda Civil. Os sul-vietnamitas não esperavam mais de 120 guerrilheiros da FLN, mas encontraram de três a quatro vezes esse número entrincheirados nos arrozais do

---

124 **No Original** – “The question was how to change a losing game and begin to win, not how to call it off” (TAYLOR, 1972, p. 226).

vilarejo. O resultado foi mais de 66 mortes do lado sulista, incluindo três estadunidenses, bem como cinco helicópteros abatidos. Os comunistas se retiraram com apenas dezoito mortos (SHEEHAN, 1989, p. 205; HASTINGS, 2021, p. 183-184).

Dois dias depois do ocorrido, o *New York Times* divulgou uma matéria de capa dedicada à batalha. Depois disso, vieram matérias na qual o chefe dos assessores, John Paul Vann, colocava a culpa na incompetência do EVS. Embora claramente duvidassem da eficácia do assessoramento estadunidense, a denúncia de Vann e dos repórteres em Saigon era voltada especialmente para a forma como o governo Diem controlava as Forças Armadas. Começava, assim, uma campanha em torno da reforma política do Vietnã do Sul, que viria a passar necessariamente pela queda de Diem (HASTINGS, 2021, p. 184-186).

Para Max Boot, a Batalha de Ap Bac representou um momento na política estadunidense diametralmente oposto à mentalidade dominante no restante da guerra. Enquanto que, a partir de 1965, a percepção era de um excesso de otimismo, o ano de 1963 foi marcado por um pessimismo excessivo (BOOT, 2018, p. 401). Embora seja um exagero do autor, a Batalha de Ap Bac, se tomada isoladamente e em retrospecto, de fato parece não ter representado uma derrota crucial do EVS. Afinal, nos anos seguintes, o rol de baixas de inúmeras batalhas eclipsaria o de Ap Bac. Tampouco era um objetivo crucial no que dizia respeito a todo o Vietnã do Sul. Sua significância simbólica, entretanto, foi enorme. Representou um indício do descaminho da política estadunidense na Indochina e levantou dúvidas acerca de sua viabilidade. A incompetência percebida e amplamente divulgada pela mídia estadunidense colocou pressão não só sobre o governo Diem, mas também sobre a política externa dos EUA.

Mesmo simbolicamente, não se tratava de pouca coisa. Afinal, o Perfil de Força estabelecido pela Missão Taylor-Rostow estava presente e fora amplamente empregado na batalha – vide os helicópteros e blindados. Como então haviam sido derrotados? A resposta da época, de maneira equivocada, não levou em consideração a disposição e grau de preparação das trincheiras e fortificações da FLN, mas sim a falta de domínio técnico e, principalmente, iniciativa nos líderes do EVS.

De fato, Ap Bac sublinhou o já antigo problema do Perfil de Força do Exército no Vietnã. De 1957 a 1959, por exemplo, o MAAG havia criado cerca de duzentas esquematizações organizacionais para o EVS. Ainda assim, seu formato final – a organização do EVS sete divisões – não deu a efetividade desejada pelos estadunidenses. Ela tinha como principal trunfo para o governo de Diem engessar os comandos de área com a ideia de dificultar a concentração de tropas contra Saigon num eventual golpe de Estado. Em suma, “a

irracionalidade operacional era uma necessidade política<sup>125</sup>” (PRADOS, 2009, p. 64, tradução nossa). Em outras palavras, era como se o Vietnã não houvesse superado o caudilhismo ou a existência de senhores da guerra. O Estado Nacional, que girava em torno da figura de Diem, não estava plenamente formado e dependia largamente do equilíbrio entre facções e regiões militares. Assim, mesmo com um rápido esforço de modernização de equipamento e doutrina patrocinado pelos EUA, “os chefes provinciais do Exército misturavam comando militar, governança local e suborno político” (TUCHMAN, 2017, p. 391).

O Programa das Vilas Estratégicas, com menor grau de gerência das Forças Armadas e advindo principalmente da iniciativa de Nhu, se saía pouco melhor diante da avaliação dos EUA. Como não teve um marco simbólico como Ap Bac para atestar seu fracasso, até hoje gera debates acerca da sua efetividade. Há consenso acerca de problemas em sua implementação, como é o caso da rápida expansão do programa para além do controle do governo vietnamita e produção de estatísticas fantasiosas por parte de Nhu. Os números e estatísticas do Departamento de Defesa dos EUA, por outro lado, são suficientemente ambíguos para servir de ponto de partida para defensores e detratores da estratégia (PRADOS, 2009, p. 71-72).

Contudo, se a Batalha de Ap Bac iniciou o ano de 1963 trazendo o Vietnã para o seio do debate político e midiático, ela seria superada em muito pelos acontecimentos da crise budista. Essa começou em 08 de maio de 1963, quando um oficial católico do EVS resolveu reprimir as comemorações do aniversário de Buda, que ostentavam bandeiras na antiga capital imperial de Hue. Em represália, os budistas – maioria da população não só em Hue, mas no Vietnã como um todo – organizaram diversas manifestações. O EVS, por sua vez, já no primeiro dia, abriu fogo sobre os manifestantes, deixando nove mortos. A partir daí, a crise foi tomando proporções maiores e sendo retroalimentada por um ciclo de protestos budistas e repressão governamental. No mês seguinte, 11 de junho, incluiu-se nessa espiral da crise a autoimolação do monge Quang Duc – eternizada numa foto tirada pelo repórter estadunidense Malcolm Browne (HASTINGS, 2021, p. 187-189).

Em meio a imensa tensão social, a mídia ocidental ganhou um papel de destaque. Repórteres como David Halberstam (*The New York Times*), Neil Sheehan (*United Press International*) e Malcolm Browne (*Associated Press*) tiveram um papel ativo na denúncia dos excessos de Ngo Dinh Diem. Um foco importante na cobertura era o papel desempenhado pelo irmão do presidente, Ngo Dinh Nhu – sem cargo oficial, mas uma espécie de eminência parda –, bem como sua esposa, Madame Nhu, conhecida pelos seus comentários sarcásticos e

---

125 No Original – “Operational irrationality was a political necessity” (PRADOS, 2009, p. 64).

ácidos sobre a repressão aos budistas. Em diversas matérias, que ganhavam crescente notoriedade, acabaram transformando um evento local em motivo de comoção nos EUA. E, conseqüentemente, motivo de debate de política externa.

É difícil duvidar do impacto das reportagens sobre a opinião pública e política estadunidenses. Em Saigon, segundo o próprio Sheehan, essa relevância rendeu diversas ameaças de morte por parte do aparato policial controlado por Nhu. Em Washington, a turbulência causada pelos relatos jornalísticos fez com que Kennedy – incomodado com a pressão – sugerisse pessoalmente ao editor do *New York Times* que transferisse Halberstam de Saigon, o que ele se negou a fazer (SHEEHAN, 1989, p. 352-353, 356-357, 366).

De maneira mais específica, os repórteres foram responsáveis por uma nova substituição na embaixada estadunidense em Saigon. Em 27 de junho de 1963, menos de dois meses desde o começo da crise budista, Kennedy tentou despolitizar a questão do Vietnã trocando o embaixador que ele mesmo havia indicado – seguindo a sugestão de Lansdale – em 1961. Frederick Nolting, diplomata de carreira e defensor da manutenção de Diem, foi substituído por Henry Cabot Lodge (COLBY, 1989, p. 131-132).

O novo Embaixador não era funcionário de carreira, mas um político do Partido Republicano. Ele havia concorrido contra Kennedy como vice-presidente na chapa de Nixon em 1960. A ideia do Presidente era a de se proteger de uma reedição da campanha política sobre “perda da China”, como havia acontecido com Truman. Contudo, para Kennedy, essa tentativa de se blindar contra um novo macartismo republicano vinha com o perigo de tornar-se refém da política de Lodge, que ganhava um considerável peso no processo decisório (COLBY, 1989, p. 131-132).

Em Saigon, a missão de Lodge foi percebida, não sem razão, como um perigo iminente à continuidade do regime. Portanto, Nhu e Diem tentaram se antecipar à chegada do novo Embaixador, executando uma campanha de repressão inédita, até então, na crise budista. Em 21 de agosto, enquanto Lodge se reunia com Nolting – embaixador de saída – no Havaí, Diem declarou Lei Marcial em Saigon. Unidades da polícia e das Forças Especiais, que respondiam diretamente a Nhu, realizaram incursões de repressão a diversos pagodes budistas. Num total, mais de 1.400 pessoas foram encarceradas. A ideia era realizar um *fait accompli*<sup>126</sup> que colocasse a situação budista sob controle, esvaziando a missão de Lodge antes mesmo de sua chegada (COLBY, 1989, p. 134; SHEEHAN, 1989, p. 354-356).

---

126 *Fait Accompli* – Expressão em francês utilizada em estudos estratégicos para se referir a um “fato consumado”. Ou seja, uma ação – normalmente uma ofensiva militar – planejada e executada com agilidade suficiente para que os afetados por ela não tenham de tempo de reagir antes de seu final, de maneira que não possam contestá-la ou revertê-la.

Entretanto, a tentativa de *fait accompli* teve o efeito oposto do desejado. Lodge chegou ao Vietnã dois dias depois do ocorrido e, no seu primeiro dia cheio no cargo, telegrafou a Washington para consultar se tinha autorização para organizar um golpe de Estado. Menos de uma semana depois, no dia 29 de agosto, o General de Gaulle fez uma declaração na qual se mostrava preocupado pela crise no Sul e apelava pela autodeterminação de todo o Vietnã sem interferência estrangeira, colocando em evidência um esforço diplomático pela neutralização da Indochina (COLBY, 1989, p. 135; LOGEVALL, 1999, p. 02-03). Assim, ao final de agosto de 1963, a crise budista escalou vertiginosamente e trouxe na sua esteira as opções pelas quais os EUA se debruçariam pelos próximos dois meses.

#### 4.2.1 Problema: A Questão do Neutralismo

Em suma, no ano de 1963, os EUA enfrentavam uma crise de confiança gêmea, tanto nos rumos da guerra quanto na viabilidade do governo Diem, especialmente de seu irmão Nhu. Dessa situação, surgiram três possíveis alternativas de ação para os estadunidenses:

- a) substituir o governo sul-vietnamita por meio de um golpe de Estado;
- b) fazer as pazes com o governo Diem; e
- c) retirar-se completamente do Vietnã através de um acordo de neutralização.

Com a chegada do novo embaixador Cabot Lodge, rapidamente surgiu a alternativa de desvencilhar-se do governo Diem como uma solução para o problema de governança do Vietnã. Essa opção, conquanto envolta numa percepção ingênua quanto à estabilidade política que adviria de um golpe, tinha a perspectiva de que os EUA poderiam ganhar a guerra contra a insurgência através de um controle mais apurado da política nacional. Estava arraigada na suposição de que uma intervenção estadunidense no Vietnã era uma empreitada viável, mas o governo Diem não.

A segunda alternativa tinha uma perspectiva oposta sobre Diem. Embora se reconhecessem limitações, o Presidente era o mais perto de que o Vietnã tinha de um político nacionalista e de um governo estável. Ademais, reconhecia-se que um golpe de Estado apenas prejudicaria os esforços de guerra que estavam sendo efetivamente desempenhados nas áreas rurais.

O debate na burocracia estadunidense girou, na maior parte, em torno destas duas primeiras alternativas. Contudo, uma terceira opção vinha especialmente dos franceses e

representaria a neutralização do Vietnã por meio de negociações entre Norte e Sul. Essa última alternativa tinha poucos defensores americanos, mas revelou-se tanto viável, quanto potente. Viável, pois teve interesse legítimo, além dos franceses, de ambos Vietnãs, dos soviéticos e possivelmente dos chineses; e potente, pois poderia ter significado uma mudança epocal na Guerra Fria como um todo, bem como porque conformou uma das principais razões e justificativas da decisão estadunidense pelo golpe.

Em suma, o dilema estadunidense se dava entre defender uma mudança radical na política vietnamita, defender o curso de ação tomado até então ou aproveitar a crise intensa para uma retirada estratégica.

#### 4.2.1.1 Alternativa A: Golpe de Estado no Sul

A primeira alternativa era a de incentivar um golpe militar contra Diem. Ela tinha como promessa amenizar a tensão social advinda da crise budista e potencializar as reformas de Estado no Vietnã, misturando dois acúmulos que, a princípio, seriam opostos. Por um lado, mostrava um realismo em forma de desilusão acerca do progresso dos EUA no esforço de guerra e na construção de Estado no Vietnã do Sul. Por outro lado, demonstrava um idealismo ingênuo em relação à situação que adviria do golpe, visto que pouco se debatia sobre o resultado político deste.

Seus principais articuladores eram, em ordem cronológica de incidência sobre os eventos:

- a) um grupo de membros do Departamento de Estado em Washington. Nomeadamente, consistia no seu principal articulador Averell Harriman – Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos –, Roger Hilsman – Secretário Assistente para Assuntos do Extremo Oriente –, e Michael Forrestal – funcionário do Conselho de Segurança Nacional responsável pelos assuntos de Indochina. Cabe notar que o chefe do Departamento de Estado, Dean Rusk, não era explicitamente a favor do golpe de Estado, mas era profundamente anti-Nhu, muito por influência de seus subordinados, que por vezes influenciavam Kennedy sem sua mediação;
- b) os jornalistas estadunidenses correspondentes em Saigon; e
- c) Henry Cabot Lodge, o novo Embaixador dos EUA no Vietnã.

O trio composto por Harriman, Hilsman e Forrestal era um caso muito curioso de mudança radical de política para o Vietnã. Isso é particularmente verdadeiro para o caso de Averell Harriman. Antes de defender e arquitetar o golpe contra Diem, havia sido um dos principais proponentes da neutralização do Vietnã. Ele era uma figura política imponente desde os anos 1940, quando representou os EUA em missões na URSS e participou das conferências dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial. No pós-guerra, havia ocupado cargos importantes como governador do estado de Nova Iorque e Secretário do Comércio no governo Truman. Como figura altamente respeitada, havia sido trazido de volta para a política do alto escalão por Kennedy, especificamente para lidar com a Crise do Laos. No desenrolar desta, Harriman se tornou uma pessoa de estreita confiança de Kennedy e liderou os esforços diplomáticos na negociação do Acordo de Genebra sobre o Laos, finalizado em julho de 1962.

No final do ano de 1961, Averrell Harriman militou para que Washington estendesse o esforço de neutralização do Laos para o Vietnã. A ideia era a de que se reconhecesse a oportunidade de realizar uma rodada de conversas entre Hanoi e Saigon. As tratativas se beneficiariam da mediação fornecida pela mesa diretora de Genebra, composta por soviéticos e britânicos. Ademais, propunha incluir franceses e indianos para atribuir-se o caráter neutralista (LOGEVALL, 1999, p. 28-29).

Em novembro de 1961, Harriman chegou a preparar um memorando para Kennedy defendendo essa posição. Ele avaliava – com razão – que os soviéticos seriam entusiastas do projeto e que os chineses – mais sensíveis por conta da pressão militar sobre sua fronteira – poderiam ser convencidos (LOGEVALL, 1999, p. 28).

Contudo, Harriman não manteria essa visão por muito mais tempo. Em 1961, ele tinha um aliado no embaixador estadunidense na Índia, John Kenneth Galbraith, que debateu a questão com Nehru e a apresentou a Kennedy em diversas ocasiões. Entretanto, Galbraith serviria de pivô para Harriman operar uma guinada para o extremo oposto da neutralização. Em abril de 1962, durante uma reunião na Casa Branca, Harriman – poucos meses após escrever seu memorando a favor da extensão dos Acordos de Genebra – mudou radicalmente de opinião. Quando Galbraith renovou a defesa da neutralização, Harriman – acompanhado de Hilsman – atacou-a veementemente na reunião com Kennedy (LOGEVALL, 1999, p. 28-29, 35).

O que levou a esta mudança radical de posição não está claro. Uma possibilidade é a de que Harriman, entre novembro de 1961 e abril de 1962, tenha se desiludido com as negociações de neutralização do Laos. Cabe lembrar que no início de 1962, teve lugar a

Batalha de Nam Tha. Nela, os chineses haviam dado suporte ao EVN e Pathet Lao para que tomassem a ofensiva mesmo em meio às negociações de um cessar-fogo.

Uma outra hipótese é levantada pelo historiador Fredrik Logevall (1999, p. 35, 31), que especula que Harriman mudou de posição ao compreender a situação doméstica do Presidente. Em particular, percebeu a vulnerabilidade de Kennedy, caso esse decidisse pela retirada da Indochina, a uma campanha política do tipo Perda do Vietnã, que ecoasse o macarthismo e a Perda da China que acometeram o governo Truman dez anos antes.

Um forte indício nessa direção veio um ano depois da guinada de Harriman. Em março de 1963, Kennedy se reuniu com o Senador democrata Mike Mansfield. Esse, fortemente engajado nos assuntos asiáticos, havia realizado uma missão ao Vietnã a pedidos do Presidente e agora apresentava tanto um diagnóstico quanto uma solução muito próxima da de Galbraith. Ou seja, tinha uma perspectiva sombria quanto ao futuro de Diem e pretendia resolver isso pela retirada estadunidense do Vietnã, fosse ela negociada ou mesmo unilateral. Kennedy reconheceu o mérito de Mansfield. Entretanto, disse que “não posso fazer isso até 1965 – só depois de reeleito [...] Se eu tentasse dar o fora completamente, agora, poderíamos acabar com outro Joe McCarthy nas mãos” (TUCHMAN, 2017, p. 395).

Se Harriman reteve um único aspecto de sua antiga defesa da neutralização, foi a noção de que o governo Diem era inviável. Ele não tinha altas expectativas acerca do esforço de guerra e de construção de Estado operado pelos EUA. Entretanto, sua nova perspectiva era, em vez de procurar uma solução negociada, a de dobrar a aposta no que dizia respeito ao envolvimento e controle estadunidense.

Assim, já em 1963, diante das crises no Vietnã do Sul, o grupo de Harriman cresceu em relevância e influência. Com o advento da crise budista, Harriman, Hilsman e Forrestal se utilizaram da repercussão dramatizada dos repórteres em Saigon para convencer Kennedy a substituir Nolting por Cabot Lodge na embaixada americana (JONES, 2003, p. 283; SHEEHAN, 1989, p. 359).

Esta instrumentalização era percebida, mas celebrada. Logo com a chegada de Lodge, os repórteres americanos responsáveis pela onda anti-Diem – Neil Sheehan, David Halberstam e Malcolm Browne – foram convidados para um jantar na residência do embaixador, que perguntou a opinião dos jornalistas sobre a permanência de Diem no poder. Sheehan teria então respondido:

Se Diem e sua família permanecessem no poder, a guerra certamente estaria perdida. Se fossem substituídos por um regime militar, não havia garantia de que uma junta de generais se sairia melhor, mas havia esperança de que pudessem. Com os Ngo Dinhs, só se podia esperar a derrota<sup>127</sup> (SHEEHAN, 1989, p. 359, tradução nossa).

O novo embaixador concordava integralmente com Sheehan e operou o golpe contra Diem em Saigon, enquanto o grupo de Harriman fazia a ponte com Kennedy em Washington. De maneira curiosa, a opinião pelo golpe de Estado fazia uma estranha aliança – nunca explícita – entre a esquerda e a direita tanto na diplomacia quanto na mídia estadunidense. Os primeiros lideraram a denúncia em relação ao curso da guerra no Sul e das reformas do governo Diem, numa prefiguração da predominância dos valores liberais sobre o interesse nacional. Os últimos denunciavam a possibilidade dos acordos com o Norte pela neutralização do Vietnã e a suposta imoralidade de uma saída negociada.

Nesta aliança, o debate nos EUA acerca do futuro da política externa para o Vietnã parecia girar em torno de qual configuração política seria, idealmente, a mais eficiente em continuar a guerra, e não se esta poderia ser ganha ou até mesmo se valia a pena ser lutada. Como um golpe militar traria estabilidade não se discutiu.

#### 4.2.1.2 Alternativa B: Acomodação com Nhu e Diem

A segunda alternativa era o oposto da primeira. O que estava em jogo era acomodar o governo Diem, especialmente Nhu. Em grande parte, trazia valores inversos nos acúmulos acerca da realidade militar e política do Vietnã do Sul. No campo militar, refletia um otimismo exagerado, advindo de uma perspectiva conservadora em relação à estratégia traçada nos anos anteriores. No campo político, correspondia a um realismo acerca da estrutura social do Vietnã e das capacidades de realizar reformas realmente existentes no governo Diem.

Seus principais defensores eram aqueles ligados ao *establishment* de segurança dos EUA, em particular o Pentágono, as Forças Armadas e a CIA. De forma notável, esses mesmos atores haviam disputado o perfil da intervenção estadunidense no Vietnã durante os

---

127 **No Original** – “if Diem and his family stayed in power the war was certain to be lost. If they were replaced by a military regime there was no guarantee that a junta of generals would do better, but there was hope that they might. With the Ngo Dinhs one could look forward only to defeat” (SHEEHAN, 1989, p. 359).

primeiros anos do governo Kennedy. Com esse perfil acomodado – entre a guerra limitada convencional por parte do EVS e o programa de Vilas Estratégicas organizado por Nhu e CIA –, dessa feita, a burocracia de segurança apresentou uma frente unificada contra o golpe. Nos debates travados durante a crise budista, o grupo tentou persuadir Kennedy a mudar paulatinamente o governo Diem através de persuasão e pressões diplomáticas. Evitando assim rupturas políticas dramáticas (LOGEVALL, 1999, p. 53).

Os militares julgavam que o esforço de guerra estava surtindo efeitos positivos e, portanto, deveria permanecer como estava. Praticamente todo Departamento de Defesa pensava desse jeito, desde McNamara; passando pelo Chefe da Junta, General Taylor; até o Comandante do MACV, General Harkins. O argumento central era de que a instabilidade política da crise budista, circunscrita aos centros urbanos, não mudava os méritos da campanha militar sendo travada nas zonas rurais. Evidentemente, caso um golpe de Estado tomasse lugar, os únicos efeitos seriam prejudiciais a uma guerra que se estava ganhando.

No campo da política, o argumento central era o de que Diem era insubstituível. Não por qualidades inerentes ao Presidente do Vietnã, mas por não haver uma alternativa viável. Novamente, existia uma homogeneidade dessa percepção por toda a CIA, desde seu diretor, John McCone, passando pelo Chefe da Divisão de Extremo Oriente da agência, William Colby, e que chegava até o diretor da estação da CIA em Saigon, John Richardson. Entretanto, diferentemente do MACV de Harkins, os membros da CIA no Vietnã respondiam principalmente à embaixada e, respondendo a ordens, foram instrumentalizados para efetuar o golpe através de Lodge. Richardson não foi exceção, mas provocou uma cisão com Lodge grave o suficiente para ser demitido pelo embaixador (COLBY, 1989, p. 140, 148).

Colby ressalta que nos planejamentos e especulações sobre golpes no Vietnã do Sul a questão de quem substituiria Diem raramente era levantada. Quando o faziam, ficavam circunscritas a menções genéricas dos “militares”, como se esses constituíssem, no Vietnã, uma classe unificada e homogênea (COLBY, 1989, p. 133). No geral, ele avaliou que “as críticas americanas deveriam ter sido um pouco menos moralistas e intensas. Tal como se apresentavam, essas críticas ignoravam os padrões da ‘arte do possível’ [como expresso por Bismarck], que, tanto na diplomacia como na política, é o verdadeiro teste de desempenho<sup>128</sup>” (COLBY, 1989, p. 107, tradução nossa). Antes de Cabot Lodge, essa também era a opinião da embaixada estadunidense em Saigon. O embaixador Nolting resumiu a ideia de Colby ao falar certa vez a McNamara, ironizando a antiga posição do Secretário de Defesa como

---

128 **No Original** – “american critiques should have been a bit less moralistic and intense. As they stood, those critiques ignored the standarts of the ‘art of the possible’, wich, in diplomacy as in politics, is the true test of performance” (COLBY, 1989, p. 107)

presidente da automobilística Ford, que era “difícil, senão impossível, colocar um motor Ford num carro de boi vietnamita” (HASTINGS, 2021, p. 163).

#### 4.2.1.3 Alternativa C: Neutralização do Vietnã

A terceira alternativa era a ideia da neutralização do Vietnã. Sumariamente, o neutralismo resumia-se em permanecer não-alinhado na disputa EUA-URSS. O objetivo era o de não ter de, ao optar por um dos lados, sucumbir ao domínio da potência hegemônica do Bloco. Consistia em valer-se do sentimento nacional (“nacionalismo”) para atenuar o papel das outras ideologias. Notadamente, a democracia liberal no estilo estadunidense e o socialismo real do modelo soviético.

Esta ideia se manifestou de maneira bem direta no surgimento do Terceiro Mundo – ou seja, de um bloco separado tanto dos EUA, quanto da URSS. Sua formação concreta se deu ainda em abril de 1955, quando teve lugar a Conferência de Bandung, na Indonésia. Nela, 29 países africanos e asiáticos – incluindo aqui Laos, Camboja e os dois Vietnãs – defenderam a emancipação dos territórios sob domínio colonial, repudiaram a Guerra Fria e os pactos de defesa coletiva patrocinados pelas grandes potências, bem como promoveram a continuação do apoio ao desenvolvimento econômico. Seis anos depois, em 1961, em Belgrado, na Iugoslávia, teve lugar a I Conferência dos Países Não Alinhados, lançando o movimento de forma oficial, juntando os países afro-asiáticos de Bandung com os do Leste Europeu (VISENTINI, 2004, p. 88-89).

Cabe notar que o neutralismo tinha tração também com países dentro dos blocos da Guerra Fria, mas que procuravam algum grau de autonomia. Na Europa Ocidental, a França encarava a disputa não como uma imposição dos soviéticos – possivelmente seus adversários militares –, mas como “o desafio americano”. Para Servan-Schreiber (1967, p. 147, 43) – e, em algum grau, para os franceses em geral –, estava em marcha um processo de satelização da Europa Ocidental que era preciso elidir. Para tanto, precisava-se de infraestrutura, financiamento e pesquisa – o que configurava o centro de decisão nas palavras do autor. E, para obter isso tudo, como se sabe, são necessários mercados. Daí a importância da Europa se constituir enquanto bloco. Ou, poder-se-ia adicionar à análise de Servan-Schreiber: daí a importância de recuperar os mercados das ex-colônias na Indochina.

O campo socialista não era diferente. O processo de desestalinização reviveu a questão da autonomia nacional e a pluralidade de vias do socialismo no Leste Europeu (VISENTINI, 2004, p. 90-91). O caso da Polônia, de Gomulka e da “via própria para o socialismo”, ilustra que o neutralismo tinha apelo mesmo entre os solidamente alinhados à URSS, como era o caso da Polônia e da Romênia (FEJTÖ, 1971, p. 62-64, 148-153, 170-176, 183-186). Desse modo, se vê que o neutralismo possuía partidários tanto dentro do bloco de países capitalistas desenvolvidos e membros do OTAN, quanto do bloco soviético e das economias semi-industriais da Europa Leste.

Ademais, poder-se-ia adicionar vários nomes a esse rol, de Nehru, Ichirō Hatoyama, Zhou Enlai a Tito. O que importa é reconhecer que a *détente* que teve lugar dez anos depois (1972), com o Acordo ABM de Moscou, eventualmente pudesse ter se conformado ainda em 1963. Nesse caso, tratar-se-ia de uma multipolaridade assimétrica e desequilibrada – em favor dos EUA. Esse, mesmo concedendo “privilégios” a França, poderia se beneficiar tanto dos rachas no bloco socialista – tal qual o cisma sino-soviético – como as contradições do próprio neutralismo – a exemplo da Guerra Sino-Indiana de 1962.

Na Indochina, embora não haja uma definição precisa, o termo “neutralização” era usado por vietnamitas e franceses para descrever uma situação em que os Vietnãs pudessem negociar relativamente livres de influências externas. Um passo a passo ideal do acordo envolveria mais ou menos os seguintes itens:

- a) firmamento de um acordo de cessar-fogo sobre as ações de insurgência da FLN e da repressão de Diem;
- b) retomada das interações entre as duas zonas do Vietnã;
- c) formação um governo de coalizão no Sul, que incluísse a FLN. Segundo o Primeiro-Ministro da RDV, Pahn Van Dong, esse deveria ser democrático “no sentido ocidental da palavra”;
- d) diminuição e eventual retirada da presença estadunidense. Também segundo Dong, a retirada deveria ser feita de forma gradual, de modo que os EUA pudessem retirar-se com a “honra satisfeita”; e
- e) estabelecimento de algum tipo de acordo: ou de uma Confederação Norte-Sul de dois Estados autônomos ou um eventual acordo de unificação, possivelmente envolvendo eleições. Todo esse processo poderia ser engendrado multilateralmente por uma conferência similar aos Acordos de Genebra, bem como ser fruto de conversas bilaterais secretas entre Hanoi e Saigon (LOGEVALL, 1999, p. 08-09, 13).

Os principais proponentes desta alternativa foram os franceses e, em menor parte, os poloneses. Contudo, tinham um grande rol de apoiadores, entre eles os soviéticos, indianos, norte-vietnamitas, possivelmente os chineses e, na medida em que a crise budista se agravava, o próprio governo Diem. Os estadunidenses se debruçaram sobre a questão apenas para decidir de que forma ela poderia ser contrariada, tendo pouquíssimos defensores a época da crise no Vietnã do Sul.

Quanto à disposição de Diem e Nhu, cumpre notar que a perspectiva de negociar a neutralização certamente não figurava entre as mais atrativas. O anticomunismo permeava tanto a vida pessoal quanto os aspectos simbólicos do regime. Portanto, é difícil imaginar que teriam carreiras longevas num governo de coalizão com os comunistas. Entretanto, com a agudização da crise budista, essa resistência à neutralização mudou de figura. Especialmente diante do espectro de serem violentamente removidos de seus cargos pelos estadunidenses, como era sabido desde agosto, não é absurdo que Diem e Nhu contemplassem seriamente o acordo. Não seria uma escolha difícil entre prolongarem por tempo incerto suas carreiras políticas com a neutralização – possivelmente algo no tempo de alguns meses – e perderem o cargo – e possivelmente a vida – num curto prazo de semanas. Em outras palavras, a agudização da crise fazia da acomodação com o Norte um caminho cada vez mais viável para a sobrevivência política de Nhu e Diem (LOGEVALL, 1999, p. 07).

#### *4.2.1.3.1 Os EUA e a Neutralização*

A ideia de neutralização, embora não tivesse força nos EUA de 1963, estava longe de ser uma novidade para os estadunidenses. Cumpre lembrar que no início dos anos 1960, o tema mais urgente na Indochina era o Laos. E, a decisão tomada por Kennedy nesse assunto foi justamente a da neutralização através dos novos Acordos de Genebra. Seu principal artífice, Averell Harriman, em novembro de 1961, tinha como pretensão estender os acordos para toda Indochina e neutralizar também o Vietnã.

Como já mencionado, essa posição se esvaziou quase que por completo com a, apenas parcialmente explicada, “deserção” de Averell Harriman para o grupo pró-golpe em abril de 1962. O único diplomata estadunidense de grande vulto que continuou defendendo a

neutralização foi o embaixador americano na Índia, John Kenneth Galbraith<sup>129</sup>. Em novembro de 1961, ele fez uma visita ao Vietnã a pedido de Kennedy e, como resultado, elaborou um relatório que defendia a neutralização. Em março de 1963, escreveu novamente à Casa Branca sobre o tema, e, em abril, participou na reunião com Kennedy durante a qual foi atacado pelo grupo de Harriman (LOGEVALL, 1999, p. 28-29, 35; TUCHMAN, 2017, p. 391-392).

O argumento de Galbraith partia do diagnóstico de que “Dien nada reformará, seja administrativamente, seja politicamente. E isso porque não pode. Não passa de ingenuidade política esperar que o faça. Ele acha que não pode prescindir da força porque senão será derrubado” (TUCHMAN, 2017, p. 391). Contudo, em vez do golpe, a recomendação de Galbraith era impedir a escalada de programas em andamento, desde as desfoliações às vilas estratégicas, enquanto se procurava uma saída política com a RDV, “agarrando a oportunidade pelos cabelos” quando ela aparecesse (TUCHMAN, 2017, p. 391).

#### 4.2.1.3.2 O Canal Oriental – Polônia

A oportunidade vislumbrada por Galbraith veio através de uma iniciativa diplomática polonesa. Ela foi introduzida numa visita do Ministro das Relações Exteriores polonês, Adam Rapacki, a Nova Delhi entre 20 e 22 de janeiro de 1963. Na visita, o polonês conferenciou com o Primeiro-Ministro Nehru, proeminente líder do movimento não-alinhado. Para além dos indianos, Rapacki discutiu a solução neutralista com o embaixador Galbraith (GNOINSKA, 2005, p. 06-07).

Os poloneses descreveram a situação em termos que Washington pudesse concordar: Os EUA dificilmente poderiam perder no Vietnã do Sul, mas também não poderiam ganhar. Além do mais, a presença estadunidense estava encaminhando, sem necessidade, a RDV a alinhar-se à China para dar cabo da guerra de reunificação. Assim, uma alternativa que serviria a vietnamitas, estadunidenses e soviéticos era a de promover um governo no Sul que,

---

129 **John Kenneth Galbraith** – Foi um influente economista do século XX. Tinha como formação um viés que combinava elemento do keynesianismo e do institucionalismo. Academicamente, foi professor da Universidade de Harvard e um grande divulgador de questões econômicas. Também ocupou alguns cargos de política pública. Durante a II GM, Galbraith serviu, de 1941-1943, como vice-diretor do *Office of Price Administration* (OPA), escritório do governo estadunidense responsável pela administração de preços, visando sua estabilidade de acordo com o esforço de guerra. Também durante a guerra, integrou o painel de avaliação de danos por bombardeio estratégico, na qual julgou que a campanha estadunidense não teve o efeito de desacelerar a produção de armamento alemão no nível que seus colegas de painel – que incluía Walt Rostow – achavam. No pós-guerra, foi assessor de campanhas presidenciais do Partido Democrata e, talvez seu trabalho mais importante, ocupou a posição de embaixador estadunidense na Índia de 1961 a 1963.

mesmo liberal, fosse capaz de dialogar com os nortistas. Galbraith comunicou a iniciativa a Washington. Lá, foi ignorada pelo Departamento de Estado, porém obteve interesse do próprio Kennedy. O Presidente respondeu a Galbraith que perseguisse a iniciativa. Mas, quando Galbraith recebeu a resposta, Rapacki já havia deixado a Índia (GNOINSKA, 2005, p. 06-07).

Ao informar Moscou do canal aberto, a Polônia recebeu expresso apoio soviético. Para além dos bons ofícios, Varsóvia disputava a posição de liderança dos países não-alinhados; em parte para avançar a agenda de segurança do bloco socialista em favor da URSS, e, por outro lado, buscando autonomia em meio a dependência desta. No Vietnã, esses dois objetivos, a princípio conflitantes, confluíam para um mesmo interesse político, desviar o Vietnã da órbita de influência chinesa. Havia poucos anos desde o racha sino-soviético e a disputa se dava também no seio do Lao Dong. Como visto, a facção pró-chinesa e pró-luta armada havia se estabelecido na liderança do Vietnã do Norte. Isso deixava Ho Chi Minh – pró-soviético e pró-neutralização – numa posição enfraquecida, ainda que dispusesse de imenso prestígio popular por sua trajetória política. Assim, o apoio soviético ao neutralismo dizia respeito não somente à disputa do Vietnã dentro do Campo Socialista internacional, mas à busca de apoio internacional para as contendas políticas domésticas da RDV (MCLAUGHLIN, 2019, p. 180; GNOINSKA, 2005, p. 11).

No Vietnã, para além do vislumbre de uma mediação através da Índia, os poloneses operaram um diálogo tanto com o Norte quanto com o Sul. Para isso, utilizaram sua posição de país-membro da ainda atuante Comissão Internacional de Controle dos Acordos de Genebra. Ao longo de 1963, o chefe da delegação, Mieczysław Maneli, fez as vezes de intermediário entre Diem e Ho Chi Minh. Em março, Maneli se encontrou com Pham Van Dong – Primeiro-Ministro e integrante do grupo de Ho Chi Minh (a favor da solução política no lugar da luta armada) – que apoiou a iniciativa polonesa. Ainda que Le Duan houvesse mudado a política de reunificação para a luta armada, os esforços da insurgência cobravam seu preço, à medida que a negociação política era rediviva (GNOINSKA, 2005, p. 12).

De certa forma, a intermediação de Maneli buscava reeditar a própria proposta de Pham em 1958, quando tentou se corresponder, sem sucesso, diretamente com Diem. A ideia era a da desescalada militar e da recondução do intercâmbio econômico, cultural, científico e esportivo. Como adição ao programa mais brando de Pham – proposto quando a RDV ainda não tinha iniciado a reunificação pela força –, estava a questão de como acomodar os comunistas no Sul. O resultado almejado era o de um governo de coalizão em Saigon, que incluiria tanto Diem quanto a oposição ao governo. Aliás, Maneli teria recebido

consentimento nortista de que esse governo poderia ser liderado pelo próprio Diem (MANELI, 1975, p. 25). Como arremate às conversas secretas, em agosto de 1963, Ho Chi Minh se pronunciou publicamente a favor de um cessar-fogo no Sul. Comunicava-se internacionalmente a disposição nortista pelo acordo (LOGEVALL, 1999, p. 12).

#### *4.2.1.3.3 O Canal Ocidental – França*

Do lado do Ocidente, a proposta de um acordo Norte-Sul vinha da França. Aliás, também não se tratava de uma novidade na relação entre estadunidenses e franceses. Ainda em maio de 1961, o governo de Gaulle havia deixado sua posição clara para o recém-eleito Kennedy numa reunião entre os dois chefes de Estado. A ideia francesa era a de reforçar a autodeterminação vietnamita, a retirada de tropas estadunidenses, a neutralização da Indochina e o apaziguamento com a China. Em suma, retomar a influência francesa na região, substituindo os EUA como patrocinador ocidental (MCLAUGHLIN, 2019, p. 03).

Ao longo do ano seguinte, 1962, a opinião francesa foi comunicada pelo embaixador estadunidense na França, o ex-general James Gavin. Tratava-se do mesmo oficial que tivera papel relevante no apoio a Ridgway nas discussões acerca de Dien Bien Phu, bem como no auxílio a Taylor quanto à mudança doutrinária do Exército nos anos 1950. Gavin, devido ao seu contato com de Gaulle na II GM, havia sido chamado por Kennedy, em 1961, para suavizar as relações dos EUA com a França gaullista, cada vez mais insatisfeita com a hegemonia dos estadunidenses. Entretanto, para Kennedy, a franqueza dos comunicados de Gavin deixava a impressão de que esse simpatizava demais com os franceses, inclusive no que dizia respeito à solução francesa para o Vietnã. No final de 1962, foi substituído por Charles Bohlen. Assim como em Dien Bien Phu e no seu tempo como embaixador, Gavin voltaria a vocalizar sua crítica ao envolvimento estadunidense no Vietnã quando da intervenção massiva pós-1965 (MCLAUGHLIN, 2019, p. 154).

Em 1963, a opinião francesa tomou um vulto maior, na mesma medida em que o canal polonês surgia e a crise budista crescia em proporção. A França, que mantinha representantes tanto no Norte, quanto no Sul, reconheceu na crise sulista uma oportunidade de tomar a iniciativa de neutralização. O já referido pronunciamento do presidente de Gaulle, em 29 de agosto, foi seguido por uma série de reuniões entre os delegados franceses e os governos de Hanoi e Saigon. No Norte, as conversas se davam entre o representante francês Jacques De

Buzon o Primeiro-Ministro Pham Van Dong. No Sul, aconteciam entre o Embaixador Roger Lalouette e Nhu (LOGEVALL, 1999, p. 48; MCLAUGHLIN, 2019, p. 155).

O objetivo da França, através da neutralização, era retomar sua influência não só sobre o Vietnã, mas sobre a Indochina inteira. Nesse ponto, a França ainda mantinha forte influência sobre o Laos e o Camboja. Esses dois países tinham governos que dependiam bem mais de elites tradicionais do que o Vietnã – seja o do Norte ou o do Sul – em ritmo de modernização. O Camboja ainda se mantinha na condição de monarquia tradicional, sob a liderança do Príncipe Sihanouk; e o Laos estava numa aliança inquieta entre direita, neutralismo e os comunistas – embora cabe lembrar que todos estes campos políticos tinham ligação com a monarquia na figura de um dos “Três Príncipes”. Entretanto, a escalada da violência no Vietnã prometia desestabilizar os dois países vizinhos.

Cabe lembrar que a campanha militar da RDV no Vietnã do Sul tinha como espinha dorsal a Trilha de Ho Chi Minh, que passava quase exclusivamente pelos territórios do Laos e Camboja. Esses governos tradicionais estavam espremidos entre as guerrilhas comunistas – apoiadas pelo EVN com o intuito de proteger a Trilha na qualidade de “zonas tampão” – e a pressão ocidental para desencadear ofensivas contra a linha de suprimentos nortista. Mais à frente no tempo, com a escala vertical da guerra, eles encontrariam sérias dificuldades de sobreviverem. Não foi diferente. Cumpre ressaltar que a Guerra estadunidense no Vietnã também originou e alimentou duas outras guerras civis: uma no Laos e outra no Camboja. Os príncipes Souvanna Phouma, do Laos, e Sihanouk, do Camboja, tiveram plena consciência desse problema, mas não conseguiram resistir a golpes de Estado ora por parte da linha-dura militar apoiada pelos EUA (tentativas malsucedidas em 1964 e 1965 no Laos, e golpe de fato em 1970 no Camboja), ora pelas guerrilhas comunistas apoiadas pela RDV (revoluções em 1975 no Laos e Camboja). Para todos os efeitos, a Guerra do Vietnã resultou numa espécie de anti-Teoria do Dominó, ao expandir o comunismo para toda Indochina.

Por isso, de volta a 1963, a saída francesa parecia atraente. Por um lado, ela reconhecia que o aprofundamento da guerra civil vietnamita apenas deixaria Hanoi mais dependente dos chineses, e Saigon dos estadunidenses. Diante da presença das grandes potências, o restante da Indochina certamente cairia. Por outro lado, fornecia um meio termo que detinha o potencial de agradar todas as potências, e aliviava a pressão dos estadunidenses sobre os chineses, e, portanto, a pressão desses sobre os governos locais. De maneira concomitante, mantinha a Indochina sobre a influência ocidental. Os custos dos programas de auxílio ao Vietnã do Sul poderiam ser repassados aos franceses. Eles provavelmente os continuariam de bom grado na tentativa de retomar os privilégios comerciais da era colonial.

Diferentemente dos EUA, a França tinha interesses reais na Indochina. Por exemplo, no comércio de borracha, que compunha 85% da renda de exportações do Vietnã do Sul, empresas francesas eram responsáveis por 95% da produção. A França também era o maior parceiro comercial – em 1962, por exemplo, foi responsável pela compra de 43,6% das exportações sul-vietnamitas. O papel da cultura francesa também era universal no Vietnã. Muitos da elite social e burocrática sul-vietnamita eram casados com mulheres francesas, bem como enviavam seus filhos estudar em liceus e universidades na França. Da mesma forma, o francês era língua comum entre diplomatas, militares e a classe política, inclusive no que dizia respeito à comunicação com os conselheiros e assessores estadunidenses. De maneira geral, a passagem dos franceses ainda se fazia sentir em matérias tão diversas quanto pratos de restaurantes, música nas rádios e qualquer assunto relacionado à cultura (LOGEVALL, 1999, p. 16). Embora o imperialismo colonial houvesse sido deixado no passado, não era absurdo imaginar um Vietnã associado-dependente da França.

Esta visão para a Indochina não era apenas uma formulação do interesse neocolonial francês; tinha estatuto de realidade também no Vietnã do Norte – ou seja, em meio à organização política que havia realizado a guerra anticolonial. Segundo um relatório de Maneli a Varsóvia, Pham Van Dong tinha grande interesse num bloco neutralista Laos-Camboja-Vietnã com grupos pró franceses enquanto seus “motores” (GNOINSKA, 2005, p. 30). No final de 1963, o Príncipe Sihanouk, do Camboja, chegou a defender a criação de uma federação indochinesa sob os auspícios de um novo Acordo de Genebra, mostrando que nem a pretensão francesa nem vietnamita eram exageradas (LOGEVALL, 1999, p. 86).

Para os EUA, o acordo teria o custo de retirarem-se do Vietnã. Entretanto, cabe imaginar se esda seria uma perda tão relevante para seu controle do Sudeste Asiático. Afinal, os estadunidenses continuariam retendo o controle sobre a Malásia e o Estreito de Malaca, bem como boa parte do Mar do Sul da China, não muito distante do controle que exercem de fato nos dias de hoje. Ademais, se contrastado com o resultado da Guerra em 1975, um acordo de neutralização seria bem mais vantajoso. O(s) Vietnã(s) não teriam, por exemplo, conferido a URSS um porto na Baía de Cam Ranh, bem como não teriam insuflado revoluções socialistas no Laos e no Camboja, que poderiam ter permanecido neutros. Mais do que isso, sob a influência francesa, bem poderia se ter formado a Federação Indochinesa ou ao menos o Bloco Neutralista Indochinês. Esse poderia servir como balança securitária da China de maneira bem mais efetiva e distante dos soviéticos, pelo menos comparado ao que de fato ocorreu a partir de 1975.

Em suma, a solução apresentava-se enquanto oportunidade de uma “saída com honra”, num período em que a situação militar, como visto, estava em declínio e, conseqüentemente, os custos de manutenção do regime sulista em ascensão. Da mesma forma, poder-se-ia negociar um “intervalo decente<sup>130</sup>” entre a saída estadunidense e a eventual hegemonia comunista no Vietnã. Cumpre ressaltar que os EUA acabaram por se retirar do Vietnã mais ou menos nesses termos, viabilizando a reconquista por parte do Norte. Dessa feita, poderiam nem ter entrado em guerra. E, além disso, teriam um Vietnã muito mais alinhado a seus interesses do que aquele resultante de mais de uma década de guerra.

#### 4.2.2 Decisão: O Golpe em Diem

A alternativa escolhida foi a do golpe de Estado em Diem. De maneira idiossincrática, essa decisão não foi tanto um debate entre correntes de pensamento para se chegar a uma conclusão ou síntese. Ela foi tomada de maneira tímida e quase “acidental” no final de agosto de 1963. Entretanto, até sua consecução, em primeiro de novembro do mesmo ano, todos caminhos estavam abertos. Nesse período, Washington foi marcada pela reticência em relação ao golpe e várias vozes importantes na capital estadunidense e em Saigon recomendaram sua suspensão. Concomitantemente, a solução da neutralização negociada ganhou tração tanto no que diz respeito a sua plausibilidade quanto, para seus detratores, como fonte retórica para a afirmação do golpe.

Como referido, em 23 de agosto de 1963, o recém-chegado Lodge pediu autorização explícita ao Departamento de Estado para dar seguimento a um plano de golpe. A mensagem foi recebida durante um anormal final de semana dos dias 24 e 25, durante o qual tanto o Presidente quanto o primeiro escalão da administração se encontravam, em sua maioria, fora de Washington. A resposta, portanto, foi concebida e telegrafada por Averell Harriman, Roger Hillsman e Michael Forrestal. Eles escreveram a Lodge dizendo que ele deveria pressionar Diem por respostas adequadas às expectativas de reforma política. Ademais, demandavam que

---

130 “Saída com Honra” e “Intervalo Decente” – Tratam-se de jargões dentro da historiografia sobre a Guerra do Vietnã para caracterizar as políticas do governo Nixon, normalmente em tom acusatório. A “saída com honra” diz respeito à política resoluta de retirada dos EUA, ainda que tentando preservar o melhor resultado possível que não a derrota completa. O “intervalo decente” diz respeito ao período entre a saída estadunidense (1973) e a reconquista do Sul pelo Norte (1975), supostamente negociado por Kissinger e Nixon com os norte-vietnamitas como condição a retirada. O objetivo, em ambos casos, era se retirar da guerra, a essa altura extremamente impopular, ao mesmo tempo em que se tentava salvaguardar o governo de uma reação do tipo “perda da China” na política e na opinião pública.

o Presidente vietnamita retirasse seu irmão Nhu do governo. Caso contrário, o embaixador estaria autorizado a procurar lideranças militares dispostas a substituir Diem e informá-las do apoio estadunidense. Kennedy e outros membros do primeiro escalão foram consultados, por telefone ou telegramas, e aprovaram a mensagem. Entretanto, é fato que membros do segundo escalão do governo desenharam uma política de graves consequências sem as consultas e debates que normalmente fariam parte deste tipo de situação (HASTINGS, 2021, p. 191; COLBY, 1989, p. 135-137).

Na segunda-feira, dia 26 de agosto, com todos retornados a Washington e reunidos para discutir o telegrama, Kennedy perguntou para a mesa do Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council* – NSC) se alguém aconselhava voltar atrás na mensagem enviada a Lodge. Ninguém se pronunciou – uma posição difícil de sustentar contra uma ordem presidencial já expedida – apesar de McNamara, Taylor e McCone terem severas dúvidas acerca da política. Entretanto, no dia seguinte, o ex-Embaixador Nolting se juntou a uma nova reunião e expôs uma defesa do governo Diem, bem como a dúvida sobre se havia alguém qualificado para substituí-lo. Ponderou que a situação mais provável que sobreviria de um golpe era a de uma luta entre facções. O resultado se assemelharia à predominância dos sectos em 1954 e 1955, e não a um Estado com maior capacidade decisória e administrativa. Contudo, Nolting foi atacado por Harriman, que denunciou o ex-Embaixador como responsável pelo fracasso dos EUA em tratar com Diem e suas reformas não realizadas. Assim, a voz dissidente do Departamento de Estado foi suprimida pelos escalões mais altos e a decisão pelo golpe parecia prevalecer (COLBY, 1989, p. 138-139).

Com a autorização de Washington, Lodge indicou Lou Conein – antigo membro da Missão Militar de Saigon sob Lansdale, que ironicamente tinha ajudado a conspirar a favor de Diem em 1954 – para servir de ligação com os generais conspiradores – todos haviam sido coronéis durante a ascensão de Diem sobre os sectos em 1954 e 1955. Eram eles:

- a) Major-General Duong Van Minh – mais conhecido como “Big Minh” –, tinha o honorífico mas inútil cargo de Conselheiro Militar do Presidente e era o líder dos conspiradores;
- b) Major-General Tran Van Don – Chefe do Estado-maior do Exército do Vietnã; e
- c) General de Brigada Le Van Kim – ex-Diretor da Academia Militar do Vietnã e desde 1960 sem cargo oficial devido a suspeita de Diem de seu envolvimento na tentativa de golpe daquele ano (SHEEHAN, 1989, p. 361-362).

Durante o mês de outubro, os planos para o golpe se desenvolviam sob um clima de apreensão. Os generais conspiradores tinham receio acerca da segurança de um golpe e pediram repetidamente, em encontros com Lou Conein, a confirmação do apoio americano ao planejado novo governo sul-vietnamita. Ou seja, eram, na prática, evidências para duas proposições. Em primeiro lugar, de que o golpe em Diem foi, em grande parte, condicionado pelo envolvimento estadunidense. E, portanto, de que existiam claras oportunidades dos EUA suspenderem o golpe, especialmente frente a declarada reticência dos generais conspiradores (HASTINGS, 2021, p. 194-195; COLBY, 1989, p. 140-142; JONES, 2003, p. 356).

Em uma reunião do NSC em 06 de setembro, a incerteza no governo Kennedy suscitou a Missão Krulak-Mendenhall. Seu nome advinha de seus dois participantes, o General de Brigada Victor Krulak dos Fuzileiros Navais – Assistente Especial para Assuntos de Contrainsurgência do JCS – e Joseph Mendenhall – que tinha experiência como diplomata assistente no Vietnã. A visita teve início na mesma tarde em que foi concebida e durou apenas quatro dias. Dessa forma, já no dia 10 de setembro, seus resultados foram apresentados numa nova reunião do NSC. A pretensão do governo Kennedy era chegar a uma conclusão acerca do destino de Diem. Entretanto, o resultado da missão foi, pelo contrário, uma exacerbação do cisma na burocracia. Mendenhall descreveu o governo Diem como irreparável, refletindo a disposição do Departamento de Estado em perpetrar um golpe de Estado. Krulak, por sua vez, exultou os esforços do MACV e da CIA no esforço de guerra e concluiu que, no campo de batalha, a conflagração estava sendo ganha. E que, portanto, não fazia sentido desestabilizar o governo Diem ou mesmo a posição de Nhu dentro desse. Diante de conclusões diametralmente opostas, Kennedy, perguntou sarcasticamente aos dois delegados se eles haviam visitado o mesmo país. Mesmo assim, não se chegou a um diagnóstico claro (JONES, 2003, p. 356-358).

Enquanto Kennedy não conseguia extrair uma posição unificada em relação aos méritos do governo Diem, um aspecto central para a decisão de liquidá-lo foi tomando forma na denúncia da neutralização. Após o pronunciamento oficial de Gaulle, em 29 de agosto, o mês de setembro foi marcado por diversos esforços nesse sentido, tanto na mídia quanto nos canais oficiais da burocracia.

Em relação à mídia, Lodge vazou informações confidenciais acerca das conversas de Nhu com a RDV para o jornalista conservador Joseph Alsop. Apesar de crítico dos jornalistas *liberals*, como Sheehan e Halberstam, ele colaborou intensamente para a derrocada de Diem. Num artigo chamado “*Coisas Muito Graves*” (ou “*Very Ugly Stuff*”), publicado em 18 de setembro no influente *Washington Post*, Alsop denunciou a campanha diplomática de

neutralização como uma rendição do Vietnã aos comunistas. Embora denunciasse os franceses por pretenderem substituir os EUA na Indochina, o artigo dava grande importância à presença do polonês Maneli. Com isso, Alsop visava criar uma polêmica em torno de uma suposta influência comunista sobre Nhu. Acabou sendo bem-sucedido, visto que o caso ganhou notoriedade suficiente para ser denominado “Caso Maneli” (ou “*Maneli Affair*”). Mais do que um esforço de pressionar o governo Diem a abandonar o diálogo, tratava-se de inviabilizar os acordos secretos na política e opinião pública estadunidense. E, portanto, preparar o terreno para um golpe no Vietnã do Sul (MCLAUGHLIN, 2019, p. 179; JONES, 2003, p. 363; GNOINSKA, 2005, p. 19-20).

Maneli tentou esclarecer a situação através da própria mídia estadunidense. Convidou os repórteres Halsbertam e Sheehan para um jantar. Aqui, o convite fazia as vezes de uma reedição do jantar dos mesmos repórteres com Lodge, dessa feita com o propósito contrário do golpe. Nele, o diplomata explicou sua visão sobre o neutralismo, desmentindo o papel atribuído a ele por Alsop. A iniciativa não surtiu efeito, visto que nem Halsbertam nem Sheehan publicaram a versão de Maneli sobre as conversas de neutralização (GNOINSKA, 2005, p. 20).

Nos canais burocráticos, a declaração de de Gaulle provocou uma reação imediata. Em 30 de agosto, no dia seguinte ao discurso do francês, Lodge descreveu de Saigon as iniciativas do Embaixador Lalouette pela neutralização em tom acusatório. Em Washington, Hilsman elaborou um memorando em que recomendava, no caso de uma aproximação iminente entre Diem e Hanoi, que se encorajasse prontamente os generais conspiradores a efetuar o golpe de Estado. Essa assertividade foi ganhando força durante as semanas seguintes. Nesse meio tempo, diversos relatórios, não só do Departamento de Estado, como também da CIA, atestavam a real possibilidade de Nhu e Diem realizarem um acordo de neutralização com o Norte se suficientemente pressionados (LOGEVALL, 1999, p. 45, 49-51). Como era essa a tônica da diplomacia estadunidense, o acordo e, portanto, o golpe ganhavam um ar de iminência.

Em meio à reação adversa dos EUA, os franceses tentaram deixar suas intenções o mais explícitas possível, relatando suas conversas não tão secretas com Nhu e Hanoi. A ideia era a de convencer os estadunidenses de que a neutralização também estava alinhada ao seu próprio interesse nacional. Em 31 de agosto, o Ministro das Relações Exteriores da França, Hervé Alphand, realizou precisamente essa linha de argumento a nível ministerial com Rusk (LOGEVALL, 1999, p. 45). Em Saigon, “Lodge escreveu que Lalouette veio lembrá-lo de que ‘Nhu acreditava que poderia fazer um acordo com os [vietcongues] pelo qual a guerra de

guerrilha terminaria... [em troca] da retirada de algumas tropas americanas<sup>131</sup>” (MCLAUGHLIN, 2019, p. 182, tradução nossa). Novamente, a intenção francesa era demonstrar o mérito na neutralização. Contudo, “Lodge presumiu que a verdadeira motivação da França era ‘abrir tudo o que antes era a Indochina para a atividade comercial e a influência política francesa<sup>132</sup>’” (MCLAUGHLIN, 2019, p. 184, tradução nossa).

Como visto, era uma interpretação acurada das intenções francesas. Contudo, a questão de se o plano francês feria ou promovia o interesse nacional estadunidense nunca chegou a povoar o debate nos EUA. Assim, Lodge e Kennedy entenderam corretamente a intenção e potência dos acordos de neutralização, sem entretanto, entender seu alinhamento com os interesses americanos. E, como resultado, decidiram-se pelo caminho duvidoso do golpe de Estado (LOGEVALL, 1999, p. 47-48).

Charles Bartlett, amigo pessoal de Kennedy, afirmou que a chance de uma conciliação Norte-Sul foi o elemento principal na decisão de efetuar o golpe. O presidente teria dito: “Charlie não posso deixar o Vietnã cair nas mãos dos comunistas, e depois chegar e pedir [aos eleitores norte-americanos] que me reelejam” (HASTINGS, 2021, p. 192).

Com esta convicção, Kennedy deixou escapar uma última chance de evitar o golpe. No dia 29 de outubro, o NSC se reuniu para discutir um telegrama enviado por Harkins. Nele, o General argumentava que não fazia sentido se livrar de Diem depois de quase uma década de apoio e construção de Estado por parte dos EUA. A maior parte do alto escalão se pronunciou claramente contra o golpe, entre eles Taylor, do JCS; McCone da CIA; e Rusk, do Departamento de Estado. Até o irmão do presidente, Robert Kennedy, acabou concordando com a posição de Harkins e arguiu contra o apoio ao golpe. Contudo, John Kennedy manteve-se resolutos na sua posição anti-Diem. O resultado da reunião foi uma não decisão. A Casa Branca entrou numa nova postura de dúvida. McGeorge Bundy, Assessor de Segurança Nacional, telegrafou Lodge que a presidência tinha levantado novas dúvidas acerca do golpe, e que os EUA não deveriam nem fomentar nem impedir a retirada de Diem. Para todos os efeitos, tratou-se de uma delegação da responsabilidade para Lodge. Como esse último foi, desde sua chegada em Saigon, o maior proponente da retirada de Diem, Kennedy tacitamente assentiu para os planos de golpe que estavam em andamento (HASTINGS, 2021, p. 196-197; PRADOS, 2009, p. 81; LOGEVALL, 1999, p. 64).

---

131 **No Original** – “Lodge wrote that Lalouette had come to remind him that ‘Nhu believed he could work out an arrangement with the [Viet Cong] whereby the guerrilla war would be ended... [in exchange for] the withdrawal of some US troops.’” (MCLAUGHLIN, 2019, p. 182).

132 **No Original** – “Lodge assumed that France’s real motivation was to ‘open up all of what was formerly Indo-China to French business activity and political influence.’” (MCLAUGHLIN, 2019, p. 184)

Finalmente, em primeiro de novembro de 1963, deu-se início ao golpe de Estado. Lou Conein foi ao Quartel-General do Exército do Vietnã e presenciou a transmissão de rádio que deu início ao movimento de tropas. Em Saigon, oficiais leais aos Ngo foram presos e mortos. O palácio presidencial ficou em cerco até o dia 3, apesar de Diem e Nhu terem fugido para um esconderijo. Os irmãos se renderam aos generais conspiradores em troca de passagem livre para fora do Vietnã. Entretanto, a mando de Minh, foram assassinados durante o transporte (HASTINGS, 2021, p. 197-198).

O que faz deste golpe uma grande decisão majoritariamente estadunidense é o fato de que ele teve de ser encomendado e sustentadamente encorajado ao longo de dois meses. Além disso, tomou lugar principalmente por conta da percepção de Washington de que um acordo de reunificação, que excluísse os EUA do Vietnã, era uma possibilidade concreta. A perspectiva de tal acordo estar alinhado aos interesses dos EUA, entretanto, não pareceu ter grandes defensores em Washington.

#### 4.2.2.1 Reafirmação da Escolha: A Sucessão de Golpes

Para além do golpe em Diem, essa temática foi reiterada pelos EUA nos anos seguintes. Em um ano, o Vietnã do Sul experienciou sete golpes de Estado (PRADOS, 2009, p. 82). Em cada um deles, a maioria apoiada pelos EUA, se solapava mais um pouco do nacionalismo vietnamita e restituía-se o aspecto de caudilhismo, ou de senhores da guerra, que havia sido eliminado na década anterior.

A junta liderada pelo General Minh permaneceu menos de quatro meses no poder, provando a ingenuidade das perspectivas de uma junta militar estável e combativa. Em 28 de janeiro de 1964, a junta militar liderada por Big Minh foi deposta pelo General Nguyen Khanh. Apesar de Taylor afirmar de que o golpe tivesse sido uma surpresa (TAYLOR, 1972, p. 308), Conein havia avisado Washington da iminência do golpe, mas preferiu por não interferir (HASTINGS, 2021, p. 218-219). A razão era uma suposta propensão de Minh por um acordo de neutralização. As provas que indicavam a neutralização eram interceptações radiofônicas da FLN feitas pela inteligência estadunidense. Lodge ainda denunciava a influência do Presidente de Gaulle no Vietnã, e a preocupação com a substituição dos estadunidenses pelos franceses ecoava em Washington. Novamente, a acomodação política era apenas uma possibilidade ainda distante, sendo mais um convite a Saigon do que qualquer

acordo fechado. Contudo, o espectro do neutralismo foi novamente o suficiente para derrubar a neófito junta (TUCHMAN, 2017, p. 404-405; LOGEVALL, 1999, p. 116-117).

Khanh acabou dando seguimento a um período de instabilidade. Como líder político, procurava atender, ao menos na aparência, a todos os requisitos estadunidenses. No início de seu governo, deu início a retórica de “ir ao Norte”; ou seja, de confrontar militarmente a RDV. A ideia de uma guerra com os nortistas era o que unia minimamente os generais. Contudo, isso se dava mais no sentido de prevenir a ideia de golpe, especificamente por se tratar do que os estadunidenses queriam. Internamente, também tentava-se produzir um verniz de legalidade. A pedidos dos EUA, tentou-se criar instituições civis e uma constituição nos moldes estadunidenses (PRADOS, 2009, p. 103-104; HASTINGS, 2021, p. 225).

Em meados de 1964, ocorreu uma troca no comando da embaixada e do MACV na esteira dos fracassos do governo contra a insurgência. Taylor saiu da chefia do JCS para assumir a embaixada em Saigon. No lugar de Harkins, assumiu o General William Westmoreland, que comandaria o MACV pelos próximos quatro anos (HASTINGS, 2021, p. 227-228).

Para Hastings (2021, p. 228), Taylor foi “despachado em julho [de 1964], não para fazer diplomacia, mas para tocar uma guerra mais inteligente”. Esse argumento é ancorado na percepção de que Westmoreland foi uma escolha específica de Taylor, assim como tinha sido Harkins. Se o JCS como um todo pudesse ter escolha, teria preferido Harold Johnson, Craighton Abrams ou Bruce Palmer (HASTINGS, 2021, p. 228). Essas escolhas, com a possível exceção de Palmer, tinham uma orientação para a pacificação mais do que para a estratégia de aniquilação de Westmoreland. A postura do *Search and Destroy* ajudaria, mais a frente, a confirmar o Modelo da Guerra Limitada.

Neste meio tempo, a disputa entre Khanh e outros generais, constantemente tentando se esquivar das exigências de Washington, dava a impressão de que os EUA não teriam tolerância com o General por muito tempo. Assim, os americanos cortejaram os irmãos Nguyen, Thieu e Cao Ky. Até então, esses eram oficiais generais de pouca expressão. Mas, justamente por serem desconhecidos, era possível manobrá-los para efetuarem um golpe, bem como pressioná-los para acatar as políticas estadunidenses (HASTINGS, 2021, p. 245).

Em janeiro de 1965, Khanh esteve atrás de mais um golpe – seu último –, depois de uma nova onda de protestos budistas. Com o ocaso do catolicismo oficial de Diem, a religião mais tradicional do Vietnã teve uma ressurgência enquanto força política (PRADOS, 2009, p. 117-118). Para Taylor, estava em curso uma, supostamente perigosa, aproximação entre Khanh e os budistas. Ele avisou Washington que seu “[...] aspecto mais sinistro é [...] que a

vitória budista pode ser um passo importante para a formação de um governo que venha a conduzir o país a negociações com Hanói e a Frente de Libertação Nacional” (HASTINGS, 2021, p. 259).

Assim, entre 18 e 19 de fevereiro de 1965, houve um novo golpe no Vietnã. Khanh renunciou e se exilou na França, e o cargo de Primeiro-Ministro passou ao civil Pham Hy Quat. Apesar disso, a verdadeira direção estava sob os irmãos Thieu e Cao Ky, liderando uma nova configuração da junta militar (HASTINGS, 2021, p. 263). Nos seus últimos momentos enquanto presidente, em conversa telefônica – gravada pelo serviço secreto do Vietnã do Sul –, Khanh pediu a Taylor se era seu desejo que ele deixasse a liderança do Vietnã – ou seja, aquiescendo a tentativa de golpe – e o embaixador respondeu positivamente (HEARTS..., 1974, 84:04-86:05’).

Thieu e Cao Ky permaneceriam a frente do Vietnã do Sul – não sem percalços – até a derrota completa de 1975. Eram oficiais gerais de relativamente pouca expressão e experiência e assumiam o poder num ambiente político degradado, completamente dependente da ajuda estadunidense. De 1963 até 1965, a sucessão de golpes, sendo aquele em Diem o maior deles, foi sucessivamente solapando o que o Vietnã do Sul tinha de nacionalismo. A medida em que o interesse nacional sul-vietnamita revelava residir numa saída negociada, a mudança de regime virava a tônica dos EUA, afinal: “a única virtude considerada indispensável num governante local merecedor de respaldo de Washington era repudiar qualquer negociação com Hanói” (HASTINGS, 2021, p. 255).

#### **4.2.3 Resultado: Aceleração da Intervenção Massiva**

Num nível sistêmico, a decisão pelo golpe em Diem revelou um compromisso inescapável dos EUA com a contenção da China. Nessa direção é possível estabelecer uma analogia com a chegada de Diem ao poder. A crise de 1963 foi uma espécie de “1955 ao contrário”. Na década de 1950, os EUA haviam evitado o golpe em Diem para manter os franceses e a perspectiva de neutralização longe da região. Isso se dava pela formulação da política de contenção da China a partir das três frentes – a saber: Coreia, Taiwan e Indochina. Em 1963, os EUA fizeram o contrário, organizaram e desencadearam o golpe de Estado. Contudo, fizeram-no com os mesmos objetivos imediatos e cosmovisão – anti-neutralização e pró-contenção.

Se por um lado, a decisão dos EUA parece mostrar uma constância nos objetivos políticos, por outro mostra apenas uma marca da insensatez no sentido atribuído por Barbara Tuchman. Isso é, a da ação tomada contra o autointeresse. Para perseguir a política de contenção, os EUA decidiram destituir violentamente um governo que eles mesmo, as duras penas, levaram quase uma década para construir. Se o objetivo final dos EUA era conter a China, o Vietnã de Diem ou eventualmente o Vietnã neutralista teriam sido mais fortes contra a influência chinesa do que foi a presença estadunidense a qualquer tempo da Guerra do Vietnã. Nesse sentido, a queda de Diem parece ter uma parcela importante de irracionalidade. Não parecia servir a qualquer esforço, seja o de acomodação com o Norte seja para a confrontação militar com ele. Para esclarecer esse contrassenso, resta a explicação de que os EUA derrubaram o governo sul-vietnamita por exigir dele algo que não podia entregar (TUCHMAN, 2017, p. 11, 13).

Neste sentido, a decisão tem também um certo grau de ironia. Isso porque a militância anti-Diem ia contra a bagagem intelectual do próprio governo Kennedy e, principalmente, seu Vice-Assessor de Segurança Walt Rostow – principal expoente da Teoria da Modernização. O governo Kennedy que, no seu início, havia sido o maior campeão da Modernização, agora tomava uma decisão que parecia ser baseada na moral e não no interesse estadunidense. A ironia está contida no fato de que, segundo a Teoria, o caminho lógico a ser seguido no Vietnã era o de reconhecer seu estágio social incipiente segundo as etapas do desenvolvimento. E, portanto, que ele consistiria em apoiar o governo Diem mesmo com suas imperfeições. Assim, segundo tal lógica, poder-se-ia dizer que o caráter autoritário do governo não era somente tolerável, mas parte integrante de um esforço de modernização. Enquanto essa assertiva possa, sem dúvida, ser objeto de debate, a alternativa colocada – de substituir o governo – se abstinha de conjecturar qualquer substituto viável a um governo relativamente estável.

Nesta decisão parece surgir um elemento novo na política externa dos EUA para o Vietnã. Trata-se do puritanismo dos valores liberais. Ou seja, do imperativo moral dos EUA em promover a democracia e os direitos humanos a todo custo (MEARSHEIMER; WALT, 2016, p. 79-80). Evidentemente, o idealismo não era novidade para estadunidenses e vietnamitas. Afinal, o anticomunismo frequentemente sobrepujava o estrito realismo do interesse nacional. Entretanto, até então, os EUA não haviam tentado forjar o Vietnã a sua imagem e semelhança. Nas palavras de Colby, os EUA se livraram de Diem porque este não cumpria os padrões de uma democracia comunitária da Nova Inglaterra (COLBY, 1989, p. 109).

Daí a importância dos diplomatas eminentemente liberais. Eles advinham da percepção do governo Diem como intolerável e insustentável. Contudo, de maneira concomitante, rejeitaram qualquer solução diplomática – embora fossem membros do Departamento de Estado – para a instabilidade no Vietnã do Sul. Essa diplomacia militante – ou como sustenta Logevall (1999, p. 72), a falta de diplomacia para o Vietnã de 1961 a 1963 – foi uma espécie de prefiguração da corrente liberal do Pós-Guerra Fria<sup>133</sup>.

Rufus Phillips III – ex-membro da equipe de Lansdale na Missão Militar de Saigon e que depois viria a trabalhar na USAID enquanto cobertura no Vietnã (BOOT, 2018, p. 218) – resumizou a decisão estadunidense da seguinte forma (HASTINGS, 2021, p. 225):

Vinhamos tentando, havia quase dez anos, com grande esforço e cuidado, construir esse frágil país. Então, destruímos qualquer estabilidade. E toda a vez que um general dava um golpe durante o período de “entra e sai”, todos os caras que tinham vindo antes eram expulsos. Estávamos colocando no poder pessoas que não entendiam o básico. E, quanto mais nos envolvíamos para compensar o caos, mais tomávamos o lugar dos líderes locais. Decidimos que ganharíamos a guerra e devolveríamos o país a eles. Foi o golpe de misericórdia no nacionalismo vietnamita [...] E a questão que os comunistas mais viriam a explorar.

De fato, a luta armada se beneficiou enormemente da instabilidade política do golpe. O suficiente para que Nguyen Huu Tho, chefe da FLN, categorizasse esse último como um “presente dos céus para nós<sup>134</sup>” (COLBY, 1989, p. 158, tradução nossa). Não era um exagero, afinal, segundo dados compilados pela CIA, os ataques da FLN aumentaram de uma média 375 por semana nos meses de novembro e outubro, para mais de mil apenas na semana de 06 a 13 de novembro (LOGEVALL, 1999, p. 441 n. 80). Com o aumento nos ataques e a ausência da figura de Nhu, o programa das Vilas Estratégicas simplesmente colapsou (COLBY, 1989, p. 214).

No Vietnã do Norte, o golpe pareceu reafirmar a disposição pela luta armada e ostracizar o grupo político de Ho Chi Minh e a alternativa da reunificação pelo acordo político. Em 22 de novembro de 1963, numa reunião do politburo, Ho se ofereceu para mediar a crise no Sul mais foi duramente rechaçado pelos belicistas. Depois disso, Ho chegou a

---

133 **Hegemonia Liberal Pós-Guerra Fria** – “A hegemonia liberal é uma estratégia ambiciosa na qual um Estado visa transformar o maior número possível de países em democracias liberais como ele próprio, ao mesmo tempo que promove uma economia internacional aberta e constrói instituições internacionais.” (MEARSHEIMER, 2018, p. 01, tradução nossa). Essa definição é basicamente a mesma de Walt (2018, p. 54). Uma versão mais breve foi antecipada por um artigo conjunto dos dois autores na revista *Foreign Affairs* (MEARSHEIMER; WALT, 2016).

134 **No Original** – “gift from heaven for us” (COLBY, 1989, p. 158).

cogitar se aposentar permanentemente da vida política. O grupo de Le Duan e Le Duc Tho emergiu com ainda mais influência e dominou a política externa pelo restante da guerra (HASTINGS, 2021, p. 202-203; MCLAUGHLIN, 2019, p. 188).

Desta forma, o golpe em Diem pode ser visto como uma espécie de catalisador do envolvimento estadunidense no Vietnã. Os objetivos de política externa – a contenção da China – haviam sido traçados ainda durante a década de 1950 e a modalidade de intervenção havia sido resolvida nos primeiros dois anos do governo Kennedy. Então, ao final de 1963, os EUA promoveram o evento que desencadearia na escalada do conflito. A desestabilização do governo sul-vietnamita, reiterada com apoio aos vários golpes subsequentes, tornou a entrada massiva dos EUA quase que irresistível. Embora a ideia de inevitabilidade seja absurda, o golpe imprimiu um ritmo caótico aos acontecimentos que dificultou a ocorrência de momentos de grandes decisões até o massivo envolvimento estadunidense no início de 1965. Isso é, com o início da Operação *Rolling Thunder* de bombardeio do Vietnã do Norte e o desembarque das primeiras unidades de combate dos Fuzileiros Navais em Da Nang.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou analisar as principais decisões estratégicas que levaram ao envolvimento estadunidense na Guerra do Vietnã (1965-1975). Do período analisado, aproximadamente do final da Segunda Guerra Mundial ao Golpe de Estado no Vietnã do Sul (1943-1963), puderam-se divisar oito grandes decisões estratégicas. A partir delas, pôde-se elencar alguns temas centrais e chegar a algumas conclusões, expostas abaixo.

Caso se pudesse reduzir a história das decisões estratégicas que levaram a Guerra do Vietnã a uma só temática ou ideia-chave, dever-se-ia elencar o dilema estadunidense diante das estratégias da contenção ou do neutralismo. Em suma, ao longo de todas as decisões estadunidenses acerca da Indochina, seu foco recaiu sobre a contenção estrita da URSS e, principalmente, da China. Essa estratégia de um realismo estrito das Relações Internacionais, deixou os EUA míopes em relação ao valor do neutralismo. Esse se daria não apenas como modo de saída honrosa da região, mas como conceito a ser instrumentalizado para seus próprios interesses.

De maneira menos generalizada, dividiu-se as grandes decisões em três períodos: (1) primeira fase (1943-1956): a formação da diplomacia triangular e dos objetivos ilimitados dos EUA; (2) segunda fase (1959-1960): a resposta indochinesa à contenção estadunidense; (3) terceira fase (1961-1963): o comprometimento estadunidense com a Guerra do Vietnã.

Nos primeiros dez a quinze anos de interação dos EUA com a Indochina, o tema essencial é o da relação do Vietnã – enquanto espaço geoestratégico – com a cosmovisão estadunidense do mundo pós-guerra. Dentro dessa perspectiva, até o gérmen do envolvimento americano esteve ligado com sua estratégia de segurança europeia. Trocou-se a volta do colonialismo francês pelo compromisso destes na construção de uma Europa econômica e militarmente capaz de balancear a URSS.

Um dos momentos mais importantes da tomada de decisão se deu no dilema do que fazer com a China comunista após sua vitória na Guerra Civil. Uma mistura de pressão doméstica, acerca do macartismo e do Lobby da China, bem como a exploração dessa situação por Stalin, que desencadeou a Guerra da Coreia, restringiram a decisão estadunidense pela contenção chinesa. Foi uma primeira grande oportunidade perdida de aceitar o neutralismo, nesse caso da China, que, apesar de comunista, não era necessariamente pró-soviética. Tratava-se do mesmo diagnóstico que viria a dar fim a Guerra do Vietnã em 1972.

O fim da Guerra da Coreia foi trazido por Eisenhower, que assumiu uma estratégia de contenção no seu sentido estrito. Não parecia procurar um conflito de alta intensidade, mas mantinha pressão máxima em todas as três frentes estratégicas da China. Tomadas em conjunto, o cancelamento da campanha do Guomindang, em Yunnan, o término da Guerra da Coreia e a recusa de travar a Batalha de Dien Bien Phu fazem do governo Eisenhower o mais perto de um tipo puro de política de contenção. A retórica violenta e fortemente religiosa dos irmãos Dulles se mostrou muito mais submissa do que as críticas ao governo Truman.

Particularmente em Eisenhower, adotou-se uma visão purista da ideia de contenção. Isso é, perseguiu-se uma espécie de congelamento das fronteiras e arranjos políticos do pós-Guerra da Coreia. O ponto positivo da ideia de Eisenhower era o de não se perseguir a reversão da China. Por outro lado, também se rejeitou completamente a solução neutralista dos franceses. Contudo, o principal problema de uma visão estática da política é que ela está fadada a se desmanchar em algum momento.

Não obstante, essa estaticidade de Eisenhower não combinava com os desenvolvimentos políticos da Indochina. A RDV pretendia dar cabo à reunificação prometida nos Acordos de Genebra; e, no Laos, o neutralismo tentava achar um *modus vivendi* entre os comunistas e os americanófilos. Nesse sentido, a estabilidade da Era Eisenhower foi apenas aparente. Justamente no final do seu mandato, aconteceria a reação indochinesa à estratégia americana nas formas da retomada da luta armada no Vietnã do Sul e na Guerra Civil Laosiana.

Neste sentido, pode-se divisar uma segunda etapa das decisões estratégicas, na qual o aspecto essencial é o da reação da política indochinesa a política de contenção dos EUA. Novamente, as duas decisões que se deram em reação à política de Eisenhower tinham o neutralismo enquanto motivação fundamental. No Vietnã do Norte, a decisão de retomar a luta armada no Sul foi, em grande medida, condicionada pelo enfraquecimento da facção neutralista diante do cancelamento das eleições de reunificação previstas por Genebra, da indisposição diplomática de Diem em negociar um acordo de normalização das relações Norte-Sul, bem como do aumento da perseguição política aos comunistas no Sul. Com essa rejeição do neutralismo, o controle do politburo norte-vietnamita passou para as mãos dos partidários da luta revolucionária no Vietnã do Sul.

A segunda decisão, a de neutralizar o Laos, teve seu estopim com uma revolta neutralista no golpe do jovem capitão Kong Le, em 1960. Da mesma forma, foi resolvida apenas quando se chegou a um acordo de neutralização e um governo de coalizão. Nesse sentido, é impressionante como o foco na contenção (realismo estrito) se transmutou numa

miopia em relação ao neutralismo. O governo Kennedy decidiu pelo neutralismo menos pelas suas virtudes do que pela falta de uma alternativa viável de intervenção. Dessa forma, a abordagem de Kennedy em relação ao Laos se tratou mais de uma reedição da política do governo Eisenhower do que de uma abordagem nova em relação à Indochina.. As opções eram, por um lado, intervir militarmente sem limitações – arriscando ou buscando ativamente uma guerra com a China – e, por outro, retirar-se da disputa pelo Laos através da neutralização. Diante das duas opções atomizadas, Kennedy escolheu a segunda opção.

Como se procurou demonstrar, ao analisar os eventos, pode-se traçar vários paralelos entre Kennedy e Eisenhower: ambos se depararam com um aliado em franca desvantagem militar; decidiram por não perseguir uma intervenção pelo temor de provocar uma guerra contra a China; e assinaram um Acordo de Genebra para a neutralização da Indochina.

Contudo, Kennedy tomou a decisão pela neutralização pois não conseguiu identificar nas opiniões do JCS uma alternativa militar limitada. Ou seja, que não aventasse a possibilidade de uma guerra com a China ou, pior, que a perseguisse voluntariamente. Dessa perspectiva, então, a decisão pela neutralização do Laos foi antes um recuo momentâneo para fazer frente ao comunismo e ao neutralismo na Indochina. Apenas para, logo em seguida, dar-se um recrudescimento da contenção. A neutralização da Indochina, portanto, ficou restrita apenas ao Laos.

A diferença de Kennedy viria nas próximas decisões acerca da Indochina, durante as quais pode contar com assessores e instrumentais mas específicos a seu governo. Essa terceira etapa das decisões estratégicas foi caracterizada pela tentativa de Kennedy de alcançar soluções intermediárias entre a guerra total e o neutralismo. Ela envolveu as decisões pelo perfil de força da Guerra Limitada e pelo golpe contra Diem no Vietnã do Sul.

Talvez esta etapa tenha sido a mais consequencial de todas as três porque encerrava a maior das oportunidades e o maior dos desafios simultaneamente. A oportunidade era a de se expandir a neutralização do Laos para o restante da Indochina. O desafio era o de fazer frente a consolidação da Trilha de Ho Chi Minh enquanto rota de infiltração de pessoal e suprimentos no Vietnã do Sul.

Aqui, novamente os EUA optaram pelo realismo estrito. A solução para a neutralização do Laos e a infiltração pela fronteira surgiu na Teoria da Guerra Limitada, em que a aplicação de força serve enquanto sinalização para os objetivos políticos. Na esteira dessa noção, teve lugar discussão do Perfil de Força no Vietnã, polarizado entre a doutrina da guerra limitada convencional (com foco na aeromobilidade e poder de fogo) e da contrainsurgência. Embora o primeiro tenha prevalecido, o problema enfrentado pelos EUA

no Vietnã era o de duas estratégias simultâneas – insurgência e ameaça de invasão –, que tinham o mesmo “cordão umbilical” na Trilha de Ho Chi Minh. Sem acesso a interdição da Trilha, o debate do Perfil de Força – embora traga lições valiosas para os dias de hoje – não poderia ter resolvido o problema da estratégia estadunidense.

Neste sentido, os Acordo de Genebra – neutralização do Laos – acabaram tendo um papel nefasto para os estadunidenses. Se tivesse sido expandido para toda Indochina – como era o planejamento inicial – teria sido a melhor decisão tomada. Como ficou pela metade, teve graves consequências. Isso é, a neutralização exclusivamente do Laos – na qual passava a Trilha de Ho Chi Minh –, combinada a Guerra Limitada no Vietnã – na qual os EUA decidiram lutar – reunia o pior de dois mundos. Como resultado, os EUA foram à guerra pela Indochina do mesmo jeito, mas autorrestringiram sua capacidade de decidi-la. Isso porque a logística do esforço de guerra vietnamita passava todo pela área neutralizada pelos EUA; Esta, por passar incólume à possibilidade de interdição terrestre dos EUA (embora tenha sido extensamente bombardeada do ar) deu consecução a uma guerra de atrito prolongada e especialmente sangrenta.

Em relação à sua tragédia, ou seja, a intensidade da guerra, pode-se culpar a falta de percepção do papel da logística da Trilha de Ho Chi Minh para o esforço de guerra vietnamita. E, portanto, da importância de perceber a região como um teatro de operações militares unificado. Ou seja, se a proposta era a neutralização, ela deveria ter sido perseguida até o final, ou seja, neutralizando-se toda a Indochina. Se, por outro lado, a ideia era a de travar uma guerra pela Indochina, dever-se-ia tê-la travado em toda Indochina.

Assim, a insensatez aqui foi a de não ter percebido a virtude do neutralismo enquanto alinhado aos interesses nacionais dos EUA. Caso tivessem tomado lugar, é possível conjecturar que a Indochina – fosse ela transformada em confederação sob a França, fosse composta individualmente pelos países que dela fazem parte – poderia muito bem servir como um novo polo independente, que disputasse ou cooperasse com China, URSS, França e EUA de forma autônoma – e não como país alinhado aos interesses soviéticos.

Em suma, a via do neutralismo poderia ter adiantado em vinte ou dez anos a *détente* que resultou da Guerra do Vietnã. Seu resultado possivelmente teria sido o de um mundo multipolar assimétrico e desequilibrado, no qual interesses diversos, ora concorrentes, ora convergentes, podiam ser facilmente instrumentalizados pelos EUA, que reteriam seu prestígio econômico e cultural em vez de desperdiçá-lo na destruição do Sudeste Asiático.

## REFERÊNCIAS

- AHERN JR., Thomas L. **CIA and the House of Ngo**: Covert Action in South Vietnam, 1954-63. Washington, D.C.: Center for the Study of Intelligence, 2000.
- ALLISON, Graham. Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis. **The American Political Science Review**, Baltimore, v. 63, n. 03, p. 689-718, Sep. 1969. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1954423>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- ALLISON, Graham. **Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis**: Rational Policy, Organization Process, and Bureaucratic Politics. Santa Barbara: RAND, 1968.
- ALLISON, Graham. **Essence of Decision**: Explaining the Cuban Missile Crisis. Boston: Little, Brown, 1971.
- ALLISON, Graham; HALPERIN, Morton H.. Bureaucratic Politics: A Paradigm and Some Policy Implications. **World Politics**, Baltimore, v. 24, supplement S1, p. 40-79, Mar. 1972. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2010559>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- ALLISON, Graham; ZELIKOW, Philip. **Essence of Decision**: Explaining the Cuban Missile Crisis. 2 ed. New York: Longman, 1999.
- ANDERSON, David L. J. Lawton Collins, John Foster Dulles, and the Eisenhower Administration's "Point of No Return" in Vietnam. **Diplomatic History**, Wilmington, v. 12, n. 02, p. 127-147, spring 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24911759>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- ANG, Cheng Guan. **The Vietnam War From the Other Side**: The Vietnamese Communists' Perspective. London: RoutledgeCurzon, 2002.
- ANTHONY, Victor B.; SEXTON, Richard R. **The War in Northern Laos**: 1954-1973. Washington, D.C.: Center for Air Force History, 1993.
- BACEVICH, Andrew J. **The Pentomic Era**: The US Army Between Korea and Vietnam. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1986.
- BARTHOLOMEW-FIES, Dixee R. **The OSS and Ho Chi Minh**: Unexpected Allies in the War Against Japan. Lawrence: University Press of Kansas, 2006.
- BENDOR, Jonathan; HAMMOND, Thomas H. Rethinking Allison's Models. **The American Political Science Review**, Baltimore, v. 86, n. 02, p. 301-322, Jun. 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1964222>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- BLACKWELL, Jeff. "The China Lobby": Influences on U.S.-China Foreign Policy in the Post War Period, 1949-1954. **The Forum**: Journal of History, San Luis Obispo, v. 02, n. 01, p. 43-58, 2010. Disponível em: <https://digitalcommons.calpoly.edu/forum/vol2/iss1/9>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BOOT, Max. **The Road Not Taken**: Edward Lansdale and the American Tragedy in Vietnam. New York: Liveright, 2018.

BROCHEUX, Pierre. **Ho Chi Minh**: A Biography. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BROWER IV, Charles F. Strategic Reassessment in Vietnam: The Westmoreland “Alternate Strategy” of 1967-1968. **Naval War College Review**, Newport, v. 44, n. 02, p. 20-51, spring 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44638025>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BROWN, Michael L. Vietnam: Learning From the Debate. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 67, n. 02, p. 48-55, feb. 1987. Disponível em: <https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p124201coll1/id/523/rec/5>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BUZAN, Barry. The Southeast Asian Security Complex. **Contemporary Southeast Asia**, Singapore, v. 10, n. 01, p. 01-16, June 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25797984>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers**: The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZZANCO, Bob. The American Military’s Rationale Against the Vietnam War. **Political Science Quarterly**, New York, v. 101, n. 4, p. 559-576, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2150794>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CANNON, Michael W. Raising the Stakes: The Taylor-Rostow Mission. **Journal of Strategic Studies**, [s.l.], v. 12; n. 02, p. 125-165, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01402398908437370>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CHALMERS, Malcolm. **Sharing Security**: The Political Economy of Burdensharing. London: MacMillan, 2000.

CHEN, Jian. **China’s Road to the Korean War**: The Making of the Sino-American Confrontation. New York: Columbia University Press, 1994.

COLBY, William; MCCARGAR, James. **Lost Victory**: A Firsthand Account of America’s Sixteen-Year Involvement in Vietnam. Chicago; Contemporary Books, 1989.

CONBOY, Kenneth; MORRISON, James. **Shadow War**: The CIA’s Secret War in Laos. Boulder: Paladin Press, 1995.

CONBOY, Kenneth. **War in Laos, 1954-1975**. Carrollton: Squadron/Signal, 1994.

CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da; OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves de; SOUZA, Dércio Bernardes de. Rostow e os Estágios para o Desenvolvimento. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Orgs.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 13-20.

CORNFORD, J. P. Review Article: The Illusion of Decision. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 04, n. 02, p. 231-243, Apr. 1974. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0007123400009480>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DEITCHMAN, Seymour J. **Limited War and American Defense Policy**. Cambridge, MA: The M.I.T. Press, 1964.

DEITCHMAN, Seymour J. **The Best-Laid Schemes: A Tale of Social Research and Bureaucracy**. Quantico: Marine Corps University Press, 2014.

DUIKER, William J. **Ho Chi Minh: A Life**. New York: Hyperion, 2000. Versão E-book Epub.

EASTON, Ian. **The Chinese Invasion Threat: Taiwan's Defense and America Strategy in Asia**. Manchester: Eastbridge Books, 2019.

EUA. Diretoria de Historia Militar do Departamento de Exército dos EUA. **As Grandes Decisões Estratégicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

EUA. Department of Defense, Vietnam Task Force. **The Pentagon Papers Part I: Vietnam and the U.S., 1940-1950 (1 Vol.)**. Washington, D.C.: Department of Defense, Vietnam Task Force, 1969a.

EUA. Department of Defense, Vietnam Task Force. **The Pentagon Papers Part II: U.S. Involvement in the Franco-Viet Minh War, 1950-1954 (1 Vol.)**. Washington, D.C.: Department of Defense, Vietnam Task Force, 1969b.

EUA. Department of Defense, Vietnam Task Force. **The Pentagon Papers Part III: The Geneva Accords 1954 (1 Vol.)**. Washington, D.C.: Department of Defense, Vietnam Task Force, 1969c.

EUA. Department of Defense, Vietnam Task Force. **The Pentagon Papers Part IV.B: Evolution of the War (26 Vols.): Counterinsurgency: The Kennedy Commitments, 1961-1963 (5 Vols.): 1. The Kennedy Commitments and Programs, 1961**. Washington, D.C.: Department of Defense, Vietnam Task Force, 1969d.

FALL, Bernard B. **Hell in a Very Small Place: The Siege of Dien Bien Phu**. Cambridge, MA: Da Capo Press, 2002a.

FALL, Bernard B. The International Relations of Laos. **Pacific Affairs**, Vancouver, v. 30, n. 01, p. 22-34, Mar. 1957. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2752658>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FALL, Bernard B. The Laos Tangle. **International Journal**, Toronto, v. 16, n. 02, p. 138-157, Spring 1961. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/40198480>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FALL, Bernard B. The Political-Religious Sects of Viet-Nam. **Pacific Affairs**, Vancouver, v. 28, n. 03, p. 235-253, Sep. 1955. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3035404>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FALL, Bernard B. The Theory and Practice of Insurgency and Counterinsurgency. **Naval War College Review**, Newport, v. 18, n. 03, p. 21-38, apr. 1965. Disponível em: <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol18/iss3/4/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FALL, Bernard B. **The Two Viet-Nams: A Political and Military Analysis**. London: Routledge, 2019. Versão E-book Epub.

FEJTÖ, François. **Historia de las Democracias Populares I: Los Acontecimientos**. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1971.

FINER, Samuel. State- and Nation-Building in Europe: The Role of the Military. In: TILLY, Charles (Org.). **The Formation of National States in Western Europe**. New Jersey: Princeton University Press, 1975. p. 84-163.

FREEDMAN, Lawrence. Logic, Politics and Foreign Policy Processes: A Critique of the Bureaucratic Politics Model. **International Affairs**, London, v. 52, n. 03, p. 434-449, Jul. 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2616555>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FRIEDRICH, Jorg. **Yalu: À Beira da Terceira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Sexto Membro Permanente: O Brasil e a Criação da ONU**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

GARVER, John W. The Burma Campaign: Operation Paper and Its Aftermath. In: GARVER, John W. **The Sino-American Alliance: Nationalist China and American Cold War Strategy**. Armonk: M.E. Sharpe, 1997. p. 148-166.

GAVIN, James H. **War and Peace in the Space Age**. New York: Harper & Brothers, 1958.

GELB, Leslie H.; BETTS, Richard K. **The Irony of Vietnam: The System Worked**. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2016.

GIBSON, Richard M.; CHEN, Wenhua. **The Secret Army: Chiang Kai-shek and the Drug Warlords of the Golden Triangle**. Singapore: Wiley (Asia), 2011.

GILMAN, Nils. **Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.

GNOINSKA, Margaret K. **Poland and Vietnam, 1963: New Evidence on Secret Communist Diplomacy and the “Maneli Affair”**. Washington, D.C.: Cold War International History Project, 2005.

GOSCHA, Christopher E. Vietnam and the World Outside: The Case of Vietnamese Communist Advisers in Laos (1948–62). **South East Asia Research**, [s.l.], v. 12, n. 02, p. 141–185, July 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.5367/0000000041524743>. Acesso em: 30 ago. 2023.

GUILHOT, Nicolas. The Kuhning of Reason: Realism, Rationalism, and Political Decision in IR Theory After Thomas Kuhn. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 42, n. 01, p.

03-24, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0260210515000054>. Acesso em: 30 ago. 2023.

HALPERIN, Morton H. **Limited War in the Nuclear Age**. New York: John Wiley & Sons, 1963.

HALPERIN, Morton H.; CLAPP, Priscilla A. **Bureaucratic Politics and Foreign Policy**. 2 ed. Washington, D.C.: Brookings Institute Press, 2006.

HANNAH, Norman B. **The Key to Failure: Laos and the Vietnam War**. Lanham: Madison Books, 1987.

HANYOK, Robert J. **Spartans in the Darkness: American SIGINT and the Indochina War, 1945-1975**. Maryland: National Security Agency, 2002.

HARPER, John Lamberton. **American Visions of Europe: Franklin D. Roosevelt, George F. Kennan, and Dean G. Acheson**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

HASTINGS, Max. **Vietnã: Uma Tragédia Épica 1945-1975**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

**HEARTS and Minds**. Director: Peter Davis, Producer: Bert Schneider; Peter Davis. Los Angeles: BBS Productions, 1974. (112 min).

HEINZIG, Dieter. **The Soviet Union and Communist China, 1945-1950: The Arduous Road to the Alliance**. Oxon: Routledge, 2015. Versão epub.

HERRING, George C.; IMMERMANN, Richard H. Eisenhower, Dulles, and Dienbienphu: "The Day We Didn't Go to War" Revisited. **The Journal of American History**, Bloomington, v. 71, n. 02, p. 343-363, Sep. 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1901759>. Acesso em: 30 ago. 2023.

HOUSE, Jonathan M. **Combinação das Armas: A Guerra no Século XX**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2008.

HUEBNER, Jon W. The Abortive Liberation of Taiwan. **The China Quarterly**, London, n. 110, p. 256-275, Jun. 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/653999>. Acesso em: 30 ago. 2023.

HUNT, Michael H. East Asia in Henry Luce's "American Century". **Diplomatic History**, Wilmington, v. 23, n. 02, p. 321-353, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24913743>. Acesso em: 30 ago. 2023.

JONES, Howard. **Death of a Generation: How the Assassinations of Diem and JFK Prolonged the Vietnam War**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

KENNEDY, John Fitzgerald. **Interview with Walter Cronkite, Inaugurating a CBS TV News Program, 2 September 1963**. Entrevistador: Walter Cronkite. Washington D.C.: 02 set. 1963. 05 p. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/046/JFKPOF-046-025>. Acesso em: 30 ago. 2023.

KERSHAW, Ian. **Dez Decisões Que Mudaram o Mundo (1940-1941)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KISSINGER, Henry A. **Nuclear Weapons and Foreign Policy**. New York: Norton, 1969. (Abridged Edition).

KISSINGER, Henry A. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOMER, Robert W. **Impact of Pacification on Insurgency in South Vietnam**. Santa Monica: RAND, 1970. (P-4443).

KREPINEVICH JR., Andrew F. **The Army and Vietnam**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

KRETCHIK, Walter E. **U.S. Army Doctrine: From the American Revolution to the War on Terror**. Lawrence: University Press of Kansas, 2011.

LATHAM, Michael E. **Modernization as Ideology: American Social Science and “Nation Building” in the Kennedy Era**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

LEARY, William M. **Perilous Missions: Civil Air Transport and CIA Covert Operations in Asia**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 2002.

LEVINE, Steven I. A New Look at American Mediation in the Chinese Civil War: The Marshall Mission and Manchuria. **Diplomatic History**, Wilmington, v. 03, n. 04, p. 349-375, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24910221>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LIND, Michael. **Vietnam, The Necessary War: A Reinterpretation of America’s Most Disastrous Military Conflict**. New York: Touchstone, 1999.

LOGEVALL, Fredrik. **Choosing War: The Lost Chance for Peace and the Escalation of War in Vietnam**. Berkeley: University of California Press, 1999.

MACARTHUR, Douglas; LUCAS, Jim; CONSIDINE, Bob. Texts of Accounts by Lucas and Considine on Interviews With MacArthur in 1954. **New York Times**, New York, 09 apr. 1964, p. 16. Disponível em: [www.nytimes.com/1964/04/09/archives/texts-of-accounts-by-lucas-and-considine-on-interviews-with.html](http://www.nytimes.com/1964/04/09/archives/texts-of-accounts-by-lucas-and-considine-on-interviews-with.html). Acesso em: 24 set. 2022.

MANELI, Mieczyslaw. Vietnam, ‘63 and Now. **New York Times**, New York, 27 jan. 1975, p. 25. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1975/01/27/archives/vietnam-63-and-now.html>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MARCH, James G. **Como as Decisões Realmente Acontecem: Princípios da Tomada de Decisões**. São Paulo: Leopardo, 2009.

MARTINS, José Miguel Q. A Longa Marcha da Revolução Chinesa (1921-1949). In: VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI; NERINT/UFRGS, 2013. p. 92-113.

MCLAUGHLIN, Sean J. **JFK and de Gaulle: How America and France Failed in Vietnam, 1961-1963**. Lexington: University Press of Kentucky, 2019.

MCMASTER, H. R. **Dereliction of Duty: Johnson, McNamara, the Joint Chiefs of Staff, and the Lies that Led to Vietnam**. New York: HarperCollins, 1997.

MEARSHEIMER, John J. **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

MEARSHEIMER, John J. The British Generals Talk: a Review Essay. **International Security**, v. 6, n. 1, p. 165–184, Summer, 1981.

MEARSHEIMER, John J. **The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities**. New Haven: Yale University Press, 2018.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. The Case for Offshore Balancing: A Superior U.S. Grand Strategy. **Foreign Affairs**, New York, v. 95, n. 04, p. 70-83, Jul./Aug. 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43946934>. Acesso em: 30 ago. 2023.

GERTH, Hans H.; MILLS, C. Wright. Introdução: o Homem e sua Obra. In: WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Organização e Introdução H.H. Gerth e C. W. Mills. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 15-95.

MORRIS, Dick. **Jogos de Poder: Ganhar ou Perder – As Estratégias dos Grandes Líderes da História**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NALTY, Bernard C. **Air Power and the Fight for Khe Sanh**. Washington: Office of Air Force History, 1986.

NEVES JÚNIOR, Edson José. **A Modernização Militar da Índia: As Virtudes do Modelo Híbrido**. 2015. 361 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/143479>. Acesso em: 01 out. 2017.

OLSEN, Mari. **Soviet–Vietnam Relations and the Role of China, 1949–64: Changing Alliances**. London: Routledge, 2006.

OSGOOD, Robert Endicott. **Limited War: The Challenge to American Security**. Chicago: The University of Chicago Press, 1957.

PADDOCK JR. Alfred H. **U.S. Special Warfare: Its Origins**. rev. ed. Lawrence: University Press of Kansas, 2002.

PETRAEUS, David H. Korea, the Never-Again Club, and Indochina. **Parameters**, Carlisle, v. 17, n. 01, p. 59-70, dec. 1987. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA518550>. Acesso em: 30 ago. 2023.

PRADOS, John. **Operation Vulture: America's Dien Bien Phu.** New York: Don Congdon, 2014. E-book Kindle.

PRADOS, John. **The Blood Road: The Ho Chi Minh Trail and the Vietnam War.** New York: John Wiley & Sons, 1999.

PRADOS, John. **Vietnam: The History of an Unwinnable War, 1945-1975.** Lawrence: University Press of Kansas, 2009.

PORTER, Gareth. **Perils of Dominance: Imbalance of Power and the Road to War in Vietnam.** Berkeley: University of California Press, 2005.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: A Lógica dos Jogos de Dois Níveis. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico.** 6 ed. amp. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROSTOW, Walt Whitman. **Walt W. Rostow Oral History Interview.** Entrevistador: Richard Neustadt. Washington D.C.: 11 abr. 1964. 157 p. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKOH/Rostow%2C%20Walt%20W/JFKOH-WWR-01/JFKOH-WWR-01>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ROTTMAN, Gordon L. **Green Beret in Vietnam, 1957-73.** London: Osprey Publishing, 2002. (Warrior Series 28).

ROTTMAN, Gordon L. **US Army Special Forces, 1952-85.** London: Osprey Publishing, 1985. (Elite Series 04).

RUST, William J. **Before the Quagmire: American Intervention in Laos, 1954 –1961.** Lexington: University Press of Kentucky, 2012.

RUST, William J. **So Much to Lose: John F. Kennedy and American Policy in Laos.** Lexington: University Press of Kentucky, 2014. Versão E-book Epub.

SANDLER, Stanley. **A Guerra da Coreia: Nem Vencedores Nem Vencidos.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

SCHLESINGER JR. Arthur M. **Mil Dias: John F. Kennedy na Casa Branca.** vol. 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SERVAN-SCHREIBER, Jean-Jacques. **O Desafio Americano.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1967.

SHEEHAN, Neil. **A Bright Shining Lie: John Paul Vann and America in Vietnam.** New York: Vintage Books, 1989.

SHORE II, Moyers S. **The Battle for Khe Sanh.** Washington, D.C.: United States Marine Corps History and Museum Division, 1969.

- SNYDER, Richard C.; BRUCK, H. W.; SAPIN, Burton. Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics. In: SNYDER, Richard C. et al. **Foreign Policy Decision-Making (Revisited)**. New York: Palgrave MacMillan, 2002. p. 21-152.
- SORENSEN, Theodore C. **Kennedy**. New York: Harper & Row, 1965.
- SORLEY, Lewis. **A Better War: The Unexamined Victories and Final Tragedy of America's Last Years in Vietnam**. New York: Harcourt, 1999.
- SPECTOR, Ronald H. **Advice and Support: The Early Years, 1941-1960**. Washington, D.C.: U.S. Army Center of Military History, 1985.
- STAAVEREN, Jacob Van. **Interdiction in Southern Laos, 1960-1968**. Washington D.C.: Center for Air Force History, 1993.
- STANTON, Shelby L. **Anatomy of a Division: The 1st Cav in Vietnam**. Novato: Presidio Press, 1987.
- SUMMERS JR., Harry G. **On Strategy: A Critical Analysis of the Vietnam War**. New York: Presidio Press, 1982.
- TAYLOR, Maxwell D. **Swords and Plowshares: A Memoir**. New York: W. W. Norton, 1972.
- TAYLOR, Maxwell D. Paper Prepared by the Presidents's Military Representative (Taylor). In: LANDA, Ronald D.; SAMPSON, Charles S. (Eds.). **Foreign Relations of the United States, 1961-1963, Volume I, Vietnam, 1961**. Washington, D.C.: United States Government Printing Office, 1988. p. 223-225.
- TAYLOR, Maxwell D. **The Uncertain Trumpet**. New York: Harper, 1960.
- THORNDALE, William. **Air War in the DMZ, January-August 1967**. Hickam Air Force Base: Department Of The Air Force, 1969. (Project CHECO Report).
- TOLSON, John J. **Airmobility, 1961-1971**. Washington, D.C.: Department of the Army, 1999.
- TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada**. São Paulo: Edusp, 1998.
- TUCHMAN, Barbara W. **A Marcha da Insensatez: De Troia ao Vietnã**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- TURLEY, William S. **The Second Indochina War: A Concise Political and Military History**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.
- VAN EVERA, Stephen. **Guide to Methods for Students of Political Science**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

VIETNÃ. The Military History Institute of Vietnam. **Victory in Vietnam: The Official History of the People's Army of Vietnam, 1954-1975**. Lawrence: University Press of Kansas, 2002.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria: O Desafio Socialista à Ordem Americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Revolução Vietnamita: Da Libertação Nacional ao Socialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Diplomáticas da Ásia: Articulações Regionais e Afirmação Mundial (Uma Perspectiva Brasileira)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Eixo e a URSS na Guerra Mundial: Diálogo com a Nova Narrativa Histórica Anglo-Americana**. Porto Alegre: Leitura XXI; NERINT/UFRGS, 2020.

WALT, Stephen M. **The Hell of Good Intentions: America's Foreign Policy Elite and the Decline of U.S. Primacy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018.

WALTZ, Kenneth N. **O Homem, o Estado e a Guerra: Uma Análise Teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WARD, James R. Vietnam: Insurgency or War?. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 69, n. 01, p. 14-23, jan. 1989. Disponível em: <https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p124201coll1/id/500/rec/5>. Acesso em: 30 ago. 2023.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Organização e Introdução H.H. Gerth e C. W. Mills. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEIGLEY, Russell F. **The American Way of War: A History of United States Military Strategy and Policy**. Bloomington: Indiana University Press, 1973.

WEINSTEIN, Franklin B. **Vietnam's Unheld Elections: The Failure to Carry Out the 1956 Reunification Elections and the Effect on Hanoi's Present Outlook**. New York: Cornell Department of Asian Studies, 1966.

WHITE, Nick. Macmillan, Kennedy and the Key West Meeting: Its Significance for the Laotian Civil War and Anglo-American Relations. **Civil Wars**, [s.l.], v. 02, n. 02, p. 35-55, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13698249908402406>. Acesso em: 30 ago. 2023.

WHITMAN, Alden. Harry S. Truman: Decisive President. **New York Times**. December 27, 1972, p. 46-47. Disponível em: [www.nytimes.com/1972/12/27/archives/harry-s-truman-decisive-president-the-lightning-strikes-in-war.html](http://www.nytimes.com/1972/12/27/archives/harry-s-truman-decisive-president-the-lightning-strikes-in-war.html). Acesso em: 12 jan. 2022.

WIEST, Andrew; MCNAB, Chris. **A História da Guerra do Vietnã**. São Paulo: Mbooks, 2016.

WILLIAMS, Kenneth H. **The U.S. Air Force in Southeast Asia and the Vietnam War, A Narrative Chronology, Volume 2: 1960-1961**. Washington, D.C.: Air Force History and Museums Program, 2020.

WINDROW, Martin. **Dien Bien Phu, 1954: The French Defeat that Lured America into Vietnam**. Oxford: Osprey, 2021.

WOHLSTETTER, Albert. The Delicate Balance of Terror. **Foreign Affairs**, New York, v. 37, n. 02, p. 211-234, Jan. 1959. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/20029345>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ZHAI, Qiang. **China and the Vietnam Wars, 1950-1975**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

## APÊNDICE A – QUADROS-RESUMO DAS DECISÕES ESTRATÉGICAS

<b>Decisão Nº 01: 1945 – A Decisão Aliada de Restaurar o Império Francês</b>	
<b>Contexto</b>	Primeira interação dos EUA com Indochina se dá em meio a Segunda Guerra Mundial. Rendição francesa na Europa leva a rendição da colônia asiática ao Japão. Crescimento da luta anticolonial na frente Vietminh apoiada pelos EUA.
<b>Problema</b>	Questão do que fazer com a Indochina no pós-Guerra. As propostas se alinhavam às cosmovisões sobre as Relações Internacionais em geral. Nomeadamente, entre (a) o regionalismo e (b) a contenção da URSS. Debate deveria chegar a uma conclusão nas conferências dos Aliados nos últimos anos da guerra.
<b>Alternativa A</b>	<p><b>Regionalismo (Cosmovisão Roosevelt)</b></p> <p><i>O que</i> – Regionalismo em bases mundiais. Propunha uma ideia de governança mundial, mas que era moldada nas capacidades de projeção de força dos Estados. Divisão das regiões em áreas de influência das Grandes Potências (“Quatro Policiais”), respeitando, implicitamente, a capacidade militar operacional de cada potência. Na Indochina, consórcio de administração EUA-China-Inglaterra e eventual independência.</p> <p><i>Quem</i> – Presidente Franklin Delano Roosevelt; Harry Hopkins; Secretário do Tesouro, Henry Morgenthau Jr.; Sub-Secretário de Estado Sumner Welles; diplomatas especializados em Extremo Oriente; OSS na Indochina.</p>
<b>Alternativa B</b>	<p><b>Contenção da URSS (Cosmovisão Truman)</b></p> <p><i>O que</i> – Contenção da União Soviética enquanto ameaça pretensamente global. Aliança com países europeus na luta contra o comunismo. Na Indochina, devolução das colônias à antiga metrópole.</p> <p><i>Quem</i> – Vice-Presidente (e depois Presidente) Harry Truman; Secretário de Estado, Cordell Hull; diplomatas especializados em Europa; ingleses e franceses.</p>
<b>Decisão</b>	Decisão por retornar a Indochina ao colonialismo francês na Conferência de São Francisco (25 de abril – 26 de junho de 1945). Para além da morte de Roosevelt, a principal racionalidade por trás da decisão foi a de fortalecer a França para fazer frente aos soviéticos na Europa.
<b>Resultado</b>	Retomada do colonialismo na Indochina. Movimento de independência só então passa a depender – ainda de forma incipiente – da URSS e posteriormente da China. EUA perdem primeira chance de uma região independente que pudesse agir de forma autônoma, com influência dos estadunidenses sobre o nacionalismo vietnamita.

<b>Decisão Nº 02: 1950 – A decisão estadunidense de conter a China</b>	
<b>Contexto</b>	Vitória dos comunistas na fase continental da Guerra Civil Chinesa; Recuo da facção nacionalista para Taiwan. Preocupação dos comunistas com as “Três Frentes” (Coreia, Taiwan e Indochina). Firmamento da Aliança sino-soviética de assistência em questões de defesa. Contudo, exacerbação dos interesses divergentes China-URSS com manutenção dos privilégios territoriais extraídos por essa última durante a Guerra Civil Chinesa.
<b>Problema</b>	O dilema estadunidense se dava em torno de qual abordagem tomar em relação a China comunista. Polarização aguda entre (a) Titoização da China. Ou seja, mesmo reconhecendo o comunismo como sistema político, transformá-la em aliado antissoviético; e (b) Reversão, ou no mínimo a contenção, da Guerra Civil Chinesa. Isso é, denunciar o governo comunista e tentar reverter o resultado da Guerra Civil nas três frentes identificadas pelos chineses.
<b>Alternativa A</b>	<p><b>Titoização da China</b></p> <p><i>O que</i> – Neutralização da China comunista, seguindo o critério do interesse nacional. Tratava-se de perceber as diferentes revoluções comunistas não enquanto um bloco monolítico, mas com diferentes interesses, muitas vezes – e no caso da Rússia e China, predominantemente – contraditórios. Indiferença com destino de Taiwan. Na Indochina, não perseguir apoio massivo aos franceses.</p> <p><i>Quem</i> – Governo Truman no geral e Secretário de Estado Dean Acheson em particular.</p>
<b>Alternativa B</b>	<p><b>Reversão (O Lobby da China)</b></p> <p><i>O que</i> – Contenção ou até mesmo reversão da Revolução Chinesa. Apoio incondicional a Taiwan e continuação da Guerra Civil justamente nas Três Frentes. Forte componente religioso e propagandístico dentro dos EUA.</p> <p><i>Quem</i> – Lobby da Chinano Legislativo e na mídia estadunidense.</p>
<b>Decisão</b>	Manipulação de Stalin para que Coreia do Norte atacasse a do Sul, coloca EUA e China como adversários e impulsiona governo Truman – a princípio pró-titoização – a adotar postura de contenção. Perseguição da reversão da Guerra Civil por MacArthur no Norte. Invasão de Yunnan pelo Exército Secreto do Guomindang. Apoio aos Franceses na Guerra da Indochina.
<b>Resultado</b>	Com o armistício da Coreia, tanto EUA, quanto China aumentam exponencialmente apoio material – respectivamente aos franceses e vietnamitas – na Guerra na Indochina. Formação do Bloco Socialista. Contenção da China ganha espaço de destaque nos objetivos estadunidenses na Ásia.

<b>Decisão Nº 03: 1954 – A decisão estadunidense de não intervir em Dien Bien Phu</b>	
<b>Contexto</b>	Guerra da Indochina se encaminha para o fim. Desenha-se em Dien Bien Phu (13 de março – 07 de maio de 1954) uma batalha decisiva. Franceses realizam assalto aeroterrestre e se deixam cercar para atrair e aniquilar tropas do Vietminh. Contudo, artilharia e logística vietnamitas apertam cerco contra franceses. Estes buscam ajuda militar direta dos EUA.
<b>Problema</b>	Durante a crise, os EUA tinham, pelo menos, três alternativas. Eram elas: (a) a intervenção unilateral – a perspectiva mais otimista da vitória ou da vontade explícita de levar a guerra à China; (b) a não-intervenção – a perspectiva mais cautelosa que não via maneiras infalíveis de intervir nem interesses nacionais em fazê-lo; e (c) a intervenção conjunta – um meio termo das demais, no qual promovia-se a intervenção, desde que os custos – certamente altos – fossem rateados entre os aliados do bloco ocidental.
<b>Alternativa A</b>	<p><b>Intervenção Unilateral</b></p> <p><i>O que</i> – Desencadeamento de uma campanha de bombardeio aéreo estadunidense para aliviar o cerco em Dien Bien Phu. Não só reconhecia, mas vislumbrava uma nova guerra contra a China, inclusive com uso de armas nucleares. Renovação da política de reversão.</p> <p><i>Quem</i> – Almirante Arthur Radford (Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior) e John Foster Dulles (Secretário de Estado).</p>
<b>Alternativa B</b>	<p><b>Não Intervenção</b></p> <p><i>O que</i> – Abstenção do envolvimento direto dos EUA na batalha. Argumento da ausência de interesse nacional e medo de uma nova conflagração nas fronteiras chinesas. O que podia, por sua vez, levar a um novo sugadouro de recursos e vidas estadunidenses.</p> <p><i>Quem</i> – General Matthew Ridgway (Chefe de Estado-Maior do Exército) e seu adjunto General James Gavin.</p>
<b>Alternativa C</b>	<p><b>Intervenção Conjunta</b></p> <p><i>O que</i> – Intervenção na batalha em específico e na Guerra da Indochina em geral dependia do comprometimento não só dos EUA mas dos aliados ocidentais (especialmente da Inglaterra).</p> <p><i>Quem</i> – Presidente Dwight Eisenhower.</p>
<b>Decisão</b>	Apesar de o presidente apoiar intervenção conjunta, a falta de aliados dispostos a intervir na Indochina resulta na inação dos EUA frente a Batalha de Dien Bien Phu, que teve desfecho favorável aos vietnamitas.
<b>Resultado</b>	Assinatura dos Acordos de Genebra, divisão do Vietnã entre Norte e Sul. Fim do colonialismo (direto) francês. Formação da OTASE.

<b>Decisão N° 04: 1955 – A decisão estadunidense de substituir a França no Vietnã</b>	
<b>Contexto</b>	Vietnã do Sul independente pós-Genebra. Na direção do Estado estava um imperador pró-francês – Bao Dai – e um primeiro-ministro pró-EUA – Ngo Dinh Diem. Presença dos “sectos” (bandos armados religiosos ou criminosos) se mostra obstáculo político considerável.
<b>Problema</b>	Em meio a essa miríade de atores políticos, entre os anos de 1954 e 1956, EUA e França travariam uma guerra secreta pelo controle do Estado cliente. O dilema estadunidense se dava entre: (a) substituir os franceses e criar um Estado cliente; e (b) conceder o controle do Vietnã aos franceses, que se inclinavam a adotar a solução do neutralismo e da reunificação do Vietnã pela negociação política.
<b>Alternativa A</b>	<p><b>Criação do Estado Cliente</b></p> <p><i>O que</i> – Negação do neutralismo e construção do Vietnã do Sul como bastião anticomunista na contenção da China. Substituição dos franceses pelos estadunidenses como patrocinadores do Vietnã do Sul. Foco na construção do Regime Diem contra o Imperador Bao Dai, militares pró-franceses e dos sectos clientes dos franceses.</p> <p><i>Quem</i> – Coronel Edward Lansdale (a serviço da CIA); irmãos John e Allen Dulles (respectivamente, Secretário de Estado e Diretor da CIA).</p>
<b>Alternativa B</b>	<p><b>Neutralização do Vietnã</b></p> <p><i>O que</i> – Retirada estadunidense. Concessão do controle do Vietnã à França. Essa tendia a procurar uma solução neutralista no Indochina, aproximando-se do Vietnã do Norte, Laos e Camboja para formação de uma zona de influência cultural e econômica francesa.</p> <p><i>Quem</i> – Enviado especial do presidente ao Vietnã General Joseph Lawton Collins; Fora dos EUA correspondia ao interesse francês.</p>
<b>Decisão</b>	A substituição dos franceses pelos estadunidenses foi sendo paulatinamente implementada de 1954 a 1956. Quatro eventos são destacados, sendo eles: (i) o êxodo sulista do Norte; (ii) A tentativa de golpe do General Hinh no Sul; o ápice da decisão durante a (iii) Crise dos Sectos e a Batalha de Saigon de 1955 – na qual se viu os EUA apoiando Diem diante da crise e de fato eliminando Bao Dai e os sectos (pró-franceses) da vida política no Vietnã; e (iv) a consolidação de Diem e a rejeição das eleições de reunificação previstas pelos acordos de Genebra.
<b>Resultado</b>	EUA assumem o fardo econômico e militar de sustentar o frágil Vietnã do Sul. Consolida-se a contenção chinesa como principal matéria de política externa para a Ásia. Traição aguda dos Acordos de Genebra e reunificação pacífica. Fechamento dos canais diplomáticos culminam na retomada da luta armada pela reunificação nacional em grande escala.

<b>Decisão Nº 05: 1959 – A decisão norte-vietnamita de abrir a Trilha de Ho Chi Minh</b>	
<b>Contexto</b>	Em 1956, terminava a troca dos franceses pelos estadunidenses no Vietnã do Sul. Coroada pela recusa da reunificação, por meio de eleição, prevista no Acordos de Genebra. No mesmo período, o Vietnã do Norte tinha duas grandes tarefas nacionais: (i) A construção do Estado (socialista) no Norte; e (ii) a promoção da revolução – seja democrática ou forçadamente – no Sul.
<b>Problema</b>	O objetivo norte-vietnamita era a reunificação nacional. O dilema, contudo, estava na maneira como isso seria atingido. Portanto, havia, no Partido dos Trabalhadores do Vietnã (Lao Dong), uma cisão clara entre as duas posições: (a) a busca de um acordo político; e (b) a reunificação pela luta armada.
<b>Alternativa A</b>	<p><b>Busca Por Um Novo Acordo</b></p> <p><i>O que</i> – unificação pacífica através de um novo acordo. Seguindo as linhas da Luta Política. Tratava-se, no mínimo, de solidificar o regime no Norte antes de perseguir a luta armada. E, em seu máximo, de perseguir uma solução negociada com o regime do Sul.</p> <p><i>Quem</i> – Ho Chi Minh, Vo Nguyen Giap (Ministro da Defesa), Pham Van Dong (Ministro das Relações Exteriores e Primeiro-Ministro).</p>
<b>Alternativa B</b>	<p><b>Retomada da Luta Armada</b></p> <p><i>O que</i> – retomada da luta armada. A discussão girava em torno de dois pontos: (i) autorização as células do partido no Sul para retomar a luta armada; e (ii) os esforços do Norte para dar apoio ao Sul.</p> <p><i>Quem</i> – membros do Politburo Le Duan, Pham Hung e Le Duc Tho (Ministro da Organização). Os dois primeiros trabalhavam majoritariamente no Sul, responsável pelas atividades do partido na região da antiga Cochinchina (o que incluía Saigon e o Delta do Mekong).</p>
<b>Decisão</b>	Fechamento dos canais diplomáticos e perseguição dos comunistas pelo governo Diem levam ao fortalecimento da facção pró-revolução no Sul. A decisão pela retomada da luta armada na política de reunificação se deu na 15ª Plenária do Comitê Central (12-22 de janeiro de 1959).
<b>Resultado</b>	A Resolução 15 teve três decorrências principais: (i) o começo da infiltração de quadros políticos, técnicos e militares no Vietnã do Sul; (ii) a criação de unidades militares para dar cabo da infiltração (criação da Trilha de Ho Chi Minh); e (iii) a constituição de toda a Indochina como um único teatro de operações. Entretanto, o maior marco da retomada da luta armada foi a criação da Frente de Libertação Nacional (FLN) em 20 de dezembro de 1960.

<b>Decisão Nº 06: 1961 – A decisão estadunidense de aceitar a neutralidade do Laos</b>	
<b>Contexto</b>	Laos pós-acordos de Genebra estava dividido em três grandes facções políticas: (i) facção da direita anticomunista; (ii) neutralistas; e (iii) os comunistas do Pathet Lao. Em 1959, os EUA apoiaram um golpe da facção direitista contra os neutralistas que haviam feito um acordo com o Pathet Lao. Em contrapartida, em 1960, acontece um golpe pró-neutralismo liderado por um capitão do Exército, que acaba mergulhando o Laos numa Guerra Civil.
<b>Problema</b>	O dilema dos EUA em relação ao Laos se dava em torno de três grandes alternativas: (a) manutenção da Guerra Secreta; (b) intervenção militar; e (c) neutralização do Laos.
<b>Alternativa A</b>	<b>Manutenção da Guerra Secreta</b>  <i>O que</i> – Manutenção da Guerra Secreta. Tratava-se de fomentar material e financeiramente a facção anticomunista na Guerra Civil no Laos. Contudo, sem que os EUA tomassem parte nas ofensivas de forma aberta.  <i>Quem</i> – Junta de Chefes de Estado-Maior (JCS) e CIA.
<b>Alternativa B</b>	<b>Intervenção Militar</b>  <i>O que</i> – envolvimento militar direto dos EUA. Tentativa de acionar a OTASE para uma intervenção conjunta. Reconhecimento da possibilidade de envolver os EUA numa guerra prolongada e eventualmente nuclear contra Vietnã e China.  <i>Quem</i> – JCS, Gen. Maxwell Taylor (Conselheiro Militar do Presidente), Walt Rostow (Vice-Conselheiro de Segurança Nacional).
<b>Alternativa C</b>	<b>Neutralização do Laos</b>  <i>O que</i> – Essencialmente, queria dizer a formação de um novo governo de coalizão (de centro, representado por Souvanna Phouma) que desse vazão política à guerra civil.  <i>Quem</i> – Departamento de Estado, embaixador no Laos Winthrop Brown, Secretário de Estado Dean Rusk; William Averell Harriman.
<b>Decisão</b>	No campo de batalha, cliente estadunidense General Phoumi se demonstra incompetente diante dos neutralistas e comunistas. Os EUA não conseguem mobilizar OTASE que tem interesses diversos (notadamente franceses pró-neutralismo). Militares não conseguem vislumbrar intervenção sem guerra contra China. Resultado é saída negociada através dos Novos Acordos de Genebra, firmados em julho de 1962.
<b>Resultado</b>	Laos é neutralizado. Os EUA têm no acordo um problema e uma oportunidade. O problema é a expansão da Trilha de Ho Chi Minh e da infiltração de pessoas e suprimentos no Vietnã do Sul. A oportunidade dizia respeito à possibilidade de estender o acordo para toda Indochina. Kennedy fica decepcionado com planos de guerra total do JCS e passa a mudar ferramental para incorporar Guerra Limitada.

<b>Decisão N° 07: 1961 – A decisão estadunidense de travar uma “Guerra Limitada” no Vietnã</b>	
<b>Contexto</b>	Neutralização do Laos tinha dois impactos no Vietnã: (i) vitória nesse ganhava importância para Kennedy contra anticomunismo doméstico; e (ii) a insurgência no Sul ganhava dimensão com a estruturação da infiltração através da Trilha de Ho Chi Minh. Kennedy procura aplicar novas ideias de Guerra Limitada; Modernização e Contrainsurgência.
<b>Problema</b>	A decisão a ser tomada nos primeiros anos da década de 1960 era o perfil que a guerra assumiria no Vietnã. Como pano de fundo, desenrolava-se uma disputa burocrática dentro do Exército sobre Grande Estratégia, doutrina, Perfil de Força e mudança tecnológica. Como resultado, o Perfil de Força da intervenção parecia ficar polarizado entre (a) guerra limitada (convencional); e (b) guerra de contrainsurgência.
<b>Alternativa A</b>	<p><b>A Teoria da Guerra Limitada</b></p> <p><i>O que</i> – campanha militar convencional, limitada através dos meios. Os pontos fundamentais eram: (i) ataque aéreo ao Norte – a partir de aeródromos em terra e mar; (ii) apoio ao exército sul-vietnamita através da aeromobilidade e apoio de fogo; e, por fim, (iii) a incorporação da guerra secreta.</p> <p><i>Quem</i> – General Taylor (Conselheiro Militar do Presidente); e Walt Rostow (Vice-Assessor de Segurança Nacional).</p>
<b>Alternativa B</b>	<p><b>A Doutrina da Contrainsurgência</b></p> <p><i>O que</i> – adequação do Exército dos EUA e do Exército sul-vietnamita à doutrina da contrainsurgência. No geral propunha um perfil de força baseado em infantaria leve, construção de Estado, provimento de serviços em conjunto com agências civis, campanha política e psicológica e numa doutrina de emprego defensiva com foco no controle da população.</p> <p><i>Quem</i> – General Edward Lansdale; estação da CIA em Saigon; governo sul-vietnamita; Forças Especiais do Exército estadunidense.</p>
<b>Decisão</b>	Decisão tomada foi a do modelo da Guerra Limitada. Seu principal marco, depois desdobrada em diferentes ações, foi a Missão Taylor-Rostow de visita ao Vietnã em outubro de 1961. Ela foi importante principalmente por seus resultados mas também é de interesse por apresentar a última chance de envolvimento do Exército com a COIN no Vietnã.
<b>Resultado</b>	Ignora-se papel do Exército na construção de capacidades estatais. Colocam-se as bases para a intervenção estadunidense no futuro, i.e. a campanha de bombardeio aéreo do Vietnã do Norte (Operação <i>Rolling Thunder</i> ) e estratégia de atrito baseada na aeromobilidade e poder de fogo (Busca e Destruição).

<b>Decisão Nº 08: 1963 – A decisão estadunidense de liquidar Diem</b>	
<b>Contexto</b>	Início do ano de 1963 é marcado por dois eventos traumáticos para o governo Diem no Vietnã do Sul: (i) Batalha de Ap Bac, na qual o Exército sul-vietnamita, foi derrotado por forças da FLN; (ii) Crise Budista que teve início em maio, em meio a protestos e manifestações budistas reprimidos brutalmente por Diem e Nhu. Esses eventos foram marcantes também pela extensa cobertura da mídia estadunidense e transformação do problema doméstico do Vietnã em problema de política externa dos EUA.
<b>Problema</b>	Em 1963, os EUA enfrentavam uma dupla crise de confiança, tanto nos rumos da guerra quanto na viabilidade do governo Diem. O dilema estadunidense dava-se entre: (a) substituir o governo sul-vietnamita por meio de um golpe de Estado; (b) fazer as pazes com o governo Diem; e (c) retirar-se completamente do Vietnã através de um acordo de neutralização.
<b>Alternativa A</b>	<b>Golpe de Estado no Sul</b>  <i>O que</i> – incentivar um golpe militar contra Diem. Desilusão com progresso militar e idealismo político em relação a sistema político resultante do golpe.  <i>Quem</i> – Grupo de Averell Harriman, Roger Hilsman e Michael Forrestal no Departamento de Estado; jornalistas estadunidenses correspondentes em Saigon; e Henry Cabot Lodge, o novo embaixador estadunidense no Vietnã.
<b>Alternativa B</b>	<b>Acomodação com Nhu e Diem</b>  <i>O que</i> – acomodar o governo Diem. Otimismo exagerado no campo militar e realismo político acerca da estrutura social e capacidade de reforma do Vietnã.  <i>Quem</i> – Departamento de Defesa; militares e CIA.
<b>Alternativa C</b>	<b>Neutralização do Vietnã</b>  <i>O que</i> – Reunificação nacional através de um acordo político. Resultado era confederação e eventual integração se valendo do sentimento nacional para atenuar o papel das outras ideologias – nomeadamente a democracia liberal no estilo estadunidense e o socialismo real do modelo soviético.  <i>Quem</i> – Pouca atenção nos EUA (apenas John Kenneth Galbraith); Fora dos EUA movimento da França; Polônia e Vietnã do Norte.
<b>Decisão</b>	Decisão pelo Golpe em Diem em Novembro de 1963. Fator predominante para consecução do golpe foi medo da neutralização por parte do governo Kennedy – especialmente de desencadear uma nova onda doméstica do macarthismo ou da Perda da Vietnã. Durante o ano seguinte, Vietnã foi palco de mais seis golpes de Estado, a maioria com a neutralização como justificativa.
<b>Resultado</b>	Onda de golpes revelou compromisso inescapável dos EUA com a contenção da China. Última chance clara de retirada antes do envolvimento massivo. Abandono da bagagem intelectual do governo Kennedy: Teoria da Modernização, de Rostow, dá lugar ao puritanismo dos valores liberais, i.e. transformar Vietnã do Sul numa democracia. Resultado é caos político que faz desmoronar Exército, avança ofensiva comunista e age como catalisador do envolvimento estadunidense nos anos seguintes.